



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Universidade Federal de Rio Grande  
Instituto de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental



MARIA CRISTINA CARVALHO JULIANO

**REDE FAMÍLIA: UMA TECNOLOGIA SOCIAL  
E SEU DIÁLOGO COM A PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA  
COMUNITÁRIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

RIO GRANDE – RS  
2013

MARIA CRISTINA CARVALHO JULIANO

**REDE FAMÍLIA: UMA TECNOLOGIA SOCIAL  
E SEU DIÁLOGO COM A PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA  
COMUNITÁRIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Tese apresentada à banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de doutora em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Angela Mattar Yunes

RIO GRANDE – RS  
2013

J943r Juliano, Maria Cristina Carvalho.  
Rede Família: uma Tecnologia Social e seu diálogo com a  
promoção de Resiliência Comunitária e a Educação  
Ambiental / Maria Cristina Carvalho Juliano. – 2013.  
216 f. : il. color.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Maria Angela Mattar Yunes.  
Tese (doutorado em Educação Ambiental) –  
Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós  
Graduação em Educação Ambiental.

1. Educação Ambiental. 2. Tecnologia Social. 3. Resiliência  
Comunitária 4. Acolhimento Institucional 5. Rede Família. I.  
Yunes, Maria Angela Mattar. II. Título.

CDU 504:37

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

MARIA CRISTINA CARVALHO JULIANO

## **REDE FAMÍLIA: UMA TECNOLOGIA SOCIAL E SEU DIÁLOGO COM A PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA COMUNITÁRIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Tese apresentada à banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de doutora em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Maria Angela Mattar Yunes (orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

---

Profa. Dra. Débora Pereira Laurino  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

---

Prof. Dr. Lucas Neiva Silva  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

---

Profa. Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes  
Centro Universitário La Salle (UNILASALLE)

---

Profa. Dra. Heloisa Szymanski  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

*Dedico esta tese a todos as pessoas que participam da rede de cooperação Rede Família, em especial aos membros da equipe técnica que compõe o seu núcleo de planejamento e gestão e a Rodrigo Schoeller de Moraes, quem primeiramente visualizou-a em sua potência.*

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta tese foi um desafio, que envolveu muito esforço e dedicação. Escrever os agradecimentos é um dos momentos mais lúdicos desta escrita. Na verdade se constitui em um momento de libertação. A construção desta tese foi uma lição de humildade, pois para executá-la precisei de tantas pessoas, conhecidas, desconhecidas, simples, sábias, próximas, distantes. E o agradecimento também se constitui em um momento de partilha dos méritos deste trabalho com o conjunto de pessoas que o tornaram possível e neste caso foram muitos os trabalhadores. Esse doutorado teve o sabor de vida, pois se confundiu pela minha inserção ecológica com o objeto da pesquisa, com a minha vida, com o que acredito, com uma busca pessoal por um mundo melhor e possível.

Este doutorado me fez abrir a fórceps o cotidiano para sistematizar uma linda prática, construída por muitos protagonistas sociais na cidade do Rio Grande, que não vai se perder em mais uma prática sem registro, talvez este meu mérito.

Mas voltando aos agradecimentos, agradeço a todas as pessoas que fazem parte da rede de cooperação Rede Família, aos trabalhadores do seu Núcleo de Planejamento e Gestão: Deise Severo, Francyne Neves (pelo tempo que só fomos nós), Deise Munhoz, Suelen, Kamila, Tatiane, Renata, Sheila, Pamela, Viviane, Fabiane, Daiane, Leonardo, Amanda Juliano, Suzan, Dimitri; e, as que fizeram parte durante a construção deste trabalho, Caroine, Juliana, Vanessa, Raquel Cunha, Raquel Rieger, Mônica, Juliana, Cláudia Degani, Sandra e Marco Aurélio.

Agradeço ao Sr. José Nércio, presidente da Casa do Menor, que aceitou todos os riscos e resistências para assumir e manter o Projeto Rede Família. Aos parceiros do Projeto, CEP-Rua / FURG, em especial a Narjara Garcia e a Prefeitura Municipal do Rio Grande, em especial aos gestores Juarez, Salum, Zelionara, Suzi e Santinha.

A Empresa Petrobrás, na pessoa do Sr. Marcos Firmino, que acompanha o Projeto Rede Família, que tornou possível a consolidação deste sonho através do financiamento dos recursos humanos e de infraestrutura.

As coordenações e equipe técnica das instituições de acolhimento da cidade do Rio Grande que idealizaram este sonho, que por propor a garantia ao direito a convivência familiar e comunitária, muitas vezes produziu avaliações difíceis destes espaços, desconfortos em suas rotinas e fazeres. Em especial agradeço as coordenadoras da

primeira hora Lucimeri Coll Farias, Rosinha Marzol, Sandra Pelissari e Fátima Azevedo, que teceram este sonho.

Agradeço, ainda, aos Juízes Leandro e Daniel, que também protagonizaram esta ação e com ações de vanguarda, possibilitaram que se extraísse vida dos processos.

Agradeço aos Promotores de Justiça e amigos Luciara e Rodrigo. A participação do MP nesta rede de cooperação foi essencial para a eficácia da promoção de crianças, adolescentes e famílias atendidas pela Rede Família.

Agradeço a todos os profissionais da rede de atendimento, das redes comunitárias, aos padrinhos e madrinhas afetivos, as famílias de apoio, aos adotantes, aos voluntários, que fizeram parte deste rizoma e compartilharam muitas vezes de forma quase anônima o cuidado e a experiência estudada.

Agradeço a minha orientadora e amiga Maria Angela Mattar Yunes, pela compreensão, acolhimento e sabedoria. Esta mestra se constitui uma referência na minha vida e trabalho.

Agradeço aos amigos: Rose, que me incentivou a fazer este doutorado. Luciana, Lena, Elisa, Carol, Angélica, Alex, Adão, Lú, Tininha, Deise e Clériston que me auxiliaram na escuta da minha tese, para seu término, quando exaurida perdi a discricionariedade. Aos meus sobrinhos Lucas e Amanda.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, ao Calloni, a Vanessa, a Beti, ao Gilmar, que me acolheram. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço a todos os autores que me acompanharam pela vida e durante a confecção desta tese e cujos conhecimentos fazem parte da minha constituição enquanto ser humano e profissional. Gostaria de agradecer a Banca Examinadora, que auxiliou com seus pareceres quando da defesa do projeto, qualificando-o e que auxiliaram na melhoria desta tese.

Agradeço a Deus e a todo suporte espiritual que recebi durante este período, em especial as amigas Angelita, Angela, Ana, Deise e Francyne.

E, agradeço de forma especial, a minha mãe, ao meu pai, a minha avó, aos meus irmãos, sobrinhos, afilhadas, amigas e amigos que não desistiram de mim, não se melindraram mesmo tendo-os colocado à distância para poder terminar este doutorado. Esse doutorado só foi possível pelo apoio, coesão e resistência desta rede de apoio social e afetiva.

Agradeço, por fim, a cada criança, adolescente e família, que vivenciando a difícil experiência do acolhimento institucional me ensinaram sobre a luz e a potência que existe em todos os seres humanos e na vida.

## RESUMO

A conjuntura planetária de crise atual é definida por um sistema econômico insustentável diante da capacidade limitada dos ecossistemas em suportar o atual nível de consumo. Este é ditado por modos de vida e de produção preconizadas pelo capitalismo, o que provoca alterações na dinâmica e na coesão das redes de apoio social. Assim, surge um novo modelo de sociabilidade marcado pelo despreendimento ou inexistência das redes de pertencimento social e pela exclusão social de grandes contingentes populacionais. Este é o desafio: criar formas alternativas e sustentáveis de sociabilidade. Torna-se, portanto, cada vez mais relevante a formulação e implantação de Tecnologias Sociais para que, entre outras coisas, sejam fortalecidos os vínculos sociais. As Tecnologias Sociais com foco na inclusão social e na garantia do direito à convivência familiar e comunitária podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com seus ambientes. Tal proposição está diretamente relacionada com a perspectiva da Educação Ambiental, pois promove o cuidado nas relações com os outros seres vivos, humanos e não-humanos. Diante desta realidade, foi elaborado esse projeto de tese no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, na linha da Educação Ambiental não formal, tendo como temática o estudo da experiência Rede Família e suas interfaces com a educação ambiental, com as terias sobre tecnologias sociais e com a promoção de resiliência comunitária. O estudo teve como objetivos descrever e investigar a eficácia da metodologia desenvolvida pela experiência Rede Família e verificar se a mesma se constitui em uma tecnologia social, em conformidade com os critérios das definições de autores contemporâneos. Buscou-se comprovar sua eficácia e sua possibilidade de ser reaplicada em situações de risco, especialmente as que levam ao afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar; e, investigar o seu impacto na garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e para garantia da provisoriedade desta medida. A metodologia escolhida para este estudo foi a “Inserção Ecológica” que propõe a imersão dos pesquisadores nos ambientes a serem estudados, tendo como procedimentos de coleta de dados: análise documental, observações *in loco* e 15 entrevistas individuais com os profissionais de diferentes áreas que representavam e realizavam o trabalho da Rede Família. Para análise dos dados foi utilizada a Análise Textual Discursiva de Moraes & Galiazzi. Durante o período de análise foram acompanhadas 68 famílias (algumas destas famílias já tinham seus filhos reintegrados antes do período de análise). Foram desinstitucionalizados 85 crianças e adolescentes: 68 crianças e adolescentes foram reintegradas em suas famílias de origem e 17 colocadas em famílias substitutas. Das crianças e adolescentes que voltaram ao convívio familiar até setembro de 2012 (data da última coleta de dados) apenas 04 foram novamente institucionalizadas. Portanto, os resultados da pesquisa comprovam a eficácia da metodologia desenvolvida pela rede de cooperação Rede Família e foram encontradas todas as dimensões e características de tecnologia social através das análises das observações, documentos e falas dos entrevistados. Deve-se ressaltar em especial que a dimensão educativa da TS apresenta interfaces com a Educação Ambiental. Ademais, a experiência Rede Família denotou resultados ligados aos cinco pilares de resiliência comunitária apontados pela literatura. Em suma, Rede Família é uma metodologia de Tecnologia Social passível de ser reaplicada para garantir a provisoriedade da medida de acolhimento institucional e o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Por fim, a experiência analisada é importante para promover a implantação das ações do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Tecnologia Social; Resiliência Comunitária; Acolhimento Institucional; Rede Família.

## ABSTRACT

The conjuncture of planetary crisis is defined by an unsustainable economic system of the limited capacity of ecosystems to support the current level of consumption. This is dictated by lifestyle and production advocated by capitalism, which causes changes in the dynamics and cohesion of social support networks. Thus, a new model of sociability is marked by detachment or lack of networks of social belonging which causes social exclusion of large populations. This is the challenge: to create alternative and sustainable forms of sociability. It is therefore increasingly important to the formulation and implementations of social technologies to, among other things, have strengthened social bonds. Social Technologies with focus on social inclusion and those that ensure the right to family and community life can contribute to the formation of citizens more aware and committed to their environments. This proposition is directly related to the perspective of Environmental Education and may promote caring relationships with other living beings, human and non-human. Given this reality, this PhD thesis was designed as project to be developed at the Post Graduate Program in Environmental Education, in line with the non-formal environmental education. The subject of the study is the experience of Family Network (REDE FAMÍLIA) and its interfaces with environmental education, with the concepts of social technologies and the promotion of community resilience. The study aimed to describe and investigate the effectiveness of the methodology developed by the Family Network experience and see if it constitutes a social technology, in accordance with the criteria of the definitions of contemporary authors. We tried to prove its effectiveness and its ability to be reapplied at risk situations, especially those that lead to the removal of children and adolescents from family. It was also investigated their impact on the guarantee of the right of those children to family life and their rights to received a temporary measure of institutionalization. The methodology chosen for this study was the "Ecological Engagement" that proposes the researchers immersion in the contexts to be studied. The procedures of data collection were: document analysis, observations in loco and 15 individual interviews with professionals from different fields representing and performed the work of the Family Network. Data analysis was done following Textual Analysis of Discursive of Moraes & Galiazzi. During the period of analysis there were 68 families who were followed (some of these families had their children back before the period of end of analysis). There were 85 de-institutionalized children and adolescents: 68 were reintegrated in their families of origin and 17 placed in foster care families. From the children and adolescents who returned to family until September 2012 (date of last data collection) only 04 were institutionalized again. Therefore, overall results show the effectiveness of the methodology developed by the cooperation network Family Network and all the dimensions and characteristics of social technology were found through the analysis of the observations, documents and speeches of respondents. It should be noted in particular that the educational dimension of ST presents interfaces with Environmental Education. Furthermore, the experiment results denoted that Family Network is linked to the five pillars of community resilience mentioned by the literature. In short, Family Network is a methodology of Social Technology that can be reapplied to ensure the provisional measure of institutional care and the right of children and adolescents to family and community lives. Finally, the experience is considered important to promote the implementation of the actions of the National Plan for the Promotion, Protection and Defense of the Right of Children to Family and Community.

Keywords: Environmental Education, Social Technology, Community Resilience; Institutional Shelter; Family Network.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### ESQUEMAS

Esquema 1 –	Triângulo de Sabato.....	55
Esquema 2 –	Fase 2 do desenvolvimento tecnológico.....	56
Esquema 3 –	Modelo da Hélice Tripla.....	57
Esquema 4 –	Modelo de Hélices Tríplices Gêmeas.....	58
Esquema 5 –	Os quatro cantos da tecnologia social, na dinâmica da gênese.....	68

### FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 –	Vista aérea da cidade do Rio Grande.....	76
Fotografia 2 –	Reunião em que foi criada a Rede Família.....	93

### GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Onde está quem faz P&D.....	59
Gráfico 2 –	Lar da Criança Raio de Luz – movimento da população de janeiro de 2010 a março de 2011.....	168
Gráfico 3 –	Lar Maria Carmem – movimento da população de janeiro de 2010 a março de 2011.....	169
Gráfico 4 –	Abrigo Residencial Reintegração – movimento da população de janeiro de 2010 a março de 2011.....	169
Gráfico 5 –	Casa do Menor – movimento da população de janeiro de 2010 a março de 2011.....	170
Gráfico 6 –	Abrigo Residencial Laço de Amor – movimento da população de janeiro de 2010 a março de 2011.....	170
Gráfico 7 –	Projeto Rede Família: levantamento do público atendido – Janeiro de 2010.....	172
Gráfico 8 –	Projeto Rede Família: levantamento do público atendido – Março de 2011.....	172
Gráfico 9 –	Projeto Rede Família: levantamento do público atendido – Setembro de 2012.....	173

### MAPA

Mapa –	Mapa de localização da Cidade do Rio Grande.....	76
--------	--	----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES (continuação)

### QUADROS

Quadro 1 –	Resumo dos processos-chave de resiliência em famílias.....	42
Quadro 2 –	Os quatro cantos da tecnologia social.....	67
Quadro 3 –	Tecnologia social: suas 4 dimensões e 12 implicações.....	69
Quadro 4 –	Características básicas da EA X características das TS.....	73
Quadro 5 –	Categorias	87
Quadro 6 –	Publicações sobre a Rede Família.....	146
Quadro 7 –	Nossos parceiros.....	162

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Dados do Cadastro Único 1.....	77
Tabela 2 –	Dados do Cadastro Único 2.....	78

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMP	– Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude
AMENCAR	– Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente
ARCA	– Associação Riograndina Pró-Crianças e Adolescentes
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS ad	– Centro Psicossocial de Álcool e Drogas
CAPS i	– Centro Psicossocial da Infância
CD	– Compact Disk
CEP-Rua/FURG	– Centro de Estudos Psicológicos de Meninos e Meninas de Rua da Universidade Federal do Rio Grande
COMDICA	– Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	– Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	– Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	– Conselho Nacional de Justiça
CNMP	– Conselho Nacional do Ministério Público
CRAS	– Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	– Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	– Conselho Tutelar
CT&I	– Ciência, Tecnologia e Inovação
DCA	– Divisão da Criança e do Adolescente
EA	– Educação Ambiental
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	– Estados Unidos da América
FASE	– Fundação de Atendimento Socio-Educativo
FEBEM/RS	– Fundação de Bem Estar do Menor do Rio Grande do Sul
FEE	– Fundação de Economia e Estatística
FMCA	– Fundo Municipal para Criança e o Adolescente
FURG	– Universidade Federal do Rio Grande
GT	– Grupo de Trabalho
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	– Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITS	– Instituto de Tecnologia Social
JIJ	– Juizado da Infância e da Juventude
LOAS	– Lei Orgânica Da Assistência Social
MCT	– Ministério da Ciência e da Tecnologia
MDS	– Ministério do Desenvolvimento Social
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MP	– Ministério Público
NPG	– Núcleo de Planejamento e Gestão
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	– Organização Não-Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PETROBRAS	– Petróleo Brasileiro S/A
PIB	– Produto Interno Bruto
PNAS	– Política Nacional de Assistência Social

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PNCFC	– Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.
PPGEA	– Pós-Graduação em Educação Ambiental
RTS	– Rede de Tecnologia Social
SDH/PR	– Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SECIS	– Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social
SMCAS	– Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social
SPPES	– Sistema Público de Pesquisa e de Ensino Superior
SUAS	– Sistema Único de Assistência Social
TC	– Tecnologia Convencional
TS	– Tecnologia Social

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO I – REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA.....</b>	<b>26</b>
1 REDE DE APOIO SOCIAL.....	27
2 REDES DE APOIO SOCIAL E AFETIVA.....	28
3 FAMÍLIA, INSTITUIÇÃO E APOIO AFETIVO.....	31
4 RESILIÊNCIA.....	36
4.1 Risco e Proteção.....	38
4.2 Resiliência Familiar.....	40
4.3 Resiliência Comunitária.....	43
<b>CAPÍTULO II – TECNOLOGIA SOCIAL: INTERFACES COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>49</b>
1 DIFERENTES VISÕES SOBRE TECNOLOGIA.....	52
2 ENTENDENDO A PRODUÇÃO DE TECNOLOGIA E SEUS AGENTES.....	55
3 COMO ESTÃO SENDO PRODUZIDAS CIÊNCIA E TECNOLOGIA NAS UNIVERSIDADES.....	61
4 TECNOLOGIAS SOCIAIS.....	63
5 INTERLOCUÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	70
<b>CAPÍTULO III – CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA REDE FAMÍLIA.....</b>	<b>75</b>
1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.....	75
2 CONTEXTO HISTÓRICO.....	78
<b>CAPÍTULO IV – ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....</b>	<b>82</b>
1 DA PESQUISA.....	82
2 PROCEDIMENTOS.....	83
2.1 Inserção ecológica.....	83
2.2 Entrevistas semi-estruturadas.....	84
2.3 Coleta de dados documentais.....	84
3 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	84
3.1 Critérios de inclusão e exclusão de participantes da pesquisa.....	85
4 A ANÁLISE DE DADOS.....	85
5 FORMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA DOS DADOS COLETADOS.....	89
6 ASPECTOS ÉTICOS.....	89

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO V – REDE FAMÍLIA PELOS SUJEITOS QUE A CONSTITUEM</b>	<b>90</b>
1 ENTENDENDO A TECNOLOGIA REDE FAMÍLIA.....	90
1.1 Rede Família uma rede de cooperação intersetorial.....	90
1.2 Objetivos da Rede Família.....	100
1.3 Compreensão da metodologia da Rede Família.....	105
1.3.1 <i>Metodologia de Planejamento e Gestão Sistêmicos</i> .....	105
1.3.2 <i>Núcleo de Planejamento e Gestão – NPG</i> .....	108
1.3.3 <i>Descrição da Metodologia em atuação nos diferentes subsistemas</i> .....	110
1.3.3.1 Operacionalização.....	110
1.3.3.2 NPG integra as ações que já existem em relação aos casos.....	111
1.3.3.3 A família é convidada a integrar esta Rede de Cooperação e com suas potencialidades que são mapeadas.....	112
1.3.4 <i>Construção do plano de atendimento individual e familiar utilizando metodologia de planejamento e gestão sistêmicos</i> .....	113
1.3.4.1 Núcleo de Planejamento e Gestão da Rede Família e entidade de acolhimento.....	113
1.3.4.2 Integrando a família à rede de cooperação Rede Família.....	115
1.3.4.3 Integrando as redes de apoio social e afetivo, comunitário e ampliado à rede de cooperação Rede Família.....	116
1.3.5 <i>Programa Famílias de apoio</i> .....	117
1.3.6 <i>Integrando as ações da Rede Família com o sistema de justiça e a rede de acolhimento institucional</i> .....	118
1.3.7 <i>Integrando a rede ampliada a partir do plano individual</i> .....	119
1.3.8 <i>Acompanhamento da família após a reintegração familiar</i> .....	121
1.3.9 <i>Estratégias complementares: adoção, apadrinhamento afetivo</i> .....	121
1.3.10 <i>Preparação dos adolescentes para a autonomia</i> .....	123
1.3.11 <i>Rede Família e suas relações com as comunidades</i> .....	123
1.3.12 <i>Formação Continuada</i> .....	124
1.4 Repercussões da Metodologia da Rede Família.....	125
1.4.1 <i>Indução de políticas públicas</i> .....	125
1.4.2 <i>Mapeamento das redes comunitárias e da rede ampliada</i> .....	125
1.4.3 <i>Construção de dados, artigos e livros</i> .....	126

## SUMÁRIO

2	IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NA REDE FAMÍLIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA E DE FORMA ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	127
2.1	Importância da participação do Sistema de Justiça.....	127
2.2	O Ministério Público e sua participação na Rede Família.....	129
2.2.1	<i>Órgão fomentador da Rede Família e ter como uma de suas atribuições a constituição de redes de cooperação.....</i>	<i>129</i>
2.2.2	<i>Percepção ampla e privilegiada da atuação da rede de atenção.....</i>	<i>131</i>
2.2.3	<i>Exercício de diferentes papéis (garantidor de direitos, parceiro, mediador, indutor de políticas públicas).....</i>	<i>132</i>
2.2.3.1	Garantidor de Direitos.....	132
2.2.3.2	Parceiro no compartilhamento da atenção.....	133
2.2.3.3	Indutor de políticas públicas.....	134
2.2.3.4	Mediador.....	134
2.2.3.5	Fiscalizador.....	135
2.2.4	<i>Decorrentes de suas atribuições, instrumentos judiciais e extrajudiciais e prerrogativas.....</i>	<i>136</i>
3	REDE FAMÍLIA CONSTITUI-SE EM TECNOLOGIA SOCIAL?.....	139
3.1	Dimensão da aplicação de Conhecimento, de Ciência, de Tecnologia e de Inovação.....	140
3.2	A metodologia da Rede Família implica participação, cidadania e democracia.....	153
3.3	A metodologia desenvolvida pela rede de cooperação Rede Família gera aprendizagens, abrangendo uma dimensão educativa em diálogo com a Educação Ambiental.....	161
3.3.1	<i>A metodologia.....</i>	<i>162</i>
3.5	A Tecnologia Rede Família possui Relevância Social.....	167
3.6	A tecnologia social estudada promove resiliência comunitária.....	180
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>185</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>190</b>
	APÊNDICE 1 – Instrumento de pesquisa.....	202
	APÊNDICE 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido, para utilizar com as famílias.....	205
	APÊNDICE 3 – Termo de consentimento livre e esclarecido, para utilizar com os representantes de serviços.....	207
	APÊNDICE 4 – Termo de consentimento livre e esclarecido, para utilizar com a representante da rede comunitária.....	209
	ANEXO 1 – Parecer do CEPAS.....	211
	ANEXO 2 – Parecer da AMENCAR.....	212
	ANEXO 3 – Cartaz do 1º Seminário do Rede Família.....	214

ANEXO 4 – Folder Programa Apadrinhamento Afetivo.....	215
ANEXO 5 – Folder do Programa Famílias de Apoio.....	216

## 1 APRESENTAÇÃO

*A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será.*  
(Eduardo Galeano)

É necessário enunciar-se, é necessário anunciar-se.

Para localizar o lugar de que falo e a minha inserção ecológica na pesquisa desenvolvida, farei uma breve apresentação do meu percurso profissional e dos motivos que me levaram a desenvolver este estudo.

Há mais de vinte anos trabalho pela inclusão social de segmentos em situação de vulnerabilidade e pela desinstitucionalização de pessoas. Essa prática se deu em diversas áreas: direitos humanos, direitos da mulher, direito à moradia, mas de forma mais apaixonada e visceral na área de defesa dos direitos de crianças e adolescentes de alguma forma vulnerabilizados.

Tive a rara oportunidade de ocupar diferentes espaços, de enxergar por diversos ângulos o problema que envolve crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, e creio que isso não foi por acaso. Atuei como: advogada no Juizado da Infância e da Juventude; participante do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar; membro e Presidente da Comissão do Menor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na diretoria da Casa do Menor,- uma entidade de acolhimento institucional, - no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,- em dois mandatos como conselheira e em um como presidente; professora substituta na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) ministrando a disciplina Direito da Criança e do Adolescente; assessora da Diretoria Sócio-Educativa da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM)/RS, - atual Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), com acesso e trânsito em todas as unidades de internamento do Estado - membro da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, militante do Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, onde vivi a experiência mais intensa da minha vida em um acampamento que durou quatorze dias em uma praça de minha cidade, com vinte e nove meninos e uma menina em situação de rua; Coordenadora da Região Sul e Campanha da Divisão da Criança e do Adolescente, com trânsito e diálogo com toda a rede de atendimento

que atua com crianças e adolescentes; fomentadora e secretária da Rede de Abrigagem, atualmente denominada Rede de Acolhimento Institucional; fomentadora e secretária do Grupo Rio Grande Fazendo Frente ao Crack; membro da Comissão Municipal do Programa Apadrinhamento Afetivo em suas oito edições; membro do Comitê Gestor Social, em representação a Rede Família, que tem como foco prioritário a drogadição, participando da comissão executiva e do Grupo de Trabalho (GT) de Prevenção ao Uso de Drogas; como membro da Agenda 21; educadora ambiental e palestrante; aluna no curso de Pós Graduação na Área de Violência Doméstica; como Mestre em Educação Ambiental; participante de muitos cursos, congressos, conferências, oficinas e debates na área infanto-juvenil.

Até dezembro de 2012 fui coordenadora do núcleo de gestão e planejamento da rede de cooperação Rede Família que tem como missão garantir a convivência familiar a crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente; coordenadora do Projeto Pirlampo/Rede Família: Atuando na Redução de Danos Ampliados a Crianças e Adolescentes Usuárias de Drogas no Bairro Getúlio Vargas; uma das coordenadoras do Projeto Convivência/ Rede Família: pela melhoria da qualidade de vida e garantia da convivência familiar e comunitária de Pessoas Portadoras de Sofrimento Psíquico e professora do Curso de Educação Ambiental Lato Senso da Universidade Aberta do Brasil, modalidade a distância.

Atualmente sou Secretária de Município de Cidadania e Assistência Social, componente da Organização Não Governamental (ONG) Associação Rio-Grandina Pró-Crianças e Adolescentes (ARCA). Resumo minha trajetória pessoal como a de uma advogada militante na defesa dos direitos humanos, com ênfase na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e de uma educadora ambiental. O que me levou de militante na área dos direitos humanos a Educação Ambiental é a questão do pertencimento, da interdependência e interfaces com os temas relativos ao direito à convivência familiar e comunitária.

Quanto à vida acadêmica graduei-me em Direito na Universidade Federal do Rio Grande (1984 a 1988), pós-graduei-me na Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1988 e 1989) e na Universidade Estadual de São Paulo na área de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (1997).

Retornei a universidade em 2003 para cursar a Pós-Graduação em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG) (2003-2005), obtendo o título de Mestre, com foco no estudo do meso e exossistema de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente visando conhecer o seu potencial de apoio para a reintegração desses à vida familiar e comunitária, de forma a garantir a provisoriedade da medida de proteção como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Minha dissertação,

intitulada “A Influência da Ecologia dos Ambientes de Atendimento no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes Abrigados”, foi realizada sob a orientação da Professora Doutora Maria Ângela Mattar Yunes, com ênfase teórica na Educação Ambiental e na Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner.

Partindo de ideias que comprovavam que o ambiente institucional é “prejudicial” ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, escolhi como tema da pesquisa de Mestrado: o estudo das práticas / ações / decisões / interações dos diversos atores sociais que compõem o sistema de acolhimento institucional. Meu interesse estava em compreender como se estabeleciam as relações/interações entre as diferentes organizações e serviços de atenção às crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente, bem como investigar sua influência na efetivação do caráter provisório dessa medida.

Quanto aos resultados obtidos na pesquisa realizada no mestrado, estes apontaram para os problemas, mas sugeriram caminhos para superá-los. Revelaram ainda um avanço no tocante às concepções dos atores sociais quanto à garantia do direito a convivência familiar e a centralidade da família biológica, enquanto perspectiva mais adequada para o desligamento de crianças e adolescentes da instituição. Como fatores que influenciam a garantia do caráter provisório da medida de acolhimento institucional, emergiram as seguintes categorias acerca dos contextos de desenvolvimento de crianças e adolescentes: no macrosistema - a ausência de políticas públicas para atendimento das famílias; nos meso e exossistemas; as dificuldades de interação entre as instituições que compõem estes contextos devido a inexistência de um “fluxo” no sistema de acolhimento; a dificuldade de comunicação; o número reduzido e a pouca qualificação dos trabalhadores somados ao não-reordenamento das instituições às novas diretrizes trazidas pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. E, por fim, emergiu dos participantes a ideia de que o trabalho em rede das instituições envolvidas com o acolhimento institucional seria uma possível alternativa de garantia do caráter provisório da medida. Consequentemente esta seria uma forma de preservar o direito ao desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes institucionalizados.

O estudo relatado acima foi motivado por um problema social identificado pelos atores sociais e por isso subsidiou transformações nas práticas dos atores envolvidos nos diversos contextos que transitam e convivem crianças e adolescentes acolhidos. Uma das expressões de mudanças foi a pactuação de um Termo de Cooperação Operacional e a criação da Rede de Abrigagem, atual Rede de Acolhimento Institucional, que juntamente com o Programa Aliança deu origem a experiência que envolve este estudo, a nomeada rede de cooperação

Rede Família. Os dados da minha pesquisa referida acima, ilustraram e justificaram a necessidade do projeto que foi aprovado pela empresa Petrobrás, a qual mantém a equipe técnica e a estrutura do Núcleo de Planejamento e Gestão até os dias atuais.

As razões de meu retorno à universidade para realizar o doutorado vão além das inquietações e desafios que me causam a falta de pertencimento, a perpetuação de ciclos de abandono e as dificuldades relacionais de segmentos populacionais excluídos socialmente. É fato a necessidade de sistematizar, refletir, aperfeiçoar e compartilhar a prática, agregar a minha prática à prática dos profissionais que atuam ao meu lado e que protagonizaram várias experiências que buscam a garantia da convivência familiar e comunitária e a melhoria da qualidade de vida das pessoas e dos sistemas em que estamos inseridos. Busquei acima de tudo e através deste estudo, entender as transformações e impactos sociais que promovemos com nossa ação a fim de verificar se estas experiências são efêmeras ou se constituem em “tecnologias” que podem ser reaplicadas e aperfeiçoadas. Na concepção empírica de seus protagonistas estas práticas são avaliadas, como tecnologias que podem ser utilizadas com sucesso para a superação de diferentes problemas sociais.

Com esta tese busco consolidar e sistematizar conhecimentos, construídos fora do ambiente acadêmico, para que estes não se transformem em práticas transitórias, que embora bem sucedidas, desapareçam pela falta de registro e pela mobilidade dos profissionais. Tais fatores levam os atores sociais a constantemente reinventarem as mesmas respostas ao invés de aperfeiçoá-las e por isso a pesquisa e sua divulgação são ferramentas de extrema importância para desvelar a realidade, corrigir trajetórias, construir e solidificar conhecimentos para por fim obter maiores e melhores resultados.

## 2 INTRODUÇÃO

*A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*  
(Eduardo Galeano)

O ser humano nasce e vive em uma rede de relações (família, escola, comunidade, trabalho, dentre outras) e com ela conquista lugares de interação em diferentes contextos sociais. As relações entre as pessoas e ambientes, incluindo aqui os seres não humanos e ambientes físicos com os quais dividimos e constituímos o planeta, nos oferecem possibilidades de apoio nos momentos de crise ou mudança e podem criar oportunidades de desenvolvimento (meios de subsistência, emprego, estudo, amizades, lazer, relações de afeto, apoio nos momentos de crise). O apoio social e afetivo, fornecido por este construto relacional e mantido por laços afetivos, segundo Brito; Koller (1999, p. 115),

está relacionado com a percepção que a pessoa tem de seu mundo social, como se orienta nele, suas estratégias e competências para estabelecer vínculos, e com os recursos que esse lhe oferece como proteção e força frente a situações de risco que se apresentam.

Ocorre que esta rede de relações parece estar em crise neste mundo em transformação. Segundo Bauman (FRONTEIRAS, 2011), na década de 1920, inauguramos uma nova era da história mundial, com a passagem da sociedade de produção, para a sociedade de consumo. Segundo este sociólogo, o novo modelo de sociedade marcado pelo efêmero e por vezes descartável, trouxe transformações sociais aceleradas, nas quais há um desapego aos laços afetivos. Estes se tornam provisórios e podem nos conduzir a situações de desamparo social. Há um despreendimento das redes de pertencimento social, inclusive dos laços de família. Essa aparente liberdade tem levado o indivíduo a sofrer patologias tais como: depressão, solidão ou isolamento social. Vivenciamos a descartabilidade do ser humano, a exclusão social, que afetam as redes de apoio social e afetiva e desestabilizam o tecido social e sua coesão. Para Bauman (2001), “o elemento integrador de coesão social desmoronou-se”, no tempo que vivemos o que ele denomina Modernidade Líquida.

Ainda, segundo Bauman (FRONTEIRAS, 2011) e Leff (2002), a situação é agravada pelos impactos socioambientais advindos da tentativa do homem dominar e controlar a natureza através do desenvolvimento tecnológico e sob a égide da sociedade de consumo que obteve acesso a todos os tipos de recursos naturais, chegando ao limite da capacidade da sustentação da vida e suportabilidade do planeta.

A perspectiva a médio prazo, apesar da grande movimentação mundial em prol da preservação dos recursos naturais, é de aceleração do consumo, devido ao acesso contínuo e progressivo de pessoas ao mercado consumidor. Guimarães (2006, p. 18) alerta, que as projeções futuras deste modelo são pessimistas, pois o padrão de vida almejado pela população mundial que é vendido como modelo de qualidade de vida é a dos norte-americanos, que não condiz com a manutenção sustentável de nossos recursos naturais.

Mas, a crise carrega em uma de suas faces, a oportunidade da mudança. Segundo Leff (2002, p. 191) foi o risco ecológico que nos levou a questionar o conhecimento vigente que construiu este mundo insustentável e a repensar o ser para além do pensamento ocidental fragmentado, linear e reducionista. Foi a crise que possibilitou abrir novas vias de transformação do conhecimento e de nossas ações, orientados no sentido da reconstrução do mundo sob novas bases na relação sociedade natureza, por meio do diálogo e da hibridação de saberes que dessem conta da complexidade da vida e de suas múltiplas relações.

O paradigma da complexidade tem apresentado possibilidades para desvelarmos a crise civilizatória atual. Entretanto, não se pode cair em armadilhas paradigmáticas, que nos levem a agir de forma inconsciente com o passar do tempo, como se uma visão de mundo contivesse conceitos definitivos ou como se a história já houvesse acabado. Não se pode abrir mão de uma postura crítica e questionadora (GUIMARÃES, 2006, p. 18; LEFF, 2002, LOUREIRO, 2006).

A necessidade de criar novos modos de ser, estar e conviver no mundo, onde seja possível manter a sustentabilidade e a qualidade de vida em todo o sistema (humano e não humano, sensiente e não sensiente) e complexidade das relações e suas interconexões das relações sociais, dos modelos de sociabilidade, dos modelos de produção, de consumo e os impactos socioambientais, são desafios que deram origem e se apresentam alguns campos de conhecimento. Tanto a Educação Ambiental, como as Tecnologias Sociais, são campos teóricos em construção e cuja articulação abre possibilidades de promoção de resiliência comunitária e de transformação social, seja pela possibilidade e potencialidade nas ações, reflexões e práticas, ou seja, por possibilitarem através da própria práxis a migração do paradigma tradicional para o emergente.

A Educação Ambiental (EA) e as Tecnologias Sociais (TS) são construções alternativas em direção a um mundo sustentável. Segundo Loureiro (2002, 2004, p. 90, 2006), falar de uma Educação Ambiental Transformadora, corrente a qual me filio, é falar da educação enquanto “práxis social que contribui para o processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizatórios (...)”. A Educação ambiental é uma

atividade social de aperfeiçoamento do ser humano pela aprendizagem e pelo agir, vinculadas aos processos de transformação social que possibilitam a sustentabilidade da vida, que rompem com a sociedade capitalista, com a exclusão social e com formas alienadas e opressoras (LOUREIRO, 2004, 2006), possibilitando o desvelamento da realidade, através de movimento permanente, agir para conhecer e para transformar e assim ampliar a percepção de ser no mundo (LOUREIRO, 2004).

Um dos objetivos fundamentais da Educação Ambiental, previstos no inciso VI do artigo 5<sup>a</sup> da Lei Federal nº 9.795/99 (BRASIL, 1999) é o fomento e o fortalecimento da integração de ciência e tecnologia. Essa integração é urgente, tendo em vista que nenhuma ação humana tem produzido maior impacto socioambiental que a produção desenfreada de novas tecnologias. Uma tendência, nova neste campo, são as tecnologias sociais, “que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004, p. 26). Por terem um caráter emancipatório e participativo, a Educação Ambiental e as Tecnologias Sociais podem ser consideradas como promotoras de ações que possibilitam expressões de resiliência comunitária, pois promovem a construção conjunta de soluções e o empoderamento de grupos sociais que vivem situações de adversidades.

Neste trabalho, estudamos a experiência denominada “Rede Família”, que acontece na cidade do Rio Grande. Esta rede, desenvolveu uma tecnologia alternativa, pois não se adéqua aos princípios, parâmetros e características da tecnologia convencional, construída de fora, mas sim com a parceria de saberes populares e acadêmica, com a participação de diferentes setores sociais (público, privado, sociedade civil organizada, comunidade e indivíduos em geral), de diferentes disciplinas (pessoas com formação em diferentes áreas do conhecimento, acadêmicas e populares). Os integrantes atuam em rede, para garantir às crianças e adolescentes institucionalmente acolhidos, o direito à convivência familiar e comunitária. A rede analisada parte da concepção de que as famílias de crianças e adolescentes institucionalizados em sua maioria são famílias cujas redes de apoio social e afetiva não conseguem vencer a crise sociofamiliar e proteger suas crianças. Para tanto, necessitam de apoio e suporte para reforçar os seus vínculos junto ao tecido social. Esta experiência desenvolveu uma metodologia que numa avaliação superficial, parece eficaz para desinstitucionalizar pessoas. Por isso, está sendo reaplicada em diferentes segmentos igualmente vulnerabilizados.

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo geral estudar profundamente a experiência da Rede Família para investigar a eficácia da metodologia desenvolvida e se a mesma se constitui em uma tecnologia social, em conformidade com os critérios das

definições do conceito de Tecnologia Social (TS) para autores contemporâneos. Para tanto, foram realizadas as seguintes etapas com objetivos específicos:

a) estudar e compreender procedimentos utilizados na experiência Rede Família, identificar a sua natureza e descrever a metodologia utilizada;

b) estudar e verificar se a metodologia desenvolvida pela Rede Família se constitui em uma tecnologia social passível e eficaz para ser reaplicada em situações de risco, especialmente as que levam ao afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar;

c) averiguar a importância da participação do Sistema de Justiça no fomento da Rede Família e nos resultados obtidos para a garantia ao direito da convivência familiar e comunitária;

d) investigar o impacto da Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, na garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e na garantia da provisoriedade desta medida, através de estudo longitudinal, com levantamento de dados quantitativos sobre alterações no perfil da população acolhida, tempo de permanência na instituição, número de reintegrações e colocação em família substituta;

e) analisar estas tecnologias como possíveis promotoras de resiliência comunitária, e, por fim, e

f) verificar se a metodologia desenvolvida pela Rede Família se constitui em uma tecnologia social passível de ser reaplicada em outras **situações de risco**, que também levam ao afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar.

A presente tese de doutoramento realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental na linha da Educação Ambiental não formal parte da hipótese de que a metodologia desenvolvida pela rede de cooperação Rede Família constitui-se em uma tecnologia social promotora de resiliência comunitária, passível de ser reaplicada para garantir a provisoriedade da medida de acolhimento institucional, o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária e promover a implantação das ações do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, e que sua dimensão educativa apresenta interfaces com a Educação Ambiental.

Foram muitos os autores que fundamentaram teoricamente este estudo e guiaram a pesquisa e a consolidação deste trabalho, dos quais destacamos as principais referências conceituais: Na Educação, Paulo Freire; na Educação Ambiental, Carlos Frederico Loureiro, Enrique Leff, Marcos Reigota, Marcos Guimarães, Carlos Brandão; na Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, Rede de Apoio Social e Afetiva e Rede de Cooperação, Urie

Bronfenbrenner, Maria José Rodrigo, Jesus Palacios, Heloísa Szymanski, Maria Angela Mattar Yunes; na Resiliência, Heloísa Szymanski, Maria Angela Mattar Yunes; na Resiliência Familiar e Parental, Froma Walsh e Maria Jose Rodrigo; na Resiliência Comunitária, Elbio Nèstor Suares Ojeda, Ana La Jara, Cláudia Marques, Susana Rocca; na Tecnologia, Andrew Feenberg; nas Tecnologias Sociais, Renato Peixoto Dagnino, Instituto de Tecnologia Social.

Este trabalho se divide em cinco capítulos. No primeiro capítulo desta tese, apresento a fundamentação teórica das Redes de Apoio Social e Afetiva como mecanismos de proteção e promoção de resiliência individual, familiar e comunitária e entrelaço este estudo com a abordagem eco/biológica do desenvolvimento humano e com as redes de cooperação, enfocando diversos estudos que versam sobre a temática.

No segundo capítulo, apresento relações entre o conceito de Tecnologias e Tecnologias Sociais e a importância destes temas emergentes para a Educação Ambiental. Enfoco diversos estudos sobre as diferentes visões teóricas sobre este fenômeno e seu impacto social; este capítulo versa ainda sobre como e quem está produzindo tecnologia no Brasil e qual a repercussão social desta produção na melhoria da qualidade de vida da população e no desenvolvimento com sustentabilidade. A seguir, apresento mais detalhadamente as Tecnologias Sociais, suas raízes históricas, conceituação, princípios, parâmetros, implicações e dimensões. Por fim, estabeleço um diálogo entre as Tecnologias Sociais e a Educação Ambiental, campos de conhecimento com inúmeras convergências, conexões e interfaces.

No terceiro capítulo, apresento uma contextualização da experiência Rede Família, enquadrando-a no tempo, espaço e sua história.

No quarto capítulo, destaco os pressupostos metodológicos que constituem os referenciais da pesquisa, o seu contexto, os participantes descrevendo os procedimentos de geração de dados (entrevista semi-estruturada, inserção ecológica e dados documentais) e as formas de análise apontando a Análise Textual Discursiva como ferramenta de interpretação.

No quinto capítulo, apresento os resultados da pesquisa propriamente dita e a discussão destes com os referenciais teóricos. Apresento ainda as interpretações realizadas no processo de pesquisa, buscando trazer um novo olhar sobre a experiência Rede Família, a partir da sistematização, análise de sua tecnologia e identificação de sua natureza. Esta fase possibilitou a emergência das seguintes categorias: Sistematização da Metodologia da Rede Família; Importância da Participação na Rede Família do Sistema de Justiça e de forma especial do Ministério Público; A Metodologia Desenvolvida pela Rede de Cooperação Rede Família; Tecnologia Social promotora de Resiliência; Rede Família em diálogo com a Educação Ambiental.

Por último, apresento as considerações finais, reflexões acerca do alcance dos objetivos do estudo, o impacto da metodologia da Rede Família na garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária e da possibilidade de sua reaplicação para implementação de políticas públicas e seus planos por órgãos de controle social e fiscalização e garantia de direitos de outros segmentos vulnerabilizados.

# CAPÍTULO I

## REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE RESILIÊNCIA

*Nenhum homem é uma ilha isolada; cada homem é uma partícula do continente, uma parte da terra: se um torrão é arrastado para o mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse a casa dos teus amigos ou a tua própria; a morte de qualquer homem diminui-me, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntes por quem os sinos dobram; eles dobram por ti.*

(John Donne no prefácio de “Por quem os Sinos Dobram”, de Ernest Hemingway)

*Terra, pedaço do meu corpo, meu corpo além da minha pele, seio em que me alimento, e se ele se secar, eu morro.*  
(Rubem Alves)

Neste capítulo apresentaremos um estudo sobre rede de apoio social e afetiva e sua potencialidade como mecanismo de proteção e promoção de resiliência individual, parental e comunitária.

A atuação em rede é uma das principais estratégias de atenção da Rede Família. A Rede em estudo busca aglutinar em torno das famílias das crianças e adolescentes acolhidas ou egressas do sistema de acolhimento, as suas redes parentais, comunitárias, de atendimento, para que, em cooperação compartilhem a sua atenção e sejam auxiliadas e apoiadas na superação dos motivos que as levaram ao afastamento de seus filhos.

A Rede Família tem como base a concepção de que a maioria das famílias de crianças e adolescentes acolhidas não conseguiram vencer uma crise de vida e proteger suas crianças e adolescentes. Portanto, necessitam reforçar a sua rede de apoio social e afetiva. Assim, encontrar um arcabouço teórico que possibilite desvelar a veracidade deste paradigma faz-se prioritário para melhor compreensão dos estudos em questão.

## 1 REDE DE APOIO SOCIAL

Nos últimos anos o debate gerado em torno da garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária e das respostas sociais de apoio às famílias das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente adquiriu crescente relevância com a aprovação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) em dezembro de 2006 (BRASIL, 2006). A visibilidade deste tema encontra-se na centralidade que esta questão tem tido na agenda política e social, bem como na propagação de iniciativas que têm como preocupação central as questões ligadas à garantia da convivência familiar e comunitária e ao apoio social e afetivo, a exemplo da Rede Família.

As redes de apoio social têm sido tema de estudos há muito tempo e em vários campos do conhecimento científico. Interessa-nos as abordagens da sociologia e da antropologia que dão ênfase a quantidade e aos tipos de contatos sociais que o indivíduo estabelece em seu ambiente. Igualmente importante é a abordagem da Psicologia pois estuda a influência das redes de apoio social sobre o desenvolvimento das pessoas no decorrer de suas vidas.

Para o antropólogo John Barnes o conceito de rede social é o de um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos (BARNES, 1987, p. 163). Este conceito vem se ampliando, pela percepção do poder de transformação social da cooperação como atitude que enfatiza pontos comuns em um grupo para gerar benefícios mútuos, solidariedade e parceria.

A rede social pode ainda ser concebida por uma estrutura de amplitude e grau de intimidade comparável às famílias. Entretanto, não se baseia apenas em grau de parentesco e está mais representada pela visão da família extensa multigeracional somada aos amigos, colegas e vizinhos. Atualmente só adquire visibilidade em raras ocasiões, tais como: nascimentos, casamentos e mortes. Quando um de seus integrantes atravessa uma situação difícil, esta rede pode encontrar em si mesmo, os recursos para superar e responder a crise (NETTO, 2003).

Segundo Bauman (FRONTEIRAS, 2011), a passagem da sociedade de produção, para a sociedade de consumo, que aconteceu nos anos 20, está provocando alterações na dinâmica e coesão das redes de suporte social, com o surgimento de um novo modelo de sociabilidade marcado pelo efêmero, pelo descartável e pelo consumismo voraz de novidades em todos os campos da vida humana. Segundo o referido autor, tudo é consumível, inclusive as relações. Isto tem causado transformações sociais aceleradas, afetando a segurança nas relações, pois o

indivíduo tem que constantemente construir uma nova identidade, novos projetos de vida para dar conta deste tempo de incertezas e mudanças repentinas. Segundo Bauman (FRONTEIRAS, 2011), há dois valores essenciais para uma vida satisfatória e relativamente feliz. Um é segurança, o outro é liberdade. Segurança sem liberdade é escravidão. Liberdade sem segurança é o caos, torna impossível o fazer, o planejar, o sonhar. Mas, como ter segurança atualmente neste mundo líquido? Como comprometer-se se tudo é efêmero?

Daí a proliferação das redes sociais virtuais, fenômeno deste tempo e de seus conceitos. Segundo Bauman (2004, p. 12) a atratividade pelas amizades nas comunidades virtuais está na facilidade de se conectar e se desconectar. Essa nova forma de relacionar-se pode gerar relações profundas, mas outras muito superficiais, que podem ser facilmente desfeitas a cada mudança de cenário. Resultado disto é que os laços afetivos e as redes de pertencimento social também se tornam provisórios. Este sentimento de insegurança individual e social tem conduzido o indivíduo a patologias tais como: depressão, solidão, isolamento. Segundo o Relatório Global sobre a Depressão da Organização Mundial de Saúde, publicado em 2011 e baseado em estudo que analisou a incidência da depressão em dezoito países, essa doença é a 3ª entre as principais causas de morbidade. A perspectiva é que se persistir a incidência em 2020, estará em segundo lugar. Segundo este relatório a depressão afeta 121 milhões de pessoas em todo o mundo e é responsável por cerca de 850 mil mortes a cada ano, principalmente causadas por suicídios (BROMET *et al.*, 2011).

## **2 REDES DE APOIO SOCIAL E AFETIVA**

No que tange ao campo da psicologia, ciência que tem estudado as redes de apoio social desde a década de 50, menciona-se três autores fundamentais: Kurt Lewin criador da Teoria de Campo, Levy Moreno, do psicodrama e, na década de 70, Urie Bronfenbrenner idealizador do modelo da Bioecologia do Desenvolvimento Humano.

O apoio fornecido pelas redes sociais tem sido objeto de estudo da psicologia, devido à influência que as mesmas podem ter sobre o desenvolvimento e o bem estar do indivíduo no decorrer da sua vida (BRONFENBRENNER, 1996). Segundo Brito; Koller (1999), rede de apoio social é “conjunto de sistemas e de pessoas significativas, que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo (...)” Foi acrescido a este conceito, o

componente afetivo em função do valor do vínculo de afeto para a constituição e manutenção do apoio (BRITO; KOLLER, 1999).

Apoio social tem a ver com as relações que uma pessoa estabelece na vida e que podem influenciar de forma significativa a definição da personalidade e desenvolvimento com reflexos sobre a sua saúde e bem-estar (BRITO; KOLLER, 1999). Os laços sociais duradouros são importantes porque fornecem ajuda em tempos de necessidade, permitindo enfrentamento e superação de momentos de crise (BRITO; KOLLER, 1999; BEIGEL; NAPARSTEK; KHAN, 1980). Podem, portanto, ser protetores e promotores de resiliência (YUNES, 2003).

Segundo Brito; Koller (1999), a existência de vínculos e relações, o desempenho de diferentes papéis no decorrer da vida, permitem que o indivíduo se desenvolva emocional e socialmente, obtendo mais recursos para sua satisfação, bem-estar subjetivo e saúde mental. Três aspectos são determinantes para o desenvolvimento “adaptado”: possuir uma rede de apoio social disponível para auxiliar na superação de crises que acontecerão ao longo da vida; que a rede de apoio seja ligada por liames afetivos, que proporcione um desenvolvimento em ambiente familiar coeso; e, por fim, características próprias do indivíduo, tais como: autoestima, orientação social positiva e autonomia (HOPPE, 1998; BRITO; KOLLER, 1999; YUNES, 2003). Estes três elementos são compatíveis com o que Masten; Garmezy (1985) chamavam de fatores de proteção na década de 80.

Segundo Bronfenbrenner (1996), o conceito de rede de apoio deve dar conta das mudanças que acontecem ao longo da vida, não apenas na pessoa, mas também em seu ambiente ecológico, na sua interação com ele e na sua crescente capacidade de descobrir, sustentar ou alterar as propriedades do meio e de suas relações. A avaliação de uma rede de apoio social e afetiva deve ser feita através de estudos longitudinais que contemplem a dimensão dinâmica do desenvolvimento e a atuação em situações peculiares no decorrer da vida do indivíduo. Sabe-se que a necessidade de apoio aumenta em determinadas circunstâncias e fases da vida, como por exemplo, em situações de doenças crônicas e/ou na terceira idade.

A convivência com outros seres humanos e a interação implica em trocas, principalmente trocas afetivas, que possibilitam o desenvolvimento pela diversidade de papéis, alteração e equilíbrio de poder, conjunção de olhares, contato físico, respeito mútuo. Estudos têm comprovado que há uma relação entre resiliência e apego (FONAGY, 2003; GANDRA; FARIAS, 2000). A teoria do apego de Bowlby (1988) afirma que as pessoas tem necessidade de formar vínculos afetivos estáveis e que interrupções e conflitos podem resultar

em distúrbios psicológicos, psicossociais ou psicossomáticos (VERGARA, 2008). A teoria do apego enfatiza ainda a importância do vínculo inicial da criança com sua mãe (ou cuidador primário), afirmando que crianças com apego seguro veem na atitude da mãe/cuidador ou outra figura substituta, uma imagem de si mesmo. Na fase adulta as pessoas também dirigem seus comportamentos de apego às instituições, grupos religiosos, grupos políticos, grupos de trabalho (GANDRA; FARIAS, 2000; VERGARA, 2008).

Conforme Bowlby (1988, p. 64), a rede de apoio social e afetiva eficiente está associada:

[...] a prevenção de casos de abuso e negligência nas famílias; maior sucesso na escola, fortalecimento de uma auto-imagem positiva e de competência, reforço do senso de pertencimento, melhoria na capacidade de adaptação das pessoas ao ambiente, melhoria na qualidade de relacionamento das pessoas, proteção de situações de risco.

Bronfenbrenner (1996), aponta estudos que salientam, a influência de uma rede de apoio afetiva eficaz e efetiva para a produção de estratégias e respostas eficazes e efetivas às situações de crises, com uma redução de sintomas psicopatológicos, como depressão e sentimento de desamparo. Na ausência desta rede, pode-se verificar o aumento da vulnerabilidade das pessoas frente a uma situação de risco.

A força e manutenção de uma rede de apoio social e afetiva eficaz e efetiva dependem da motivação de seus membros, da qualidade dos vínculos estabelecidos, do contentamento recíproco, da habilidade social e necessidade da relação dos seus integrantes (BRONFENBRENNER 1996; BRITO; KOLLER, 1999; HOPPE, 1998).

Pesquisadores contemporâneos destacam o papel fundamental da família como apoio social e afetivo para o desenvolvimento saudável da criança (BARUDY; DANTAGNAN, 2005; BAUMAN, 2004; CYRULNIK, 2004; PALACIOS, 1998; RODRIGO, PALACIOS, 1998; RODRIGO; RODRIGUEZ; MARRERO, 1993) e seus reflexos nos demais ciclos da vida. A importância da família sofre mutações no decorrer do ciclo da vida. Às vezes esta intercala com os amigos como importantes fontes mantenedoras de bem-estar e saúde na vida das pessoas (BRITO; KOLLER, 1999).

### 3 FAMÍLIA, INSTITUIÇÃO E APOIO AFETIVO

A família tem sido muito debatida e estudada, por ser em geral, a primeira rede de apoio afetiva da pessoa. Suas funções têm passado por grandes modificações ao longo da história. Com isso, o conceito de grupo familiar também tem se modificado. Entretanto, sua importância continua inquestionável.

Alguns setores da sociedade debateram a “morte ou a falência” da família, referindo-se ao modelo tradicional, composto por um casal heterossexual e seus descendentes e ascendentes e os principais responsáveis pela formação e socialização das crianças. Tal modelo continua existindo, mas em paralelo com vários outros tipos de composição familiar - famílias monoparentais, chefiadas pela mulher ou pelo homem; descasadas; recasadas; com membros de diferentes gerações; uniões homoafetivas, entre outros (SZYMANSKI, 1992, 2004; GARCIA; YUNES, 2006). O avanço está no reconhecimento social de que sempre coexistiram com o modelo tradicional outros arranjos familiares, tão legítimos e importantes como aquele.

A família como um contexto de desenvolvimento propicia intercâmbios expressivos entre as pessoas e destas com os diversos contextos ecológicos (BRONFENBRENNER, 1996; PALACIOS, 1998; RODRIGO, 2008). Indiscutivelmente, a família contribui no processo educativo dos seus integrantes (GARCIA; YUNES, 2006). O cuidado familiar constitui-se num ato educativo, pois ao cuidar da criança os pais estabelecem interações, vínculos, padrões de comunicação, transmissão de valores e crenças, atendimento às necessidades básicas, fatores essenciais para a promoção do crescimento / desenvolvimento infantil (BARUDY; DANTAGNAN, 2005).

A psicologia do desenvolvimento humano destaca a importância fundamental dos primeiros anos de vida, afirmando que o desenvolvimento saudável neste período amplia as probabilidades dos indivíduos enfrentarem e superarem períodos de crise no futuro. A segurança e o afeto sentidos nos cuidados dispensados, inclusive pelo acesso social aos serviços, bem como as primeiras relações afetivas, podem contribuir para a capacidade da criança construir novos vínculos; para o sentimento de segurança e confiança em si mesma, em relação ao outro e ao meio; desenvolvimento da autonomia e da autoestima; aquisição de controle de impulsos; e capacidade para tolerar frustrações e angústias, dentre outros aspectos (BRASIL, 2006).

Embora este contexto tenha fundamental importância, há situações em que acontecem o enfraquecimento e o rompimento dos laços afetivos familiares, o que leva à institucionalização de alguns membros da família (dependentes de cuidado pela idade, ou por fragilidade física ou mental), por abandono ou outro tipo de violência (MARZOL; BONAFÉ; YUNES, 2012). As repercussões no sentimento de segurança e pertencimento variam em gravidade, mas o impacto da institucionalização não pode ser negado (MARZOL; BONAFÉ; YUNES, 2012; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006). Esta demanda e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária têm sido foco de políticas públicas há poucos anos e voltam-se para o apoio, orientação e educação da família para superação dos motivos que as levaram ao afrouxamento das relações. Pode-se constatar o avanço significativo destas discussões na implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de políticas públicas com este escopo. Por isso, com objetivo de melhor compreender as vicissitudes deste fenômeno social, neste trabalho, a experiência analisada é referente às crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e as repercussões da possível fragilidade dos laços afetivos no seu desenvolvimento saudável.

Em estudo realizado por Juliano (2005), a autora aponta que dentre os tipos de vulnerabilidade que demandaram o acolhimento institucional de crianças e adolescentes na ocasião do estudo, 70% dos casos foi devido à fragilidade no papel dos responsáveis. Este dado reafirma a ideia de que o exercício da parentalidade não é uma habilidade inata, que os pais não nascem sabendo ser pais, e que devem aprender a educar seus filhos, seja com exemplos de gerações anteriores ou no cotidiano da prática de cuidado e de educação (BARUDY; DANTAGNAN, 2005; GARCIA, 2012; RODRIGO, 2008). No entanto, é raro ser oportunizada às famílias um espaço de reflexão, de construção dos papéis e de práticas familiares.

Considerar que o desenvolvimento humano é influenciado por uma complexidade de sistemas ecológicos auxilia a compreender os múltiplos fatores econômicos, sociais, afetivos e morais que fazem com que muitas famílias deixem de cumprir o seu papel de proteção e coloquem em risco a vida psicológica dos filhos. Ao analisar as situações adversas com este olhar ecológico-sistêmico, não se culpabiliza apenas a família, pois se considera que esta sofre influências de muitos outros mecanismos de risco gerados pelas condições sociais desfavoráveis (VASCONCELOS; GARCIA; YUNES, 2009). Necessário se faz, portanto um grande movimento em prol do cuidado com os indivíduos, com as famílias e comunidades, partindo-se do princípio de que as partes influenciam o todo e vice-versa.

É sabido que a presença de estressores psicossociais dificulta a adequada realização da tarefa dos pais e o exercício da parentalidade saudável e positiva. O perfil das famílias das crianças e adolescentes em acolhimento institucional (BRASIL, 2006) demonstra que estes estão envolvidos em situações de risco pela presença de estressores, tais como: situação de miséria; violência intergeracional; condições precárias de moradia; problemas de saúde (doenças mentais, drogadição, dentre outros); desemprego e trabalho informal; baixa escolaridade; problemas com a justiça; dificuldades no acesso aos serviços sociais e em compreender as informações e os encaminhamentos realizados; carência ou ineficácia de alguns serviços de atendimento às necessidades das famílias; pobreza ou exaurimento das redes de apoio social percebidas. Tais fatores de risco experienciados pelo grupo familiar, acabam por expor crianças e adolescentes e resultar em situações tais quais: negligência, agressão física, violência psicológica e abuso sexual que, somados às dificuldades sócio-econômicas, culminam com a medida de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Partindo do princípio de que 86% das crianças e adolescentes em situação de risco (nas ruas ou acolhimento institucional ou familiar) têm família (JULIANO, 2005), conclui-se que todo o esforço despendido na condução de satisfação das necessidades da criança e do adolescente, é o trato da consequência do problema. Quando assistimos suas famílias, estamos tratando da causa ou de algumas origens desse problema. Com esse conceito, entendemos ser impossível promover qualquer ação que dissocie as duas partes, que resultariam em trabalhos de intervenção fragmentado e pouco eficaz.

Sabe-se que a institucionalização de crianças e adolescentes ainda é a única saída em muitas cidades brasileiras, devido a ausência de políticas públicas, programas e serviços que atendam as famílias. Esta medida deve ser temporária e cumprir determinados princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tais como manter os vínculos familiares das crianças e adolescentes e a sua participação na vida da comunidade local, não desmembrando os grupos de irmãos, atendendo em pequenos grupos e preparando gradativamente para o desligamento da instituição, entre outros (BRASIL, 1990).

Através de estudos realizados por Yunes; Miranda; Cuello (2004) em Rio Grande, pode-se constatar que o ambiente institucional e as relações estabelecidas neste meio pela criança/ adolescente, podem apresentar tantos ou mais riscos ao desenvolvimento cognitivo, social e afetivo quanto à permanência na família da qual a pessoa em desenvolvimento foi retirada, podendo comprometer a construção de suas identidades e projetos futuros.

Diversos autores clássicos da Psicologia do Desenvolvimento (BOWLBY, 1988; DOLTO, 1991; NOGUEIRA, 2004; PEREIRA, 2003; SPITZ, 2000; WINNICOTT, 2005)

asseguram que o afastamento da criança e do adolescente da família, com posterior medida de acolhimento institucional, pode vir em detrimento do seu desenvolvimento, principalmente quando não for acompanhada de cuidados adequados, conduzidos por um adulto com o qual possam manter uma relação afetiva estável, até a reintegração familiar (BRASIL, 2006). Este tem sido o desafio para as entidades de acolhimento, ou seja, fazer com que o tempo da institucionalização seja também um tempo de recuperação dos impactos da violência sofrida, do afastamento da família, da comunidade, dos amigos e mais, um período que proporcione convivência saudável.

Sabendo-se que a maioria das crianças sob medida de acolhimento institucional está fora da faixa etária procurada para adoção e que mais da metade dos desligamentos se dá por retorno à família biológica (JULIANO, 2005), mostra-se relevante e prioritário o trabalho de fortalecimento da rede de apoio social das famílias de crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente, bem como tratar de fortalecer o sentido de parentalidade dos cuidadores primários (BARUDY; DARTAGNAN, 2005).

Toda criança e adolescente deseja e necessita usufruir da convivência familiar, e, segundo Bronfenbrenner (2002) a ausência de intercâmbios com um ou mais adultos que queiram o bem incondicional das crianças que estão sob seus cuidados pode se constituir numa ameaça ao seu desenvolvimento psicológico sadio. Portanto, se o ambiente do microssistema instituição for empobrecido de interações de qualidade desenvolvimental, isso pode se constituir em risco para a criança e adolescente abrigado (MARZOL; BONAFÉ; YUNES, 2012; YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004).

A preservação da família é uma meta que vem sendo perseguida em vários países para que ocorra o desenvolvimento sadio aliada à parentalidade positiva (CONSELHO DE EUROPA, 2006; RODRIGO *et al.*, 2008). Por isso, seguindo esse movimento global, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente vem a 22 anos, tentando garantir às crianças e adolescentes o direito irrefutável à convivência familiar.

Para efetivar-se como proteção, o caráter provisório, deve ocorrer concomitantemente a um acompanhamento, apoio e orientação da família (VASCONCELOS; GARCIA; YUNES, 2009), com imprescindível continuidade após a reintegração (CRUZ, 2011). Assim, deve existir a aplicação de medidas cabíveis aos pais ou responsáveis (artigo 129 do ECA), e a reintegração só pode se dar quando do término da situação de risco, com o fortalecimento do vínculo.

Diante da impossibilidade do retorno, deve-se pensar em outras formas que garantam a convivência familiar (com outras famílias) e comunitária, pois é neste microssistema que o ser

humano tem suas oportunidades de crescimento em todos os níveis (material, psicológico, afetivo, espiritual).

Dentro de uma instituição, crianças e adolescentes são expostas ou “entregues” a cuidadores em regime de trabalho plantonista e a vínculos “afetivos” profissionais e percebidos por estes como efêmeros, diante da própria característica desta medida “protetiva”, que é a provisoriedade (MARZOL; BONAFÉ; YUNES, 2012), ficando prejudicada a formação de seus modelos de comportamento e o estabelecimento de vínculos. Os contextos institucionais são caracterizados por uma estimulação reduzida da pessoa desenvolvente e pela ausência de pessoas com as quais esta possa estabelecer um relacionamento diádico primário. Esse ambiente por vezes empobrecido atua em detrimento do desenvolvimento da criança e adolescente abrigados e da formação de uma base para atuação em sociedade.

No nível mais geral, a instituição é uma estrutura formal em que as cuidadoras são profissionais ou paraprofissionais, enquanto o lar é, em comparação, altamente informal, e as cuidadoras são amadoras, cujos motivos para desempenhar seu trabalho são muito diferentes. A análise da pesquisa sobre a natureza das estruturas interpessoais mais conducentes ao desenvolvimento humano resultou numa formulação (hipótese 7) que enfatizou “a participação da pessoa em padrões progressivamente mais complexos de atividades recíprocas com alguém a quem esta pessoa desenvolveu um apego emocional sólido e duradouro”. **Alhures, eu me referi a este requerimento como a necessidade que a criança tem “de um envolvimento irracional duradouro com um ou mais adultos no cuidado e atividade conjunta com a criança”** (BRONFENBRENNER, 2002, p. 124. grifo meu).

O ambiente institucional muitas vezes apresenta-se padronizado e emocionalmente árido, não oportunizando trocas recíprocas, equilíbrio e a alternância de poder entre a pessoa em desenvolvimento e os cuidadores, o que não propicia que esta se enxergue na relação com o outro, no ambiente onde vive.

Insta acentuar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, desde sua promulgação em 1990 propõe uma modificação nestes ambientes, que estão sendo implementadas de forma mais homogênea nas diversas regiões do país a partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que organizou a matriz de funcionamento do SUAS, da publicação Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) (BRASIL, 2006) e das Orientações Técnicas aos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), exarada conjuntamente pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e pelo Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA), que apresenta parâmetros de funcionamento para estes serviços e orientações metodológicas para que possam atender seu papel protetivo e de restabelecimento de direitos, integrando uma rede de

proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento de suas famílias.

Diante das possibilidades de risco, promover processos de resiliência em todos os segmentos de ação para diminuir a distância entre os mecanismos legais e o dia-a-dia de violações na vida de crianças e adolescentes, é um desafio colocado ao sistema de garantia de direitos e às políticas públicas direcionadas à plenitude da cidadania infanto-juvenil. Por ser um construto relacional, resiliência, boa qualidade e funcionamento adequado de uma rede de relações são dimensões interdependentes e condicionam o desenvolvimento saudável de pessoas e grupos.

#### **4 RESILIÊNCIA**

Os esforços das pessoas e grupos para vencerem as adversidades e situações traumáticas acompanham a história da humanidade. Muitos estudos têm sido realizados no campo da Psicologia para descobrir e analisar as repercussões dos fatores traumáticos, alguns denominados atualmente como “fatores de risco”, considerando a abordagem dos consequentes efeitos negativos e as possibilidades terapêuticas e de prevenção.

Há algumas décadas alguns pesquisadores começaram a observar e estudar indivíduos e grupos que mesmo expostos à situações traumáticas, pessoais, familiares e sociais, conseguiam desenvolver-se bem e continuar crescendo (MASTEN; GARMEZY, 1985; RUTTER, 1985, 1987; WERNER, 1989). Os estudos sobre a “capacidade” das pessoas e dos grupos para superarem as situações adversas e traumáticas é conhecido hoje, pelo termo resiliência. Este fenômeno, provavelmente tão antigo como a humanidade, foi a maneira que tiveram muitos povos de resistir frente às inúmeras dificuldades que marcaram a história da evolução da humanidade.

A partir das observações sobre os processos envolvidos nos mecanismos de adaptação e ajuste/desajuste, foram elaborados os conceitos de resiliência, vulnerabilidade, risco e proteção (DE ANTONI *et al.* 1999; YUNES; SZYMANSKI, 2001, entre outros).

Intimamente associada ao conceito de resiliência está a questão do risco. Para Garmezy (1996), o significado de risco relaciona-se a fatores que acentuam ou inibem distúrbios, transtornos e respostas desadaptadas. Este significado implica na consideração de que o risco pode levar uma pessoa a respostas diferenciadas, à vulnerabilidade ou à

resiliência. Vulnerabilidade corresponde às sensibilidades pessoais que potencializam o efeito dos fatores de risco (YUNES; SZYMANSKI, 2001). A pessoa vulnerável se sente incapaz de procurar alternativas para enfrentar crises ou quando as enfrenta o faz de forma ineficaz, subutilizando suas estratégias de coping. Já a resiliência aponta para uma resposta positiva eficaz à superação da situação de risco e uma consequente “adaptação” e fortalecimento pessoal. Por isso, mais do que adaptação, os estudos atuais sobre resiliência buscam compreender as transformações “positivas” no desenvolvimento humano, decorrentes de processos de vivências de diferentes formas de sofrimento que podem gerar empoderamento (YUNES, 2010).

Estes estudos levaram a uma mudança de paradigma ao proporem uma percepção centrada nas capacidades dos indivíduos e grupos para a superação das experiências traumáticas, no seu potencial de saúde, em vez de focar nos aspectos negativos, doenças, sintomas, carências. Tal perspectiva é coerente com o movimento intitulado Psicologia Positiva, divulgado no século passado por Martin Seligman e muitos seguidores.

Os estudiosos, a partir da década de 90, “passaram a focar a resiliência na perspectiva da abordagem ecossistêmica, considerando que o processo de adaptação seria o resultado da dinâmica entre o ser humano, os grupos e seu meio ambiente” (COSTA; BIGRAS, 2007).

Segundo esta abordagem, as trocas entre o indivíduo, os grupos e o ambiente são as mais diferenciadas possíveis, uma vez que o indivíduo interage continuamente com o seu meio, sofrendo o impacto deste e, ao mesmo tempo, provocando reações nos ambientes (COSTA; BIGRAS, 2007).

Segundo Pesce (2005, p. 436), pode-se compreender resiliência como “o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo em um ambiente não sadio”. Novamente fica perceptível o enfoque nos processos que resultam da combinação entre os atributos da pessoa ou grupos e seu ambiente familiar, social e cultural. Deste modo, a resiliência não pode ser pensada como um atributo que nasce com o sujeito, nem meramente adquirido durante seu desenvolvimento. São processos interativos entre a pessoa e seu meio, considerados como variações individuais em resposta ao risco, sendo que os mesmos fatores causadores de estresse podem ser experienciados de formas diferentes por pessoas diferentes, não sendo a resiliência um atributo fixo do indivíduo (RUTTER, 1987; YUNES, 2001).

Muitos autores ressaltam que não há uma definição consensual do conceito de resiliência, sendo o mesmo caracterizado em termos mais operacionais do que descritivos (JUNQUEIRA; DELANDES, 2003; PESCE *et al.* 2004).

Entretanto, para efeitos de realização deste trabalho de pesquisa, resiliência será tratada e referida enquanto um fenômeno dinâmico que se constitui por um conjunto de processos de vida que possibilitam o enfrentamento de situações de sofrimento com conseqüente fortalecimento, transformação pessoal e superação das adversidades de indivíduos, grupos e comunidades (YUNES, 2010). Estudar resiliência só tem sentido teórico e pragmático diante da comprovada existência de elementos vitais de risco e de proteção.

#### **4.1 Risco e Proteção**

Fatores de risco são obstáculos individuais ou ambientais que podem aumentar a vulnerabilidade das pessoas. Ao se tratar de crianças e adolescentes, alguns exemplos de fatores de risco são: condições de pobreza extrema, rupturas e conflitos na família, feridas provocadas por fatores como o abuso físico ou sexual e os maus tratos, experiências de doença no próprio indivíduo ou na família, perdas ou ausências de figuras significativas que deveriam proporcionar os cuidados necessários para o desenvolvimento físico, emocional e mental da criança e do adolescente. A análise dos fatores de risco não deve ser realizada de forma estática, pois este decorre de processos, e o impacto destes fatores depende, por exemplo, do número total de fatores de risco a que uma criança ou um adolescente foi exposto. Importa ainda, o período de tempo, o momento da exposição e o contexto, mais do que uma única exposição grave (ENGLE; CASTLE; MENON, 1996; RUTTER, 1987; YUNES; SZYMANSKI, 2001).

Vale salientar que, a percepção e a interpretação individual de experiências negativas e o sentido atribuído a um evento estressor é que o classificará ou não como condição de estresse. Por essa razão, um evento pode ser enfrentado como perigo por um indivíduo, e para outro, ser apenas um desafio (YUNES; SZYMANSKI, 2001). Segundo Pesce *et al.* (2004, p. 137), “seja o que for que se constitui em risco, é possível aprender formas de enfrentamento a partir da convivência com indivíduos que o vivenciaram e ultrapassaram com sucesso”. Fica clara, portanto, a dimensão relacional do conceito de resiliência, já referida por inúmeros autores (CYRULNIK, 2001; WALSH, 2005; YUNES, 2010).

Segundo Rutter (1987) a característica essencial dos processos de proteção é de provocar uma modificação da resposta do indivíduo aos processos de risco. Possuem quatro principais funções: (1) reduzir o impacto dos riscos, fato que altera a exposição da pessoa à situação adversa; (2) reduzir as reações negativas em cadeia que seguem a exposição do indivíduo à situação de risco; (3) estabelecer e manter a autoestima e autoeficácia, através de estabelecimento de relações de apego seguras e o cumprimento de tarefas com sucesso; (4) criar oportunidades para reverter os efeitos do estresse (RUTTER, 1987).

Um conceito importante para a compreensão de resiliência nos indivíduos é o de *coping* (GARMEZY, 1988; RUTTER, 1981, 1996; YUNES; SZYMANSKI, 2001). A palavra *coping* refere-se a esforços individuais, cognitivos e comportamentais, para lidar com demandas específicas de situações indutoras de estresse e avaliadas como sobrecarregando ou excedendo os recursos pessoais. (FOLKMAN; LAZARUS, 1985). Estes esforços podem estar direcionados para ajustar o estado emocional associado ao estresse ou para enfrentar a situação que lhe deu origem. Estratégias de *coping* mais voltadas para o enfrentamento direto dos problemas ou a elaboração das dificuldades são mais encontradas em indivíduos definidos como “resilientes”, podendo moderar o efeito das adversidades, tornando-se um fator protetivo (PESCE *et al.*, 2004). Para alguns autores, nos indivíduos definidos como “resilientes” há menor utilização de estratégias de coping de evitação dos problemas (PESCE *et al.*, 2004).

O impacto de algum fator positivo ou negativo na infância pode muitas vezes não ser manifestado a curto-prazo, mas contribuir na formação de cadeias de reações onde um evento negativo pode ligar-se a outro. Por outro lado, um evento bem-sucedido proporciona outros do mesmo tipo. Segundo Pesce *et al.* (2004):

O coping ilustra a importância das diferenças individuais nos níveis social, psicológico e neuroquímico. A estratégia de coping utilizada pela criança ou adolescente não é baseada em um evento único, mas apreciada como resultado das experiências já vividas. O acúmulo de eventos ao longo do tempo é o que contribui para a resiliência ou vulnerabilidade psicológica. Por exemplo, Rutter (1981, 1989) questiona a possibilidade de experiências adversas nos primeiros anos de vida alterarem o curso de desenvolvimento subsequente ou influenciar nas respostas do indivíduo a eventos estressores que surjam em fases posteriores (juventude e vida adulta)

Diante dos fatores potencialmente geradores de desequilíbrio para cada indivíduo, os mecanismos de proteção são tomados como o ponto chave necessário para o restabelecimento do equilíbrio perdido e demonstração de competência apesar da adversidade.

É interessante ressaltar que o enfoque da resiliência foi estendido também aos contextos familiares e comunitários. Do mesmo modo, é possível identificar famílias e

comunidades que desenvolvem condições de proteção eficazes para superar as adversidades que decorrem das condições de risco.

## 4.2 Resiliência Familiar

Conforme já referido, resiliência refere-se a processos de superação dos desafios da vida com resultados de consequentes transformações pessoais e ambientais. Pode ser desenvolvida pelo indivíduo, como vimos acima e por sistemas como a família, a escola, grupos, comunidades, sociedade.

É sabido que toda e qualquer família é afetada por crises e eventos estressantes, alguns previsíveis advindos dos ciclos da vida familiar (nascimento do primeiro filho, filhos pequenos, filhos adolescentes, a saída dos filhos, aposentadoria, a velhice, dentre outros) e outros imprevisíveis (falecimento de algum membro, divórcio, doença, desemprego, etc). Segundo Walsh (2003, 2005), o que distingue uma família de outra, não é ausência de problemas, mas como ela enfrenta estes problemas e a sua competência para resolvê-los. As crises podem estimular o sistema familiar a desenvolver habilidades e recursos. Segundo a mesma autora, os melhores tempos podem ser os piores, o que significa que se aprende e pode-se crescer existencialmente com as crises e conflitos.

Hawley; DeHann (1996) elaboraram o construto de resiliência familiar como um processo de desenvolvimento diferenciado para cada família, de acordo com uma perspectiva temporal, evolutiva e dentro de sua visão singular de mundo, ou seja, a partir da percepção de como a família interpreta a realidade e interage com o meio. Resiliência familiar é um construto relativamente recente, cujos estudos têm sido liderados por Froma Walsh desde o início dos anos 90, culminado com seu livro editado no Brasil em 2005 e original de 1998 nos Estados Unidos da América (EUA) (WALSH, 1996, 1998, 2005).

Os diferentes contextos e o sistema familiar afetam a adaptação do indivíduo, podendo aumentar ou diminuir o impacto de fatores de risco (SEIFER *et al.* 1992; DE ANTONI *et al.*, 1999). A família tem sido um recurso negligenciado nas intervenções que visam estimular a resiliência em crianças e adultos. Segundo Walsh (2003, 2005) os processos familiares sempre atuam como estímulos a resiliência ou a vulnerabilidade de seus membros nos momentos de crise.

Para Walsh (2005), o termo “resiliência familiar” refere-se aos processos de enfrentamento e adaptação da família *como uma unidade funcional*. A autora defende uma

perspectiva sistêmica que nos permite compreender como os processos familiares intervêm no estresse e permitem à família superar a crise e enfrentar dificuldades prolongadas. Ainda, segundo, esta autora

(...) o foco da resiliência em família deve procurar identificar e implementar os processos-chave que possibilitam que famílias não só lidem mais eficientemente com situações de crise ou estresse permanente, mas saiam delas fortalecidas, não importando se a fonte de estresse é interna ou externa à família. Desta forma, a unidade funcional da família estará fortalecida e possibilitada a resiliência em todos os membros. (WALSH, 1998, p. 263).

Walsh organizou seus conhecimentos nesta área e propõe um panorama conceitual dentro de três domínios: sistema de crenças da família, padrões de organização e processos de comunicação (YUNES, 2003). Outros elementos básicos na resiliência familiar são identificados por Walsh (2005): processos de coesão, flexibilidade, comunicação aberta, busca de soluções para problemas de forma compartilhada e sistemas de crenças positivas. Para a autora, além destes processos-chave, não há nenhum “modelo” estático de resiliência familiar. As famílias têm recursos variados, que organizam, quando se deparam com diferentes tipos de desafios da vida (uma crise, um trauma, ou uma perda); com as transições destrutivas (por exemplo, uma migração ou um divórcio), ou com estresses crônicos, tais como uma doença, ou a inabilidade séria, e com condições de pobreza. Podem-se identificar os processos-chave, tais como a confiança entre os membros da família, a espiritualidade forte, a sustentação mútua, uma comunicação aberta e o espírito colaborativo para a solução dos problemas. Estes desafios requerem o foco terapêutico em chaves estruturais de resiliência: a estabilidade, a confiabilidade, a sustentação mútua e a liderança forte para a conquista, a proteção, e a orientação.

O quadro 1 reproduzido abaixo da publicação de Yunes (2003) apresenta um sumário dos processos chave da resiliência em família segundo Walsh (1998):

## QUADRO 1 – RESUMO DOS PROCESSOS-CHAVE DA RESILIÊNCIA EM FAMÍLIAS

---

<b>PROCESSOS-CHAVE DA RESILIÊNCIA</b>	
<b>SISTEMA DE CRENÇAS (o coração e a alma da resiliência)</b>	
<b>1. Atribuir sentido à adversidade:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização das relações interpessoais (senso de pertencimento)</li> <li>• Contextualização dos estressores como parte do ciclo de vida da família</li> <li>• Sentido de coerência das crises: como desafios administráveis</li> <li>• Percepção da situação de crise: crenças facilitadoras ou constrangedoras</li> </ul>
<b>2. Olhar positivo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativa (ação) e perseverança</li> <li>• Coragem e encorajamento (foco no potencial)</li> <li>• Esperança e otimismo: confiança na superação das adversidades</li> <li>• Confrontar o que é possível: aceitar o que não pode ser mudado</li> </ul>
<b>3. Transcendência e espiritualidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valores, propostas e objetivos de vida</li> <li>• Espiritualidade: fé, comunhão e rituais</li> <li>• Inspiração: criatividade e visualização de novas possibilidades</li> <li>• Transformação: aprender e crescer através das adversidades</li> </ul>
<b>PADRÕES DE ORGANIZAÇÃO</b>	
<b>4. Flexibilidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade para mudanças: reformulação, reorganização e adaptação</li> <li>• Estabilidade: sentido de continuidade e rotinas</li> </ul>
<b>5. Coesão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio mútuo, colaboração e compromisso</li> <li>• Respeito às diferenças, necessidades e limites individuais</li> <li>• Forte liderança: prover, proteger e guiar crianças e membros vulneráveis</li> <li>• Busca de reconciliação e reunião em casos de relacionamentos problemáticos</li> </ul>
<b>6. Recursos sociais e econômicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização da família extensa e da rede de apoio social</li> <li>• Construção de uma rede de trabalho comunitário: família trabalhando junto</li> <li>• Construção de segurança financeira: equilíbrio entre trabalho e exigências familiares</li> </ul>
<b>PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO</b>	
<b>7. Clareza</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mensagens claras e consistentes (palavras e ações)</li> <li>• Esclarecimentos de informações ambíguas</li> </ul>
<b>8. Expressões emocionais “abertas”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sentimentos variados são compartilhados (felicidade e dor; esperança e medo)</li> <li>• Empatia nas relações: tolerância das diferenças</li> <li>• Responsabilidade pelos próprios sentimentos e comportamentos, sem busca do “culpado”</li> <li>• Interações prazerosas e bem-humoradas</li> </ul>
<b>9. Colaboração na solução de problemas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação de problemas, estressores, opções</li> <li>• “Explosão de idéias” com criatividade</li> <li>• Tomada de decisões compartilhada: negociação, reciprocidade e justiça</li> <li>• Foco nos objetivos: dar passos concretos; aprender através dos erros</li> <li>• Postura proativa: prevenção de problemas, resolução de crises, preparação para futuros desafios.</li> </ul>

---

Fonte: WALSH, 1998 (traduzido por Yunes).

A resiliência pode seguir muitos caminhos, variando e moldando-se às diversas formas, recursos e limitações das famílias (e grupos) e aos desafios psicossociais que enfrentam. O enfoque centrado na resiliência procura identificar e apontar certos processos interativos fundamentais que permitem às famílias suportar os mecanismos dissociativos e restaurar-se como um lugar de desenvolvimento saudável. Estudar como determinadas famílias enfrentam desafios (desemprego, divórcio, perda de um de seus membros, etc), pode servir para desencadear processos de resiliência em outras famílias e reafirmar suas possibilidades de reparação.

Vivemos em um tempo de incertezas, o que gera insegurança sobre a vida familiar e, portanto, é preciso mais do que nunca entender e fortalecer as maneiras pelas quais as famílias podem sobreviver e manter a saúde nas crises. É consenso que nenhuma família está isenta de problemas no decorrer da vida. Abordagens baseadas na resiliência familiar são particularmente pertinentes na atualidade, para que a ciência ajude a compreender o enfrentamento de grupos diante das rápidas mudanças sociais e incertezas enfrentadas pelas famílias de hoje. Walsh (2005) propõe uma abordagem da resiliência familiar visando identificar e fortalecer processos interacionais fundamentais que permitem às famílias resistirem aos desafios desorganizadores da vida e renascer a partir deles. Este paradigma pode auxiliar a mudar percepções de famílias em situação de risco, ou seja, desconcentrar dos fracassos e dirigir a atenção para como elas podem ter sucesso, transformarem-se e transformarem seus entornos micro e macrossistêmicos.

### **4.3 Resiliência Comunitária**

Resiliência comunitária foi desenvolvida teoricamente por Elbio Néstor Suárez Ojeda na América do Sul, a partir da observação de desastres e calamidades sofridas em comunidades. O pesquisador verificou que ao mesmo tempo que dor e perda de vidas e de recursos se processavam, muitas vezes estes mesmos fatores geravam um efeito mobilizador das capacidades solidárias, que permitiam reparar os danos e possibilitar a recuperação.

No contexto da América Latina, grande parte das pesquisas sobre resiliência tem focalizado populações afetadas pela pobreza e pela discriminação, predominando as intervenções orientadas para um sentido social. Nesse sentido, estudos sobre resiliência comunitária apresentam contribuições especificamente latino-americanas para o conhecimento do tema, tendo em vista que esta região é alvo de injustiça social e frequentes

catástrofes naturais, prestando-se de modo especial para o estudo da capacidade de um povo, dos integrantes de uma cidade ou nação de superação coletiva de situações adversas. (OJEDA, LA JARA, MARQUES, 2007, ROCCA, 2007). Para Ojeda, La Jara e Marques as chaves explicativas da resiliência não se encontram nas características individuais, mas nas condições sociais, nas relações grupais, em aspectos culturais e nos valores de cada sociedade.

Barrientos (1999) coloca que a resiliência de um indivíduo, afeta o grupo no qual está inserido podendo gerar comportamentos de resiliência coletiva. Este autor coloca que isso tem a ver com a liderança que caracteriza grande parte das pessoas “resilientes”, capazes segundo ele de “infectar” os que estão próximos. Este autor coloca ainda que os grupos resilientes não são necessariamente compostos por indivíduos “resilientes”, mas produzem impacto nos seus integrantes, que aprendem com a resistência do grupo e se comportam de forma resiliente após a sua experiência coletiva. É uma relação bidirecional. Segundo Vergara (2008, p. 707), “se existem condições internas a cada pessoa que tornam possível a construção da resiliência, esta pode também se dar na coletividade, pela influência recíproca indivíduo-coletividade”.

Este autor cita exemplos de grupos e sociedades, que na história da humanidade, responderam de forma coletiva para a superação de adversidades, desenvolvendo resiliência comunitária, como o Japão, após segunda Guerra Mundial; o povo judeu, nos campos de concentração nazista; e os povos da América Central e do Sul. Todos eles desenvolveram resiliência para manterem-se vivos e desenvolvendo-se, com o apoio de outras pessoas.

Importante ressaltar ainda o trabalho precursor dos pesquisadores australianos Sonn; Fisher (1998) que ao estudarem resiliência em comunidades minoritárias afirmam que

o resultado para a adaptação de grupos minoritários que fogem ao padrão, são rótulos de "desviantes"<sup>1</sup>, o que contribui para o desconhecimento e má interpretação dos sistemas de coping desenvolvidos por estas comunidades<sup>2</sup>, traduzidas por diferenças interpretadas como más ou demoníacas<sup>3</sup>

Estes autores apresentam um trabalho que trata de resiliência em comunidades, onde o conceito não se restringe a grupos minoritários. De acordo com Yunes (2001, p. 51): quando se trata de grupos que sofrem opressão, a conclusão é que em contextos (settings) de atividades como igreja, família extensa, associações esportivas e outras organizações, estes grupos desenvolvem consciência, participação, senso de pertencimento e senso de comunidade, mostrando-se capazes de se proteger enquanto grupo e propagar o que é valorizado e central para sua sobrevivência.

---

<sup>1</sup> Os autores citam Bulhan (1985), no original.

<sup>2</sup> os autores citam Mays (1986); Rappaport (1977); Seidman (1991), no original.

<sup>3</sup> Tradução literal de "bad or evil".

A resiliência comunitária, portanto, é definida como a "condição coletiva para superar desastres e situações de adversidade maciça e construir sobre elas" (OJEDA; LA JARA; MARQUES, 2007). Neste mesmo sentido a Fundacion Paniamor (FUNDACION PANIAMOR, 2003) destaca que a percepção de pertencimento a uma comunidade, de afinidade com os seus valores, faz parte da condição de resiliência.

Ojeda; La Jara; Marques (2007) apontam vários desafios ao estudo da resiliência comunitária, a saber:

- a) esmiuçar as interfaces que ligam os conceitos de comunidade e resiliência, tendo em vista que ambos possuem grande variedade de significados;
- b) a migração do construto de observações individuais para uma concepção epistemológica mais holística, e
- c) a busca de definições do conceito de "comunidade" que por possuir vários sentidos tem a sua aplicação dependente da extensão que lhe for atribuída.

Frente a esses desafios, existem numerosos aspectos positivos quando aos elementos identificadores de uma comunidade que favorecem a integração e ajudam a superar crises e adversidades sem perda de identidade e coesão. Embora Bauman (2004) não faça referências explícitas ao conceito de resiliência comunitária, ele aponta suas ideias sobre as nuances desta questão diante das dificuldades do mundo moderno e dos apelos de mercado. Para Bauman (2004) a comunidade, o bairro são espaços de potência e resistência na modernidade líquida atual, caracterizada por padrões comportamentais marcados pelo individualismo e, sobretudo, pelo consumo.

O que do ponto de vista da conquista de mercado - já realizada ou ainda pretendida - é representada por uma área "cinzenta" constitui, para seus habitantes conquistados, parcialmente conquistados ou destinados a isso, uma comunidade, um bairro, um círculo de amigos, parceiros na vida e para a vida. Um mundo em que a solidariedade, a compaixão, a troca, a ajuda e a simpatia mútuas (noções estranhas ao pensamento econômico e abominadas pela prática econômica) suspendem ou afastam a escolha racional e a busca do autointeresse. Um mundo cujos habitantes não são nem concorrentes, nem objetos de uso e de consumo, mas colegas (ajudantes e ajudados) no esforço contínuo e interminável de construir vidas compartilhadas e torná-las possíveis.

(...)

A necessidade de solidariedade parece suportar as agressões do mercado e sobreviver a elas - mas não que o mercado deixe de tentar.

Para Ojeda; La Jara; Marques (2007), comunidade é "um conjunto de seres humanos unidos por um laço social que implica uma orientação cultural compartilhada que é fundamental em sua identidade grupal". Estes autores esclarecem que os vínculos sociais podem ser a etnia, a territorialidade, a religião e elementos culturais diversos como dialeto, culinária, canções. Ressaltam, ainda, que na contemporaneidade, a esfera comunitária é

essencial para se sobreviver à globalização. Para os autores, a ausência de comunicação estrutural intrínseca ao neoliberalismo somente pode obter resistência por meio de redes sociais como elas se oferecem, pelo sentido comunitário. Resulta daí que, para as intervenções sociais que visam promover resiliência, é necessário manter e fortalecer o sentido comunitário a fim de potencializar a eficácia das ações.

Um exemplo trazido por Ojeda; La Jara; Marques. (2007) de resiliência comunitária é o das Mães da Praça de Maio, que se uniram solidariamente em torno de uma problemática compartilhada e conseguiram ‘sacudir’ a estrutura do terrorismo de Estado, aparentemente inabalável. E um exemplo bem atual, que podemos apontar de resiliência comunitária é a ofertada pelo povo chileno no episódio dos 33 mineiros que ficaram 69 dias presos a quase 700 metros de profundidade na Mina San José, no Deserto do Atacama em 2010 e que pela solidariedade de uma nação, de seus familiares e rede de apoio, saíram desta experiência traumática aparentando uma surpreendente saúde física e psíquica. No Brasil, um episódio muito recente, da morte de mais de 239 jovens em um incêndio numa discoteca em Santa Maria, aos 27 de janeiro de 2013, tem evidenciado muitas indicações de elementos de resiliência comunitária, pelas formas de apoio, solidariedade e organização das diferentes comunidades do Brasil (e do resto do mundo) em prol das famílias dos jovens vítimas fatais e daqueles sobreviventes que sofreram os traumas da experiência.

Segundo Ojeda; La Jara; Marques (2007),

assim como na resiliência individual se identificam atributos pessoais que podem ser associados com a possibilidade do indivíduo ser ou estar resiliente, atualmente também se avançou na identificação dos pilares da resiliência comunitária.

Segundo estes autores os pilares da resiliência comunitária são a solidariedade, autoestima coletiva, identidade cultural, humor social e honestidade estatal. Estas categorias são definidas a seguir:

a) Solidariedade é a adesão a uma causa ou empreendimento comum ou de outros, com um fim comum a todos, que é a comunhão de atitudes e sentimentos que torna um grupo uma unidade sólida capaz de resistir às forças exteriores, sentimento de interdependência humana;

b) Autoestima coletiva refere-se à atitude e ao sentimento de orgulho em função do lugar onde se vive, é o sentimento de pertencimento a determinado grupo social, a satisfação por integrar a própria comunidade implica reconhecer que a pessoa é parte de uma sociedade e compartilha os valores que a inspiram (OJEDA, LA JARA, MARQUES, 2007);

c) Identidade cultural é um conjunto interativo de relações sociais e patrimônio simbólico que ao longo do tempo é incorporado, tais como costumes, danças, valores,

mudanças idiomáticas, atravessando mudanças, circunstâncias diversas e adversas, cenários muito diferentes, proporciona a sensação de pertencimento;

d) Humor social é a capacidade desenvolvida por alguns grupos ou coletividades de manter o humor diante de situações adversas, uma aceitação madura da desgraça comum, que facilita certo distanciamento em relação ao problema, propiciando a tomada de decisões para resolvê-lo, e

e) Honestidade estatal ou administrativa é a gestão honesta e transparente da coisa pública, principalmente quando se refere aos recursos agregados para a reconstrução ou recuperação depois de uma situação adversa.

Ojeda (2001) acredita que as comunidades em que se observa uma elevada autoestima coletiva, que exaltam suas culturas tradicionais, mantêm o humor durante as situações adversas e acreditam na honestidade de seus governantes. Estas demonstram maior capacidade de recuperação após situações de adversidades.

Outras características sociais existem na literatura como geradores de resiliência, mas não são consideradas tão significativas por Ojeda; La Jara; Marques (2007). São elas: a capacidade de gerar lideranças autênticas e participativas, a prática de uma democracia efetiva na tomada de decisões cotidiana e a inclusividade, e uma sociedade na qual não exista discriminação.

É interessante analisar a presença destes pilares no exemplo dos mineiros chilenos. Estava presente a solidariedade da família, da nação, uma mobilização mundial e o esforço comum por parte de entidades governamentais e comunitárias para superar o desastre e melhorar a qualidade de vida daqueles homens diante das circunstâncias até o resgate. A identidade cultural da nação chilena e sua autoestima foram estampadas nas imagens transmitidas pelos meios de comunicação nas bandeiras do Chile, de seus times de futebol e o hino emocionadamente cantado por todos com mãos postas no coração. Havia orgulho naquele país por estarem fazendo todo o possível por seres humanos, que não foram desprezados por serem operários. Quanto ao humor coletivo, os relatos que hoje temos apontam para lideranças junto aos mineiros, liderança executiva (Urzúa), espiritual (Pastor José Henriquez Gonzales) e de alegria (Mário Sepulveda). Isso foi muito frisado pela mídia e vai ser com certeza apontado no caso de Santa Maria, que deverão no futuro ser objeto de estudos para garantir caminhos de melhor qualidade de vida para nossas comunidades.

Ojeda; La Jara; Marques (2007), também apontam fatores negativos, que inibem a capacidade de superação das adversidades de eclodir a solidariedade, são eles: 1) corrupção -, nenhuma população está disposta a oferecer seu esforço ou doar recursos para a reconstrução

após uma catástrofe se não puder confiar na correta administração dos mesmos; 2) autoritarismo, - pois inibe o surgimento de lideranças alternativas e espontâneas que são necessárias em situação de crise coletiva; 3) impunidade; e, 4) colaboracionismo com forças estrangeiras, admiração submissa por tudo o que é estrangeiro, que vem de fora, em oposição a identidade cultural e a autoestima coletiva.

Segundo Ojeda; La Jara; Marques (2007) esta lista de fatores negativos poderia ser consideravelmente ampliada, mas os apontados são os mais frequentes e parecem ter maior peso como inibidores da resiliência coletiva ou comunitária.

Ojeda, La Jara e Marques realizaram suas pesquisas em comunidades afetadas por catástrofes em três países da América Latina, México, Chile e Argentina, porém outros estudiosos tem utilizado este construto em comunidades e bairros afetados por fatores como a miserabilidade social e pela vulnerabilidade de seus habitantes, visando gerar condições de desenvolvimento comunitário, a partir do empoderamento social e construção conjunta de soluções (OJEDA; LA JARA; MARQUES, 2007).

Importante sopesar que os fatores que promovem a resiliência comunitária estão sendo fortemente subjugados pelos atuais modos de vida. Estamos imersos em uma sociedade caracterizada por alterações constantes, cujas mudanças colocam-nos constantemente em estado de tensão, de aviso, necessitando adaptar-nos às mudanças. Se mantida a tendência atual, o panorama futuro é o de um avanço progressivo do desmoronamento do tecido social, do afrouxamento dos laços afetivos e conseqüentemente o ingresso de grande número de pessoas na categoria de vulneráveis.

Não podemos deixar de citar que existe na atualidade uma tendência, que longe de ser a majoritária, privilegia outra via que é a da cooperação, atitude que enfatiza pontos comuns em um grupo para gerar benefícios mútuos, solidariedade e parcerias. Esta via preconiza, por exemplo, a transformação social, através de mudanças nas formas como a sociedade se organiza, através de articulação em parcerias e redes de cooperação; da ruptura com a sociedade capitalista e formas alienadas e opressoras de vida, através da Educação Ambiental; da integração das lutas através de agendas comuns entre os movimentos de defesa dos direitos humanos, os diversos movimentos sociais e os movimentos ambientalistas, pois as causas da degradação ambiental e da crise das relações sociais, do indivíduo, da família, da comunidade e do meio ambiente possuem um conjunto de variáveis interconexas. Como último exemplo desta nova vertente cito a Tecnologia Social comprometida com a transformação da sociedade, inclusão social e melhoria das condições de vida, cujo conteúdo é objeto de análise no próximo capítulo.

## CAPÍTULO II

### TECNOLOGIA SOCIAL: INTERFACES COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A conjuntura planetária é de crise marcada por um sistema econômico insustentável pela capacidade limitada dos ecossistemas em suportar o atual nível de consumo, ditado por modos de vida e de produção preconizadas pelo capitalismo. O colapso deste modelo é inquestionável diante da crise econômica dos países que constituem o centro do capitalismo. Os reflexos mundiais podem ser observados pela retração do mundo do trabalho trazida nas mudanças das esferas produtivas, no enfraquecimento da política e dos espaços de participação. Ademais, o grande número de pessoas excluídas de muitos e importantes processos sociais, destruição ambiental, extinção de espécies, escassez de água e alimentos em muitos lugares do planeta é inquestionável.

Esta crise permeia também o campo da subjetividade e assistimos a emergência do acirramento do individualismo, que delinea novas atitudes, principalmente nos EUA e na Europa de apatia, indiferença, sedução, hedonismo, como bem ilustra Carvalho (2008, p. 7),

Ruem-se as grandes narrativas, os discursos tradicionais em prol das condutas livremente escolhidas e assumidas pelos indivíduos singulares. A vontade de seduzir afeta o público e o privado. A disciplina, o laicismo, a vanguarda cedem lugar à personalização hedonista. O otimismo técnico-científico desmorona; as grandes descobertas envelhecem; assiste-se à queda do sujeito. Nenhuma ideologia política inflama multidões. A sociedade pós-moderna perde seus ídolos, seus tabus, suas imagens.

Já não há nenhum projeto histórico mobilizador. Doravante impera o vazio, sem perspectivas. A despolitização e a dessindicalização agigantam-se, a contestação juvenil e a esperança revolucionária desaparecem; a contra-cultura esgota-se. O individualismo contemporâneo afirma-se surpreendentemente, numa apatia frívola que, maciçamente se instala a despeito das realidades catastróficas, largamente exibidas e comentadas pela mídia.

A desregulação do mercado, da economia, trazidas no bojo do neoliberalismo, que visava inaugurar um novo ciclo de expansão econômica no mundo capitalista trouxe uma brutal transferência de capital para o setor especulativo, que por sua vez não levou ao desenvolvimento econômico, a criação de bens, serviços e empregos (SADER, 2010). Mas,

mesmo mostrando suas vísceras e limites, o capitalismo não consegue ser superado pela ausência de alternativas, de um novo modelo econômico, de novos modos de vida e produção.

A realidade brasileira e da América Latina não é diferente da mundial, embora hoje já possamos comemorar uma economia relativamente desatrelada da economia norte americana e dos países que formam o centro do capitalismo, pela primeira vez superamos a crise econômica antes dos Estados Unidos e dos demais países devido a termos construído um processo de integração regional, relativamente autônomo do EUA e que está avançando um pouco mais na construção de alternativas ao neoliberalismo, resultado da eleição de vários governantes progressistas. No entanto conforme dispõe Emir Sader (2010), o que mantém a hegemonia norte americana no mundo e por consequência o capitalismo,

não é sua força econômica, nem sua força política, nem sua força tecnológica, nem sua força militar, é o fato de que só existe praticamente um projeto de sociabilidade atualmente no mundo, o estilo de consumo e de vida proposto pelos EUA,

um modelo insustentável para manter a qualidade de vida ou quiçá a possibilidade de vida das gerações futuras.

Este é um desafio posto, criar formas alternativas e sustentáveis de sociabilidade, o que torna a temática, ciência, tecnologia e sustentabilidade central e urgente, como propôs o título da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ocorrida em maio de 2010 – “Política de Estado para a Ciência, Tecnologia e Inovação com vistas ao Desenvolvimento Sustentável”, pois a ciência e as tecnologias têm produzido alterações profundas na vida planetária como um todo e nas relações sociais especialmente.

Nesse mesmo sentido, Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 1998) propõe de forma urgente e inadiável, uma reflexão aprofundada sobre a ciência e os perigos cada vez mais presumíveis de catástrofes ecológicas. O extraordinário avanço tecnológico veio revelar uma debilidade estrutural da ciência: o fato de que a sua capacidade para produzir novas tecnologias é imensamente superior à sua capacidade para prever as consequências sociais dessas tecnologias.

Segundo Feenberg (2001), a ciência e a tecnologia compartilham o mesmo tipo de pensamento racional baseado na observação empírica e no conhecimento da causalidade natural. Segundo o Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2004) a ciência envolve o estudo e descrição dos fenômenos, e diz respeito à compreensão que temos das coisas naturais e humanas, enquanto que a tecnologia envolve técnicas e métodos, produtos e processos, e diz respeito à aplicação do conhecimento na transformação do mundo e do próprio homem.

Etimologicamente é possível encontrar diferentes definições para a palavra tecnologia, como: “s. f. teoria geral, e ou estudos sistemático sobre técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos de um ou mais ofícios ou, domínios da atividade humana” (HOUAISS, A.; VILLAR, 2009 p. 1821), “s. f 1. Ciência cujo objeto é historiar e descrever algum processo industrial ou de ciência prática. 2 Conjunto dos termos próprios a uma arte ou a uma ciência. 3 Tratado das artes em geral”. (DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, [200-]); e, “s.f. como um conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade” (FERREIRA, 2010, p. 2015).

Buscando na literatura a definição do termo tecnologia ele é apresentado como um conjunto de conhecimentos dos quais uma sociedade dispõe sobre ciências e artes industriais, incluindo os fenômenos sociais e físicos, e a aplicação destes princípios à produção de bens e serviços (GOLDEMBERG, 1978, p.157). Tecnologia é um termo que envolve conhecimentos e métodos para criar algo e as ferramentas, processos e materiais criados e/ou utilizados a partir de tal conhecimento.

Tecnologia engloba o que a civilização está construindo e já construiu: a comunicação por gestos e som, o registro de desenhos nas cavernas, as bibliotecas, a imprensa, os calendários, as legislações, a escultura, a música, os esportes, a literatura, os computadores, o arado, as armas nucleares, os remédios, as metodologias de gestão, as políticas públicas, os agrotóxicos, dentre tantas. Portanto, a ciência e a tecnologia não estão apenas na construção de materiais e na manufatura dos materiais, estão também nos conhecimentos que estudam o ser humano, como por exemplo, os métodos de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento humano.

A palavra tecnologia tem a sua origem nas palavras gregas *téchné*, que é arte e *logos*, que quer dizer palavra, tratado, pensamento, discurso.

A palavra *techne*, na Grécia antiga, significava o conhecimento ou a disciplina associado a alguma forma de *poiêsis*. *Poiêsis* é a atividade prática de produção na qual os seres humanos se engajam quando eles fabricam algo. Chamamos estes seres criados de *artefatos* e incluímos entre eles os produtos das artes, dos ofícios, e das convenções sociais. Por exemplo, a medicina é uma *techne* cujo objetivo é curar o doente; a carpintaria uma *techne* cujo propósito é construir a partir da madeira. Na visão grega das coisas, cada *techne* inclui um propósito e um significado para os artefatos cuja produção ela guia (FEENBERG, 1991).

Como esclarece Klinge (2003), o tema tecnologia acompanha os seres humanos desde a Antiguidade, embora os conceitos não mantenham o mesmo significado, e é possível encontrar em Aristóteles, na *Metafísica*, a referência ao fato de que o ser humano vive pela arte e o raciocínio (*technei kailogismos*).

A tecnologia marca a sociedade contemporânea, constituindo-se em um dos fenômenos sociais que tem causado maior impacto nos modos de vida dos seres humanos, de suas sociedades e do meio natural. Segundo o Instituto de Tecnologia Social (ITS) (ITS, 2004, p. 20), o desenvolvimento tecnológico sempre causa impactos socioambientais, pois embora gerem benefícios e soluções, também geram resíduos e problemas que não podem ser ignorados. Agravada tal situação por não serem estes benefícios acessíveis a todos, não são distribuídos e usufruídos de forma igualitária, tendo em vista que um produto sempre nasce tendo em vista um público. Na atualidade sua criação respondeem quase todos os casos, às leis do mercado, motivo pelo qual a tecnologia nunca é neutra.

A tecnologia entra neste século como um tópico que merece reflexão. Infelizmente este fenômeno apresenta-se como tema não merecedor de análise teórico-crítica. Para muitos, a tecnologia é um destino e não uma possibilidade (KLINGE, 2003). Para Feenberg (1991), a tecnologia tem que ser inserida na cultura e garantir aos seres humanos as possibilidades para intervir nesse universo cada vez mais tecnologizado (FEENBERG, 1991).

## **1 DIFERENTES VISÕES SOBRE TECNOLOGIA**

Diante da crise do paradigma dominante – de neutralidade e controle da ciência e tecnologia - é importante entender as diferentes visões existentes sobre tecnologia, pois são elas que determinam o tipo de relação entre este fenômeno e a humanidade. Para Feenberg (1991), as teorias sobre a tecnologia se distinguem pelas respostas que trazem a estas duas perguntas: a) É a tecnologia neutra ou carregada de valores? b) Pode o impacto da tecnologia ser humanamente controlado, ou ela opera de acordo com sua própria lógica autônoma? Ou seja, a humanidade é capaz de decidir sobre o rumo ao qual a tecnologia está nos levando?”

De acordo com Feenberg (1991), existem quatro teorias que respondem a estas perguntas, a teoria instrumental, a determinista, a substantiva e a crítica. A seguir apresentar-se-á brevemente cada uma delas:

a) Teoria Instrumental, oferece a visão mais aceita da tecnologia, ela está baseada na ideia do senso comum de que as tecnologias são ferramentas prontas para servir os propósitos de seus usuários (FEENBERG, 1991, p. 5). Entende que a tecnologia está a serviço de valores estabelecidos em outros domínios sociais, tais como, cultura e política. Para os seguidores desta teoria, a tecnologia é neutra, indiferente à variedade de fins para os quais ela pode ser

empregada; é indiferente à questão política, não estabelece relação com projetos sociais sejam capitalistas ou socialistas; é racional e portadora de uma verdade universal; e, os mesmos padrões de medida podem ser aplicados a ela em diferentes regiões, países e culturas. É de natureza tecnocêntrica, pois vê a tecnologia como uma fatalidade e não como uma possibilidade e quer acelerar a sua chegada;

b) Teoria do Determinismo combina uma visão de autonomia e neutralidade da tecnologia. Segundo Dagnino; Brandão; Novaes (2004), é a visão marxista tradicional. O avanço tecnológico é a força motriz da história. A tecnologia não é controlada pelo homem; é ela que molda a sociedade mediante as exigências de eficiência e progresso. Cada descoberta se orienta em direção a algum aspecto de nossa natureza, satisfazendo alguma necessidade humana ou estendendo nossas faculdades. O determinismo é otimista, aceita a afirmação de que a tecnologia é o servo imparcial das necessidades humanas, idealizam um final sempre feliz para a história da espécie, e

c) Teoria Substantiva é a visão crítica do marxismo tradicional proposta pela Escola de Frankfurt e percebe a tecnologia como uma força autônoma capaz de se sobrepor às diferentes formas de valores anulando-os (SILVA, 2005). Segundo Feenberg (1991, p. 7), é pouco aceita entre os pensadores. Para os seus signatários a tecnologia constitui um novo sistema cultural, que reestrutura todo o mundo social como um objeto de controle.

O pressuposto da neutralidade do avanço tecnológico defendido pelo instrumentalismo atribui um valor formal à tecnologia condicionado pela busca da eficiência, a qual pode servir a qualquer concepção acerca da melhor forma de viver. Já o compromisso com uma concepção específica do bem-viver conferiria à tecnologia um valor substantivo e ela deixaria de ser meramente instrumental, como entende o instrumentalismo. Em conseqüência, não poderia ser usada para diferentes propósitos de indivíduos ou sociedades que diverjam sobre o que seja o bem-viver. Ela deixará de ser um mero instrumento adequado a qualquer conjunto de valores. Carregará consigo valores que têm o mesmo caráter exclusivo das crenças religiosas.

Segundo a teoria substantiva uma sociedade que segue o caminho do desenvolvimento tecnológico, inevitavelmente se transforma em uma sociedade tecnológica, que se afina com seus valores imanentes como a eficiência, o controle e o poder (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004). Valores alternativos, não conseguiriam sobreviver nesta sociedade, e

d) Teoria Crítica da Tecnologia se apresenta como um meio termo, pois concorda com o instrumentalismo, no tocante a tecnologia ser controlável e com o substantivismo e ser condicionada por valores. Esta teoria reconhece as consequências perversas do desenvolvimento tecnológico apontados pelo substantivismo, mas ainda assim vê na tecnologia uma promessa de liberdade. A teoria crítica da tecnologia não aceita a posição do substantivismo de que “a modernidade está exemplificada uma vez por todas pelo tipo de lógica fragmentada, autoritária e orientada para o consumo conforme se observa no Ocidente” (SILVA, 2005).

Como apontam Feenberg (1991), Dagnino; Brandão; Novaes (2004), Silva (2005) para esta corrente o problema não estaria na tecnologia como tal, mas na nossa ineficiência em criar instituições apropriadas ao exercício do controle humano sobre a tecnologia. Para esta teoria, as tecnologias não são vistas como ferramentas, mas como suportes para estilos de vida. A teoria crítica da tecnologia abre-nos a possibilidade de pensar essas escolhas e de submetê-las a controles mais democráticos. (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004). Em relação ao instrumentalismo-determinismo, a teoria crítica da tecnologia rejeita a tese da neutralidade da técnica, pois

os valores e interesses das elites e classes dominantes estão instalados nas próprias máquinas e no formato dos procedimentos racionais, até mesmo antes de lhe serem atribuídos um objetivo (FEENBERG, 1991, p. 14);

porém concorda com o instrumentalismo ao rejeitar o fatalismo do substantivismo.

Esta teoria aponta a necessidade de mudar o direcionamento do progresso técnico em direção a uma relação entre sociedade e tecnologia que incorpore os princípios democráticos ao invés das relações habituais de poder, hierarquia, perda de controle do trabalhador e produtividade e eficiência descolada de valores sócio-ambientais e culturais. As ideias de Feenberg corroboram a visão de Stewart (1978) da tecnologia como resultado de um processo eminentemente histórico, portanto, com características fortemente influenciadas pelo contexto. Assim, existiriam diferentes soluções técnicas possíveis para um problema, que são escolhidas, significadas e interpretadas pelos grupos sociais. As tecnologias teriam diversas possibilidades inexploradas e constituiriam um campo social de luta, onde podem ocorrer alternativas.

Como coloca Feenberg, a tecnologia é um espaço de disputas (FEENBERG, 1991, p. 14), entre forças e valores divergentes que podem mudar o curso do desenvolvimento tecnológico, nos levando a um novo estilo de vida. Para que isso ocorra é necessário que se tenha mecanismos apropriados para o exercício do controle democrático da tecnologia. Para a

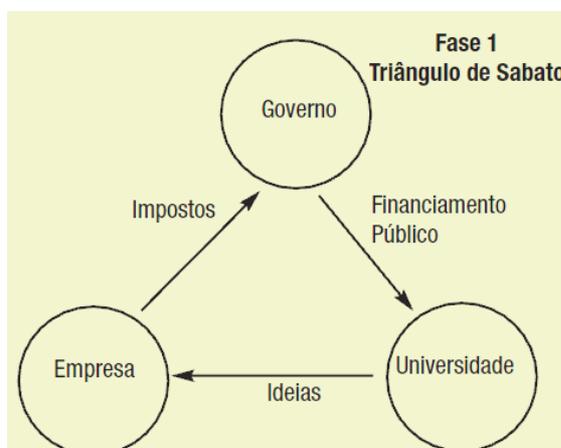
reconstrução da tecnologia moderna, a Teoria Crítica “pretende estender a democracia também a tecnologia” (FEENBERG, 2003), por meio da participação de novos atores e valores na definição dos projetos e trajetórias tecnológicas. Para Feenberg, é possível alcançar um novo tipo de sociedade com a incorporação do conceito de democracia ao cerne dos desenvolvimentos tecnológicos (FEENBERG, 1995).

## **2 ENTENDENDO A PRODUÇÃO DE TECNOLOGIA E SEUS AGENTES**

Como narrado acima, as mudanças socioambientais colocaram o conhecimento e sua gestão no centro de uma discussão ampla que deve envolver diferentes agentes, tais como o Estado, a empresa, a universidade e a sociedade (ABDALLA; CALVOSA; BATISTA, 2006). Ocorre que a participação e as inter-relações entre os agentes produtores de tecnologia dependem do estágio de desenvolvimento tecnológico que cada país se encontra, e difere de país para país (SENHORAS, 2008). Pontuaremos a seguir as diferentes fases do desenvolvimento da tecnologia e em que estágio se encontra em nosso país. Importante salientar que estas fases demonstram o entendimento dos governantes, dos cientistas e da sociedade sobre ciência e tecnologia.

Em uma primeira fase do desenvolvimento tecnológico, as inter-relações entre os três principais atores (governo, universidade, empresa) podem ser visualizadas com auxílio do Esquema 1, Modelo de Sábato, proposta pelo intelectual argentino Jorge Alberto Sábato (1924-1983) segundo esse modelo o governo financia a produção de tecnologia, com recursos provenientes dos impostos, as universidades e centros de pesquisas fornecem às empresas com novos produtos tecnológicos e as empresas produzem a tecnologia e recolhem os impostos.

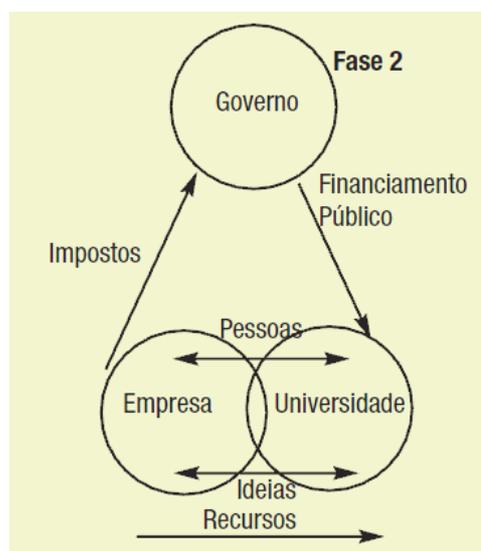
### ESQUEMA 1 – TRIÂNGULO DE SABATO



Fonte: PADILHA; PADILHA (2007).

Em uma segunda fase, ocorre uma aproximação entre empresa e universidade, com intensificação de relações bilaterais e a consequente troca de ideias e pessoas, as empresas passam a financiar pesquisas nas universidades e centros de pesquisa. (PADILHA; PADILHA, 2009). Essa fase pode ser visualizada no Esquema 2.

### ESQUEMA 2 – FASE 2 DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

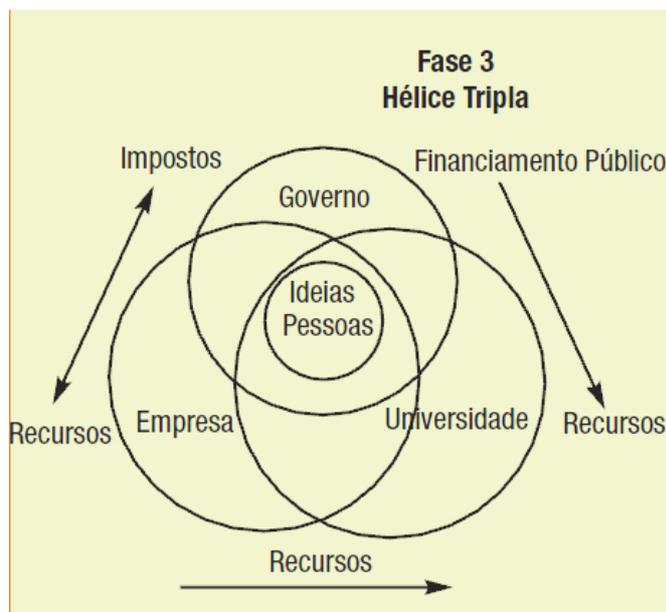


Fonte: PADILHA; PADILHA (2007).

Na terceira fase do desenvolvimento tecnológico, os três atores se aproximam (governo - universidade - empresa), as cooperações são acentuadas, alguns papéis podem ser trocados e os fluxos de financiamento podem ser ampliados (PADILHA; PADILHA, 2009).

Esta fase deu origem ao Modelo da Hélice Tripla, proposto na última década, que pode ser visualizado no Esquema 3.

ESQUEMA 3 – MODELO DA HÉLICE TRIPLA

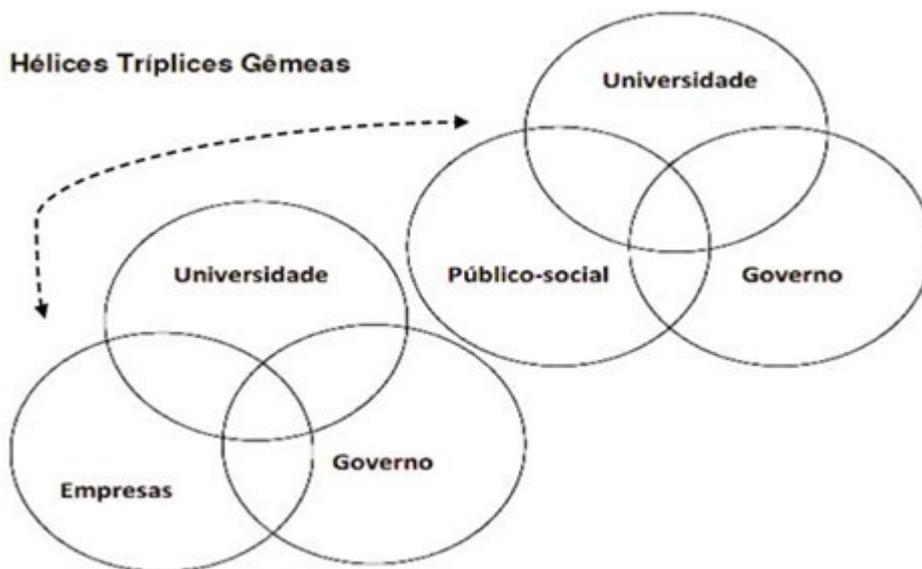


Fonte: PADILHA; PADILHA (2009).

Nos modelos apresentados acima, a sociedade não se encontra contemplada de forma explícita e conseqüentemente as demandas sociais não são prioridades para a produção de tecnologia. Nestas fases do desenvolvimento tecnológico a tecnologia é percebida como neutra. Tratam-se de tecnologias convencionais. Tem se desenvolvido algumas visões humanistas de produção de tecnologia nas últimas décadas, tendo a sociedade como um dos agentes, tais como ocorre nas tecnologias apropriadas e nas tecnologias sociais (PADILHA; PADILHA, 2009).

Senhoras (2008) aponta também como um modelo que contempla a participação da sociedade o padrão bifurcado de redes universitárias, que vem de encontro ao modelo dinâmico de relações no formato de hélices tríplexes gêmeas, que é formado por uma tripla hélice sustentável (universidade-público-governo) complementar à tripla hélice da inovação (universidade-indústria-governo). Este modelo foi desenvolvido por Etzkowitz; Zhou (2006) e incorpora uma dimensão crítica ao modelo tradicional, que engloba a compreensão da dinâmica da inovação em relação à sustentabilidade (SILVA; LOPES; NETTO, 2010).

#### ESQUEMA 4 – MODELO DE HÉLICES TRÍPLICES GÊMEAS



Fonte: SILVA; LOPES; NETTO (2010).

Segundo Senhoras (2008) o modelo da hélice tríplice público-social pressupõe que o Sistema Público de Pesquisa e de Ensino Superior (SPPE) (SILVA; LOPES; NETTO, 2010, p. 142)

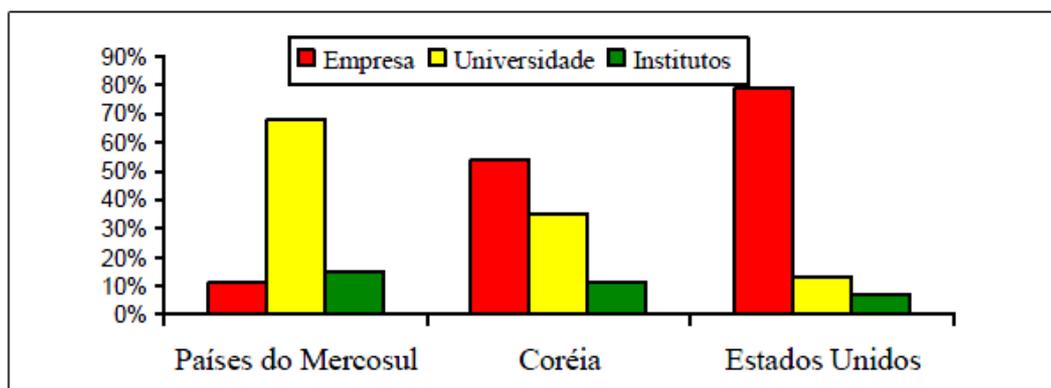
deve responder às necessidades sociais específicas de forma ativa, com preocupação e comprometimento da agenda de ensino, pesquisa e extensão para a solução de problemas locais, regionais e nacionais de inclusão social.

Ainda segundo esta autora a interação entre a universidade, o governo em seus diferentes níveis descentralizados e a sociedade através de movimentos sociais, coloca o SPPE como fomentador de projetos que atendam uma finalidade social.

Nos países avançados, as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico concentram-se, principalmente, junto às empresas, as universidades e o governo, com forte destaque para os dois primeiros elos de inter-relação, no Brasil, estas atividades concentraram-se, fundamentalmente, nos institutos públicos de pesquisa e no sistema público de pesquisa e de ensino superior, através de um forte apoio estatal, mas com pouca articulação com os demais atores (SENHORAS, 2008).

Abaixo se colaciona um gráfico que ilustra como se dá as inter-relações entre os principais agentes produtores de desenvolvimento tecnológico nos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Coréia e Estado Unidos (SENHORAS, 2008).

GRÁFICO 1 – ONDE ESTÁ QUEM FAZ P&amp;D



Fonte: SENHORAS (2008).

Importante pontuar o surgimento de um novo agente de produção de ciência e tecnologia em nosso país as ONGs, que representam a sociedade civil organizada, que tem aumentado de forma significativa a sua participação nas discussões que envolvem ciência, tecnologia e inovação (ITS, 2004).

Para exemplificar, relacionam-se alguns marcos que tornam visíveis o avanço na representatividade deste novo agente, tais como: o surgimento do Fórum Brasileiro de Tecnologia Social em 2001; a criação do Instituto de Tecnologia Social em 2001; a criação de um GT pelo Ministério de Ciências e Tecnologia para elaborar proposta de meios de construção de parcerias entre o MCT e as organizações do Terceiro Setor em 2002; a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, em 2004; a elaboração da proposta de Anteprojeto de Lei de Política Pública de Tecnologia Social pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) em parceria com o Fórum Brasileiro de Tecnologia Social, em 2006, que tramita no Senado Federal como Projeto de Lei nº 111 de 2011; atividades que se multiplicaram até a presente data com publicações, artigos científicos e eventos (BRASIL, 2011).

As ONGs são agentes diferenciados na produção de ciência, tecnologia e inovação, pois produzem conhecimentos voltados a responder as necessidades sociais. A sua participação nas conferências e em espaços de discussão de políticas públicas do Ministério da Ciência e Tecnologia tem aberto a discussão sobre a importância de uma ciência e tecnologia voltadas à promoção social e obtido resultados ainda que tímidos, traduzidos em financiamento público.

No Brasil a produção de tecnologia ainda ocorre em regra conforme o modelo Triângulo de Sábado, embora já se observe outras tendências de desenvolvimento de tecnologia, trazida pelas ONGs e pela nova tendência observada de inter-relação entre

universidade – público – estado. Estas iniciativas devem ser apoiadas por políticas públicas, pois respondem às demandas da sociedade resultando em inclusão social, e apropriação tecnológica por parte da população. Segundo Padilha; Padilha (2009) a defasagem e exclusão social vivenciada no Brasil poderia ser abrandada por um sistema de ciência e tecnologia articulado e com sensibilidade social, com todos os agentes desempenhando o seu papel e atuando de maneira cooperativa.

Importante frisar que o governo tem feito esforços no sentido de fomentar a produção de tecnologias visando o desenvolvimento social, criando instâncias e financiamentos. As Conferências Nacionais de Ciência e Tecnologia têm sido importantes espaços democráticos impulsionadores de transformação econômica e social e têm oportunizado a cada edição um avanço destes temas no cenário nacional, tanto que o Ministério da Ciência e tecnologia nasceu sobre a égide da primeira conferência convocada em 1985, que teve como objetivo ampliar a participação da sociedade brasileira e a definição de uma política científica e tecnológica para a nação.

A segunda conferência realizada em 2001 teve como principal objetivo a mobilização dos principais atores engajados em adotar Ciência e Tecnologia como instrumentos efetivos da mudança econômico social do Brasil para enfrentar os novos desafios e solucionar problemas, com ênfase na inovação tecnológica como instrumento para a competitividade e discutir o novo modelo de financiamento para a área, baseado nos fundos setoriais.

A terceira conferência nacional que ocorreu em 2005 ressaltou a importância da inovação tecnológica como instrumento para a competitividade, e que teve como preocupação definir as prioridades das políticas públicas e privadas e o avanço da disponibilização da Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I) para a sociedade brasileira favorecendo a inclusão social.

E a quarta conferência nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ocorrida em 2010 teve um público que ultrapassou 4 mil participantes para discutir uma política de Estado, para CT&I, com vistas para o desenvolvimento sustentável. Esta conferência propôs como objetivo estratégico para o país, um desenvolvimento científico e tecnológico inovador, calcado em uma política de redução de desigualdades regionais e sociais, de exploração sustentável das riquezas do território nacional e de fortalecimento da indústria, agregando valor a produção e a exportação através da inovação reforçando o protagonismo internacional em ciência e tecnologia.

Segundo o ITS (2010) o consenso que definiu o tema da quarta conferência peca pela amplitude e pela fragilidade na medida em que o adjetivo sustentável é carregado de diversos

significados, não excludentes entre si, mas, também, não exatamente coincidentes quanto os rumos que indicam.

Existem diferentes entendimentos sobre sustentabilidade para o movimento ambientalista pois este conceito está ligado à sustentabilidade a longo prazo no uso de recursos naturais; no campo econômico, pode significar promover ações e políticas capazes de assegurar continuamente ciclos virtuosos de crescimento do ponto de vista daqueles preocupados com o desenvolvimento humano e social, um desenvolvimento sustentável é aquele que promove melhorias também nesses campos, prevenindo as mazelas humanas da miséria e da fome bem como as exclusões da falta de acesso a bens e serviços comuns. Embora todas as dimensões se relacionem, a relação não é de natureza evidente, abrindo-se dessa maneira, amplo campo para disputas em torno da melhor maneira de promover o desenvolvimento de forma sustentável. (ITS, 2010).

A sociedade ainda é um agente pouco considerado na definição, produção e na apropriação do conhecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, embora a criação de espaços de discussão acessíveis a esta e o surgimento de novas tendências tecnológicas. Isto se torna visível nos recursos limitados e no número reduzido de políticas para a incorporação da CT&I a ações ligadas às necessidades da população. (ITS, 2010, p. 89).

Pelo exposto acima, as universidades e centros de pesquisas brasileiros acompanhando a tendência dos países do MERCOSUL (Gráfico 1) são os grandes responsáveis pela produção de ciência, tecnologia e inovação, sendo importante entender como se dá o processo nessas instituições.

### **3 COMO ESTÃO SENDO PRODUZIDAS CIÊNCIA E TECNOLOGIA NAS UNIVERSIDADES**

Baumgartem (2008) nos auxilia a entender como acontece a produção científica nas universidades brasileiras. Segundo essa autora, na década de 90 com o acirramento do neoliberalismo no Brasil, houve uma despreocupação com as demandas sociais, tais como educação e saúde, com bruscas reduções no orçamento e uma crescente importância conferida ao mercado, com repercussões também na produção científica das universidades. Estas sofreram um sucateamento e um controle em sua produção científica, que passou a ser avaliada quantitativamente por produção. Observou-se que a ideia de eficiência substituiu a de eficácia do desempenho dos cientistas. Segundo Baumgartem (2008) “esse discurso privatista e produtivista permeou as instituições de pesquisa e infiltrou-se no próprio discurso dos pesquisadores, que o incorporaram com base na perspectiva autonomista da excelência”.

Embora as Universidades tenham sido objeto de expressiva transferência de recursos que possibilitaram a reabilitação e ampliação de sua estrutura, assim como a ampliação do

quadro de professores e técnicos a partir do governo Lula, tivemos pouca alteração no tocante a avaliação da produção científica e essa ainda é a tendência mais expressiva.

A idéia de contrato social entre ciência e sociedade e a utilização da análise de pares como procedimento de alocação de recursos para pesquisas estão relacionados ao conceito de modelo linear de inovação que supõe uma cadeia que parte da ciência pura e chega ao progresso econômico e social. O modelo que se construiu a partir daí teve como base a idéia que o investimento público em ciência retornaria para a sociedade, sempre que fosse apoiada a “ciência de qualidade”, identificada apenas pelos próprios cientistas, passando, as coletividades de cientistas a terem grande autonomia na distribuição interna dos recursos. (BAUMGARTEN, 2008).

Baumgarten (2008) assevera que este modelo tem como premissa que o investimento público em ciência retornaria para a sociedade, sempre que fosse apoiada a ciência de qualidade, identificada apenas pelos próprios cientistas. Agravada tal situação por ter optado o Estado brasileiro em incluir a coletividade científica nas escolhas sobre as destinações do fomento, mas excluí-la de participar das decisões sobre os montantes dos recursos, estando estas dependentes das verbas das agências, o que a levou a buscar formas de sobrevivência e de crescimento, a partir de uma progressiva atuação dentro das próprias estruturas do Estado. Isso levou estes cientistas não só a executar a pesquisa, como também intervir no planejamento, na gestão e coordenação do setor.

Esta autora reconhece o efeito benéfico da participação da coletividade científica, mas com ressalvas, conforme trecho colacionado a seguir:

[...] é importante reconhecer que o efeito da participação da coletividade científica no setor de C&T no Brasil tem sido inegavelmente benéfico, entretanto essa atuação construiu-se no interior de uma política clientelista, fortemente associada a ações de grupos de interesses, cuja tendência é a auto-preservação, com base em esquemas apoiados na visão dos pares e em uma perspectiva excessivamente endógena e fragmentária da realidade, baseada em áreas e disciplinas. (BAUMGARTEN, 2008, p. 111).

O resultado deste modelo deu ênfase às áreas das Ciências Exatas e Mediciniais, mais internacionalizadas em detrimento à área de Ciências Humanas e Sociais que poderia estabelecer de forma mais fácil uma ligação com as necessidades sociais, pautando-se, segundo Baumgarten (2008) “em copiar o modelo internacional – o discurso é: precisamos de uma ciência com níveis de excelência internacional para, transferindo-a e imprimindo-a ao setor produtivo, ganhar condições de competitividade nos mercados internacionais”.

No Brasil embora sobre a égide de um governo progressista ainda está sendo produzida em regra Tecnologia Convencional (TC). Segundo Dagnino; Brandão; Novaes (2004) as inter-relações entre universidade – sociedade aumentou, não obstante de forma assimétrica, pois os intercâmbios com o mercado econômico-empresarial foram superiores às

iniciativas de adequação sociotécnica com fins sociais e públicos que são ainda bastante tímidas.

Como abordaremos na sessão abaixo, no seio da tecnologia convencionalmente produzida, engendram-se produções alternativas de conhecimento, que aos poucos estão conquistando espaço, sendo que um dos exemplos refere-se às tecnologias sociais.

#### **4 TECNOLOGIAS SOCIAIS**

A ciência, tecnologia e inovação é um importante elemento para a conquista de cidadania e para a democratização da vida social, bem como para a segurança individual e coletiva dos cidadãos e elevação da qualidade de vida.

Importante que nessa discussão sobre tecnologia se apresentem algumas visões humanistas de tecnologia e inovação, alternativas de produção de conhecimento que respondam às demandas sociais e preservação do meio ambiente. Segundo alguns autores, (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004; PADILHA; PADILHA, 2007) uma delas é a chamada tecnologia apropriada, que teve como berço a Índia do século XIX, onde o pensamento dos reformadores daquela sociedade estava voltado para a reabilitação e o desenvolvimento das tecnologias tradicionais, como estratégia de luta contra o domínio britânico.

As ideias de Gandhi foram aplicadas também na República Popular da China e, influenciaram Ernest Friedrich Schumacher (1911-1977), um economista alemão educado em Oxford e protegido por John Maynard Keynes (1883-1946), que propôs uma das visões humanistas de tecnologia e inovação que surgiu nas últimas décadas: a chamada tecnologia intermediária. Este economista publicou em 1973 o livro *Small is beautiful: economics as if people mattered*, um marco para o estudo desta tecnologia no mundo ocidental (DAGNINO, BRANDÃO; NOVAES, 2004; PADILHA; PADILHA, 2007). Houve grande proliferação de grupos de pesquisadores partidários da ideia da Tecnologia Apropriada nos países avançados e significativa produção de artefatos tecnológicos baseados nessa perspectiva. Segundo Dagnino; Brandão; Novaes (2004, p. 21),

Cada uma delas refletia os ambientes em que emergia a preocupação com a inadequação da TC. Algumas indicavam a necessidade de minorar essa inadequação para solucionar problemas conjunturais e localizados, até que as regiões ou populações envolvidas pudessem ser incorporadas a uma rota de desenvolvimento tida como desejável. Esse é o caso da tecnologia intermediária, popularizada por Schumacher. Outras expressões foram criadas no interior de movimentos que, com maior grau de radicalismo, criticavam o contexto socioeconômico e político que emoldura a relação Ciência Tecnologia e Sociedade. Por entenderem essa inadequação como algo estrutural e sistêmico, procuravam expressar o caráter alternativo em relação a esse contexto que tinha o cenário que se desejava construir.

É elucidativo o levantamento apresentado por Brandão (2001), sobre as expressões criadas para dar conta das especificidades dos modelos que surgem de tecnologia apropriada, em resistência a tecnologia convencional.

tecnologia alternativa, tecnologia utópica, tecnologia intermediária, tecnologia adequada, tecnologia socialmente apropriada, tecnologia ambientalmente apropriada, tecnologia adaptada ao meio ambiente, tecnologia correta, tecnologia ecológica, tecnologia limpa, tecnologia não-violenta, tecnologia não-agressiva ou suave, tecnologia branda, tecnologia doce, tecnologia racional, tecnologia humana, tecnologia de auto-ajuda, tecnologia progressiva, tecnologia popular, tecnologia do povo, tecnologia orientada para o povo, tecnologia orientada para a sociedade, tecnologia democrática, tecnologia comunitária, tecnologia de vila, tecnologia radical, tecnologia emancipadora, tecnologia libertária, tecnologia liberatória, tecnologia de baixo custo, tecnologia da escassez, tecnologia adaptativa, tecnologia de sobrevivência e tecnologia poupadora de capital. Essas concepções, de alguma forma, tentam, na sua origem, diferenciar-se daquelas tecnologias consideradas de uso intensivo de capital e poupadoras de mão-de-obra, objetando-se ao processo de transferência massiva de tecnologia de grande escala, característico dos países desenvolvidos, para os países em desenvolvimento, que podem criar mais problemas do que resolvê-los (BRANDÃO, 2001, p. 13).

Estabeleceram-se características básicas para as tecnologias apropriadas: a participação comunitária no processo decisório de escolha tecnológica, o baixo custo dos produtos ou serviços finais e do investimento necessário para produzi-los, a pequena ou média escala, a simplicidade, os efeitos positivos que sua utilização traria para a geração de renda, saúde, emprego, produção de alimentos, nutrição, habitação, relações sociais e para o meio ambiente (com a utilização de recursos renováveis). (DAGNINO, 1976, p. 86). Segundo Padilha; Padilha (2007), deve-se responder a quatro questionamentos para verificar se uma tecnologia pode ser adjetivada como apropriada, vejamos: Ela contempla populações mais carentes? Ela não agride o meio ambiente? Ela é adequada aos recursos naturais disponíveis? Ela depende fortemente de combustíveis fósseis?

Nesta vertente surge no Brasil da última década do século passado, a Tecnologia Social. Embora não possua um marco conceitual consolidado, as entidades que apoiam, desenvolvem ou estudam esse tipo de tecnologia, já formam uma rede no Brasil – a Rede de

Tecnologia Social (RTS) – com mais de 500 entidades participantes. Essa Rede é composta, principalmente, por Movimentos Sociais, ONGs, Universidades e órgãos ligados ao Governo (ITS, 2004). Insta acentuar que surge no Brasil com força, novos agentes de produção de conhecimento, integrantes dos movimentos sociais e ONGs.

Uma das definições de tecnologia social, a que utilizaremos neste trabalho, é a proposta pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS), elaborada com mais de 80 instituições (ONGs, associações comunitárias, movimentos sociais, cooperativas, universidades, centro de pesquisa, poder público e órgãos de fomento de CT&I), este conceito foi construído no âmbito do projeto Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social em parceria com ITS e com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia com base em mapeamento sobre este tema e debates, na qual tecnologia social

é um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida (ITS, 2004, p. 26).

As Tecnologias Sociais têm como objetivo a melhoria das práticas sociais, assim como produzir um novo significado para a produção de conhecimento, aproximando os problemas sociais de soluções. O processo de produção desta tecnologia é essencial para sua caracterização, pois esta se preocupa com a emancipação dos autores envolvidos, tanto dos seus produtores, como dos seus usuários, implicando na construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia. Esta tem que ser desenvolvida e praticada na interação com a população e apropriada por ela.

Como Tecnologia social trata de um fenômeno em construção seu conceito está também em fase de desenvolvimento. O ITS ressalta que a reflexão sobre o conceito de TS não se compõe apenas por uma definição, mas também por princípios, parâmetros e implicações, a fim de explicitar ao máximo as idéias utilizadas (ITS, 2007). Segundo os pesquisadores do ITS, a tecnologia social se caracteriza por possuir quatro dimensões essenciais que a constituem: a dimensão do conhecimento, ciência, tecnologia e inovação; a dimensão da participação, cidadania, democracia; a dimensão da educação; e, a dimensão da relevância social (ITS, 2007).

Os princípios da tecnologia social pontuam a importância da aprendizagem e da participação como processos que caminham juntos, que a transformação social requer a compreensão da realidade de maneira sistêmica, assim como o respeito às identidades locais.

Os parâmetros de tecnologia social fornecem os critérios para a análise das ações sociais decorrentes ou propostas, nas quais se destacam:

a) quanto à razão de ser dessa tecnologia: demandas sociais concretas vividas e identificadas pela população como a razão de ser dessa tecnologia;

b) quanto ao processo de tomada de decisão: democrático e desenvolvido a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população;

c) quanto ao papel da população: participação, apropriação e aprendizado por parte da população e de outros atores envolvidos;

d) quanto à sistemática: planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada;

e) quanto à construção do conhecimento: produção de novos conhecimentos a partir da prática;

f) quanto à sustentabilidade: visa a sustentabilidade econômica, social e ambiental; e,

g) quanto à ampliação de escala: gera aprendizagens que servem de referência para novas experiências (ITS, 2004, p. 131-132).

Quanto às implicações do conceito de Tecnologias Sociais, podem ser organizadas em três eixos:

a) relação entre produção de ciência e tecnologias e sociedade, a tecnologia não é neutra; deve responder às demandas sociais e a produção do conhecimento deve estar comprometida com a transformação social, democratizando o saber; é fundamental a avaliação dos riscos e impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais da aplicação da tecnologia e da produção de conhecimento científico, e deve haver a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas;

b) sobre a direção que se dá a produção de conhecimento, para a busca de soluções para problemas sociais, ressaltando a importância dos resultados e do impacto desta, e,

c) sobre um modo específico de intervir diante de questões sociais pressupõem participação social, construção coletiva de conhecimento, transformação na forma das pessoas se relacionarem com o problema.

O ITS (2007) criou uma metodologia para avaliar se uma tecnologia é social. Esta busca a partir de dados pesquisados sobre iniciativas, programas ou experiências que possuam características de tecnologia social, elaborar um gráfico que ofereça uma visão sistêmica e uma ponderação avaliativa sobre um conjunto de características essenciais às tecnologias sociais. Devido a complexidade desta tecnologia, o referido instituto agrupou suas características por dimensões essenciais, quais sejam:

- a) a dimensão do conhecimento, ciência, tecnologia e informação;
- b) a dimensão da participação, cidadania, democracia;
- c) a dimensão da educação, e
- d) a dimensão da relevância social, vide no gráfico colacionado abaixo.

QUADRO 2 – OS QUATRO CANTOS DA TECNOLOGIA SOCIAL

<b>Relevância Social</b>	<b>Conhecimento, Ciência, Tecnologia, Inovação</b>
<b>Educação</b>	<b>Participação, cidadania, democracia.</b>

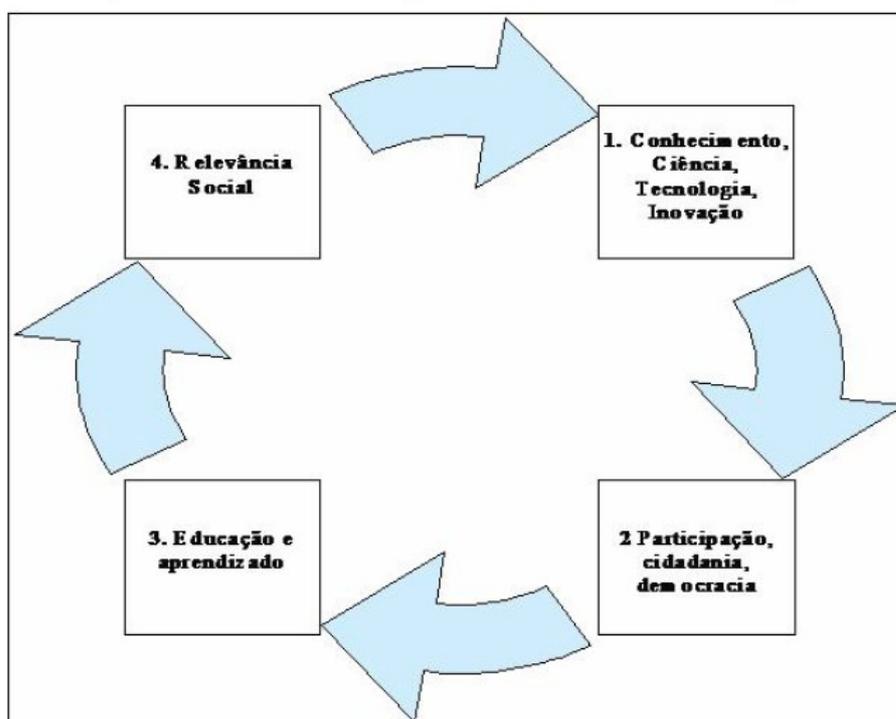
Fonte: ITS (2007).

Este quadro foi montado seguindo “a gênese e ‘trajetória real-ideal’ da criação e desenvolvimento das tecnologias sociais, desde sua concepção até sua implantação e funcionamento” (ITS, 2007, p. 4). Segundo o criador deste gráfico, a disposição dos quatro cantos deve ser observado como um movimento do relógio. A dimensão do conhecimento corresponde ao primeiro quarto de horas, a concepção e a criação da TS, se propondo a aplicar conhecimento, pesquisa para solucionar uma demanda social. No quadrante inferior direito, o processo participativo típico da TS que vai até o planejamento até o

desenvolvimento e implantação. É seguido pelo momento educativo, pois nesse processo participativo se desenvolvem e geram aprendizados o que ao completar o ciclo, se realiza no momento da sua eficácia como tecnologia social e resolve o problema social.

Os criadores da metodologia, após selecionarem as quatro dimensões situaram as doze principais características ou propriedades das tecnologias sociais dentro de cada uma das dimensões, como se mostra no Esquema seguinte.

ESQUEMA 5 – OS QUATRO CANTOS DA TECNOLOGIA SOCIAL, NA DINÂMICA DA GÊNESE



Fonte: ITS (2007).

Como falado acima, a cada dimensão da TS corresponde características e indicadores, como se visualiza no Quadro abaixo.

### QUADRO 3 – TECNOLOGIA SOCIAL: SUAS 4 DIMENSÕES E 12 IMPLICAÇÕES

<p>1ª DIMENSÃO</p> <p><b>Conhecimento, ciência, tecnologia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ A Tecnologia Social tem como ponto de partida os problemas sociais</li> <li>■ A Tecnologia Social é feita com organização e sistematização</li> <li>■ A Tecnologia Social introduz ou gera inovação nas comunidades</li> </ul>
<p>2ª DIMENSÃO</p> <p><b>Participação, cidadania e democracia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ A Tecnologia Social promove a democracia e cidadania</li> <li>■ A Tecnologia Social se vale de metodologias participativas</li> <li>■ A Tecnologia Social busca a inclusão e acessibilidade</li> </ul>
<p>3ª DIMENSÃO</p> <p><b>Educação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ A Tecnologia Social realiza um processo pedagógico por inteiro</li> <li>■ A Tecnologia Social se desenvolve num diálogo entre saberes populares e científicos</li> <li>■ A Tecnologia Social é apropriada pelas comunidades, que ganham autonomia</li> </ul>
<p>4ª DIMENSÃO</p> <p><b>Relevância social</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ A Tecnologia Social é eficaz na solução de problemas sociais</li> <li>■ A Tecnologia Social tem sustentabilidade ambiental</li> <li>■ A Tecnologia Social provoca a transformação social</li> </ul>

Fonte: Fonte: ITS (2007).

Cada uma delas apresenta características/indicadores. As dimensões foram selecionadas seguindo a sua gênese, desde sua concepção, até sua implantação e funcionamento. Uma tecnologia se caracteriza como social quando aplica conhecimento, pesquisa, etc., para solucionar uma necessidade social. Para isso, é necessário identificar se esta possui os elementos fundamentais para caracterização desta concepção de tecnologia. Para verificar se uma tecnologia tem o adjetivo de social, é necessário estudar toda sua trajetória, desde a criação ao desenvolvimento da tecnologia social, até sua implantação e funcionamento. Em sua concepção e criação, a tecnologia social, já tem que trazer como proposta a aplicação de um conhecimento, a pesquisa para solucionar uma necessidade social. Esta tecnologia também se caracteriza pelos meios de produção/modo de fazer/como é constituída/participativa, de como se dá, do planejamento até o desenvolvimento e produção da tecnologia social. O momento educativo consiste no processo participativo que se desenvolve gerando aprendizados.

Uma Tecnologia social no momento de sua concepção tem que aplicar um conhecimento, uma pesquisa, para resolver um problema social. Para que isso ocorra tem que ser executada sob a égide de um processo participativo em todas as suas fases, desde o

planejamento, até o desenvolvimento e avaliação com eficácia para resolver o problema social. A resolução da necessidade social, deve ser implementada a partir de uma resposta participativa onde um dos objetivos é eclodir processos educativos. Sua eficácia ficará comprovada a partir do momento que consegue resolver este problema.

## **5 INTERLOCUÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

A Tecnologia Social e a Educação Ambiental são matrizes teóricas que dialogam desde suas origens. Um marco comum foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que ocorreu em Estocolmo, capital da Suécia em junho de 1972. Este foi o primeiro encontro de cúpula da organização para tratar de desenvolvimento e meio ambiente. Este evento teve como mérito colocar a questão tecnológica e ambiental na pauta política mundial e ter promovido a Educação Ambiental como estratégia para atacar a crise do meio ambiente. A partir de Estocolmo a Educação Ambiental passou a ser considerada como campo de ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacional. Nesta conferência foram apresentadas as conclusões do Relatório do Clube de Roma<sup>4</sup>, “Os Limites do Crescimento Econômico”, onde se estudaram ações para obtenção de um equilíbrio global com a redução do consumo tendo em vista as prioridades sociais.

O movimento ambientalista do qual a educação ambiental faz parte, nasce na década de 60, junto com grandes movimentos como o hippie, a liberação sexual, os movimentos dos negros, dos homossexuais e das tecnologias que se contrapunham as convencionais. Neste movimento de contracultura surgiu o ambientalismo e as tecnologias apropriadas, denominação que abarca um amplo espectro de propostas e concepções tecnológicas. A tecnologia social é uma destas vertentes que se contrapõem às tecnologias convencionais, guardando características próprias e muitas vezes antagônicas a algumas outras tecnologias ditas apropriadas.

Importante lembrar que também nos anos 60 e início dos anos 70 houve um acirrado debate sobre tecnologia e meio ambiente, que envolveu cientistas de várias origens

---

<sup>4</sup> Em 1968 o economista italiano Aurélio Peccei reuniu em Roma, um grupo de cientistas, industriais, economistas, educadores e políticos para estudar os fundamentos da crise pela qual passava a civilização, este grupo conhecido como “Clube de Roma” que avaliou que este problema possuía diversas variáveis que interagem e não podiam ser tratadas isoladamente: expansão urbana, perda da fé nas instituições, rejeição dos valores tradicionais, deteriorização econômica e danos ambientais.

acadêmicas e orientações teóricas. Alguns cientistas alertavam sobre os riscos que a tecnologia poderia colocar ao ambiente com o passar do tempo (na época era debatido o uso de pesticidas). Estas denúncias se popularizaram através de dois livros que viraram best-sellers levando o debate científico sobre a questão ambiental para toda a população: Primavera Silenciosa de Rachel Carson publicado em 1962 e Limite do Crescimento, de Meadows Donnela Meadows e Dennis Meadows, Jørgen Randers e William Behrens, publicado em 1972. Essas duas obras têm como tema a insustentabilidade do modelo de sociedade ainda vigente que concebe a realidade de modo linear e fragmentado não levando em conta a complexidade da vida no planeta.

A construção de uma sociedade ecologicamente equilibrada envolve a questão da sustentabilidade econômica, social e ambiental do planeta. Segundo Passoni (ITS, 2010) implica num modo de pensar e agir que leva em conta valores como a inclusão social, o respeito ao meio ambiente e o processo democrático. A EA e a TS convergem em sua missão: ambas comungam ações e pensamentos que buscam a transformação social, rumam para a construção de uma de sociedade justa, democrática e sustentável. Sobre o paradigma complexo, Guimarães (2006, p. 21) coloca que: “Essa perspectiva nos permite uma outra compreensão e ação sobre o meio ambiente, refletindo e contribuindo no processo de transformação das relações entre seres humanos em sociedade e com a natureza”.

A tecnologia social e a educação ambiental crítica comungam ainda de uma nova compreensão e ação sobre o meio ambiente, construindo uma visão de mundo mais relacional e sistêmica, que não despreza o todo e nem as partes e seus processos e interrelações, abarcando a complexidade. Apresentando como pontos convergentes o foco nas interações de organismos-ambientes; a busca de compreensão sobre formas de cooperação entre indivíduos, grupos e comunidades e a construção de soluções que visualizam uma sociedade ecologicamente equilibrada. Nesse sentido acolhe o que preleciona Guimarães (2006, p. 21):

Vista como diversidade em uma unidade, as partes coexistem num todo em que, além dos antagonismos entre as partes, percebem-se também as suas complementaridades. Essa é uma outra visão de mundo a ser construída: mais relacional, menos simplista e reducionista.

A tecnologia social e a educação ambiental rumam para um novo modelo de sociedade. Esse novo modelo social não surgirá apenas com a implementação de tecnologias sociais e com a educação ambiental crítica, e sim, com a mudança paradigmática e a sinergia com as demais áreas da ciência e da cultura. Na verdade, as matrizes teóricas apresentadas trazem em seu arcabouço o novo modelo de sociedade, porém para que este se firme e

provoque as mudanças desejadas é necessário que aconteça uma ação coordenada das várias áreas da vida social em prol do mesmo fim. Insta lembrar que na área da educação e da tecnologia, a EA e a TS são tendências emergentes, pois dominam ainda nestes campos a educação tradicional e as tecnologias convencionais.

A Tecnologia Social possui uma dimensão educativa, como abordamos acima. Esta dimensão tem um amplo diálogo com a Educação Ambiental Crítica, devido a similaridade entre os princípios destas.

Ao analisar a Lei 9795/99 (BRASIL, 1999), que dispõem sobre a política nacional de educação ambiental, concomitantemente as características da TS verifica-se a convergência de princípios entre ambas que o Quadro abaixo permite visualizar:

QUADRO 4 – CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA EA X CARACTERÍSTICAS DAS TS

ASPECTOS	PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CARACTERÍSTICAS DA TECNOLOGIA SOCIAL
<b>Participação</b>	Enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.	Construção cidadã do processo democrático.
<b>Concepção de meio ambiente</b>	Concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, sócio econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.	Sustentabilidade socioambiental e econômica.
<b>Saberes</b>	Pluralismo de ideias e concepções e pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade.	Diálogo entre diferentes saberes
<b>Trabalho</b>	A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais.	Acessibilidade e apropriação das tecnologias. Processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação.
<b>Educação</b>	A garantia de continuidade e permanência do processo educativo.	Organização e sistematização. Um processo pedagógico para todos os envolvidos. Difusão e ação educativa.
<b>Sociedade</b>	A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.	Compromisso com a transformação social. Criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais. Relevância e eficácia social.
<b>Cidadão</b>	O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.	Inovação. Construção cidadã do processo democrático.

Fonte: A autora (2013).

Tanto a tecnologia social como a educação ambiental levam em conta valores como a inclusão social, o respeito ao meio ambiente e o processo democrático. Esses valores representam propostas de vanguarda que podem auxiliar na compreensão das complexidades de vários temas da atualidade. Tanto os pensadores contemporâneos da Educação Ambiental (CARVALHO, 2001, LOUREIRO, 2004, REIGOTA, 1994, SATO, 2002, entre outros), como os da Tecnologia Social (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, FERNANDES; MACIEL, 2010; ITS, 2004, 2007) defendem estes princípios e valores como caminhos para a construção de uma nova sociedade.

Salienta-se que um dos objetivos fundamentais da educação ambiental, previsto no inciso VI do artigo 5º da Lei 9.795/99 é “o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e tecnologia”. E, que uma das dimensões essenciais da tecnologia social é a educativa. Não se trata de qualquer forma de educação, pois a tecnologia social como vimos acima, tem como outras dimensões a participação e emancipação nos fazeres, com diálogo de diferentes saberes, priorizando os contextos. Trata-se de uma educação que contemple e dialogue com as características dessa tecnologia e abarque a dimensão ambiental do ser humano, como parte integrante e interdependente da natureza. Somente a educação ambiental pode possibilitar o alcance destes elementos educativos.

Ao finalizar este capítulo, é imprescindível ressaltar que a tecnologia social trabalha com conteúdos de interesse da Educação Ambiental e que suas bases dialogam com a matriz da Educação Ambiental, elemento de transformação social inspirada no diálogo, na participação, no exercício da cidadania e da democracia, bem como no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade (LOUREIRO, 2004). Somente com a sinergia entre diferentes áreas do conhecimento e instâncias sociais será possível a passagem do novo modelo social de tendência emergente para modelo hegemônico.

## CAPÍTULO III

### CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA REDE FAMÍLIA

A Rede Família cuja metodologia é objeto de estudo, sistematização e análise desta pesquisa, constitui-se em uma proposta de intervenção que buscou solução de um problema social. Este problema é a necessidade de garantir a crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente o direito à convivência familiar e comunitária. A experiência está inserida em um movimento processual social em curso na cidade do Rio Grande/RS, desde o início deste século e que tem como bandeira a atuação em rede para o atendimento de populações em situação de vulnerabilidade social. Portanto, não se trata de um fato isolado que para ser compreendido necessita ser contextualizado e descrito, o que faremos a seguir.

#### **1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**

A cidade do Rio Grande/RS, palco desta experiência, está situada no extremo sul do Brasil, no Bioma Pampa<sup>5</sup>, possui uma população de 197.228 habitantes, distribuídos em um território de 2.710 Km<sup>2</sup>, cidade histórica, de colonização portuguesa, fundada oficialmente em 1737 (IBGE, 2010).

---

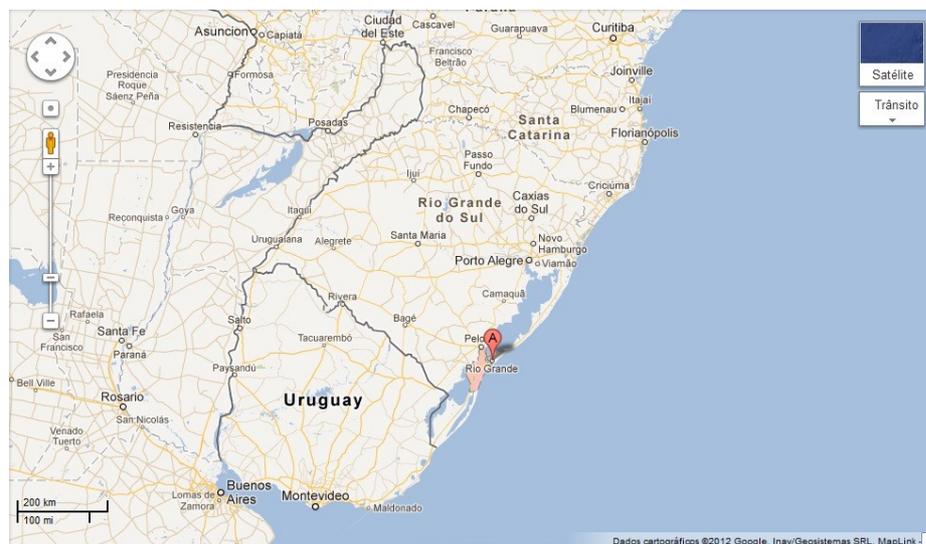
<sup>5</sup>Também é conhecido como Campos do Sul ou Campos Sulinos. Ocupa uma área de 176.496 Km<sup>2</sup> correspondente cerca 2% do território nacional é constituído principalmente por vegetação campestre. No Brasil o Pampa só está presente no Estado do Rio Grande do Sul, ocupando 63% do território gaúcho e também está presente em territórios da Argentina e Uruguay. O Pampa é composto basicamente de gramíneas, herbáceas e algumas árvores. Informação obtida no site do Instituto Brasileiro de Florestas. Disponível em: <<http://www.ibflorestas.org.br/pt/bioma-pampa.html>>. Acesso em 10 dez. 2011.

## FOTOGRAFIA 1 – VISTA AÉREA DA CIDADE DO RIO GRANDE



Fonte: RIO GRANDE [2012].

## MAPA – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DO RIO GRANDE



Fonte: MAPS GOOGLE [2012]

Rio Grande é uma cidade privilegiada por sua localização na Microrregião Litoral Lagunar, possui um porto marítimo, de importante valor para a região sul. Atualmente vive um momento de crescimento populacional acelerado, o que elevou bastante o número de habitantes após o último censo, devido a implementação de um polo industrial naval há quatro anos que contou com grandes investimentos e que está agregando valor, pois atrai novos investimentos, principalmente da cadeia-produtiva metal-mecânica.

Rio Grande é a quarta economia do Estado pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto (PIB), chegando a R\$ 6.2 bilhões em 2009, o que corresponde a 2,9% do PIB gaúcho, superado apenas por Porto Alegre, Canoas e Caxias do Sul.

Com relação aos indicadores sociais, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) / Centro de Informações Estatísticas (CIE), Rio Grande ocupa a 10ª no ranking estadual, com IDESE de 0,813 em 2009, isto é, classificado como Alto Desenvolvimento. O bloco Renda é o que mais contribuiu para o desempenho do seu indicador (0,909) e o bloco Saneamento o pior (0,637). O bloco saúde representa o pior desempenho do seu indicador em relação aos demais municípios, colocando Rio Grande na 435ª posição.

A rede de atendimento na área de saúde neste município é bastante deficitária, tem apenas 46% de cobertura de Estratégia Saúde da Família e apenas dois hospitais que não dão conta de atender a população do município. O Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010) é: 11,44 por mil nascidos vivos em 2010. Quanto à implantação do SUAS, possui apenas 10% de cobertura de Centros de Referências de Assistência Social (CRAS).

Embora esta cidade possua o quarto maior PIB do Estado do Rio Grande do Sul, possui grande parte de sua população em estado de pobreza, vivendo na periferia em moradias bastante precárias. Segundo dados da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social do Rio Grande, esta cidade possui 21.765 famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, mantido pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e Combate a Fome<sup>6</sup>, o que representa 71.469 pessoas cadastradas ou 36,23% da população Rio-grandina. Destas, 7.167 famílias recebem o Benefício da Bolsa Família em Rio Grande, vide tabelas abaixo.

TABELA 1 – DADOS DO CADASTRO ÚNICO 1

Dados do Cadastro Único do MDS - Rio Grande/RS	Dados de 08/2012
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo	20.233
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 140,00	16.150
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00	9.181
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 70,00	6.969

Fonte: BRASIL (2010a)

<sup>6</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento de identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal igual ou inferior a ½ salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Mais informações em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/arquivos/apresentacoes/aula-1-cadastro-conceitos-e-fundamentos2010.pdf>>.

TABELA 2 – DADOS DO CADASTRO ÚNICO 2

Dados do Cadastro Único do MDS - Rio Grande/RS	Dados de 08/2012
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de ½ salário mínimo	2.995
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00	56.442
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00	31.200
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de até R\$ 70,00	25.242

Fonte: BRASIL (2010a)

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO

Como exposto acima, a experiência estudada não se constitui em uma atuação em rede isolada, pois faz parte de um movimento social que tem como fomentadores os atores sociais que trabalham na implantação da Política da Infância e da Juventude da cidade do Rio Grande. Atualmente este movimento já se faz sentir na implantação de outras políticas sociais como veremos no decorrer deste tópico, pois a forma de atuação em rede altera a lógica de atenção dos serviços e de seus trabalhadores. A atuação conjunta que lhe é inerente, coloca estes frente ao olhar do outro, desestabilizando autoconceitos, provocando reflexões e mudanças progressivas em todo o sistema num movimento de retroalimentação. Por esta razão descrevemos abaixo de forma célere, as atuações em rede que tiveram uma ligação direta com a experiência a ser analisada e arrolamos outras experiências que se constituíram de forma paralela e imbricada com esta.

O movimento que tem ligação direta com a criação da Rede Família teve início em 2002, por proposição da Divisão da Criança e do Adolescente (DCA), ligada à Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, visando fomentar o trabalho em rede. A DCA em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), o Ministério Público (MP) e a Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social (SMCAS) lideraram esta ação. Como resultado, obteve-se o primeiro mapeamento e integração das entidades que atuam com crianças e adolescentes no município e a sensibilização da importância do trabalho em rede.

Ainda em 2002, foi implantado em nosso município o Programa Apadrinhamento Afetivo, uma política pública estadual, que é executada de forma integrada pelo Poder Judiciário, MP, COMDICA, SMCAS e instituições de acolhimento governamentais e não

governamentais. O objetivo deste programa, que ainda encontra-se em execução, é garantir às crianças e aos adolescentes acolhidos sob medida de proteção, que tenham possibilidade remota de serem reintegrados à família de origem ou de serem colocados em família substituta, o direito à convivência familiar e comunitária através de uma família afetiva. Este programa foi um marco para a rede de atendimento de Rio Grande, pois possibilitou a primeira experiência de atuação em rede intersetorial envolvendo os sistemas de Justiça, de Garantia de Direitos e de Assistência Social.

Sob a liderança do COMDICA em 2004 e sob os efeitos virtuosos das ações acima descritas, foi criado um fórum de discussão para implementar melhorias na execução da medida de proteção de acolhimento institucional, visando garantir o caráter excepcional e provisório desta medida, reunindo as seguintes entidades: CT, MP, Juizado da Infância e da Juventude (JIJ), Defensoria Pública, SMCAS, Associação de Reintegração a Criança e Adolescente (ARCA) e entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional, governamentais e não governamentais. Em 2005, foi assinado o Termo de Cooperação Operacional entre estes órgãos que participavam deste fórum intersetorial, que fixava papéis, estabelecia rotinas e um trabalho conjunto entre os serviços visando a garantir a provisoriedade e a excepcionalidade da medida de acolhimento institucional e a garantia do direito à convivência familiar das crianças e adolescentes. Este termo vigorou até a promulgação da Lei de Adoção (12.010 de 13 de agosto de 2009), que modificou artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, retirando da competência do Conselho Tutelar a medida de acolhimento institucional.

Ainda com estes objetivos, e contando com a participação de todos os segmentos envolvidos, foi criado o Rede de Abrigagem, um espaço de encontro mensal para tratar de cada criança e adolescente sob medida de acolhimento institucional com vistas a agilizar o trâmite processual. Com esta proposta de atendimento as equipes técnicas das instituições de acolhimento, a equipe do Judiciário, o MP, o Juiz, o conselheiro tutelar que atendeu o caso e a política municipal a ser acessada podiam construir em tempo real um plano individual de atendimento para cada criança e adolescente acolhido. Com o passar do tempo esta rede foi agregando novos segmentos, como a Rede Família, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os dispositivos de saúde mental existentes no município – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas infantil (CAPS i), CAPS Conviver e Ambulatório de Saúde Mental. Estas reuniões perderam sua regularidade em 2011, pela ausência de nomeação de juiz titular, ficando a realização dos encontros sujeito a discricionariedade do juiz substituto. Com a

modificação do ECA em 2009, tomou o nome de Rede de Acolhimento Institucional, única modalidade de acolhimento existente em nossa cidade.

Importante ressaltar a existência de uma ação da Promotoria da Infância e da Juventude que antecedeu as experiências relatadas acima e que se desenvolveu de forma paralela e imbricada à constituição do trabalho em rede com foco na família. Esta visava o cumprimento do disposto no parágrafo 7º do artigo 226 da Constituição Federativa do Brasil e refere-se à implantação do programa de planejamento familiar em nossa cidade. Partindo do consenso que a família tem papel fundamental na formação e transmissão de “bons” valores, o MP começou a desenvolver ações em parceria com setores governamentais de diferentes esferas, empresariais e comunitárias para priorizar o Planejamento Familiar, estabelecido como a conscientização do compromisso social da família com o futuro de todos.

Inspirado nas ações da Promotoria da Infância e da Juventude foi elaborado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande o Programa Aliança que buscava resgatar o papel da família no processo de educação para a cidadania, com base no artigo 226, parágrafo 7º, da Constituição Federal. É um projeto que integrava diversas secretarias do município e a sociedade organizada, na concepção e execução de projetos em funcionamento e os que forem sendo implantados. Este programa reuniu centenas de instituições em torno de um objetivo, “o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, através da inclusão social de famílias e da conscientização da sociedade em geral”. Dividiu-se em cinco eixos: educação, saúde, cidadania, segurança e meio ambiente, ampliando o âmbito do trabalho, abarcando mais setores da sociedade. Cada um dos eixos agrupou pessoas e entidades governamentais e não governamentais, que foram mapeadas e potencializadas tornando visíveis esforços isolados, integrando-os. A intenção era de melhorar, de forma efetiva e duradoura, a qualidade de vida na cidade do Rio Grande, incentivando a cooperação, a adesão de novos parceiros e a elaboração de programas e projetos afins, sustentando e ampliando a prática e permitindo sua replicação em outros locais.

Durante uma reunião do Programa Aliança em 2007, que teve como coordenadores, o Juiz, o Promotor da Infância e da Juventude (que participavam dos dois movimentos) e o Vice-Prefeito da cidade do Rio Grande e presentes diferentes representações – entidades governamentais, não governamentais, lideranças comunitárias, empresariais e políticas – que vinham se somando nas reuniões que antecederam, foi deliberada como sua primeira ação a construção de um projeto voltado para as famílias das crianças e adolescentes sob medida de acolhimento institucional, unindo, dando continuidade e potencializando dois movimentos

sociais: um que havia começado em 2002, com as reuniões promovidas pela DCA para fomentar o trabalho em rede no município e o Programa Aliança.

Este novo movimento, que surgiu desta fusão, foi batizado com o nome de Rede Família e assim começou sua atuação através de parcerias intersetoriais. As entidades de acolhimento entraram com uma equipe técnica (psicóloga, assistente social e pedagoga), a ARCA com uma coordenadora e o gestor da Assistência Social com outra coordenadora e a estrutura física.

Foi elaborado por uma comissão formada por membros de diferentes órgãos que compunham o referido programa, ARCA, MP, Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-Rua/FURG) e SMCAS, um projeto para garantir uma estrutura própria para a Rede Família. Este projeto teve como proponente a ONG Casa do Menor que já era integrante do movimento. O projeto foi submetido para fins de financiamento à seleção pública feita pela Petrobrás, tendo sido aprovado em 2008 e iniciado sua execução em janeiro de 2009, encontrando-se atualmente em execução devido a renovação do financiamento.

Outras experiências de atuação em rede que estão ocorrendo em nossa cidade são o Rio Grande: Fazendo frente ao Crack que data de agosto de 2007; o Comitê Gestor Social, que data de 2009; a Rede de Medicamentos de 2009; a Rede de Saúde Mental e Moradia de 2009; o Fluxo de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes de 2011, cada um deles com foco e estratégias diferenciados.

No início deste doutorado em 2008 a minha proposição inicial era estudar a metodologia desenvolvida por todas estas experiências e verificar se a cidade do Rio Grande havia construído uma tecnologia social capaz de superar situações de risco e vulnerabilidade de sua população. Entretanto a amplitude e complexidade de um estudo desta natureza e magnitude foi questionado pela banca de qualificação e sugerida a redução do âmbito da proposta à experiência do Rede Família. Mas entendo necessário, explicitar que esta experiência faz parte e foi constituída a partir do aprendizado de um movimento maior que ocorre na cidade do Rio Grande. Desta forma, na sequência serão apresentadas as estratégias metodológicas que nortearam esta pesquisa de doutorado.

## CAPÍTULO IV

### ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Neste capítulo, apresento como foi realizada a pesquisa, os caminhos metodológicos trilhados pela pesquisadora, bem como o conjunto de dados que constituem o *corpus* da investigação e as ferramentas utilizadas para realizar a análise e interpretação dos dados.

#### 1 DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa de delineamento qualitativo, uma vez que o seu objetivo é a compreensão de uma realidade social processual em movimento: a experiência Rede Família.

O estudo de fenômenos sociais, não está sujeito a leis universais, porque é histórico e culturalmente determinado. Por possuírem natureza subjetiva (SANTOS, 1987), tais fenômenos não são passíveis de investigação apenas pela via quantitativa, que pode ser usada como alternativa que complementa. A pesquisa qualitativa possibilita descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudo (CORTES, 1998, p.14). Como dizem alguns autores, a diferença entre pesquisas quantitativas e qualitativas não é de oposição, mas de ênfase, o que não implica exclusividade (MINAYO, 1994).

Nesta proposta, a pesquisa social qualitativa apresentou-se como o melhor caminho metodológico, visto que “tem como objetivo a compreensão e a reconstrução da realidade social, especialmente a reconstituição dos sentidos e motivações das ações dos indivíduos, a descrição, explicação e interpretação das ações sociais” (NEVES, 1998, p.8). Os fenômenos sociais e humanos são muito complexos e dinâmicos, e estão inseridos em um contexto o qual deve sempre ser levado em consideração tanto no momento da coleta, quanto da interpretação de texto. Essa modalidade de pesquisa concede liberdade ao pesquisador para considerar os dados obtidos em todas as suas interações e influências recíprocas (ANDRÉ, 1995).

## 2 PROCEDIMENTOS

A obtenção de dados teve por base a inserção ecológica (CECCONELLO; KOLLER, 2004; PRATI, 2008), o uso de entrevistas semi-estruturadas (ver Apêndice 1), além da coleta de documentos. O período de análise da experiência Rede Família foi de janeiro de 2010 a abril de 2011.

### 2.1 Inserção ecológica

A pesquisadora, enquanto protagonista e coordenadora executiva da experiência examinada esteve inserida ecologicamente nos espaços estudados. A Inserção Ecológica propõe a inserção dos pesquisadores nos ambientes a serem estudados, buscando o estabelecimento de interações significativas nestes ambientes. O método da inserção ecológica é descrito detalhadamente em Ceconello; Koller (2004) e De Antoni; Koller (2004) e revisado por Prati *et al.* (2008). A base teórica dos procedimentos adotados encontra-se na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Bronfenbrenner e seus colaboradores (1998; 1999; 2000).

Os quatro componentes principais do modelo ecológico: processo, pessoa, contexto e tempo constituem a base para a Inserção Ecológica do pesquisador para a compreensão do fenômeno estudado. Segundo os autores idealizadores deste método, (CECCONELLO; KOLLER, 2003; PRATI *et al.* 2008), o aspecto mais relevante deve ser a análise dos processos proximais, que ocorrem através da interação dos pesquisadores com os participantes, objetos e símbolos presentes nos diferentes níveis ambientais (do micro ao macrossistema).

A metodologia de inserção ecológica proporciona o contato direto e frequente com o contexto a ser investigado, possibilitando ao pesquisador observar as interações e o processo vivenciado pelos grupos em seu ambiente natural. De acordo com Queiroz (2007, p. 277) “A observação ajuda muito o pesquisador e sua maior vantagem está relacionada com a possibilidade de se obter a informação na ocorrência espontânea do fato”.

## **2.2 Entrevistas semi-estruturadas**

Foram realizadas individualmente entrevistas com atores sociais (um representante de cada setor social que compõem os diferentes contextos de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente na cidade do Rio Grande e que tinham interface com a experiência Rede Família).

A coleta de dados foi realizada através de entrevista semi-estruturada, baseada em um roteiro que apresenta questões abertas, oportunizando aos entrevistados discorrerem livremente sobre a pergunta formulada, com a possibilidade de formulação de perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto (Apêndice 1).

O registro de informações foi feito através da transcrição literal da gravação. Os diálogos foram descritos e reconstruídos para análise.

## **2.3 Coleta de dados documentais**

Com o propósito de melhor conhecer as variáveis de estudo foram coletados dados provenientes de documentos do Projeto Rede Família, relatórios, planos de atendimentos das famílias das crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente. Para Lüdke (1986, p. 38), "a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema". Estes dados foram coletados com a finalidade de dimensionar o alcance e o impacto e fornecem alguns elementos quantitativos da experiência estudada.

## **3 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Participaram da pesquisa um representante de cada segmento que compõem os diferentes contextos de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, a exceção do Ministério Público onde foram entrevistados dois participantes, devido a modificação que houve na titularidade deste órgão durante o período da amostragem, um dos entrevistados

participou do fomento da experiência e o outro do período de execução. O total foi de 15 entrevistados.

Participaram da pesquisa um Juiz da Infância e da Juventude, um coordenador de entidade de acolhimento, um conselheiro tutelar, um conselheiro do COMDICA, um componente da equipe técnica do Projeto Rede Família, um responsável pela política pública na área de acolhimento institucional do município (gestor), um representante da rede de atendimento, uma família com os filhos reintegrados, uma família com filhos em acolhimento institucional, uma família de apoio, uma pessoa habilitada a adoção, um componente do grupo de apoio aos padrinhos afetivos, um membro da rede comunitária e como exceção na questão numérica, dois membros do MP, um a época do fomento e outro a época da execução.

### **3.1 Critérios de inclusão e exclusão de participantes da pesquisa**

Os critérios de inclusão dos participantes na pesquisa foram a antiguidade e o tempo de interface junto a experiência Rede Família. Esta proposta teve como critérios de exclusão na pesquisa, atores sociais e familiares que não se encaixaram nos critérios da inclusão acima expostos. Todos os atores sociais convidados se disponibilizaram e participaram da pesquisa.

## **4 A ANÁLISE DE DADOS**

Para a análise do material obtido nas entrevistas, foi utilizada a análise textual discursiva, tendo como fundamento teórico os pressupostos apresentados por Moraes; Galiuzzi (2007). Esta metodologia de pesquisa, de natureza qualitativa, tem como finalidade produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos.

A análise textual discursiva é um processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos e tem um modo de aprofundar-se nos processos discursivos, que tem como resultado uma comunicação, em que o pesquisador se assume como sujeito histórico na reconstrução do conhecimento (MORAES; GALIAZZI, 2007). O ciclo de análise se constitui de três movimentos: desconstrução, emergência do novo e comunicação. O processo em que comunicamos e aprendemos de forma simultânea é resultado de uma impregnação intensa em

elementos linguísticos dos fenômenos investigados e da reconstrução de discursos dos textos do *corpus*, em que o pesquisador assume-se como um sujeito histórico dessa reconstrução.

A análise Textual Discursiva possui como componentes, o processo de unitarização, a categorização e a construção dos metatextos. A unitarização se dá com a desmontagem dos textos, destacando os elementos constituintes. O pesquisador deve sempre estar atento a sua questão de pesquisa para produzir unidades que tenham significado no conjunto da pesquisa, estas são fundamentais para a próxima etapa da análise que é a categorização. Segundo Moraes; Galiazzi (2007, p. 49), “a escolha das unidades é importante, pois os resultados da pesquisa são muito sensíveis aos tipos de unidades trabalhados”.

Cada unidade na Análise Textual Discursiva recebe um código que permite ao pesquisador a qualquer momento retornar ao texto original, pois segundo seus criadores “a fragmentação sempre necessita ter como referência o todo” (MORAES, GALIAZZI; 2007, p. 49). Na continuidade, atribui-se um título para cada unidade, construímos as unidades de significado.

O segundo componente desta análise é a categorização, que se constitui em um processo de classificação das unidades de significados, onde estas são organizadas em conjuntos lógicos e abstratos, tornando possível a emergência de novas compreensões em relação aos fenômenos investigados (MORAES; GALIAZZI, 2007). O aperfeiçoamento e a delimitação das categorias acontecem através do retorno cíclico aos mesmos elementos. Diferentes níveis de categorias podem ser construídos: iniciais, intermediárias e finais, em ordem crescente de abrangência.

A análise textual discursiva permite que o exercício de categorização possa operar tanto com categorias *a priori*, que são construídas antes do exame do *corpus* de análise, como com categorias emergentes, que buscam suporte na indução, segundo seus autores esta última é a que oferece maiores possibilidades de criatividade.

O terceiro e último componente da Análise Textual Discursiva, segundo Moraes e Galiazzi (2007) é a construção dos metatextos, que se constituem em um movimento de articular teoricamente as categorias agrupadas de acordo com os objetivos da pesquisa e construir textos, apresentando uma compreensão ampliada do objeto de pesquisa. Segundo os autores supracitados os metatextos são constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto um modo de teorização sobre os fenômenos investigados (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 32).

A análise dos dados provenientes da inserção ecológica, do estudo documental e das entrevistas realizadas, conduzido pelo aporte teórico da educação ambiental na dimensão da complexidade, possibilitou a emergência das categorias apresentadas no quadro abaixo.

QUADRO 5 – CATEGORIAS

<b>CATEGORIAS INICIAIS</b>	<b>CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS</b>	<b>CATEGORIAS FINAIS</b>
Natureza da REDE FAMÍLIA	Rede Família uma rede de cooperação intersetorial	Rede Família uma rede de cooperação intersetorial
Objetivos da Rede Família	Objetivos da Rede Família	Objetivos da Rede Família
Metodologia de Planejamento e Gestão Sistêmicos	Metodologia de Planejamento e Gestão Sistêmicos	Compreensão da Metodologia Rede Família
Núcleo de Planejamento e Gestão – NPG	Núcleo de Planejamento e Gestão – NPG	
Operacionalização	Descrição da Metodologia em atuação nos diferentes subsistemas	
NPG integra as ações que já existem em relação aos casos		
A família é convidada a integrar esta Rede de Cooperação e com suas potencialidades que são mapeadas	Construção do Plano de Atendimento individual e familiar utilizando metodologia de planejamento e gestão sistêmicos	
Núcleo de Planejamento e Gestão da Rede Família e entidade de acolhimento		
Integrando a família à rede de cooperação Rede Família		
Integrando as redes de apoio social e afetivo, comunitário e ampliado à rede de cooperação Rede Família	Programa Famílias de apoio	
Programa Famílias de apoio	Integrando as ações da Rede Família com o sistema de justiça e a rede de acolhimento institucional	
Integrando as ações da Rede Família com o sistema de justiça e a rede de acolhimento institucional	Integrando a rede ampliada a partir do plano individual	
Integrando a rede ampliada a partir do plano individual	Acompanhamento da família após a reintegração familiar	
Acompanhamento da família após a reintegração familiar	Estratégias complementares: adoção, apadrinhamento afetivo	
Estratégias complementares: adoção, apadrinhamento afetivo	Preparação dos adolescentes para a autonomia	
Preparação dos adolescentes para a autonomia		

Rede Família e suas relações com as comunidades	Rede Família e suas relações com as comunidades	
Formação continuada	Formação continuada	
Indução de políticas públicas	Indução de políticas públicas	Repercussões da Metodologia Rede Família
Mapeamento das redes comunitárias e da rede ampliada	Mapeamento das redes comunitárias e da rede ampliada	
Construção de dados, artigos e livros	Construção de dados, artigos e livros	Importância da participação na rede família do sistema de justiça e de forma especial do Ministério Público
Importância da participação do Sistema de Justiça	Importância da participação do Sistema de Justiça	
Órgão fomentador da Rede Família e ter como uma de suas atribuições a constituição de redes de cooperação	O Ministério Público e sua participação na Rede Família	
Percepção ampla e privilegiada da atuação da rede de atenção	O Ministério Público e sua participação na Rede Família	
Exercício de diferentes papéis (garantidor de direitos, parceiro, mediador, indutor de políticas públicas)	O Ministério Público e sua participação na Rede Família	
Dimensão da aplicação de Conhecimento, de Ciência, de Tecnologia e de Inovação	Dimensão da aplicação de Conhecimento, de Ciência, de Tecnologia e de Inovação	Rede Família uma Tecnologia Social
A metodologia da Rede Família implica participação, cidadania e democracia	A metodologia da Rede Família implica participação, cidadania e democracia	
A metodologia desenvolvida pela rede de cooperação Rede Família gera aprendizagens, abrangendo uma dimensão educativa em diálogo com a Educação Ambiental	A metodologia desenvolvida pela rede de cooperação Rede Família gera aprendizagens, abrangendo uma dimensão educativa em diálogo com a Educação Ambiental	
A Tecnologia Rede Família possui Relevância Social	A Tecnologia Rede Família possui Relevância Social	
A tecnologia social estudada promove resiliência comunitária	A tecnologia social estudada promove resiliência comunitária	

Fonte: A autora (2013).

## **5 FORMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA DOS DADOS COLETADOS**

Foi feito *back-up* dos dados coletados. Estes estão armazenados em um *Compact Disk* (CD) que ficou guardado em armário chaveado na sala do CEP-RUA/FURG com etiqueta de identificação durante o período de cinco anos. O acesso a este mobiliário e à sala é restrito aos professores e alunos que participam deste grupo de pesquisa.

## **6 ASPECTOS ÉTICOS**

A proposta desta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande, para que fosse analisada e aprovada (Anexo 1), conforme exigência da Resolução n.º 196 (BRASIL - MS, 1996) que trata de pesquisa envolvendo seres humanos. Do mesmo modo, após o convite aos sujeitos de participação no trabalho, e de seu aceite, foi solicitado seu Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices 2, 3 e 4), por escrito, garantindo o sigilo e anonimato das informações obtidas durante o desenvolvimento do estudo, sua liberdade de desistência de participação no estudo a qualquer momento e a solicitação de seu consentimento para a divulgação dos dados de forma anônima, assegurando o respeito aos aspectos éticos envolvidos na pesquisa.

# CAPÍTULO V

## REDE FAMÍLIA PELOS SUJEITOS QUE A CONSTITUEM

### **1 ENTENDENDO A TECNOLOGIA REDE FAMÍLIA**

A inserção ecológica da pesquisadora e as informações que emergiram das entrevistas realizadas possibilitou entender, sistematizar e descrever a tecnologia desenvolvida na Rede Família conforme um dos objetivos desta pesquisa. Importante ressaltar que embora a metodologia tenha se estruturado a partir de uma prática corrente no município do Rio Grande, apresentada um ano depois de sua criação em um projeto que concorreu a um edital da Petrobrás. Este foi selecionado, mas a experiência e sua metodologia não se encontravam descritas em toda a sua extensão. Além disso, esta apresentou evolução e sofisticou-se com a execução do projeto, constituindo-se portanto, um desafio entender e sistematizar este processo evolutivo.

Segundo Fernandes; Maciel (2010), muitas experiências de Tecnologia Social necessitam ser sistematizadas para que possam ser replicadas em outras comunidades e contribuir para a superação das condições adversas que se encontra uma grande parcela da população brasileira. Como um dos objetivos da pesquisa é verificar se a tecnologia criada constitui-se em uma tecnologia social, o primeiro foco da pesquisadora, foi através da análise dos dados coletados, descrever a metodologia para verificar suas compatibilidades com os princípios, dimensões e características apontadas na literatura de Tecnologia Social. As primeiras questões que se apresentaram para a sistematização da metodologia foram a identificação da natureza e dos objetivos da experiência Rede Família e as formas como foi desenvolvida.

#### **1.1 Rede Família uma rede de cooperação intersetorial**

Um desafio necessário, para sistematizar a experiência estudada, foi investigar a natureza da Rede Família. Os dados coletados nas entrevistas traziam uma diversidade de

hipóteses, pois, ora esta era denominada como um movimento, ora como projeto, programa, rede, política pública, cultura de trabalhar em rede, terapia coletiva. Importante ressaltar que o reconhecimento desta experiência na condição de projeto foi responsável por ser a Rede Família referenciada por todos os participantes como “o Rede Família”, sendo implícita na fala de todos a palavra projeto, um marco importante na existência desta. Neste sentido, as falas transcritas abaixo,

Ele hoje eu acho que no nosso município é uma política pública consolidada. (Conselheiro.Tutelar)

Eu acho que na verdade é um movimento ele passa essa questão de uma ONG, de ser do município, e embora a gente saiba que existe ingerência da ONG, porque se ela é proponente, existe uma ingerência da ONG e existe também **o apoio** do setor público, tanto do municipal como do Judiciário, mas acho que o Rede Família perpassa tudo isso e ele é um movimento em direção as crianças. (Conselheiro do COMDICA)

Então eu acho que é um programa não governamental, se fosse enquadrar ele, enquadraria como uma entidade não governamental, embora ele não seja, porque ele é um programa, [...] (Promotor de Justiça atual)

É um projeto que surgiu das pessoas, que envolviam as casas, e montou-se o projeto para atender as famílias é um projeto independente da prefeitura, do Estado, enfim. (Coordenador de Entidade de Acolhimento)

Os participantes da pesquisa embora tenham trazido diferentes respostas e reflexões sobre esta questão, possibilitaram a pesquisadora juntamente com uma análise histórica fazer a aproximação da natureza desta experiência. Todos os entrevistados, quando questionados sobre a natureza da Rede Família, a trazem nas perspectivas das relações, como um movimento de atenção compartilhada por diferentes entidades, serviços, pessoas da rede de atendimento, o que aproxima sua natureza de uma rede de cooperação. Alguns ressaltam, a sensação de pertencer a uma **unidade** que o trabalho em rede possibilita conforme as falas abaixo:

Eu acho que é uma rede, são várias entidades, várias pessoas, então essa noção mesmo de rede, que **ninguém está sozinho** é um trabalho em rede. (Família de Apoio)

Então assim, o Rede Família na verdade ele não é o projeto em si, ele é uma cultura de trabalhar em rede com a perspectiva da família, mas uma perspectiva da família não fechada na família, **uma família que nós todos fizemos parte** [...] (Promotor de Justiça da época da concepção do Projeto Rede Família)

É que eu vejo o Rede Família como um atendimento para nós, é uma terapia coletiva. [...] Por isso que eu digo não é um movimento para atender essas famílias, isso é um objetivo vamos dizer assim mais explicito, mais o objetivo implícito é **pra preencher o nosso vazio**. Que é também dessas famílias que pode ser mais fisiológico ou então pode ser de **pertencimento**, mas também o nosso de

autorrealização, [...] (Promotor de Justiça da época da concepção do Projeto Rede Família)

Corroborar a tese de que a natureza da Rede Família é de uma rede de cooperação a análise histórica da criação desta, trazida tanto pelos participantes da pesquisa, como pelas atas do Programa Aliança. A origem da Rede Família é a junção de forças entre dois movimentos existentes na cidade do Rio Grande, Rede de Abrigagem e Programa Aliança.

A Rede de Abrigagem, criada em 2004 e em atuação, buscava a integração operacional de órgãos do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Conselho Tutelar e de instituições encarregadas da execução de políticas sociais básicas e de assistência social, para efeitos de agilização do atendimento de crianças e adolescentes sob medida de acolhimento institucional, visando garantir o direito à convivência familiar e o caráter provisório da medida de acolhimento. Este movimento liderado na sua fase de criação pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e pelas entidades de acolhimento não governamentais, através de um projeto subsidiado por recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, contratou através da ONG Casa do Menor uma equipe técnica para atuar junto às entidades de acolhimento o fortalecimento familiar. Esta constituiu-se na primeira equipe da Rede Família, ainda subsidiada com recursos oriundos do Fundo Municipal para Criança e o Adolescente (FMCA) e suas atribuições foram repassadas para a Rede Família.

Já o Programa Aliança, criado em 2006 pelo governo municipal em parceria com o Ministério Público, que reuniu mais de cem instituições, em torno de cinco eixos (saúde, educação, assistência social, meio ambiente e segurança), visava mapear e integrar ações com vistas a facilitar o desenvolvimento de uma cultura de redes de cooperação e desenvolvimento de comunidades sustentáveis, através da inclusão social de famílias e da conscientização da sociedade em geral.

A união destas duas experiências ocorreu em 2007, através da criação da Rede Família. O Programa Aliança necessitava constituir sua primeira experiência prática, sendo que as entidades que compunham a Rede de Abrigagem, também compunham o Programa Aliança. Em reunião no Salão do Júri do Fórum Estadual da Comarca do Rio Grande decidiram, conjuntamente, para dar maior efetividade às ações da Rede de Abrigagem criar a Rede Família. Esta teria como missão fomentar a consciência da importância do trabalho em rede de cooperação para a garantia do direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes e como foco prioritário de ação crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e suas famílias. Importante esclarecer que entende-se por foco prioritário, o

contexto a partir do qual se vai atuar de forma sistêmica, ou seja, é uma delimitação estabelecida para concentrar esforços, a partir deste se busca mapear e integrar todo o sistema (necessidades, possibilidades e atividades exigidas para a efetividade do proposto).

## FOTOGRAFIA 2 – REUNIÃO EM QUE FOI CRIADA A REDE FAMÍLIA



Fonte: RIO GRANDE [2012]

Os participantes da pesquisa narraram esta história e forneceram dados para sopesar a natureza da Rede Família, que trouxe a característica de trabalho em rede intersetorial da Rede de Abrigagem e a questão do foco na família e da cultura de redes de cooperação intersetorial do Programa Aliança, como confirmam as falas transcritas abaixo.

Chegou um ponto que o Programa Aliança, nós fizemos o mapeamento tinha 160 pessoas, tivemos que dizer, bom e agora, o que nós vamos priorizar. Dai que surgiu a ideia de dar um foco que seria o Rede Família. Junto com o Rede de Abrigagem o Rede de Abrigagem já tava gerando o Rede Família. (Promotor de Justiça da época da concepção do Projeto Rede Família)

Uma divergência que brotou dos dados coletados foi sobre a natureza jurídica da experiência, pois todos os entrevistados mostravam insegurança para responder este questionamento. Os participantes identificavam de forma diversificada a natureza jurídica da Rede Família, alguns como tendo esta uma personalidade jurídica governamental, outros como não governamental, outros ainda como uma experiência com personalidade jurídica mista e finalmente, alguns não identificavam personalidade jurídica na experiência e a viam como sendo uma experiência da comunidade do Rio Grande.

Mas ao mesmo tempo em que os participantes deixaram claro que a Rede Família constituía-se em uma rede formada por diferentes entidades, serviços, pessoas, que de forma conjunta participavam do atendimento das crianças e adolescentes acolhidos

institucionalmente e de suas famílias no município do Rio Grande, não sabiam explicar a participação destes “no Rede Família”. Como ilustra a fala do juiz entrevistado colacionada abaixo.

[...] o que existia era um grande movimento desses entes que participavam do Rede Família, que não propriamente participavam do Rede Família, mas estes entes que participavam do atendimento a crianças e adolescentes no município de Rio Grande. Na verdade assim não propriamente do Rede Família, o que eu tinha contato mesmo era com a rede de atendimento, de uma forma geral, e daí eram os abrigos, o município, os próprios integrantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, toda a rede de atendimento como um todo, o CREAS [...], então tudo isso de certa forma parecia assim a atuação do Rede Família. (Juiz)

Este entrevistado ilustra bem a confusão dos participantes da pesquisa, “entes que participavam do Rede Família, que não propriamente participavam do Rede Família”, “então tudo isso de certa forma parecia assim a atuação do Rede Família”. Como falamos acima, para nos aproximarmos da natureza jurídica da experiência estudada, fomos sendo guiados pelas percepções e dados coletados dos sujeitos de pesquisa, que demonstravam dificuldades na identificação da natureza desta experiência, mas que mesmo assim não se furtavam de apresentar construções sobre o tema, que possibilitaram um entendimento.

Podemos avançar no entendimento quando se desvela que esta experiência tinha uma natureza diferenciada e concomitante, de ser ao mesmo tempo singular e plural, como bem ilustra a fala da entrevistada colacionada abaixo.

[...] acho que ele tem essa característica diferenciada das outras organizações ele consegue ter as origens e parceiros e talvez a própria organização do Projeto ele ser multi, diferenciada. [...] eu acho que essa natureza assim singular e plural, singular porque não tem outro Rede Família não tem Rede Família dois, e plural porque eles tem diferentes nuances é que torna esse espaço numa potência de diálogo e de um movimento diferenciado, de maiores movimentos. [...] acho que a hora que tentar dar um lugar só pra ele, ele vai perder. (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

Este conteúdo trazido de forma recorrente pela maioria dos participantes da pesquisa nos levou a pensar na relação entre a Rede Família criada e em atuação desde 2007 e o Projeto Rede Família que teve sua redação concluída e submetida a edital em 2008 e execução a partir de 2010.

A Rede Família é preexistente, constitui-se em uma rede que agrega diferentes setores em um trabalho conjunto e engloba o projeto Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, surgiu com a finalidade de qualificar e potencializar a ação daquela, como exemplifica a fala deste entrevistado: “o projeto ele entrou em cima de

algo existente, para estruturar algo existente, isso que é importante porque já existia a cultura que era importante uma rede com a família” (Promotor de Justiça da época da concepção do Projeto Rede Família). Desde seu início, a Rede Família previu a necessidade de se obter recursos para criar uma estrutura exclusiva, tendo de pronto criado uma comissão formada por representantes do Ministério Público, da ONG ARCA, da SMCAS e do CEP-Rua/FURG, com atribuição de elaborar um projeto e buscar financiamento que possibilitassem a contratação de uma coordenação, equipe técnica e uma estrutura própria para atuação qualificada desta. De forma emergencial a Rede Família começou sua ação com profissionais e estrutura cedidos por um consórcio formado por organizações não governamentais e governamentais.

A inserção ecológica da pesquisadora evidencia que essa diversidade coexiste na Rede Família, que possui uma natureza singular, composta por uma coordenação, uma equipe técnica, uma estrutura própria e atribuições exclusivas, mantida financeiramente por um projeto cuja entidade proponente e executora é uma organização não governamental. De forma concomitante, possui uma natureza plural visualizada quando em atuação, pela multiplicidade de pessoas e entidades de diferentes setores atuando em rede e compartilhando a atenção de crianças, adolescentes e famílias.

Como já referimos acima, esta natureza diversificada também leva os entrevistados, quando questionados sobre a personalidade jurídica da Rede Família, a demonstrarem uma confusão, como veremos a seguir por algumas falas escolhidas para ilustrar esta assertiva.

[...] eu acho que ele não é privado, mas também não é público. Então eu acho que é um programa não governamental, se fosse enquadrar ele, enquadraria como uma entidade não governamental, embora ele não seja, porque ele é um programa, mas na minha ideia seria um programa de atendimento não governamental, que na verdade recebe apoio do terceiro setor que acaba sendo financiado por empresas privadas. (Promotor de Justiça Atual)

O representante das famílias adotivas entrevistado colocou que a Rede Família era governamental e não governamental, tinha uma natureza mista.

[...] o projeto é incentivo da Petrobrás, leva a crer que seja não governamental, mas deve ser, eu acho pode ser até misto, eu acho que é misto. Por que tem os profissionais da coordenação, a psicóloga da prefeitura trabalha aqui. Depende, eu acho que se existir essa natureza mista eu apostaria numa mistura. Que não se enquadra nem governamental totalmente, nem numa não-governamental. (Família de Apoio)

Já a representante de um dos dispositivos que compõem a rede ampliada, defende a natureza jurídica diferenciada da Rede Família.

Pois é eu acho que a gente já teve que responder isso quando as pessoas perguntam o que é que é o Rede Família, eu acho que ele tem uma potência diferenciada, porque ele tem uma relação, uma origem importante com as organizações não governamentais, ele tem uma relação com o controle social importantíssima acho que isso tem muito da característica do Rede Família tem a ver com o controle social, dessa participação popular ampliada nas decisões, na gestão dos processos, [...] (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

[...] e acho que ele também se instala como um pacto dentro da política governamental e isso também dá lugar para outras conversas, [...]. (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

Alguns entrevistados defendem que a Rede Família não tem personalidade jurídica,

Na verdade, ele não é da prefeitura, ele é um projeto, eu acredito que é do terceiro setor, não sei se ele é do terceiro setor, ele não é uma ONG, ele é um projeto, ele pertence a comunidade, não sei bem como se classifica isso. (Coordenador de Entidade de Acolhimento)

Eu acho que o Rede Família pertence a comunidade, é claro que para ser da comunidade ele precisa ela precisa do município, quando a gente fala do município a gente fala da prefeitura, mas eu acho que o projeto Rede Família, ele é da comunidade Rio Grandina. (Técnico do Projeto Rede Família)

Ele pertence a sociedade. Tudo. O poder Público também chama pra si um pedaço do Rede Família, entende? Ele considera o Rede Família importante pra ele o poder público, mas ele não é do 3º setor, não é do governo, ele é da sociedade como um todo. (Gestor)

Assim também preleciona a entrevistada representante da família de apoio.

Não sei, eu acho que o Rede é tão amplo, eu acho que não pertence a ninguém. É uma rede, é um grupo, tem o público, tem o privado, tem o, como é que se diz, as ONGS, tem pessoas,... (Família de Apoio)

Existe uma parcela dos entrevistados que defendem que ele é do terceiro setor.

Eu acho que do terceiro setor, porque ele não tem vínculos com a prefeitura, eu acho que faz uma parceria com a prefeitura, e depende financeiramente de alguns projetos hoje do governo federal, então não pode perder esse vínculo. (Conselheiro Tutelar)

E, uma entrevistada, acredita que a natureza da Rede Família é pública,

[...] eu acho que é pública, não é? Eu acho que é pública. (Família com filhos reintegrados)

Um dado significativo que emergiu das entrevistas e que auxiliou a desvendar a natureza da Rede Família, o setor, o local que ocupa na rede de atendimento, foi a resposta que os participantes deram ao questionamento sobre serem integrantes da Rede Família. Quase que a unanimidade dos entrevistados responderam positivamente a este questionamento, como se pode verificar nas falas colacionadas abaixo.

Acho que todas as pessoas que participam de alguma forma no processo de adoção atualmente em Rio Grande **pertencem ao Rede Família**. [...] (Família Adotiva - Grifo meu)

Sim, eu me sinto **incluída** no projeto Rede família. (Família de Apoio - Grifo meu)

Não eu acho que a **gente constrói junto**. Eu me sinto como coordenadora da casa, fazendo parte, uma parte atuante, porque a gente , discute os casos, todas as quintas de manhã **nós, nós nos** reunimos vemos cada caso, quando a gente tem uma dificuldade a gente já pensa, nós vamos passar isso para o Rede Família. Então eu acho que é uma rede. Pelo menos com o abrigo sim. (Coordenador de Entidade de Acolhimento - Grifo meu)

[...] eu já estou fazendo parte, eu estou adorando, **eu estou fazendo parte** mesmo, já não é mais uma ajuda, não deixa de ser, vai continuar sendo sempre uma ajuda mas eu acho que para mim tem ajudado bastante, eu acho que **já faço parte**, todas as quintas aqui. (Família com filhos reintegrados - Grifo meu)

**Me sinto integrante**. Eu acho assim, que sou uma integrante do Rede Família, porque a partir do momento que eu **faço parte**, que eu vou nas reuniões, eu acho que eu sou uma integrante, que eu **faço parte** do projeto. (Membro da rede comunitária - Grifo meu)

Sem dúvida, não era só algo que servia para ajudar o Poder Judiciário integrado nessa rede, estão sim, sem sombra de dúvida **me sentia parte** da rede, não sei se eu era parte da rede, mas **me sentia parte da rede**. (Juiz - Grifo meu)

Os dados coletados possibilitaram visualizar a Rede Família, como uma rede de cooperação intersetorial, que agrega um grande número de entidades, serviços, pessoas, de diferentes matizes, públicas, privadas, governamentais e não governamentais, de controle social, comunidade em geral, não sendo possível lhe caracterizar dentro de um setor específico. A Rede família é um ente que se constitui e tem existência no momento e no modo de atuação, ou seja, na atenção compartilhada, em cooperação de todo o potencial social com um foco específico de ação, crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias visando à reintegração e a garantia da convivência familiar. Portanto acertadamente, os entrevistados referem que a Rede Família não é de ninguém e sim da comunidade e visualizam todos os setores em uma ação conjunta, visualizam-se como participes desta rede, assim como as entidades a que pertencem.

Mas algo resta ser elucidado para identificar a natureza da Rede Família, o que representa dentro deste ente o projeto Rede Família, esta estrutura composta de recursos humanos e materiais, com atribuições próprias?

Os resultados evidenciam ainda que a participação da Casa do Menor, como entidade que apresenta o projeto Rede Família redigido por representantes de diferentes entidades (Ministério Público, ARCA, CEP-Rua/FURG, SMCAS), enquadra-se como uma das ações de um cooperado com o escopo de atingir a missão comum da rede de cooperação. Fazia-se necessário naquela etapa de ação da rede, que uma estrutura pudesse fazer a gestão e o planejamento da rede de cooperação, que tivesse como atribuição exclusiva fazer avançar as ações necessárias para garantir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. Este núcleo poderia ter sido criado em qualquer outro setor, mas a sua vinculação é com a missão comum da rede e o seu foco prioritário. Importante ressaltar que o projeto previu recursos para a contratação da coordenação e de uma equipe técnica para estar a serviço desta rede de cooperação este é um ponto importante, não existe submissão desta equipe à Casa do Menor e sim a rede de cooperação, cuja Casa do Menor é uma das cooperadas. Inclusive existe um pacto verbal de que o patrimônio da Rede Família está vinculado ao exercício de suas atribuições, caso a ONG resolva não executar mais o projeto este patrimônio deve ser repassado para quem der continuidade ao trabalho.

[...] por que é que é necessário o projeto? Porque nós estamos com uma demanda geométrica de dificuldades que implicam no nosso trabalho, que se nós não tivermos um projeto que te diga: tu tens que fazer, tu tens prazo, tu tens indicadores. O que vai acontecer? Nós acabamos esquecendo um pouco desse tipo de coisa, a reunião vai perder tempo, então assim, ainda para gente conseguir manter uma rotina disso como prioridade, que precisa ser prioridade esse tipo de coisa, nós precisamos ser cobrados por um projeto, que pode ser um Projeto como o Rede Família. (Promotor de Justiça da época da concepção do Projeto Rede Família)

Resumindo, a Rede Família, conforme dados coletados na pesquisa se constitui em uma metodologia de trabalho em rede de cooperação intersetorial<sup>7</sup>, que tem como missão fortalecer a consciência da importância do trabalho em rede, a partir da constituição de núcleos de planejamento e gestão, utilização de ferramentas de planejamento e gestão sistêmicos e da eleição de um foco prioritário.

A Rede Família reúne as características de um trabalho em rede, pois articula intencionalmente pessoas, grupos humanos e atores sociais, auxiliando-os a potencializar suas iniciativas para alcançar a missão comum.

---

<sup>7</sup> Que se processa entre vários setores (público, privado, organizações não governamentais, comunidade em geral).

A atuação em rede pode ser vista tanto como uma estratégia organizativa, como um apoio mútuo. Nesse caso, por articular relações de parentesco, vizinhança, amizade. E sua base de atuação é a relação de confiança entre seus participantes (GONÇALVES; GUARÁ, 2010; MARTINHO, 2003). Na experiência em análise estas duas dimensões coexistem, pois para atingir a missão comum integram a Rede Família a rede de apoio social e afetiva, a rede comunitária, a rede de atendimento e a comunidade em geral.

Segundo Gonçalves; Guará (2010, p. 11), vivemos em uma sociedade complexa e multifacetada que tem exigido mudanças nas formas de organização da sociedade, fazendo surgir uma nova cultura de articulação e cooperação em rede, que reúnem ações da sociedade civil organizada, órgãos de governo e empresas privadas, tal como acontece na Rede Família.

O novo modelo de rede, que supõe relações mais horizontalizadas, exige disposição para uma articulação socioeducativa que:

- Abre-se para acolher a participação de varias políticas públicas setoriais;
- Derruba limites de serviços que agem isoladamente;
- Inclui a participação da sociedade, comunidade, famílias;
- Acolhe o território onde se localizam as crianças e os adolescentes (GONÇALVES; GUARÁ, 2010, p.12)

Como se sabe, a noção de “rede” é bastante antiga. Etimologicamente, a palavra vem do latim *retis*, significando entrelaçamento de fios com aberturas regulares, formando uma espécie de tecido. Segundo Castel (1998), a rede é formada por um conjunto de nós conectados, não possui centro, e mesmo que algum dos nós seja mais importante que o outro, são interdependentes. Há uma multiplicidade de atores sociais, que dependem um dos outros para atingir a atenção e o cuidado necessário para superar a situação de risco e atender as necessidades da população atendida, a cooperação ajuda a aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade de suas ações, como comprovam os resultados e indicadores da rede em estudo.

Na Rede Família existem vários setores trabalhando juntos, sem hierarquização, devido os cooperados<sup>8</sup> advirem de diferentes setores, esferas de governos e poderes. O compartilhamento do cuidado é feito por eleição dos componentes da rede. Esta experiência vem na esteira do que preconiza a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e de várias leis que vieram complementá-la – ECA, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993b), SUAS, etc. que dispõem que a população deve codecidir e participar das políticas públicas.

---

<sup>8</sup> Denominação dada aos componentes da Rede de Coopeação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, introduz a questão das redes no seu artigo 86, quando aponta que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente deve ser realizada através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A organização em rede tem o objetivo de facilitar a articulação entre pessoas e organizações, de modo a ampliar as possibilidades de decisão e ação de cada um de seus componentes e da rede como um todo.

A Rede Família compõe um tecido, que tem finalidade de apoio, sustento, aonde seus cooperados vão ocupando os vazios, espaços interinstitucionais (entre fios), acompanhando e sustentando e promovendo solidária e comprometidamente crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e suas famílias. Esta rede de cooperação atende ao que Martinho (2003) preconiza no tocante ao que é uma rede.

Saindo do campo filosófico para o da política, temos então a rede como uma forma, melhor seria dizer, um *processo* de organização social tremendamente apto a responder às exigências de flexibilidade, descentralização e democracia do mundo contemporâneo, permitindo, por princípio e na sua base, o exercício da auto-determinação e da autonomia. Nesse sentido, aqui cabe ressaltar que rede não é só o desenho, a estrutura, pelo qual se dão as relações, mas um *modo* como elas se realizam. Não podemos nos esquecer de que manter o foco do olhar sobre a ligação entre as coisas significa pôr em consideração o *como* das ligações e não somente sua morfologia.

Mais importante do que a estrutura, no qual se dão as relações, é o modo como elas se realizam. Neste até então “não-lugar” ou “lugar de ninguém”, entre as instituições, nas fronteiras institucionais, as relações, o “encontro” com os outros profissionais, as alianças, os pactos em relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo que garante as travessias.

## **1.2 Objetivos da Rede Família**

No tocante aos objetivos da Rede Família desvelaram-se aos participantes de modo diversificado devido esta trabalhar em e com diferentes contextos. Conforme disposto acima nos aspectos históricos, a Rede Família não nasceu de um único episódio. No ano de 2008 seus objetivos foram descritos em um projeto, documento que subsidia esta pesquisa e é também objeto de análise. Por fim, antes de se começar a elencar os objetivos que emergiram

da análise dos dados, *mister* salientar que esta experiência, se desenvolve em uma prática instituinte<sup>9</sup>, possui objetivos que se ampliam não só a medida que vão sendo mapeadas e integradas novas necessidades das crianças e adolescentes acolhidos e de suas famílias, mas também da rede de cooperação. Esse movimento de ampliação de objetivos também se dá a medida do mapeamento e integração de novas possibilidades e atividades existentes no capital social, que sofrem alterações por mobilidade de pessoas, adesão e ampliação de serviços, encerramento de atividades, dentre outros.

Primeiramente, apresentaremos os objetivos elencados pelos sujeitos de pesquisa. A maioria dos participantes da pesquisa elenca como objetivo da Rede Família, “a reintegração à família da criança e do adolescente acolhido” (Juiz). Outro objetivo identificado por quase unanimidade dos entrevistados é a garantia de provisoriedade da medida de acolhimento, “tentar reduzir o tempo de abrigamento” (Promotor de Justiça atual).

Identificado ainda pelos participantes da pesquisa, de forma unânime, como objetivos da Rede Família, o fortalecimento da família para a superação dos motivos que levaram ao afastamento dos seus filhos do convívio familiar, como explicita o representante da promotoria entrevistado, “buscar o trabalho com as famílias das crianças institucionalizadas para garantia do direito a convivência familiar e a técnica da Rede Família, é desenvolver ações para empoderar as famílias que estão em situação de vulnerabilidade, das crianças, partindo no caso das crianças que estão institucionalizadas”.

Está claro para os entrevistados que um dos objetivos da Rede Família é **trabalhar o fortalecimento da família** de origem das crianças e adolescentes sob medida de acolhimento e **no caso de impossibilidade a colocação em família substituta** por meio da adoção e do apadrinhamento afetivo. Como ilustra a fala do Promotor colacionada abaixo:

[...] o projeto realiza a atividade de acompanhamento das famílias, de educação das famílias, no sentido primeiramente do restabelecimento do vínculo, da busca da família extensa para, somente após essas tentativas que são feitas pelo programa, fazer o relatório no sentido de encaminhamento a família substituta quando as intervenções não se fizerem exitosas. Eu penso que a função do Rede é fazer este trabalho com a família. (Promotor de Justiça Atual)

Também se constituiu como objetivo inicial da Rede Família, **a formação de uma rede de cooperação que atendesse as necessidades singulares de cada família**, de cada criança e adolescente atendido, para tanto necessário o mapeamento de todo o capital social existente no município que se constituísse em uma possibilidade e uma atividade que revertesse e atendesse de forma efetiva a necessidade mapeada no plano de atenção individual

---

<sup>9</sup> O instituinte é o agente transformador que sobrevive no interior da instituição.

da família. Este objetivo da Rede Família é identificado pelos participantes da pesquisa conforme a fala do gestor, “o Rede Família tem o princípio fundamental e básico de envolver a rede, de **socializar o problema e a solução**, eu vejo o rede como absolutamente integrado a intenção e a necessidade de trabalhar com as redes sociais”, fala corroborada pela madrinha afetiva entrevistada, “parece que foi criado com, tipo um elo de aproximação, **um elo de ligação** entre os abrigos, instituições que tem os menores, os adolescentes, crianças, com um público, com a população rio-grandina que tem interesse em adotar”. Outras falas reiteram:

Eu acho que ele tem o objetivo de entender e apoiar a Rede de apoio da política da criança e do adolescente, enquanto instituição assim, política macro [...] (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

[...] e integrar todos esses setores, esses entes, essa rede de atuação, todos esses setores e tentar de uma certa forma conseguir uma solução para essas crianças e adolescentes, me parece que esse sim seria o objetivo. (Juiz)

Outro objetivo trazido por um dos participantes da pesquisa é o de fomentar uma “cultura de trabalhar em rede com a perspectiva da família, [...], não só na perspectiva das famílias de crianças e adolescentes acolhidos, mas de todas as famílias, da família hominídea, que todos nós fazemos parte” (Promotor de Justiça da época da concepção). Este mesmo entrevistado parte de uma visão sistêmica, que reconhece que ao atuarmos para atender uma família vulnerabilizada, estamos provocando mudanças que afetam o sistema como um todo com reflexos sobre todos os seus componentes, portanto sobre todas as famílias.

[...] o movimento é pra atender essas necessidades concomitantes todas, de todos nós que fazemos parte da Rede. Agora se tu me disser o explícito sim é o movimento pra atingir aquelas crianças que estão abrigadas. e é esse que é o grande produto, [...] é um produto de consciência, é diferente. (Promotor de Justiça da época da concepção do Projeto Rede Família)

Como se argumentou acima, além dos objetivos identificados pelos participantes da pesquisa, existem objetivos que se encontram descritos formalmente nos documentos analisados, projeto Rede Família, patrocinado pela Petrobrás e que subsidiam esta pesquisa, quais sejam:

Objetivo Geral: Implementar um programa de orientação e apoio sócio-familiar, que priorize o retorno da criança e do adolescente abrigado para a família de origem, através do fortalecimento e da construção de novos vínculos desta família com a rede de apoio local e ampliada do município do Rio Grande/ RS

Objetivos Específicos:

1. Conhecer a realidade local das famílias a serem trabalhadas e sua rede de apoio, disponibilizando este conhecimento para os profissionais envolvidos no processo;
2. Implementar o programa de apoio sócio-familiar, visando potencializar as famílias a serem trabalhadas;

3. Construir dados científicos que subsidiem as políticas públicas municipais, incentivando a criação de ações e estratégias que garantam a o direito da criança e do adolescente a convivência familiar;
4. Capacitar profissionais e pessoas da comunidade visando garantir o direito da criança e do adolescente a convivência familiar;
5. Garantir a participação ativa dos indivíduos envolvidos no projeto.

Na justificativa do projeto que dá sustentabilidade financeira ao Núcleo de Planejamento e Gestão da Rede Família, no tocante aos recursos humanos e estruturais, consta ainda expressamente que a Rede Família tem como objetivo fazer avançar a implantação do Plano Nacional de Promoção, Prevenção e Defesa da Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes (PNCFC) na cidade do Rio Grande. Inclusive as ações realizadas pela Rede Família muitas delas tem inspiração nas ações e atividades elencadas no referido plano.

Esta proposta tem como prioridade avançar na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, visando à garantia da provisoriedade da medida de abrigo e do direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes abrigados no município, através do acesso a cidadania, emancipação e promoção do desenvolvimento das famílias atendidas pelo Programa Rede Família (BRASIL, 2006).

Além, dos objetivos nominados pelos participantes da pesquisa e elencados no projeto Rede Família, na prática cotidiana construiu objetivos novos, quais sejam: fomento de políticas públicas, a repactuação do pacto que deu origem a rede de cooperação Rede Família.

Eu acho que o interessante do Rede, é que ele está na questão micro nas relações, na questão do cuidado, da proposta de desinstitucionalização das crianças e ele consegue fazer articulações macro, para garantir o direito, ele se relaciona com patamar de gestão, de política pública, para poder negociar estas questões, para dar lugar, [...] (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

Um dos participantes da pesquisa traz que a Rede Família tem objetivos implícitos e explícitos, pois segundo ele quando trabalhamos de forma sistêmica ao fortalecermos os vínculos de uma família com a sua rede de apoio social e afetiva, comunitária e ampliada estamos **aprendendo relações**, estamos trabalhando na estrutura de todo o sistema. Quando todos os atores sociais atendem ao chamado para atuarem de forma cooperativa e integrada em prol de determinada família, vivenciamos **alteração da lógica vigente na sociedade** que é a do individualismo, da especialidade, da fragmentação, este exercício proposto pela Rede Família com certeza fortalece a família, a convivência familiar, mas, não só das famílias que constituem o foco prioritário desta experiência, mas de todas as famílias, de todas as pessoas

envolvidas nesta ação, pois experimentar os resultados desta ação amplia a percepção de formas alternativas e mais evoluídas de coexistência. Vejamos a fala do entrevistado:

[...] o Rede Família, assim,... as coisas tem objetivos explícitos e implícitos, tipo assim, quando eu atendo as pessoas na verdade eu também atendo os meus vazios. Eu acho que isso do Rede Família é o fundamental, o objetivo que a gente elegeu foi a família, porque a família é a base da sociedade. Planejamento familiar, dignidade da pessoa humana, a conscientização do compromisso da família, de tirar as crianças dos abrigos. O maior objetivo do Rede era nos dar uma paz interna, junto a uma estrutura que fizesse parte e nos desse uma satisfação, uma auto realização de todos nós, a gente achou uma solução de cooperação e não de separação, o que eu quero dizer é o seguinte o objetivo maior, inconsciente foi esse, uma necessidade de sobrevivência nossa e projetada num vazio que esse vazio exigiu uma cooperação para supri-lo. Nós montamos uma estrutura com objetivos mais formais pra atender essa necessidade nossa e ai podemos cooperar, com aquelas famílias que estavam vulneráveis, não interessa a situação. Para que elas nos ajudassem, nós ajudamos elas e nós nos ajudamos como num todo e pra nós nos estruturarmos de uma forma que nós nos sentíssemos mais seguros num todo. O Rede Família nos deixou mais sólidos para enfrentar o que nós enfrentamos atualmente, a questão do CRACK. (Promotor de Justiça da época da concepção do Projeto Rede Família)

Como se verificou pelos dados coletados a Rede Família em sua atuação foi ampliando seu raio de ação e acrescentando objetivos a sua existência. Um dos princípios que fundamentam esta experiência é a implantação da visão sistêmica e complexa. Com esta percepção se torna impossível atuar de forma linear em direção as necessidades e a melhoria da qualidade de vida de apenas um segmento da população. Ora, o foco prioritário da Rede Família é o atendimento de crianças, adolescentes acolhidos institucionalmente e suas famílias, mas atuar com eles significa atuar no sistema a que pertencem que envolvem outros segmentos, o que fica perfeitamente de acordo com a abordagem ecológica de desenvolvimento de Urie Bronfenbrenner (1996), um dos inspiradores teóricos desta pesquisa. A vulnerabilidade do público prioritário tem causa em uma lógica social que deve ser transformada, para isso a Rede Família, tem que atuar nos modos de vida de todos os segmentos que fazem parte do sistema, sempre a partir do foco prioritário. Conforme os dados obtidos nas entrevistas e documentos, a forma de atuação da Rede Família, a cooperação, a intersetorialidade, a interdisciplinariedade, a transdisciplinariedade, a sustentabilidade, exige a eclosão de espaços de reflexão e construção de conhecimento sobre novas formas de sociabilidade, que não sejam baseadas no consumo, na competição, no individualismo, na exclusão social.

Portanto, poder-se-ia afirmar que o objetivo implícito da Rede Família, é o de subverter os modos de vida e de atuação profissional vigente. Quando trazemos o tema da convivência familiar e comunitária, significa falar em mais do que um núcleo familiar, se fala em família extensa, em rede comunitária, em rede municipal, em última instância se fala no tecido social, no sistema como um todo, no habitat o que agrega todo o contexto humano e

não humano. Portanto, um dos objetivos da Rede Família é bem mais amplo do que incluir, empoderar, fortalecer uma família, para incluir o ser humano, criança, adolescente em local de pertencimento. É empoderar um sistema social e possibilitar o seu desenvolvimento.

Em síntese, fica claro que a Rede Família tem múltiplos objetivos, implícitos e explícitos, garantir o direito à convivência familiar e comunitária, garantir o caráter de provisoriedade da medida de acolhimento institucional, fomentar o trabalho em redes de cooperação.

### **1.3 Compreensão da Metodologia da Rede Família**

Ao buscar identificar a natureza e os objetivos da experiência estudada a pesquisa avançou nas análises desta investigação, a fim de compreender e descrever a experiência da Rede Família.

#### *1.3.1 Metodologia de Planejamento e Gestão Sistêmicos*

Um dos subsídios de análise desta pesquisa e que integra o *corpus* é o projeto que foi escrito para concorrer ao edital da Petrobrás e está sendo financiada pela empresa e que já previa o planejamento e gestão sistêmicos como metodologia utilizada pela Rede Família, conforme transcrevemos parte do texto do projeto:

Com isso, permite-se um planejamento e gestão sistêmicos, levando em consideração todas as perspectivas envolvidas e os processos de gestão da estratégia, através do qual serão otimizados os recursos existentes, melhor atendendo as necessidades fisiológicas, psicológicas e de auto-realização das pessoas envolvidas no Projeto, nos três eixos da sustentabilidade e com foco prioritário na família, gerando efeitos públicos e agregando valor sustentável para as ações desenvolvidas. Desse modo e levando-se em consideração o mapeamento não apenas das necessidades, mas também das possibilidades e atividades existentes, permite-se uma melhor comunicação e conexão dos benefícios mútuos, favorecendo o aperfeiçoamento das redes de cooperação, com uma maior integração dos três setores e da comunidade local. Tais fatores permitem a criação de um modelo de desenvolvimento, planejado pela base da sociedade, que é a família, com a geração de indicadores que evidenciam o cumprimento da missão de diversas instituições envolvidas. Assim, favorece a replicação e alavanca a captação de novos recursos, gerando um ciclo de sustentabilidade do projeto e garantido o cumprimento de diretrizes nacionais (critérios constantes dos questionários dos Indicadores Ethos e do Índice de Sustentabilidade Empresarial; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Estatuto da Criança e do Adolescente; Constituição Federal; etc.) e internacionais (critérios constantes dos questionários do Dow Jones Sustainability Indexes, Declaração de Istambul, Plano de Ação da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento; Convenção das Nações Unidas

sobre Direitos das Crianças; Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; Agenda *Habitat* para os Municípios; etc.).

Embora expressa a utilização da metodologia de planejamento e de gestão sistêmicos pela rede de cooperação Rede Família no projeto apresentado para a Petrobrás, foi constatado que os participantes da pesquisa a exceção de um, não a visualizam em sua amplitude, trazendo apenas alguns elementos desta, quais sejam: o mapeamento das necessidades, possibilidades e atividades e a integração dos diversos potenciais da sociedade para atingir a missão comum.

O Rede Família de uma certa forma atuava em tudo, em tudo isso o que me parecia. É quase que funcionava **para integrar isso tudo assim** e isso pra mim era muito importante no meu dia a dia, sem sombra de dúvida, facilitava o meu trabalho, porque eu passava a ter um contato mais real, mais concreto. (Juiz) grifo nosso  
[...] que se colocavam assim na sala de audiência, do Poder Judiciário, todos os integrantes dessa rede e a gente discutia os processos um a um, essas reuniões me ajudavam muito a decidir dentro do processo, porque praticamente **quem dava as soluções, quem trazia as soluções eram essas pessoas que tinham contato diário com as crianças e com as famílias** e que atuavam com essas crianças, então eu tinha um contato mais humanizado do processo assim, sem sombra de dúvida além de facilitar o meu trabalho, me gratificava mais, porque eu sentia a atuação muito mais específica, correta. (Juiz) grifo nosso

Eu acho assim esferas diferentes, federal, tudo acho para o bem comum, nunca vi, nunca senti trabalho separado, acho que um trabalho complementar, cada um com as suas atribuições, mas eu vi que a engrenagem tava andando, ...que o Rede Família veio ocupar uma lacuna importante pra essa **engrenagem** andar mais rápido. Uma engrenagem, não era cada um na sua ilha. (Família Adotiva) grifo nosso

[...] eu percebo que mesmo tendo dificuldade **a gente tem conseguido construir um trabalho em rede**, buscando as pessoas dentro do conselho tutelar, dentro dos CAPS, dentro de toda a rede de atendimento da cidade que a gente tem conseguido de alguma forma construir estratégias em comum para poder atender um caso, no é bem isso que eu percebo, essa **união costura dessa rede** focando um problema ou um caso, [...] O trabalho do rede é sistêmico, uma costura na rede para a pessoa não cair e ter o atendimento com efetividade (Técnico do Projeto Rede Família)

(...) **nós buscamos isso a efetividade da atenção, o suprimento da necessidade** que possibilite a superação dos problemas que levaram a institucionalização da Criança e do adolescente – para garantir de fato este direito para sempre e isso é processo... **para isso todo o território, todos os potenciais podem ser acionados**. Nosso foco é a garantia do direito não por um dia, uma semana, mas para sempre, pois nosso foco é a criança e o seu direito ao desenvolvimento sadio, quando está em risco nós atuamos, não são eles que nos procuram, somos nós que os procuramos. A demanda não vem até nós, se está no abrigo, se esteve no abrigo um dia, esse cuidado é nosso. (Técnico do Projeto Rede Família. Grifo meu)

O que ele faz com essa rede? **Primeiro ele mapeia essa rede, olhando do micro, vamos pegar uma família e nessa família no momento em que se percebe essa rede, se vai em busca desses locais aonde essa família ela pode ser acolhida, atendida, na verdade, se busca a união**, o potencial, que essa rede pode ter nessa família, olhando para uma família, essa busca. Em muitas situações é feito o encaminhamento dessa família para o CREAS, o Ambulatório de Saúde Mental, o CAPSi e em outros momentos essa rede é buscada, quando não é através de encaminhamento ela é buscada através do fortalecimento e até chamada a

responsabilidade muitas vezes de uma família, de uma vó, porque muitas vezes uma criança cai em uma instituição, ele é institucionalizado, ele não cai de para quedas, aquela criança já estava em alguma situação de risco já a algum tempo, porque a rede da própria mãe ou do pai daquele cuidador inicial estava fragilizada pela própria família, pela própria família extensa, então muitas vezes quando se fala em busca na rede, ela é em justamente buscar essas pessoas que estão em torno desta criança, mas que não estão mas visualizando essa criança, então muitas vezes é como se fosse uma chamada de atenção. (Técnico do Projeto Rede Família. Grifo meu)

O promotor de justiça entrevistado, titular da Promotoria de Justiça com atribuições junto ao Juizado da Infância e da Juventude quando da criação da Rede Família, participante ativo da sua concepção, da escrita do projeto e do início de suas atividades e atualmente divulgador desta prática, foi o único que nominou como metodologia da Rede o planejamento e gestão sistêmicos, conforme demonstra a fala colacionada abaixo:

[...] é uma metodologia **de planejamento e gestão sistêmicos**, a partir de um foco prioritário que a gente estabelece, a partir de um mapeamento das necessidades, possibilidades e atividades, não só materiais, parte dos três eixos, as redes de cooperação, tu mapeia e integra. Pega um foco e vê qual as necessidades que estão envolvidas ali a partir deste foco, qual é os potenciais econômicos, sociais e ambientais, quem pode ajudar. [...] (Promotor de Justiça da época da concepção da Rede Família. Grifo meu)

Inclusive o já referido participante especifica como esta metodologia é utilizada no foco prioritário crianças, adolescentes e as famílias das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente.

[...] para efetividade disso não adianta só tu trabalhar, para criança, tem que trabalhar o sistema no qual ela está inserida, trabalhar não é só saúde educação. Por isso que o primeiro termo que tu vai falar é a efetividade. Mas depois tu tens a sustentabilidade disso, a sustentabilidade vem da Rede, o fortalecimento da Rede, para que não atenda só o movimento de reintegrar ele, mas que dê condições para que resgate a dignidade, qualidade de vida e que não vá para droga, não vá pra isso ou outra coisa. (Promotor de Justiça da época da concepção da Rede Família)

Moraes (2009) define a metodologia de Planejamento e de Gestão Sistêmicos, como:

[...] a metodologia de gestão que busca alterar da percepção e atuação linear, cartesiana, mecanicista e reducionista (que prioriza as partes) para o pensamento e a atuação sistêmicos (que beneficiam a população global como um todo, uma vez que decorrem da compreensão das interconexões existentes no sistema), mapeando e integrando necessidades, possibilidades e atividades relativas a um foco prioritário de atuação, de forma a gerar Desenvolvimento Harmônico e Sustentável.

Ainda segundo este autor a partir de um foco prioritário é possível mapear as múltiplas necessidades envolvidas, não apenas as fisiológicas do usuário, da sua família e das pessoas integrantes da rede formada para cumprir a missão estabelecida, mas as psicológicas e de autorrealização. Pode-se identificar ainda, as possibilidades existentes no sistema, no capital

social, incluídos aqui os três setores, público, privado e organizações não governamentais, mais a comunidade em geral para atender essas necessidades e por fim, as atividades já existentes e que já são executadas que podem atender as necessidades.

Insta lembrar, que esta rede de cooperação teve nascimento em um amplo pacto social, conforme narrado na seção 1.1. e lembrado pelos entrevistados, conforme a fala da técnica de um dispositivo que participou da pesquisa, “você tem, tem um pacto amplo, tem um espectro maior então, ninguém estranha vocês se aproximarem de determinada política pública” (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento). Este pacto agregou representantes dos setores público, privado, organizações não governamentais e comunidade em geral da cidade do Rio Grande, estando por natureza aberta a adesão de novos cooperados que a compõem a medida das necessidades, possibilidades e atividades mapeadas nos Planos de Atendimento Individual e Familiar com as singularidades inerentes a cada criança, adolescente e família e também na medida dos processos e das necessidades da própria rede de cooperação e, por conseguinte de seus cooperados.

### *1.3.2 Núcleo de Planejamento e Gestão - NPG*

De acordo com os registros da inserção ecológica e consulta documental, foi verificado que o planejamento e gestão do sistema que compõem a rede de cooperação Rede Família, com vistas a atender o seu foco prioritário e atingir a missão comum é realizado por uma equipe. Esta equipe na época da coleta de dados era formada por um coordenador executivo, um coordenador técnico, um técnico administrativo e uma equipe técnica. Formavam a equipe técnica: um pedagogo, um psicólogo e uma assistente social, uma secretária e um estagiário, todos, a exceção da coordenadora técnica cedida por um dos parceiros, contratados pela ONG Casa do Menor e mantida via projeto financiado pela Petrobrás. Esta equipe constituiu e ainda constitui o que foi denominado Núcleo de Planejamento e Gestão desta rede. Este, de acordo com relatos e com o projeto, tem como atribuição exclusiva fomentar a consciência da importância do trabalho em rede de cooperação para a garantia do direito a convivência familiar e comunitário de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente na cidade do Rio Grande, manter a coesão e ampliar esta rede de cooperação. Importante salientar que, atualmente este Núcleo de Planejamento e Gestão sofreu alteração em sua composição e fontes de financiamento.

O Rede Família é composto pelos agentes que aplicam a política de proteção à criança e ao adolescente. Pra mim esses são os integrantes naturais do Rede Família. Na pratica, na operação dele é claro que não são todos eles. Quem operacionaliza o Rede Família são técnicos e servidores contratados enfim pra operacionalizar o Rede mas o Rede é um braço do Judiciário é um do Ministério Público, é um braço do judiciário, é um braço do Poder Público e é um braço da sociedade, eu vejo o Rede Família exatamente assim, ele é composto então por toda essa rede que administra a política de proteção à criança e aos adolescentes, muito embora seja operacionalizado por técnicos (Gestor).

Um dos entrevistados quando questionado sobre como avaliava a estrutura e a funcionalidade do projeto.

[...] ela é uma estrutura enxuta ainda e dentro da estrutura enxuta ela tem uma excelente funcionalidade, porque ela utiliza os potenciais existentes ela não pretende criar coisas maiores, ter que fazer tudo. (Promotor de Justiça da época da concepção da Rede Família)

Esta é uma das inovações desta experiência, os cooperados possuem diversos focos de ações e atuam em diversas redes. Por exemplo, o CREAS, que é um cooperado da Rede Família trabalha com diversos públicos: idosos, crianças e adolescentes explorados no trabalho, mulher, dentre outros. Os cooperados atuam de forma orgânica na medida da necessidade, o Núcleo de Planejamento e Gestão (NPG) atua exclusivamente com o foco prioritário e com a missão da rede de cooperação, mapeando, integrando, coordenando a atenção, planejando e fazendo a gestão da rede de cooperação, de forma que respondam as necessidades das famílias atendidas, como ilustra a fala do gestor, “a perseverança dele no objetivo foco, que é tirar a criança da casa de abrigo, isso pra mim é a coisa mais positiva que tem o Rede”. (Gestor)

O Núcleo de Planejamento e Gestão atua concomitantemente em e com diferentes contextos que influenciam o desenvolvimento e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias, norteado pelo foco prioritário da rede de cooperação – o fortalecimento da família para a superação dos motivos que levaram ao acolhimento de seus filhos. Este atua em ambientes específicos onde a criança, o adolescente institucionalizado e sua família têm relações face-a-face, tais como: a família, a escola, a entidade de acolhimento institucional, o posto de saúde, a vizinhança, denominado por Urie Bronfenbrenner (1996) como microssistemas. Atua também junto aos sistemas originados pelas inter-relações entre dois ou mais ambientes em que a pessoa participa ativamente, tais como, as inter-relações entre entidades, família, escola, padrinhos afetivos, dispositivos de saúde mental e assistência social, denominado pelo autor supracitado como mesossistema. Atua ainda com os contextos, compostos por um ou mais ambientes e suas interrelações, que não envolvem a pessoa em

desenvolvimento como um participante ativo, mas cujos eventos neles ocorridos influenciam diretamente o seu desenvolvimento, pode-se citar, por exemplo, o Conselho Tutelar, o Juizado da Infância e da Juventude, o Ministério Público, a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, Saúde e Educação, a Rede de Acolhimento Familiar, reuniões do fluxo de saúde mental, denominado exossistema. E, por fim, atua com o sistema de crenças, ideologias e valores que perpassam as pessoas e entidades que compõem o sistema que tem alto poder de determinação nas relações que ocorrem nos sistemas anteriormente descritos, como por exemplo, as novas concepções de infância, as novas configurações familiares, intersetorialidade, transdisciplinaridade, trazidas pelo ECA, pelo PNCFC, entre outros, denominado macrossistema. Um dos entrevistados expressa a ciência deste funcionamento sistêmico da experiência de comunicação da Rede Família, o que parece fundamental para a efetividade da mesma.

Acho que isso é o que mais me chama a atenção assim, essa **mobilidade do diálogo em diferentes níveis**, e ao mesmo tempo muito horizontal, com todo mundo podendo olhar para a mesma questão(...) a partir do que fica descortinado nesses espaços de diálogo. Acho que consegue **mover diferentes atores em prol do atendimento** da questão da garantia dos direitos. (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento. Grifo meu)

Eu te diria que ele é assim: primeiro ele atua onde o poder público não tem conseguido chegar, não tem políticas, (...) Dou exemplo, a atuação dentro de determinados pontos da sociedade, determinados bairros, determinadas vilas e ações específicas da violência, da droga, dentro de uma escola, dentro de uma associação de bairro, essa demanda não foi levantada pelo Ministério Público, nem pelo Judiciário, nem por poder executivo, mas foi uma demanda identificada pelo próprio Rede que usou as potencialidades daquela própria comunidade para fazer uma ação voltada para a criança e o adolescente. (Gestor. Grifo meu)

### *1.3.3 Descrição da Metodologia em atuação nos diferentes subsistemas*

A sistematização da tecnologia teve como subsídio os dados coletados nos relatórios do núcleo de planejamento e gestão da Rede Família, nas atas das reuniões semanais da coordenação com a equipe técnica, nos planos individuais de atendimento das crianças e adolescentes acolhidos, nos planos de atendimento das famílias, nas entrevistas e através da inserção ecológico da pesquisadora.

#### 1.3.3.1 Operacionalização

As crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias são encaminhados ao núcleo de planejamento e gestão da Rede Família por uma decisão judicial, que determina a construção e apresentação de um Plano de Atendimento Individual e Familiar, a ser construído conjuntamente com a equipe técnica da entidade acolhedora. Paralelamente, o Judiciário determina aos pais e responsáveis a frequência ao grupo de apoio, orientação e educação familiar mantido pela Rede Família. Importante ressaltar que quando a Rede Família começa atuar no caso já atuaram ou estão atuando neste, no mínimo o Juizado da Infância e da Juventude, o Ministério Público, o Conselho Tutelar, a Casa de Passagem e uma entidade de acolhimento, integrar e alinhar essas ações em uma atenção compartilhada é uma das atribuições deste núcleo.

(...) atualmente a gente já pede, no momento que manifesta, nesse sentido, de que seja institucionalizada que a família seja intimada a participar das reuniões do Rede, ao mesmo tempo, já vai sair um ofício para o rede para que ele tome conhecimento dessa institucionalização e junto com a entidade de abrigo encaminhe o plano de atendimento individual. Então para mim a metodologia é essa, tão logo é elaborado esse plano, o Rede encaminha para o Judiciário, o Judiciário dá a vista para o Ministério Público e aí a gente vai atuando conjuntamente, fazendo reuniões, fazendo as visitas nos abrigos, para tentar solucionar caso a caso a situação das crianças institucionalizadas. (Promotor de Justiça atual)

#### *1.3.3.2 NPG integra as ações que já existem em relação aos casos.*

A equipe técnica da Rede Família, que trabalha um turno por semana dentro de cada uma das cinco entidades de acolhimento da cidade do Rio Grande, tem como primeiro movimento obter o conhecimento do que foi realizado até o momento pelos órgãos que já estão atuando com a criança e o adolescente. Reúne-se com a equipe técnica da entidade que fez o acolhimento e oitiva da criança e do adolescente, faz a leitura da guia de acolhimento, a leitura do processo judicial se este já estiver instaurado e contata a equipe técnica da Casa de Passagem e o conselheiro tutelar que atuou no caso. Portanto, neste primeiro movimento são levantados todos os dados consolidados e as ações já realizadas pelos profissionais que atuaram no caso.

Em regra, os dados consolidados até este momento são mínimos, embora tenha havido a atuação de diversos órgãos. São raros os casos em que são realizados estudos diagnósticos prévios que subsidiem a decisão judicial que determina o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar ou estes são muito precários. Portanto, há necessidade da equipe da Rede Família ir a campo para ampliar os dados e verificar a real necessidade da

medida, assim como juntar elementos que subsidiem a construção do Plano de Atendimento Individual e Familiar.

É importante salientar que no primeiro movimento, começa uma atuação (reconhecimento) nos microssistemas, onde a criança, o adolescente e a família têm relações: entidade de acolhimento, família, escola, posto de saúde, estratégia de saúde da família, vizinhança, amigos da família, dentre outros.

Já neste início de atuação é usada a metodologia de planejamento e gestão sistêmicos, com o mapeamento de necessidades, possibilidades e atividades, integração de ações e pessoas e atuação conjunta. Essa metodologia acompanha todos os processos desencadeados na tecnologia que ela sistematiza. Por exemplo, neste primeiro momento: se integrou as ações já realizadas, para se partir para um segundo momento. Essa ação visa otimizar as ações, prevenir que o profissional repita ações já realizadas. As falas das entrevistas elucidam:

Trabalha a descentralização desses atendimentos junto as famílias, junto ao Conselho Tutelar, junto a Prefeitura, MP, Judiciário e todo envolvimento da política da infância acho que é o polo centralizador, [...] (Conselheiro Tutelar)

É quase que funcionava para integrar isso tudo assim, e isso pra mim era muito importante no meu dia a dia, sem sombra de dúvida, facilitava o meu trabalho, porque eu passava a ter um contato mais real, mais concreto do que significava, aquilo que estava escrito dentro do processo, um contato de certa forma menos objetivo mais subjetivo desse processo, trabalhava na integração. (Juiz)

[...] o Rede para que ele tome conhecimento dessa institucionalização e junto com a entidade de abrigo encaminhe o plano de atendimento individual. Então para mim a metodologia é essa, tão logo é elaborado esse plano, o Rede encaminha para o Judiciário, o Judiciário dá a vista para o Ministério Público e aí a gente vai atuando conjuntamente, fazendo reuniões, fazendo as visitas nos abrigos, para tentar solucionar caso a caso a situação das crianças institucionalizada. (Promotor de Justiça atual)

### *1.3.3.3 A família é convidada a integrar esta Rede de Cooperação e com suas potencialidades que são mapeadas.*

Em um segundo momento, que muitas vezes ocorre de forma paralela, a equipe técnica da Rede Família, com base nas orientações técnicas exaradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e, CONANDA, faz a oitiva atenta da família sobre sua história, dinâmica familiar, os motivos que levaram a institucionalização, as dificuldades que encontram no exercício da parentalidade, do cuidado, da proteção, a postura em relação à criança e ao adolescente institucionalizado, o que tem a oferecer de potencial de cuidado, seu desejo e estratégias para obter o retorno da criança ou adolescente ao convívio familiar. A

equipe busca a percepção da família em relação aos fatos, o sentimento vivenciado pelo afastamento da criança e do adolescente.

Quando nós começamos, quando uma criança chega, por exemplo, na instituição, precisa ser feita toda uma busca, uma busca daquela problemática [...] que levou aquela criança a ser institucionalizada, depois é feito...Essas famílias elas são ouvidas, então é feito um mapeamento de toda a problemática, de toda rede que essa pessoa possa contar, que essas crianças possam contar, para que se resolva aquele problema que levou aquela criança a ser institucionalizada. (Técnico do Projeto Rede Família)

Posteriormente, a esta oitiva atenta e qualificada é aplicado à família um instrumento denominado Mapa de Cinco Campos com a finalidade de mapear a sua rede de apoio social e afetiva, a sua rede percebida, com a finalidade de mapear o que ela possui em termos de relações e vínculos que possam auxiliar a superação da crise que levou a institucionalização de seu filho, estes dados, subsidiarão a construção do Plano de Atendimento Individual e Familiar. Neste primeiro contato a família é convidada para integrar a rede de cooperação que tem como missão comum a reintegração familiar de crianças e adolescentes acolhidas e participar do grupo de apoio, orientação e educação familiar executado pelo NPG da Rede Família.

O que ele faz com essa rede? Primeiro ele mapeia essa rede, olhando do micro, vamos pegar uma família e nessa família no momento em que se percebe essa rede, se vai em busca desses locais aonde essa família ela pode ser acolhida, atendida, na verdade, se busca a união, o potencial, que essa rede pode ter nessa família. (Técnico do Projeto Rede Família)

E então, nisso vai se abrindo um leque porque são as dinâmicas e os problemas, eles variam de caso para caso. Direcionando, quais são os próximos passos que se é dado, então a partir deste mapeamento também vai se vendo a necessidade de encaminhamentos, de busca, de família extensa, [...] (Técnico do Projeto Rede Família)

#### *1.3.4 Construção do plano de atendimento individual e familiar utilizando metodologia de planejamento e gestão sistêmicos*

##### 1.3.4.1 Núcleo de Planejamento e Gestão da Rede Família e entidade de acolhimento

O plano de atendimento individual e familiar é construído conjuntamente com a entidade de acolhimento, com o objetivo de orientar o trabalho das equipes técnicas durante o acolhimento institucional.

Este plano reúne todos os dados pessoais referentes à criança e ao adolescente, sua família, pessoas significativas, o mapeamento da rede de apoio social e afetiva de sua família, de sua rede comunitária, o estudo diagnóstico do caso quando houver, o mapeamento das necessidades da criança, do adolescente, da família que requeiram compartilhamento do cuidado com outros dispositivos da rede de cooperação (sofrimento psíquico, estimulação, uso de drogas, escola, etc.).

Também neste plano são definidas as estratégias de atuação que contribuirão para a superação dos motivos que levaram ao acolhimento, com o fortalecimento dos recursos, potencialidades da família, da criança, do adolescente, assim como pelo fortalecimento e a ampliação de seus vínculos com a rede de apoio social e afetiva.

Importante ressaltar que a família é participante na construção destas estratégias que primam pelo fortalecimento e ampliação dos vínculos da família, da criança, do adolescente com a rede de apoio social e afetiva, tendo quando adere à rede de cooperação uma participação proativa.

Nós discutimos a problemática, os casos das crianças institucionalizadas e em conjunto tentamos organizar, planejar uma estratégia em comum que fortaleça aquela família ou aquela criança. (Membro da Rede Comunitária)

Também nós desenvolvemos com as crianças. Na verdade, o primeiro contato, ele acontece justamente com as crianças, as crianças são ouvidas, elas trazem dados da sua própria problemática junto com as instituições, com as coordenações e com a rede de atendimento. (Técnico do Projeto Rede Família)

Em alguns casos quando a família de origem não consegue ou demonstra falta de interesse em superar os motivos que colocaram em risco a criança e o adolescente institucionalizados, estão previstas outras estratégias para garantia do direito a convivência familiar e comunitária, tais como: encaminhamento para adoção para ao apadrinhamento afetivo e preparação gradativa para autonomia e estas estratégias constam do Plano Individual de Atendimento.

[...] se a família de origem não é o caminho digamos, para essas crianças e adolescentes o caminho seria uma recolocação em outra família. (...) a assistente social já busca a colocação em família substituta eventualmente ou o que se fazia muito e a gente percebia a atuação do Rede era a tentativa do Apadrinhamento Afetivo, então o Rede de certa forma trazia informações para o Poder Judiciário, para que alguns programas como o Apadrinhamento Afetivo tivessem êxito assim(...) enfim, a ter uma referência social, essa é uma atuação do Rede, [...](Juiz)

[...] dentro dos procedimentos da adoção, também o Rede atuava , trazendo todas as informações para o Judiciário, não ficava só o serviço social do Judiciário não parava só no seu próprio serviço assim só na sua própria impressão *in loco* lá da família da criança, sem sombra de duvidas o serviço social do Judiciário se utilizava

dessas informações da Rede Família e com isso poderia ter mais subsídios para, trazer para o Judiciário deferir ou não uma adoção [...] (Juiz)

Esse Curso de Preparação, é algo que me parece inclusive, que não se tem notícias de que existe em outro local, a não ser em Rio Grande, é algo que pela a lei, o Poder Judiciário seria obrigado a fazer, mas de certa forma não se faz de uma maneira corrente aí pelo Judiciário do Rio Grande do Sul, tanto é que hoje a gente tem no site do Tribunal de Justiça, uma espécie de CD que é disponibilizado, um vídeo sobre a adoção produzido pelo Tribunal de Justiça é um DVD [...] (Juiz)

Quando não existe possibilidade desse retorno imediato para a família biológica, são feitas outras ações, são feitas outras estratégias para ver a possibilidade desse retorno dessa criança para a sua família extensa, para parentes, pessoa que possam cuidar mais que sejam vinculadas a essa criança [...] (Técnico do Projeto Rede Família)

[...] e aí depois de esgotada essas situações, então as ações, elas se voltam para um possível movimento de destituição de poder familiar e a colocação dessa criança em família substituta. (Técnico do Projeto Rede Família)

Existem muitos casos de crianças, de adolescentes, principalmente os que estão mais velhos dentro dos abrigos, onde os vínculos se perderam totalmente com a família biológica ou com a família extensa, e que são desenvolvidas ações para o fortalecimento dessa criança, desse adolescente para que ele possa sair da instituição na maioridade e seguir a sua vida, isso dói... [...] (Técnico do Projeto Rede Família)

#### 1.3.4.2 Integrando a família à rede de cooperação Rede Família

A família participa da construção e execução do seu plano individual de atendimento. O ponto de partida para a construção de estratégias que levarão à reintegração familiar é compreender a percepção desta sobre os motivos que levaram ao acolhimento de seus filhos, e quais as estratégias que entende necessárias para a superação da situação de risco.

A equipe técnica auxiliará, quando necessário, essa família a entender o motivo que ensejou a institucionalização e a construir um mapeamento das possibilidades e atividades existentes nas redes de apoio social e afetiva, comunitária e ampliada, que poderão ser acessadas para ajudá-la a superar as dificuldades, ampliando a sua percepção. Estas dificuldades, para serem superadas devem atender necessidades, não só primárias, mas também psicológicas, (segurança, pertencimento e autoestima) e de autorrealização.

A partir do mapeamento, é construído conjuntamente com a família os movimentos que deverão ser realizados e que podem ser: frequência ao atendimento no CAPS ad, inscrição em programas transferência de renda, frequência em um grupo de apoio e orientação familiar, inscrição em programas de moradia, dentre outros. A equipe técnica do NPG incentiva esta família a ser protagonista no processo de reintegração da criança e do adolescente ao convívio

familiar, buscando acesso as políticas públicas como sujeitos de direito, desencadeando processos educativos de conquista de cidadania de caráter emancipatório e apenas quando necessário fará o acompanhamento dessa família para o acesso ao atendimento.

O monitoramento da adesão da família às metas construídas conjuntamente no plano, assim como a repactuação de novas estratégias, é realizada no grupo de apoio, orientação e educação familiar que é previsto no projeto e na ocasião de coleta de dados era realizado semanalmente pela equipe técnica do NPG, além das visitas domiciliares. A visão dos entrevistados sobre esta estratégia de trabalho com as famílias e a sua participação na experiência Rede Família é positiva pois cuida, educa, apoia e empodera numa relação de reciprocidade, conforme ilustram as falas abaixo:

Eu vejo como uma coisa **positiva**, a questão da reeducação, eu acho muito importante porque não é simplesmente punir a família ou tirar a criança e botar num abrigo, é visando sempre o retorno da criança e uma melhor qualidade de vida, não tem esse objetivo de punir, tem o objetivo de ajudar (...). Objetivo **educação** – tripé do Rede Família promover educação continuada em todos os setores que trabalha, com todos os públicos, aumentar a percepção. (Família de Apoio. Grifo meu)

Esse **apoio** do projeto faz com que as famílias até acreditem que elas possam, eu acho que quando elas se veem apoiadas(...). E ela começa a fazer aí quando ela começa a fazer **ela eleva a autoestima** e já começa acreditar que ela pode mesmo. E ela já vai fazendo. (Coordenador de Entidade de Acolhimento. Grifo meu)

Então essas famílias são ouvidas e esse **empoderamento** se dá a partir daquilo que a família pode dar conta. Quando nós falamos em empoderamento das famílias, o projeto Rede Família trabalha justamente a questão de evidenciar, de **trazer a tona o potencial** daquela família com relação aos cuidados enquanto cuidador. Se busca a potencialidade daquela família enquanto cuidador daquelas crianças. (Técnico do Projeto Rede Família. Grifo meu)

. Lá é para ensinar os pais a como lidar com os filhos, acho que sim, tem muitas coisas que eu não sabia e agora eu estou aprendendo através de lá. (...) Eu acho, acho importante. (Família com filhos em Acolhimento Institucional. Grifo meu)

#### 1.3.4.3 Integrando as redes de apoio social e afetivo, comunitário e ampliado à rede de cooperação Rede Família

A partir da oitiva da família e da aplicação do instrumento “mapa de cinco campos” são mapeados os vínculos de apoio percebidos pela família junto a sua família nuclear e extensa, vizinhança, comunidade, laços de amizade, escola, religião e outras pessoas e instituições. O preenchimento deste instrumento é utilizado sob a orientação da equipe técnica do NPG, que auxiliará no preenchimento e na ampliação da percepção destes pontos de apoio.

Estas pessoas e instituições serão convidadas a integrar rede de cooperação Rede Família para fortalecimento da família buscando atingir a missão comum, que é fomentar a consciência da importância do trabalho em rede de cooperação para garantir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. Nesta mesma lógica, o NPG, irá mapear e buscar a integração da rede comunitária existente no local de moradia desta família, composta por suas lideranças comunitárias, ONGs, igrejas, escolas, pastorais, postos de saúde, enfim, todas as entidades organizadas e políticas públicas existentes na localidade.

A integração destes potenciais à rede de cooperação são extremamente valorizados, devido a não se restringirem a existência de vagas, horário de expediente, possibilitando uma visão e atenção integral, cotidiana e contextualizada à família. Estes potenciais permitem uma atenção longitudinal, necessária quando se desencadeia processos educativos que ensejem mudanças de dinâmicas familiares intergeracionais, que requerem acuidade para a visualização dos movimentos às vezes imperceptíveis em breves contatos com a família.

Importante salientar que estes vínculos permanecerão apoiando a família e dando ensejo à continuidade dos processos de desenvolvimento desencadeados pelo plano de atendimento, após ser atingida a reintegração da criança ou do adolescente. Os vínculos forjados nos territórios de vida, não restringem sua existência a uma crise pontual na vida desta família, ao atendimento de uma meta, são assentados no cotidiano e acompanharão esta família durante sua história, nos momentos de desenvolvimento e crise, natural na vida de qualquer grupo familiar.

Porque essa rede na verdade, ela já existe dentro do município(...) A rede para mim, ela é tudo aquilo que pode, de alguma forma, atender, ou ver essa família, então ela se abre muitas vezes para vizinhos, para igrejas, para parentes, para pessoas próximas, assim como para outras instituições. Bom, visualizando aquilo que eu entendo por rede. (Técnico do Projeto Rede Família)

Sem ser o projeto, eu vejo assim, que o Rede Família tem um trabalho nas comunidades, independentes das pessoas que estão ali estarem ou não no projeto, mas ela articula a rede de atendimento, ele está nos bairros, ele faz reuniões familiares, (...) Eu fiquei sabendo outro dia que diminuiu muito o número de crianças abrigadas em função do trabalho que o Rede Família faz, eu acho que ele se articula bastante na comunidade, com as famílias e nos bairros principalmente. (conselheiro do COMDICA)

### *1.3.5 Programa Famílias de apoio*

Uma das ações implantadas pela Rede Família é o programa rede de apoio. Este programa foi criado a partir da concepção que a família de crianças e adolescentes abrigados

em sua maioria são famílias que sozinhas ou com suas redes de apoio percebidas não conseguiram vencer a crise que levou a institucionalização de seus filhos. Este programa conta com o potencial da comunidade em geral que é convocado através de divulgação para acompanhar de forma individual e cotidiana famílias em situações de risco. As pessoas, famílias ou grupos que atendem esse chamado participam de um processo seletivo através da entrega de documentos e entrevista com a equipe técnica do NPG e de formação para participar do programa (Apêndice 2).

Eu acho que é uma coisa muito gratificante porque, (...) a gente acaba tendo um envolvimento muito grande e acho assim que nessa coisa de afetividade eles também dão retorno, as crianças dão retorno, pra eles eu sou agora a tia Beth, faço realmente parte da família.

[...]. Ela não ia ao grupo. (Família de Apoio)

É, eles não tão indo ao grupo, mas é importante porque a gente começa a perceber qual é a mudança, a gente aprende a conhecer a família e depois aprende a perceber qual é a mudança. Por exemplo, eu percebi eles reincidir nas drogas,(...) andava muito tensa até que ela estava precisando conversar coisas ela não conseguia conversar nem com a vizinha e não estava indo no CAPS, não estava falando com a psicóloga, não estava falando com ninguém. Eu falei pra ela que eu não estava ali pra julgar que ela podia falar qualquer coisa porque eu só estava lá pra ajudar e aí ela se abriu e achei isso importante, agora. (Família de Apoio)

### *1.3.6 Integrando as ações da Rede Família com o sistema de justiça e a rede de acolhimento institucional*

Outra prática da Rede Família é o compartilhamento das informações sobre o progresso das famílias para o juiz da vara da infância e da juventude e Ministério Público através de pareceres da equipe técnica nos processos judiciais, testemunhos em audiência, acompanhamento em visitas nas instituições. Com referência as visitas às instituições de acolhimento foi constatado nas observações que esta constitui-se uma prática de oitiva individualizada de todas as crianças e os adolescentes onde, colhe-se a sua opinião sobre a reintegração familiar ou sobre a colocação em família substituta, se for o caso. A voz da criança e adolescente será será devidamente considerada. Seguem algumas considerações dos entrevistados sobre isso:

(...) a Rede de atendimento que **atuava em prol da** Infância e Juventude em Rio Grande, [...] (Juiz. Grifo meu)

[...](..)Rede Família assim,que **auxiliou a poder Judiciário a resolver**, entre aspas os processos que estavam em andamento dentro da vara da infância e juventude, [...] (Juiz. Grifo meu)

[...] e por trás desses processos existiam pessoas crianças né , adolescentes e o **Rede Família, me ajudou a conhecer melhor** a realidade dessas crianças, pra poder decidir melhor, dentro de cada caso. (Juiz. Grifo meu)

Eu vejo que é fundamental, assim porque ao mesmo tempo que é um suporte o **Rede é um suporte da atuação do MP**, um suporte inarredável, ele é um trabalho que garante que a atividade da gente seja efetiva, não tem o menor sentido a gente atuar só no papel, que seria a atuação oficial, (...)a gente tem como dar a cada caso a solução que seja adequada aquela situação e o contato direto acho que é fundamental, conhecer quem é a criança, neste aspecto de ir nos abrigos, como nós estamos fazendo junto com o rede família, permite assim visualizar que aquela criança é um indivíduo, que tem aquelas características e que ele precisa de tal encaminhamento como nós temos feito, além disso isso agiliza os processos. , porque caso não se fizesse isso, muitas vezes por dificuldades do próprio Poder Judiciário, até de servidores, de agilização, os processos ficam meses parado e a gente não consegue dar o atendimento dentro dos prazos que a lei prevê. (Promotor de Justiça atual. Grifo meu)

### *1.3.7 Integrando a rede ampliada a partir do plano individual*

Os entrevistados denominam rede ampliada, o conjunto de todos os serviços e atividades existentes no município, que não tem vínculos especiais com a criança, adolescentes e famílias atendidas, seja por laços sociais e afetivos, seja por estarem sediados no mesmo território.

Esta rede ampliada em grande parte já compõe a rede de cooperação Rede Família, como descrito na seção 1.1 (Capítulo V), mas, de acordo com os dados obtidos é chamada a integrar a rede de atenção a esta família, compartilhando o seu cuidado, a medida da necessidade mapeada no plano de atendimento individual e familiar e das demandas do público alvo atendido. O referido plano implica na atuação de diversos dispositivos que tem sua ação coordenada pelo Núcleo de Planejamento e Gestão Rede Família. Pode-se ilustrar como se dá a integração dos diferentes serviços que compõem a rede ampliada, através de um exemplo observado do atendimento de uma família que apresenta múltiplas necessidades, que demanda atuação de mais de um dispositivo: uma família usuária de crack, em situação de rua, uma demanda bem recorrente, são mapeadas quatro necessidades a serem supridas: geração de renda, moradia, atendimento para drogadição, orientação dos pais para o exercício da parentalidade. A atuação de cinco dispositivos deve dar-se de forma concomitante: CAPS i, CAPS ad, programa de moradia, programa de geração de renda e grupos de apoio, orientação e educação da Rede Família.

[...] mais o que se percebe é que o Rede Família atuava em varias frentes assim, fora assim do poder judiciário,também atuava diante desses entes que atuam com crianças e adolescentes atuava de uma certa forma de **integrar a dar, a passar informações** a esses entes que atuam no atendimento de crianças e adolescentes [...] eu acho que o Rede Família foi extrapolando esse movimento que estava dentro da política da criança e do adolescente de organização de rede de conversa com

diferentes setores e foi conversando de forma intersectorial. Tanto para os planos terapêuticos das crianças quanto pra mesma **essa organização de rede interinstitucional**. (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento. Grifo meu)

[...] a dar uma, algo mais humanizado, um atendimento mais humanizado para essas crianças, porque elas passam de, deixam de ser assim uma criança em atendimento em algum serviço, por exemplo em um abrigo ou num CREAS, ou né e passam a ser alguém que tem um feixe de relações e de certa forma, não ficam sozinhas no sistema, não ficam isoladas sendo atendidas por um e por outro com conhecimento só, de um ou outro ente né, na verdade o que acontece, **todo o sistema passa a ter conhecimento** daquela criança daquele adolescente, [...](Juiz. Grifo meu)

[...] ela não fica apenas sendo atendida por um serviço psicológico, mas ela **tem todo um atendimento, em toda a rede**, ela passa a ter um atendimento para a sua família, que de repente está carente, as vezes até de bens materiais (Juiz. Grifo meu).

[...] e de repente a criança que tá lá no abrigo com algum problema passa a ter soluções em outras áreas de sua vida assim, na saúde, na educação na ... enfim, então a criança **deixa de ter um atendimento muito específico** e as **vezes incompleto**, para ter um atendimento mais amplo e complexo que é de certa forma como a nossa vida funciona né, nossa vida não é feita de um aspecto ou de outro ela tem uma gama de aspectos que devem ser analisados né, [...] (Juiz. Grifo meu).

[...] a dar uma, algo mais humanizado, um atendimento mais humanizado para essas crianças, porque elas passam de, deixam de ser assim uma criança em atendimento em algum serviço, por exemplo em um abrigo ou num CREAS, ou né e **passam a ser alguém que tem um feixe de relações** e de certa forma, não ficam sozinhas no sistema, não ficam isoladas sendo atendidas por um e por outro com conhecimento só, de um ou outro ente né, na verdade o que acontece, todo o sistema passa a ter conhecimento daquela criança daquele adolescente. (Juiz. Grifo meu).

Está faltando uma ação da rede ampliada. Bom, na verdade, o projeto Rede família ele **tem várias ações na rede ampliada**, o rede Família se reúne com a rede ampliada, com conselheiros tutelares, com os CAPS, com hospital psiquiátrico, com comunidades, com vários setores da rede ampliada para realizar estratégias em conjunto para atender esse público. (Técnico do Projeto Rede Família. Grifo meu).

[...] a gente tem conseguido de alguma forma construir **estratégias em comum** para poder atender um caso, então é bem isso que eu percebo, essa união costura dessa rede focando um problema ou um caso. (Técnico do Projeto Rede Família. Grifo meu).

O NPG vai ao encontro destes serviços e pactua um atendimento, compartilhado a esta família. Fornece ao dispositivo os dados já consolidados pelos órgãos que atuaram no caso e apresenta o plano individual de atendimento, que será enriquecido com a adesão deste novo ator, que pode sugerir novas estratégia e adesão de novos parceiros. O NPG tem encontros periódicos com os dispositivos da rede ampliada, onde são discutidos todos os casos compartilhados entre a rede família e nos dispositivos é feito o monitoramento dos casos, repensadas as estratégias de atendimento e sopesado o progresso da família para a superação da situação de risco que levou ao afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar.

Nós fizemos **reuniões periódicas** com o Conselho Tutelar, com o CAPSI, com as coordenações das instituições, com o judiciário, com o Ministério Público, com o hospital psiquiátrico, várias outras. (Técnico do Projeto Rede Família. Grifo meu)

É importante ressaltar que a lei 2010, que alterou mais de dez artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente garante um atendimento prioritário a este público, visando a garantia da provisoriedade da medida de acolhimento, pauta defendida permanentemente do Núcleo de Planejamento e Gestão, junto a rede ampliada.

### *1.3.8 Acompanhamento da família após a reintegração familiar.*

No primeiro ano de atuação do Núcleo de Planejamento e Gestão, foram realizadas a reintegração de 68 crianças e adolescentes ao convívio familiar, sendo que destas, 4 (quatro) adolescentes, após um período com a família (coleta de dados até setembro de 2012), retornaram a entidade de acolhimento.

A metodologia utilizada previa o acompanhamento da família após a reintegração, tendo sido aperfeiçoada com a contratação de uma equipe específica para esta finalidade. Esta inovação mostrou-se necessária devido principalmente a fragilização dos vínculos e o impacto da diferença de realidade material existente entre instituição e ambiente familiar, que requer uma mediação mais amigável dos conflitos interpessoais agravados pelo maior tempo de acolhimento. O que se vislumbrou foi que as superações dos riscos que levaram ao acolhimento, não bastam para garantir o sucesso da reintegração, devido às sequelas originadas pela institucionalização. Os entrevistados demonstram ter clareza dos limites encontrados por estas famílias e não as culpabilizam por suas dificuldades, mas compreendem a necessidade de apoio contínuo e constante das mesmas.

O objetivo principal que eu vejo é que a gente dê o apoio para essas famílias, porque as famílias são desestruturadas, não porque são desestruturadas, são desestruturadas porque não tiveram a educação para se estruturar. E o que é a educação? Coisas básicas da educação, até o sentido de higiene, no sentido de saber a importância de colocar o filho na escola (...) um caso, lá da Vila Quintinha um menino bem comprometido, que a mãe foi até na televisão dizer que não estava tendo atendimento psiquiátrico para o menino, enfim, então é o tipo de pessoa que precisa sempre de uma orientação, então para mim a principal função do Rede Família é estar sempre perto dessas famílias, orientando. (Coordenador de Entidade de Acolhimento)

### *1.3.9 Estratégias complementares: adoção, apadrinhamento afetivo*

Conforme dito em outros momentos deste trabalho, a Rede Família trabalha também com outras formas de garantia da convivência familiar, quando impossível o retorno da

criança e do adolescente à família de origem. Estas formas envolvem as seguintes ações: campanha de adoção e curso preparatório para a adoção em parceria com Poder Judiciário e Ministério Público com os seguintes objetivos: a) sensibilizar pessoas da comunidade e casais habilitados a adoção dos adotandos mais adequados ao perfil da criança que se encontra nas instituições de acolhimento; b) incentivo para a busca da adoção de crianças e adolescentes de diferentes idades principalmente para efetivar as denominadas adoções tardias, inter-raciais e de crianças e adolescentes com algum tipo de déficit.

Outra estratégia é o desenvolvimento do apadrinhamento afetivo, programa que prevê a criação de vínculos afetivos para crianças e adolescentes institucionalizados com possibilidade remota de voltarem à família de origem ou serem adotados. Os candidatos a padrinhos afetivos participam de um processo de seleção e de formação realizados pela equipe técnica do NPG e homologação pela comissão municipal do apadrinhamento afetivo e pelo Judiciário.

Nas duas ações citadas acima o potencial social convocado para cooperar na garantia do direito de crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária é a comunidade em geral. O programa apadrinhamento afetivo acontece todos os anos e tem como seu primeiro movimento a divulgação pelos meios de comunicação parceiro deste programa e abertura do período de inscrição para pessoas interessadas em apadrinhar crianças e adolescentes institucionalizadas constituindo vínculos sem prazo para determinado

A integração do potencial de atenção da comunidade em geral é limitada e muito pouco usada. A Rede Família tem como uma de suas bases trabalhar para o desenvolvimento dos valores da solidariedade, da cooperação e da corresponsabilização de toda sociedade para melhoria da qualidade de vida e das relações que envolvem o sistema como um todo. A Carta da Terra, resultante da ECO 92, coloca como um dos objetivos da sustentabilidade planetária, o desenvolvimento da consciência da unidade e da interdependência (BRASIL, 1992).

Segundo os entrevistados, a experiência tem demonstrando que a comunidade responde a este tipo de chamado que envolve uma pequena participação por parte do cidadão, mas que é de grande valia na atenção de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade. O tipo de atenção requerida à comunidade é afetiva, e envolve vínculos permanentes, ou seja, a composição da rede de apoio social para a família é afetiva e significa a sua inclusão social. Esta atenção não pode ser fornecida pelo estado, pois prescinde de vínculos profissionais da existência de vagas de horários de atendimentos. É importante salientar que também nesta ação a Rede se constrói espaços de diálogos e de elaboração de soluções conjuntas tanto para as famílias adotivas, como para os padrinhos afetivos e famílias

de apoio, que contam com grupos de apoio mensal, onde há uma interlocução com o NPG para integração e fortalecimento das novas relações estabelecidas.

[...] dentro dos procedimento da **adoção**, também a rede atuava assim né, trazendo todas as informações para o judiciário, não ficava só o serviço social do judiciário não parava só no seu próprio serviço (...)o judiciário se utilizava dessas informações da Rede Família e com isso poderia ter mais subsídios para, trazer para o judiciário deferir ou não uma adoção [...] (Juiz. Grifo meu)

Isso é , esse **curso de preparação** , é algo que me parece inclusive, que não se tem notícias de que existe em outro local,a não ser em Rio Grande, é algo que pela a lei, a gente, o poder judiciário seria obrigado a (...) tanto é que hoje a gente tem no site do tribunal de justiça, uma espécie de cd que é disponibilizado, vídeo sobre a adoção produzido pelo tribunal de justiça,é um DVD [...] (Juiz. Grifo meu)

### *1.3.10 Preparação dos adolescentes para a autonomia.*

A equipe técnica da Rede Família relata desenvolver também um trabalho de acompanhamento de jovens que completaram os 18 anos na instituição de acolhimento para uma desinstitucionalização gradativa através de um convênio que envolve entidades de acolhimento, Secretaria Municipal de Assistência Social e Rede Família. A Secretaria repassa para entidade de acolhimento durante o período que varia de 6 meses a 1 ano o subsídio de dois salários mínimos para serem administrados e repassados para manter a despesa do jovem como por exemplo, aluguel, água, luz, alimentação e outras despesas pessoais. A equipe técnica da Rede Família desencadeia um processo educativo que possibilita que este jovem desenvolva habilidades para administrar a sua própria vida. O acompanhamento da Rede pode perdurar por um período maior, dependendo das necessidades singulares do jovem.

Existem muitos casos de crianças, de adolescentes, principalmente os que estão mais velhos dentro dos abrigos, onde os vínculos se perderam totalmente com a família biológica ou com a família extensa, e que são desenvolvidas ações para o fortalecimento dessa criança, desse adolescente para que ele possa sair da instituição na maioridade e seguir a sua vida. (Técnico do Projeto Rede Família)

### *1.3.11 Rede Família e suas relações com as comunidades*

A Rede Família ainda tem objetivos preventivos e procura atuar antes do rompimento com o vínculo familiar e comunitário. Para tanto desenvolve ações em três comunidades/bairros nos quais mapeia e chama todo potencial organizado do bairro: igrejas, pastorais, ONGS, lideranças comunitárias, associações de bairros, escola de samba, atores das políticas públicas presentes no território entre outros.

Propõe-se a atenção compartilhada das famílias que tem filhos institucionalizados ou egressos de entidades de acolhimento e a construção de estratégias de fortalecimento da família em situações de risco nos bairros, levantando suas demandas prioritárias.

Durante a inserção ecológica observou-se a primeira comunidade nomeada COM I. Nesta, a demanda prioritária foi a proteção da escola da ação de jovens, ex-alunos, que a depredavam, invadiam, promoviam ameaças, colocando em risco as crianças e os profissionais que ali trabalhavam. A equipe construiu com a comunidade as estratégias de superação. A COM I pleiteou um grupo de educação familiar para orientar as famílias das crianças e adolescentes com vulnerabilidade no bairro. O projeto foi implementado com a participação das pessoas da comunidade, dos técnicos da Rede Família que foram capacitados como educadores de família pelo CEP-rua da FURG. A indicação das famílias para participar do grupo foi feita pela Rede comunitária. Na segunda comunidade, nomeada COM II, a necessidade prioritária era da drogadição e de espaços saudáveis para crianças, adolescentes e famílias. Nesta comunidade foi implementado durante seis meses um seminário sobre drogas: “Por uma ação integrada no território”, assim como, um diagnóstico participativo que envolveu a rede comunitária, sobre quais as atividades que eles gostariam que fossem disponibilizadas na quadra poliesportiva construída pelo Programa de Prevenção a Violência. Na terceira comunidade, nomeada COM III, a demanda prioritária foi à atenção à criança e adolescentes usuárias de drogas tendo sido construído uma abordagem comunitária envolvendo a criação de um espaço de convivência saudável para o público alvo; um grupo de apoio de educação familiar e um espaço de encontro, formação e construção de estratégias com a rede comunitária e o NPG. Estes dados foram corroborados nas falas dos entrevistados:

A rede para mim, ela é tudo aquilo que pode, de alguma forma, atender, ou ver essa família, então ela se abre muitas vezes para vizinhos, para igrejas, para parentes, para pessoas próximas, assim como para outras instituições. [...] (Técnico do Projeto Rede Família)

Sem ser o projeto, eu vejo assim, que o Rede Família tem um trabalho nas comunidades, independentes das pessoas que estão ali estarem ou não no projeto, mas ela articula a rede de atendimento, **ele está nos bairros, ele faz reuniões familiares.** (Conselheiro do COMDICA)

### *1.3.12 Educação Permanente*

Uma das bases da Rede família é desencadear processos de educação permanente ofertada a todas as pessoas e grupos que tem relações com a rede de cooperação Rede Família

tais como: seminários, jornadas, oficinas., etc. Durante o período em que foram coletados os dados foram oportunizados 9 encontros educativos; formação semanal da equipe técnica do NPG e formação da rede comunitária dos bairros COM I, COM II e COM III no seu território e junto a rede ampliada; formação da família de apoio, dos padrinhos afetivos, dos candidatos a adoção, dos coordenadores, equipe técnica e cuidadores das entidades de acolhimento; da comunidade em geral.

A metodologia desenvolvida pela rede de cooperação Rede Família propõe mudanças na visão, atuação e organização social além de mudanças culturais de valores e crenças. Portanto, são imprescindíveis a criação de espaços para a construção conjunta para o conhecimento, visando a construção de uma sociedade com modos de vida sustentáveis e com relações humanas mais saudáveis, livres da exclusão social.

Teve várias capacitações. Capacitações que aconteceram no HU sobre violência infantil, formações do Rede também. (membro da rede comunitária.)

O trabalho de capacitação do rede é fundamental para que as pessoas conheçam o trabalho do outro, conheçam o que está despontando em relação..... (Conselheiro do COMDICA)

[...] buscando dar formação para as entidades, para o próprio Conselho Tutelar e esse trabalho junto ao Programa Saúde da Família junto aos bairros também leva formação, ajuda lideranças comunitárias como alicerçar esse trabalho aos seus próprios bairros, suas próprias unidades de atendimento, como a Pastoral da Criança, alguma coisa assim, (Conselheiro Tutelar).

## **1.4 Repercussões da Metodologia da Rede Família**

### *1.4.1 Indução de políticas públicas*

A estratégia da Rede Família para implementar a melhoria do atendimento à crianças e adolescentes e família é levar permanentemente nos encontros da rede ampliada (formada por profissionais de diferentes políticas públicas, Ministério Público, profissionais de sistema de garantia de direitos, controles sociais entre outros) que são periódicos, as demandas não atendidas devido aos vazios da rede e ver o que ecoa e inquieta a maior parte dos atores sociais presentes e a partir desta inquietação construir estratégias para indução de políticas públicas, a necessidade da Rede vai ajudando a dar contorno para uma ação, como projeto terapêutico, não de uma pessoa mas da própria rede. Isso ocorreu para criação do CAPS i e CAPS ad, reordenamento dos abrigos, políticas municipais sobre drogas, questão da moradia.

[...] acho que consegue mover diferentes atores em prol do atendimento da questão da garantia dos direitos, [...] (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

Eu acho que ele tem um papel importante no controle social, nesta coisa bem de vanguarda do controle social de **co-construção das políticas públicas**, acho que ele ocupa um lugar de mediação, especialmente por estar focado no direito do usuário, da pessoa, menos ligado a institucionalização dos processos de cuidado. (Técnico de Dispositivo da Rede de Atendimento)

#### *1.4.2 Mapeamento das redes comunitárias e da rede ampliada*

Uma outra ação da Rede família verificada é a de tornar visível a rede de atenção à criança, adolescente e a família do Rio Grande. Perceber o potencial de atendimento em forma de rede potencializa e torna mais efetiva, eficiente e resolutiva a atuação do projeto. Para isso, o núcleo de planejamento e gestão realizou um mapeamento das entidades governamentais, não governamentais, terceiro setor, conselhos, comissões, fundos, rede comunitária, programa da área da saúde, educação, assistente social, lazer, cultura e esporte dentre outros e disponibilizou esse atendimento através de guia impresso e através de um site – <[www.rederg.com.br](http://www.rederg.com.br)>, com a pretensão de dar uma maior visibilidade ao potencial de atendimento à criança, adolescente e a família, melhorar a integração e a comunicação de toda rede de atendimento de nossa cidade num consorcio de colaboração e aprendizado. O referido site contém ainda um banco de dados online contendo os dados de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias cujo acesso é limitado ao sistema de justiça e às entidades de acolhimento institucional e a Rede Família.

Esse mapeamento deu um contorno ao que a equipe da Rede Família denominou rede ampliada de atenção, pois a todo o momento sofre mudança seja, pela ampliação, seja, pela criação de novos serviços ou pelo encerramento de atividades. A Rede Família trabalha para que estas entidades participem como cooperados da rede de cooperação que a constitui e atem como público alvo de suas formações e construções coletivas.

#### *1.4.3 Construção de dados, artigos e livros.*

A Rede Família tem ainda como objetivo a realização de pesquisas científicas sobre os fatores de proteção e risco à convivência familiar e comunitária. Buscando ainda agregar informações sobre o impacto dos programas que implementa e reunir os dados quantitativos e qualitativos disponíveis no município sobre crianças e adolescentes e famílias.

Participa de eventos científicos, apresentando artigos, resumos, comunicações orais e escritas, conferências, colóquios, encontros regionais (vide quadro 6). Realizou, ainda, a

publicação de um livro contendo artigos sobre temas debatidos nos eventos que promovemos, “Multiplicando Saberes: Trabalhando em rede para garantia dos direitos de crianças e adolescentes”.

A Rede família foi escolhida na região sul como uma Boa Prática na garantia do direito a convivência familiar e comunitária e para isso apresentou suas ações e dados de impacto (MORAES, J. C. S; SANTOS, K.; PAULY, L. U, 2012).

## **2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NA REDE FAMÍLIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA E DE FORMA ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Os participantes da pesquisa trouxeram de forma inquestionável a importância da participação do Sistema de Justiça como um todo e do Ministério Público, de forma especial, para a efetividade da missão da rede de cooperação Rede Família, garantir o direito à convivência familiar a crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente.

### **2.1 Importância da participação do Sistema de Justiça**

Os entrevistados frisaram a importância fundamental da participação do sistema de justiça, em especial com atuação na Vara da Infância e da Juventude, na Rede Família devido ao foco prioritário de atuação desta rede de cooperação ser a garantia do direito a convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. Portanto, a reintegração familiar, a colocação em família substituta ou a construção de vínculos pelo apadrinhamento afetivo deve estar adstrita à decisão do sistema de justiça, que deve estar alinhado a missão comum e a atuação conjunta desta rede, visando garantir este direito de forma efetiva e protegida.

[...] eu penso o seguinte, tanto o MP quanto o Poder Judiciário, nessas questões, a Vara da Infância, todos dois, são de fundamental importância, porque eles é que são na verdade a autoridade, eles é que detém o poder de mando sobre essas crianças que são retiradas das famílias, [...] (Juiz)

Olha me parece que tanto para o Poder Judiciário como para o Ministério Público, mais especificamente na Vara da Infância e da Juventude, tem uma atuação praticamente central na Rede Família, porque essas crianças que de certa forma são

objeto de análise da Rede Família, elas também são normalmente abrigadas, isso se tem usado muito lá em Rio Grande, o foco principalmente nas abrigadas, e elas são também objeto entre aspas de processo no Poder Judiciário, então todas essas ações que envolvem a realidade dessas crianças, elas precisam passar também pela análise do Poder Judiciário, [...] (Juiz)

Segundo Moraes (2009), as diretrizes ligadas à cooperação estão em diversos mapas estratégicos, inclusive no Mapa Estratégico do Poder Judiciário (CNJ, [201-]), que prevê o fortalecimento e harmonia entre poderes, setores e instituições, bem como, formas de ações ligadas a parcerias e convênios:

Ele prevê dentre seus processos internos, mais especificamente na atuação institucional: **Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições** (grifo meu). Saliente-se: harmonia é definida como a paz entre as pessoas; boa disposição das partes de um todo; proporção. Por isso, no Mapa Estratégico do Poder Judiciário consta como Visão de Futuro: “Ser reconhecido pela Sociedade como instrumento efetivo de Justiça, Equidade e Paz Social”, que pode ser atingida, concretamente, através dessa forma de atuação institucional (fortalecendo e harmonizando as relações) e, mais especificamente, com “Prevenção de Litígios Judiciais”, “Parcerias/Convênios”, “Solução Coletiva de Demandas”, etc., processos previstos no Mapa Estratégico do Poder Judiciário.

Os participantes colocaram que o Judiciário foi um dos órgãos fomentadores da Rede Família “lá no início, a discussão de criar o Rede Família nasceu com a participação do JIJ” (Gestor), e que este continua alinhado a este movimento, não com certeza, não há resistência nenhuma, embora ele não atue tanto como a gente, ao mesmo tempo ele cumpre o papel dele, deferindo aquilo que o Rede Família, o MP consideram adequado para as situações. Ainda segundo os participantes da pesquisa, o Judiciário tem participado da construção dos planos de atendimento individual das crianças e adolescentes e tem sido uma parceria importante da Rede Família na esfera judicial. A fala do entrevistado aponta: “(...) o Judiciário, ele também como o MP no nosso trabalho, no trabalho da Rede Família, eu acho que ele também, de alguma forma tem garantido esses pactos, pelo menos no trabalho que eu percebo com as famílias” (Técnico do Projeto Rede de Família). Mas isso não ocorre na esfera macro na relação com a rede de cooperação ampliada, os serviços, as políticas públicas, como frisa um dos entrevistados, “eu não vejo o Judiciário tão próximo da rede como o MP. Quando eu falo em rede eu falo num sentido mais amplo, seriam os dispositivos” (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento). Esta distância tem sido suprida pelo MP, e um dos pesquisados reitera: “enfim parece que o Ministério Público tem uma atuação assim, de trazer aquelas informações da rede para o Judiciário” (Juiz).

Sendo que este afastamento físico do Poder Judiciário da rede de cooperação se dá segundo os participantes da pesquisa por vários motivos: “nós temos uma troca de juízes não

sei de quanto em quanto tempo e quando não existe a troca existe uma substituição, porque são férias, porque é isso e aquilo. Eu mesmo não conheço o juiz novo e há quanto tempo esse juiz esta aí e toda a vez a pessoa diz que ele já vai sair”. (Coordenador de Entidade de Acolhimento) E a rede de cooperação se ressentida e teme por este distanciamento, como ilustram as outras falas acostadas abaixo.

Para ser absolutamente sincero, eu gostaria que o nosso juizado da infância e da juventude tivesse mais condições de se fazer mais presente nestas atividades, a gente entende a quantidade de audiências, a quantidade de demandas existentes no JIJ, mas toda vez que a gente consegue colocar a rede toda montada com a presença do Judiciário todos os processos são mais agilizados, inclusive quando se pautam reuniões mensais para decidir os casos, quando as ONGs levam para sentar a mesa as pastas de processo tendo todos os intervenientes presentes, o próprio JIJ tem facilitada a sua ação de despachar processo, de dar encaminhamento, porque qualquer dúvida, em vez de fazer um encaminhamento de uma investigação, de uma audiência, estando todos os intervenientes presentes a decisão pode ser feita na hora e o processo encaminhado com muito mais agilidade, a gente tem toda vez que troca a titulariedade do Judiciário, a gente recomeça esse processo. Então o Rede Família com todos os benefícios que trouxe, se ressentida que este tipo de procedimento seja sistematizado, como atuação da rede (Gestor).

[...] então no momento em que o poder judiciário se afasta da rede, então muitas daquelas ações de integração as ideias de que surgem da rede podem deixar de ser concretizadas, porque uma decisão contrária em um processo, contrária a todo um movimento que tem sido feito na rede de um processo, eu digo assim contrária porque o juiz pode decidir da maneira que entender mais oportuna dentro do processo, mas uma decisão contrária, ou seja, desavisada, dentro desse processo, pode barrar até o desenvolvimento da rede, então é isso o poder judiciário tem que estar conectado de certa forma na rede ou fazendo parte dessa rede para que essas decisões não sejam dissociadas da realidade dessas crianças assim, daquilo que vem sendo construído na rede. Então por isso a importância da participação e que o poder judiciário seja de certa forma permeável ao contato com a rede não se isole, não se encafele, porque as decisões do judiciário dão efetivamente rumo a essas crianças, a vida dessas crianças das famílias enfim (Juiz).

## **2.2 O Ministério Público e sua participação na Rede Família**

Os entrevistados alegaram em sua maioria que a participação do Ministério Público, enquanto integrante do sistema de justiça, é essencial devido ao foco de atuação desta rede de cooperação, a garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Estes, trouxeram de forma a não deixar dúvidas a importância *sui generis* do Ministério Público na constituição e na efetividade dos resultados da rede de cooperação estudada e apontaram muitos motivos que embasaram esta assertiva, tais quais demonstram as categorias abaixo:

*2.2.1 Órgão fomentador da Rede Família e ter como uma de suas atribuições a constituição de redes de cooperação.*

Os participantes da pesquisa relataram que o Ministério Público foi e é um dos órgãos instituidores da Rede Família, “desde a criação do rede tivemos a participação do MP e já na sua criação, na motivação para criar o rede” (Gestor). Pontuam ainda a importância do Ministério Público na criação de outras redes com outros focos de atuação, na construção de uma cultura de trabalho em rede, neste sentido, o entrevistado ressaltou que “não só no Rede Família, nas redes, eu acho fundamental a participação do MP”. Para ilustrar que os entrevistados enxergam o Ministério Público no seu papel de fomentador de redes de cooperação, foram selecionadas as falas abaixo:

[...] a atuação do promotor ela já é um pouco mais ampla, inclusive fora do processo, também quem sabe integrando todos os entes da rede, enfim parece que o Ministério Público tem uma atuação assim, [...]

[...], o Ministério Público ele é bastante importante para fomentar isso, seja algo que já existe os movimentos de cooperação, porque é como nós estávamos conversando, o Rede Família, o que é que é? Uma rede de cooperação. Então a gente acredita que é dever constitucional do Ministério Público, [...] fomentar essas redes de cooperação, dar suporte para que as pessoas consigam cooperar dentro de um sistema. (Promotor de Justiça da época de concepção da Rede Família)

O Promotor de Justiça com atribuições junto ao Juizado da Infância e da Juventude, ao tempo da criação da Rede Família, tinha como prioridade o fomento do trabalho em rede para garantia de direitos e esta posição é pública, tendo apresentado esta tese em vários eventos e publicações. Para este membro do *parquet* o MP para consecução de seu objetivo maior que é a promoção de justiça, teria que ter como prioridade o fomento de redes de cooperação, conforme se depreende de sua fala, transcrita abaixo.

[...] uma rede para atender os interesses individuais indisponíveis, não prejudicando os interesses sociais tentando harmonizar eles e através da participação de todo mundo, então na verdade a atribuição do Ministério Público para promover justiça, exige, eu estou falando em termos constitucionais, não estou nem falando nos termos práticos do que é promover justiça, que tu tenhas uma posição de articulador e fomentador desse tipo de rede, O que é promover justiça? Não é ficar simplesmente trabalhando em processos e sim fazer parte de uma rede e pra isso tu precisas conhecer essa rede, esse é o ponto nevrálgico. (Promotor de Justiça da época de concepção da Rede Família)

Sob tal ótica, de perfeita referência, texto de autoria de Dall’Agnol; Ahmad (2010):

[...] o Ministério Público pode desempenhar papel participativo e de aproximação dos atores sociais imbuídos no referido processo de exercício democrático, estabelecendo, com a sociedade e Governo, sistemática de cooperação e controle providos de mecanismos não contenciosos, mais horizontalizados, de cooperação e instrução, de modo a possibilitar por intermédio de condutas dialógicas, ponderações voltadas ao equacionamento de equações de relevância social. (p. 195)

Ademais, a cooperação está prevista em mapas estratégicos do Ministério Público, conforme Moraes (2009):

Dentre esses mapas, necessário salientar o Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, elaborado em decorrência da Gestão Estratégica do Ministério Público do nosso Estado (GEMP 2022).

Foram estabelecidas, conjuntamente, prioridades de atuação e processos para atingi-las, sendo de destacar: “Atuar em redes de cooperação com os setores público, privado e terceiro setor”.

[...] Nesse contexto, foi elaborado o PEN 2011-2015 e o Mapa Estratégico do Ministério Público brasileiro, que estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos do Conselho Nacional do Ministério Público:

<[http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/planejamento\\_estrategico/PGR\\_Cartilaha\\_CNMP\\_Miolo.pdf](http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/planejamento_estrategico/PGR_Cartilaha_CNMP_Miolo.pdf)>;

e

<[http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/planejamento\\_estrategico/MAPA\\_ESTRATEGICO\\_PEN\\_FINAL.pdf](http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/planejamento_estrategico/MAPA_ESTRATEGICO_PEN_FINAL.pdf)>.

Acredito que o PEN 2011-2015 e o respectivo mapa sejam excelentes instrumentos para fortalecer e aprimorar o MP, notadamente porque prevêem, dentre seus processos: “Intensificar parcerias e trabalho em rede de cooperação com setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade geral”.

### *2.2.2 Percepção ampla e privilegiada da atuação da rede de atenção.*

Os entrevistados assinalaram a posição e consequente percepção privilegiada do MP no e do sistema de garantia de direitos e de seu funcionamento, devido a complexidade de suas atribuições que oportunizam uma visão sistêmica das demandas. A fala ilustra: “eu acho que esta relação que o MP mantém com diferentes lugares da rede faz ele ter um olhar diferenciado sobre o que acontece, o que não acontece”. Isso é advindo de um contato direto com o sujeito credor de direitos na busca de garantia o que conforme o entrevistado: “a própria questão da escuta do usuário, faz ele ter uma compreensão diferenciada sobre os espaços de cuidado, e outros espaços” e com o diferentes setores do sistema que devem garantir a consecução deste direito. Reitera o participante: , “ele a partir das questões em que não há garantia de direitos, onde tem vazios, ele acaba criando, de alguma maneira enxergando uma demanda e vai negociar isso, com as diferentes políticas públicas”.

Importante frisar que o MP obrigatoriamente deveria ter uma percepção sistêmica da rede de atenção pois suas atribuições constitucionais exigem que ele defenda interesses individuais indisponíveis e interesses sociais, o que às vezes pode ser contraditório. O MP relaciona-se com o sujeito de direito, a nível micro e com diferentes sistemas – controle social, gestão pública, organizações não governamentais, movimento social, Poder Judiciário, Poder Legislativo - a nível macro, o que descortina realidades e necessidades que demandam

um olhar e uma atuação sistêmica. Com isso é possível harmonizar os interesses individuais indisponíveis com os interesses sociais.

Segundo Porto (2006, p.255) está a disposição do Ministério Público para incrementar sua legitimação política para a tutela de direitos transindividuais qualificados pela relevância social, alguns procedimentos que o colocam em contato com a sociedade, denominados pelo supra citado autor como conexões sistêmicas, com atores organizacionais, mediante audiências públicas, o atendimento ao público, as palestras comunitárias.

Tal percepção e forma de funcionamento do Ministério Público parece perfeitamente incorporada pela Rede Família. É o que ocorre nas redes de cooperação, o trabalho conjunto vai possibilitando que os integrantes demonstrem uma percepção do sistema ampliada, compartilhando saberes e práticas e possam se valer para dar efetividade a sua atuação de atributos dos demais participantes, tendo como foco a missão comum.

### *2.2.3 Exercício de diferentes papéis (garantidor de direitos, parceiro, mediador, indutor de políticas públicas)*

Os entrevistados foram pródigos ao ilustrar os diferentes papéis exercidos pelo MP na rede de cooperação estudada.

#### 2.2.3.1 Garantidor de Direitos

Os sujeitos de pesquisa reconhecem o MP como órgão responsável por zelar pelo direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária,

[...] é interessante, porque só com, uma caminhada em busca da desinstitucionalização, toda uma construção de outra cultura, os técnicos conseguem e o MP tem isso como papel, como valor principal, que é a questão do direito, principalmente da questão da criança e do adolescente. (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

... porque desde a criação do rede tivemos a participação do MP e já na sua criação, na motivação para criar o rede, estava como objetivo maior uma das atividades que tem intervenção direta do MP, qual seja o de substituição do abrigo por uma condição familiar, seja a reconstrução dos elos familiares, seja o encaminhamento a família substituta, enfim isso é ação direta do MP, a partir do momento que o MP intervém as coisas são agilizadas e facilitadas, por que? Porque o MP além de lidar diretamente com isso, diuturnamente, tem ligação direta com o JIJ, não é? Então, muitos casos que nós conseguimos através do Rede Família encaminhar crianças e

adolescentes para famílias ou reconstituir laços familiares foi exatamente a partir desta intervenção, foi agilizada pela intervenção do MP junto ao JIJ, eu acho que aí reside a grande importância do MP no processo (Técnico do Projeto da Rede Família).

Falam também da importância do MP na garantia da participação democrática de todos os cidadãos.

[...] porque o MP representa também a sociedade, também para que a sociedade tenha um espaço e seja ouvida, também nestes contextos. (Promotor de Justiça da época de concepção da Rede Família)

E às vezes os problemas do próprio movimento, dos movimentos sociais é não ter acesso a uma conversa com os órgãos que deveriam fazer as políticas públicas. E eu digo até uma conversa, mas uma conversa mais atenta, porque ouvir tudo bem, eu digo uma conversa para valer mesmo, uma oitiva atenta, uma oitiva qualificada. Então o MP é assim quando tu bota, a gente cansou de fazer, não é só aqui, quando tu botas esses vários atores e tu medias esta atuação, certamente vai dar um resultado melhor, com os conselhos tutelares, com os agentes comunitários, e outros. Esse tipo de coisa dá maior efetividade, não só para tua atuação, mas para o próprio trabalho de cooperação entre os órgãos que já vem trabalhando a muito tempo, esse é o ponto, eu vejo isso, tem um papel significativo (Promotor de Justiça da época de concepção da Rede Família).

O Ministério Público por força do artigo 127 da Constituição Federal tem como atribuição a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e por força do inciso VIII do artigo 201 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a competência de zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, dentre estes direitos temos o direito à convivência familiar e comunitária previsto no livro I, título II, capítulo III, artigos 19 a 52 deste diploma legal. Importante ressaltar que para a garantia deste direito foi construído o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária e o Estatuto da Criança e do Adolescente sofreu alteração em mais de duzentos de seus artigos pela 12.010/2009. Portanto a missão comum da Rede Família é convergente com a competência do membro do *parquet*.

### 2.2.3.2 Parceiro no compartilhamento da atenção

Os sujeitos de pesquisa assinalam ainda o MP como parceiro no compartilhamento da atenção de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e de suas famílias.

[...] e tendo junto o MP discutindo, conhecendo, ouvindo as crianças, que é o que está acontecendo agora, conhecendo as crianças, vindo na casa, a gente podendo falar dos casos com o promotor ou promotora no caso (Coordenador da Entidade de Acolhimento).

Pois ao mesmo tempo em que o MP precisa do Rede, o Rede precisa do MP, para garantir o próprio cumprimento dos encaminhamentos, até responsabilizar as famílias também. Que se não houvesse uma participação como a gente tem feito agora, quando não há participação da família, o MP chama, aciona, obriga, responsabiliza, então é importante. (Promotor de Justiça Atual)

[...] eu acho que o MP tem uma importância muito grande para o Rede Família, porque acho que o MP regula um pouco as relações, acho que muitas vezes a gente se sente impotente, eu me sinto muitas vezes impotente como família de apoio, acho que as educadoras também não tem todo este poder e acho que o MP faz esta parte e as pessoas respeitam muito o MP. (Família de Apoio)

[...] quanto ao caso da Aline, que houve a intervenção do Ministério, até pra conseguir a internação dela. (Membro da rede comunitária)

### 2.2.3.3 Indutor de políticas públicas

Os entrevistados trouxeram ainda como papel do MP a indução de políticas públicas, ele tem um papel importante no controle social, nesta coisa bem de vanguarda do controle social de co-construção das políticas públicas (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento).

[...] a própria questão que nós estamos falando, crianças em acolhimento, então eu vou chegar lá e simplesmente botar no abrigo, botar em acolhimento, adoção, destituição, não é só isso, não. Eu tenho que trabalhar também o caso específico, mas porque é que está acontecendo isso, quais são as políticas públicas que estão precisando ser induzidas para que atendam essas crianças para que elas não precisem bom, e aí o que acontece, não é só a lei imposta é a ordem dessa coisa como um todo para que funcione todo esse sistema (Promotor de Justiça da época de concepção da Rede Família).

Então além de motivar a participação por estar presente o MP, alguém que tem poder de determinar as ações, tem poder de obrigar, não sei se é bem este termo, que o município cumpra as políticas públicas, então os demais órgãos se acham respaldados, tendo esses órgãos participativos eu acho fundamental (Conselheiro Tutelar)

Segundo Moraes (2009), O Mapa Estratégico do Ministério Público (CNMP, [2011]) brasileiro prevê, nos retornos para a sociedade, a “Indução de Políticas Públicas” e a “Transformação Social”.

#### 2.2.3.4 Mediador

Os entrevistados atribuem ainda ao MP o papel de mediador das relações dos diversos setores que compõem a Rede Família, “o MP é como um mediador, porque há muitos conflitos, políticos, religiosos, principalmente entre esses grupos sociais e outras realidades de secretarias e prefeituras com entes políticos que participam” (Conselheiro Tutelar), entre o usuário e a rede de atendimento “acho que ele ocupa um lugar de mediação, especialmente por estar focado no direito do usuário, da pessoa, menos ligado a institucionalização dos processos de cuidado” (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento), entre a rede de atenção e o Juizado da Infância e Juventude, “muitos casos que nós conseguimos através do Rede Família encaminhar crianças e adolescentes para famílias ou reconstituir laços familiares foi exatamente a partir desta intervenção, foi agilizada pela intervenção do MP junto ao JIJ” (Gestor).

[...] entre as brechas que tem entre as diferentes políticas públicas e as redes do que não está construído ainda, dos vazios, nas complementações das políticas públicas, acho que o MP consegue ser um mediador na construção de novos sentidos, para integração destas políticas e dos serviços (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento).

[...] claro que, cabe ao juiz a decisão final sobre o processo, mas me parece que o promotor da infância e da juventude tem que ter essa atuação ao lado do juiz assim, de certa forma cooperativa com o juiz trazendo elementos da rede para o juiz poder decidir assim (Juiz)

#### 2.2.3.5 Fiscalizador

Os participantes da pesquisa ainda trazem a importância do papel do MP como agente fiscalizador das políticas públicas, “o Ministério Público, porque como ele tem o dever de fiscalização de políticas públicas, de sua oferta e efetividade, a sociedade transferiu para o ente público para que tenha efetividade, não é para jogar de qualquer jeito” (Promotor de Justiça da época de concepção da Rede Família).

Quando o Ministério Público fomenta políticas públicas priorizando o trabalho em rede de cooperação e o aprimoramento de processos de planejamento e gestão, objetivos que estão no Mapa Estratégico do Ministério Público brasileiro (CNMP, [2011]), induz uma maior transparência à implementação das políticas públicas, dando maior efetividade à fiscalização. Uma das formas de aprimorar os processos de planejamento e de gestão dos sistemas é através das recomendações, conforme refere Dall’agnol; Ahmad (2010).

Prevista na Lei Complementar 75/93 (BRASIL, 1993a) e na Lei Orgânica do Ministério Público dos Estados (BRASIL, 1993b), a recomendação consiste na possibilidade de o Ministério Público recomendar a órgãos e entidades públicas e particulares, solicitando ao destinatário a adoção de medidas dirigidas à adequação da prestação dos serviços públicos e ao respeito a interesses, direitos e bens metaindividuais, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis.

Nesse contexto tomando conhecimento da realidade do espaço local no que tange ao atendimento dos direitos fundamentais, tem o órgão do Ministério Público a possibilidade de identificar falhas e indicar em cooperação com o Poder Público a melhor forma para o atendimento e efetivação de direitos sociais.

#### *2.2.4 Decorrentes de suas atribuições, instrumentos judiciais e extrajudiciais e prerrogativas*

Foi bastante ressaltado pelos sujeitos de pesquisa que o MP teve e tem um papel fundamental na criação, manutenção e efetividade da Rede Família, por suas competências constitucionais e ordinárias convergentes com a missão desta rede, pelos instrumentos legais judiciais e extrajudiciais que tem a sua disposição e por suas prerrogativas funcionais.

Os pesquisados colocam da importância da participação do MP na Rede Família por ser um órgão respeitado pela sociedade devido as suas atribuições e pelo seu poder. “detém uma responsabilidade, um poder onde os outros respeitam muito isso” (Conselheiro Tutelar). Segundo os pesquisados estes atributos sensibilizam a participação da sociedade para um trabalho conjunto, pois tem ciência que o que for pactuado poderá ser exigido pelo membro do “parquet, por estar presente o MP, alguém que tem poder de determinar as ações, tem poder de obrigar, não sei se é bem este termo, que o município cumpra as políticas públicas, então os demais órgãos se acham respaldados” (Conselheiro Tutelar).

Quanto à frequência e adesão dos diversos segmentos nesta rede de cooperação é apontada pelos entrevistados como crucial a presença do Ministério Público. Assinalam ainda que este órgão confere maior efetividade e celeridade as ações da rede, como demonstram as falas colacionadas abaixo.

[...] a partir do momento que o MP intervém as coisas são agilizadas e facilitadas, por que? Claro, claro, porque o MP, ele tem um poder de, um poder de ter sob a sua, não coordenação, mas dentro de sua área de trabalho, todas as ONGs, todas as instituições, que uma vez acionadas pelo MP, sendo absolutamente sincero, resolvem as coisas de forma muito mais rápida do que acionadas por qualquer outro órgão, o acionamento pelo MP ou pelo Juizado, as coisas são mais céleres, misteriosamente são mais rápidas. E por uma consequência óbvia, todas as reuniões que são convocadas pelo MP elas tem muito mais presença, tem muito mais efetividade (Gestor).

[...] porque existe o respeito por parte das pessoas pelo MP, é óbvio que se nós fizermos uma reunião com todas essas redes aí de apoio e o MP não tiver junto não acontece nada, mas a figura do promotor dá um peso enorme, para todas as questões, eu acho então importantíssimo (Coordenador de Entidade de Acolhimento).

O Ministério Público como participante da Rede Família traz para esta rede de cooperação todo o seu potencial e instrumentos de trabalho, assim como o fazem todas as instituições, com a diferença de que o membro do *parquet* possui um poder bastante diferenciado previsto constitucionalmente, a serviço da missão comum. O Promotor de Justiça compartilha a atenção da criança, do adolescente acolhido institucionalmente, de sua família com o restante da rede exercendo as suas competências, pois é seu dever zelar pelo direito à convivência familiar e comunitária, mas o faz de uma maneira mais efetiva, pois no caso de não garantia dos direitos destes (como, por exemplo, a não oferta ou oferta não efetiva de políticas públicas), tem como partir para esfera judicial.

Os parceiros veem nas redes de cooperação fomentadas pelo MP uma oportunidade de construção conjunta de modos de fazer, um tempo para desencadear processos, políticas públicas, serviços, o que não ocorre na esfera judicial, quando há uma imposição via sentença judicial, que vai ter com certeza uma resposta menos efetiva, conforme os dados colhidos dos participantes da pesquisa.

Não, eu penso que não, justamente porque o MP vai atuar assim como o garantidor dos direitos, pelo o que a gente tem feito, já foi firmado vários termos de ajustamento para melhoria do atendimento, então o MP usa de certa forma um poder (Promotor de Justiça atual).

[...] que o Rede pode sugerir situações, ele pode fazer encaminhamentos e muitas vezes estes encaminhamentos não serem cumpridos por ineficiência do serviço, ou enfim, e o MP está exercendo aquele papel de garantir a efetividade dos serviços, melhorar os serviços, garantir o acesso, então nos casos mesmo que a gente atende é fundamental, no aspecto da drogadição mesmo, é quem ajuíza a ação, é quem acompanha o processo (Promotor de Justiça atual).

Os participantes trazem em suas entrevistas a diferença no tratamento da questão quando já judicializada, “ é diferente das do MP, que tu tens um lugar para apresentar as questões mais, num processo de conversa, em um processo de negociação ainda que requeira questões técnicas, cumprimento de prazo ” (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento).

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe na esteira da revolução que preconiza não judicializar questões sociais, pois é inefetivo, devem haver outras esferas, da atenção, da orientação, da educação e do apoio, como corrobora o depoimento desta mãe quando questionada sobre a importância do Judiciário na Rede Família.

[...], o problema é que aqui no rede eu encontrei afeto e lá no Judiciário não teve muito, não senti muito, porque, como é que eu vou te dizer, eu acho que para mim,

no meu caso o setor judiciário não fez grande diferença, porque responsabilidade, eu não abandonei ele em nenhum momento e deste setor para mim o que está me ajudando é como lidar com ele é isso que eu estou colhendo daqui do rede família (Família com filhos reintegrados).

O MP, como foi tratado nos itens anteriores, atua na rede de cooperação como parceiro em processos de construção de políticas públicas, no compartilhamento da atenção do sujeito de direitos, pois a rede de cooperação se faz necessária quando a demanda é complexa e os serviços de forma isolada são inefetivos, mas no caso da não garantia dos direitos da pessoa ou da não oferta ou oferta não efetiva de políticas públicas através da construção conjunta, da cooperação, pode partir para esfera judicial e isso tem um peso para todos os parceiros, isso sensibiliza pela seriedade dos pactos construídos, tanto os que pleiteiam serviços, como os responsáveis pela oferta do serviço, pois abre-se o espaço para uma construção conjunta, para desencadear processos, de forma diversa de quando vem sob a imposição de uma sentença judicial.

O suporte pode ser de várias formas, pode ser, quando a rede, este movimento não consegue ter uma incidência de convocar ou chamar os secretários, porque os secretários não estão ouvindo eles e aí tu diz – só um pouquinho – tu chamas na própria promotoria, tu estás defendendo os interesses desses cidadãos e vais ouvir qual é a realidade, até uma eventual ação civil pública, porque daí – os caras estão querendo ser ouvidos e tu não está resolvendo o problema, tu vais entrar com uma ação civil pública, tu vais representar a sociedade, então é isso (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família).

Outro ponto trazido pelos participantes da pesquisa foi a importância do MP e suas prerrogativas constitucionais para dar estabilidade a rede de cooperação nos momentos de transição de governo, “a conjuntura política ligada a questão eleitoral tensiona muito e pode fechar determinados espaços, em outros momentos que tem tanta proximidade com o calendário eleitoral se consiga dar curso para várias ações” (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento). Como traz um dos participantes, a rede de cooperação “lida com muitos atores e esses atores estão inseridos em diferentes contextos, em diferentes interesses, nessa conjuntura, há que se ter um estranhamento em determinados espaços de dialogo ou restrição em função de todo mundo ficar mais tenso, defendendo suas questões mais corporativas” (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento), e isso provoca, embora a existência de uma missão comum, distanciamento e desconfiança, sendo importante a presença do MP nestas horas devido as suas prerrogativas funcionais, ele garante com sua imparcialidade e isenção a continuidade do trabalho conjunto durante estes períodos.

Claro que estas prerrogativas não são importantes apenas nestes momentos, pois a proposta de trabalho em rede de cooperação desacomoda, provoca uma mudança do

paradigma vigente, traz transparência a ação das entidades devido a proximidade exigida por esta forma de atuar, restringe a discricionariedade dos dirigentes, sejam governamentais ou não governamentais, põem a nú os limites e as ofertas, oportunizando uma participação democrática e horizontal de todos cooperados, que muitas vezes não é interessante para os que já tem poder.

[...] então o MP, é importante para a questão de, por exemplo foi importante para o Rede Família, porque na verdade ele consegue pelas atribuições e, outra coisa, são poucas as instituições e isso é importante frisar, que tem atribuições constitucionais para fazer isso, fomentar as redes de cooperação, e ai eu te mostrei todos os dados ali, que tem instrumentos judiciais e extras judiciais e tem garantias constitucionais, irredutibilidade, inamovibilidade, isso garante que o promotor possa atuar com sua livre consciência em defesa da sociedade, então são poucas instituições no mundo que tem isso, então precisamos que essas instituições priorizem isso (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família).

### **3 REDE FAMÍLIA CONSTITUI-SE EM TECNOLOGIA SOCIAL?**

A inserção ecológica da pesquisadora e a análise dos dados obtidos nas entrevistas possibilitaram constatar a existência de indicadores de que a metodologia desenvolvida pela rede de cooperação Rede Família se constitui numa Tecnologia Social. A análise dos dados evidenciou a presença de doze características que lhe são inerentes, em sintonia com a literatura estudada sobre TS na introdução desta tese.

Conforme o ITS (2007), a tecnologia social é uma construção social complexa, o que levou este instituto a construir uma metodologia de análise que possibilitasse a sua distinção das demais tecnologias, conforme apresentado no capítulo 2. Como estratégia para facilitar a sua compreensão, o ITS agrupou características das Tecnologias Sociais em um número menor de dimensões essenciais:

- a) a dimensão do conhecimento, ciência, tecnologia e inovação;
- b) a dimensão da participação, cidadania, democracia;
- c) a dimensão da educação, e
- d) a dimensão da relevância social.

Nesta pesquisa não foi utilizado o método de análise desenvolvido pelo referido instituto, como se verifica no capítulo 4, por ser o referido método essencialmente quantitativo. Entretanto, foi utilizado o modelo teórico das estratégias desenvolvidas pelo ITS de análise qualitativa por dimensão, por entender-se que a apresentação dos resultados se tornaria mais didática

A ordem destas dimensões, segundo o ITS (2007), tem a ver com a trajetória da tecnologia social, de sua concepção, a sua implantação e funcionamento. A 1ª. dimensão corresponde a sua concepção tecnológica, a proposta de aplicar conhecimento, pesquisa para solucionar a necessidade social; a 2ª. ao seu modo de fazer-se de forma participativa, do planejamento até o desenvolvimento e avaliação da tecnologia social; a 3ª. aos aprendizados gerados nesse processo, incluído-se as aprendizagens geradas neste processo participativo e a 4ª. refere-se à produção dos resultados esperados. Para aferir se a metodologia da experiência Rede Família estudada abarca as quatro dimensões supra citadas, seguiremos o que o ITS (2007), arrolou por três características/indicadores para cada dimensão (ver Quadro 2). Abaixo demonstraremos que a tecnologia social desenvolvida pela rede de cooperação Rede Família preencheu as doze características necessárias a adjectivá-las como social.

### **3.1 Dimensão da aplicação de Conhecimento, de Ciência, de Tecnologia e de Inovação.**

A metodologia desenvolvida pela rede de cooperação Rede Família possui a **dimensão da aplicação de conhecimento, de ciência, de tecnologia e de inovação**, o que segundo o ITS (2007) é essencial às tecnologias sociais. A experiência Rede Família se caracteriza por aplicar conhecimentos inovadores para solucionar uma necessidade social e se apresenta de forma organizada e sistematizada.

A metodologia da rede de cooperação Rede Família foi concebida e aplicada para **responder a uma necessidade social**, que era a institucionalização e exclusão social de crianças e adolescentes por longos períodos em entidades de acolhimento. Isso parecia advir da ausência de políticas públicas e de ações eficazes que garantissem o direito a convivência familiar e comunitária protegida, com conseqüente prejuízo a um desenvolvimento saudável dessa população.

Antes da implantação das ações da Rede Família havia ações incipientes de educação, orientação e apoio às referidas famílias de crianças e adolescentes. Poucas envolviam amplos setores sociais, de forma especial a comunidade a que pertenciam. As crianças e adolescentes

eram afastados do convívio familiar devido a falta de proteção aos seus direitos. Apesar de estar em situação de risco ou violação, o afastamento por si só não resolvia o problema ou as razões que a levaram a institucionalização, pois esses motivos envolvem questões sociais complexas.

Esta necessidade foi constatada empiricamente e através de estudos científicos: Em sua pesquisa intitulada “A influência da ecologia dos ambientes de atendimento no desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados”, Juliano (2005) constatou que embora o afastamento do convívio familiar adviesse de questões sociais complexas,- tendo em vista que as fragilidades dos contextos familiares têm raízes nas fragilidades da própria sociedade, - as ações de enfrentamento ao problema caracterizavam-se pelo reducionismo e dirigiam-se na maioria das vezes apenas à criança e ao adolescente acolhido. Por vezes de forma pontual atingiam um setor da vida de suas famílias, pois não havia uma visão desta família em contexto nem políticas públicas que respondessem a complexidade da vida do ser humano. Essa atuação reducionista, fragmentada, não produzia as mudanças necessárias que possibilitassem uma reintegração familiar protegida e célere, em detrimento do caráter provisório da medida de acolhimento e do direito à convivência familiar na cidade do Rio Grande.

A mesma autora verificou ainda nesta pesquisa que embora crianças e adolescentes permanecessem por longos períodos acolhidos, com conseqüente fragilização de vínculos afetivos, o maior número dos desligamentos se dava para a família de origem, em um percentual de 54%, acentuado este percentual pelos desligamentos por maioria que em quase todos os casos representavam também a volta à família biológica. Isso demonstra a possibilidade de cuidado longitudinal da família e representa e a necessidade de políticas públicas que visem o seu fortalecimento e o envolvimento como protagonistas. Insta acentuar que crianças e adolescentes acolhidos na cidade do Rio Grande eram muitas vezes reintegrados para as famílias com os mesmos problemas que os colocaram em situação de risco, agravados pelo distanciamento afetivo advindo do afastamento e do contato com uma realidade material diversa (VASCONCELOS; GARCIA; YUNES, 2009).

Esta necessidade social foi mapeada ainda por outros segmentos da sociedade riograndina que compunham a Rede de Abrigagem e o Programa Aliança, conforme dados apresentados no capítulo 3. A Rede de Abrigagem, que buscava a agilização dos processos de acolhimento, composta pelos órgãos do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das entidades de acolhimento, do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos encarregados da execução das políticas sociais

básicas e de assistência social, que surgiu concomitantemente ao estudo relatado acima, já havia visualizado a necessidade de criar ações, serviços, políticas públicas que dessem respostas a complexidade das questões que envolviam a institucionalização de cada criança e adolescente acolhido e de suas famílias. Inclusive, este espaço foi laboratório de muitas das formas de fazer que hoje constitui a metodologia estudada.

Da mesma forma, essa necessidade, foi visualizada e avocada como prioridade pelo Programa Aliança, que possuía um espectro de atuação mais amplo e reunia amplos setores sociais: públicos, privados, sociedade organizada e indivíduos da comunidade em geral e que juntamente com a Rede de Abrigamento deu origem a Rede Família.

A metodologia desenvolvida pela Rede Família, portanto veio em resposta a uma necessidade social mapeada e focada por diferentes segmentos da população riograndina, pelas famílias das crianças e adolescentes acolhidas, pelos representantes do Sistema de Justiça e do Sistema de Garantia de Direitos, pelos profissionais de diferentes áreas das políticas sociais básicas e setoriais, pela comunidade, pela academia. Importante assinalar que tal necessidade não era e é diferente da encontrada em quase todos os municípios brasileiros, conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que subsidiou a construção do PNCFC (BRASIL, 2006). Este plano baseado em estudos sobre o desenvolvimento humano reconhece que a família é lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, bem como espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos. Uma série de ações são previstas para garantir esse direito. Reconhece a institucionalização como excludente e com reflexos perversos na saúde mental de crianças e adolescentes, embora entenda que esta às vezes seja necessária, devendo nestes casos excepcionais, manter seu caráter provisório.

Além de buscar responder a essa necessidade social, a metodologia estudada construiu-se pela **aplicação de conhecimentos acadêmicos e populares** (originados nas experimentações, vivências, atividades e realizações nas mais variadas áreas, por pessoas e grupos de diversos setores da sociedade riograndina), portanto em estudos e experiências que a antecederam, a constituíram e que foram (e irão continuar) se agregando no decorrer da sua implementação. Portanto, consoante com a literatura que define as TS:

As tecnologias sociais são construções sociais complexas pela diversidade dos fatores que abraçam. Enquanto tecnologias implicam em aplicação de conhecimentos, sejam eles, populares, científicos ou tecnológicos, assim como procedimentos de organização de conhecimentos típicos da ciência e a tecnologia, mas ademais devem ter como ponto de partida de sua elaboração as necessidades e problemas de coletivos em situação de exclusão social ou que não possuem poder econômico para encarregar a solução tecnológica de suas necessidades no mercado da ciência e tecnologia. (ITS, 2007, p. 02)

As tecnologias sociais fazem das necessidades sociais seus problemas de pesquisas, tendo como ponto de partida de qualquer ação, as necessidades da população (BAUMGARTEN, 2008; DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004; ITS, 2004, 2007; PADILHA; PADILHA, 2007). A metodologia da Rede Família como demonstrado acima teve como ponto de partida uma necessidade social, teve como foco prioritário de ação crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias e como missão o fortalecimento da consciência da importância do trabalho em rede de cooperação para a garantia do direito a Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes. Isso se deu através de ações que deram conta de questões sociais complexas originadas no sistema social como um todo. Portanto, aplicou conhecimentos construídos na prática e na reflexão de seus protagonistas para a satisfação de uma necessidade social e nasce portanto, a Rede Família como uma tecnologia social.

A tecnologia estudada, não visa a obtenção de lucro, não tem viabilidade no mercado, o que é mais um indício de seu cunho social. Este requisito não é essencial à tecnologia social. As TS podem ser simples ou complexas, baratas ou caras, podem ter valor de mercado ou não (ITS, 2004, 2007; DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Outro importante indício de que a tecnologia desenvolvida pela Rede Família possui uma dimensão de conhecimento, é que esta tecnologia foi desenvolvida de forma intersetorial por diversos setores sociais, que a organizaram e sistematizaram. Foi apresentada na forma de projeto para concorrer em edital por uma ONG - Casa do Menor - e financiada pela via da responsabilidade social pela empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás). Neste mesmo sentido o ITS (2007), conforme fragmento colacionado a seguir.

Diversas pesquisas de instituições como a FINEP, entre outras, tem constatado que existe uma ampla e crescente comunidade científica e tecnológica – com número significativo de especialistas, mestres e doutores – nessas associações civis produtoras de tecnologias sociais.

[...]

De forma semelhante, essa situação acontece em outras categorias de atores sociais, relevantes produtores de tecnologias sociais, como os poderes públicos, a extensão universitária, os movimentos sociais, a responsabilidade social das empresas, as populações tradicionais e/ou comunidades locais de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, agricultores, familiares e catadores. Esses atores sociais desenvolvem conhecimentos, metodologias, produtos e serviços que, pelas suas características, se enquadram dentro do âmbito científico e tecnológico, mas na sua maior parte não dispõem, até o momento, de um arcabouço legal que o organize e fomente suas atividades. (p. 8)

A rede de cooperação Rede Família **utilizou procedimentos científicos para organizar seus conhecimentos**, conforme se verificou em sua primeira sistematização na minuta do projeto apresentado à Petrobrás onde a demanda social foi apresentada e

quantificada, assim como foram referenciadas as bases teóricas da prática a ser executada. O projeto previu e construiu indicadores de processo e resultado. Nos relatórios apresentados a empresa financiadora, foram discriminadas as ações realizadas e o impacto do projeto sobre a realidade que se pretendia transformar. Nos relatórios ficou patente a inovação que compreende esta metodologia e que esta produziu soluções que não existiam anteriormente, conforme demonstrado pela fala do entrevistado abaixo.

[...] mas o maior resultado, ainda digo, que é a cultura de trabalhar em redes de cooperação que com a organização nós tornamos claro isso que nós já sabíamos, isso é fundamental, senão tivesse o Rede Família, certamente teria esse movimento nós sentiríamos, essa mudança construiria. O próprio programa Aliança fez muita coisa, então lá tem alguns resultados, mas não sistematizado e organizado, as pessoas precisam disso, entendeu, isso é fundamental e isso é um dos maiores resultados de poder mostrar, que funciona. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

A sistematização dessa tecnologia e a organização de seus dados e impactos, segundo parecer em anexo, é responsável por ter sido selecionada como uma boa prática pelo Observatório de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Direitos à Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes da Região Sul financiado e idealizado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2011 (Anexo 2).

Esta experiência tem sido apresentada em seminários pelo Brasil que tratam da temática da garantia do direito a convivência familiar e comunitária, podemos citar: o 1º Seminário Catarinense Pró - Convivência Familiar e Comunitária <[www.sst.sc.gov.br/arquivos/convite-programacao.doc](http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/convite-programacao.doc)>, ocorrido em Santa Catarina, no ano 2008, promovido pelo GT Nacional Pró-Convivência familiar e Comunitária<sup>10</sup>, nos seminários de iniciativa da Associação Brasileira de Magistrados Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP) ocorridos nos anos de 2011 e 2012, onde o

<sup>10</sup> O Grupo de Trabalho Nacional (GT Nacional) Pró-Convivência Familiar e Comunitária existe desde novembro de 2005, por iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF - e da Associação Brasileira Terra dos Homens - ABTH - visando prioritariamente: 1) A mobilização para implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC; 2) A difusão nacional de uma cultura de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária; 3) O alinhamento conceitual das modalidades de atendimento prestado a crianças e adolescentes com seus direitos violados preconizadas no PNCFC. Para tanto, um Grupo de Trabalho Nacional foi formado envolvendo instâncias Governamentais e/ou Não-Governamentais de significativa representação (política e técnica). Desde sua formação, o Grupo já congregou 26 estados brasileiros (AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO) e o Distrito Federal representados por 44 organizações.

Logo após os primeiros encontros, o GT Nacional se destacou como um relevante movimento de fomento à implementação do PNCFC, lançado em dezembro de 2006, passando a contar com importantes parceiros, tais como: a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH e o Instituto C&A. O Instituto Camargo Corrêa também apoiou o Grupo em determinado momento

Promotor Rodrigo Shoeller de Moraes foi um dos palestrantes, conforme material colacionado no site <<http://rodrigoshoeiller.blogspot.com.br>>, referente a sua apresentação em Manaus e Porto Alegre. Este promotor é um dos fomentadores e protagonistas da rede de cooperação estudada, tendo atuado por longo período na Promotoria Especializada da Infância e da Juventude do Rio Grande, sendo autor de artigos onde referencia esta tecnologia, podemos citar o artigo “Valores: o seu surgimento nos ciclos dos extremos e do equilíbrio/harmonia e o seu desenvolvimento através da metodologia de Planejamento e de Gestão Sistêmicos”, disponível em site do governo federal, que trata dos Objetivos do Milênio, projeto da Organização das Nações Unidas (ONU, 2009), <<http://www.odmbrasil.gov.br/odmbrasil/2009>> e o artigo Valores, Planejamento e Gestão Sistêmicos e o Ministério Público, disponível no site do Ministério Público do RS. <<http://www.fmp.com.br/publicacoes/artigos-e-palestras>>, ambos apresentam a Rede Família como uma experiência de sucesso na garantia a convivência familiar e comunitária.

[...] nós fomos convidados para estar lá, em todo Brasil, nos fluxos sistêmicos, com o Rede Família, quer dizer está lá o Rede Família, a ABMP está trabalhando sobre fluxos, Rede Família, planos de convivência familiar e comunitária, implementação do plano no Brasil inteiro, nas regiões e nós estamos levando o movimento, [...] (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

Além dos seminários regionais em que a metodologia da Rede Família foi tema, esta também promoveu seminários e encontros onde apresentou e discutiu os conhecimentos que originara a tecnologia social estudada: o I Seminário do Projeto Rede Família <<http://blog-alb.blogspot.com.br/2010/11/viii-jornada-de-estudos-do-cep-ruafurg.html>>, onde prestou contas das atividades a comunidade riograndina, o I Colóquio Estadual sobre o Programa Apadrinhamento Afetivo <<http://www.amigosdelucas.org.br/blog/?p=1456>> e o Encontro Regional Sul - Pela Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes em parceria com a Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente - AMENCAR <<http://www.boaspraticasconvfamiliar.org.br/cms/galeria-de-fotos.html>>.

A rede de cooperação Rede Família foi objeto de estudo por parte dos componentes do NPG e de cooperados, sendo que alguns destes estudos foram objetos de publicação em artigos, revistas, anais de eventos e livros. A rede de cooperação através do Projeto financiado pela Empresa Petrobrás editou e publicou o livro “Multiplicando Saberes: Trabalhando em rede para garantia dos direitos de crianças e adolescentes”, que apresenta temas tratados nas formações promovidas pela Rede Família e relatos de experiências e ações da própria rede de cooperação. Podemos citar os seguintes artigos: Rio Grande e sua experiência de atuação em redes de cooperação; Rede Família: crianças e adolescentes integrados à família e à

comunidade em Rio Grande; Intervenções Psicoeducacionais Positivas em contextos de risco Psicossocial; Educação Ambiental: Uma proposta aos passos da comunidade; Programa Rede Família e sua Influência na Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária; Programa Rede Família e sua influência na garantia da provisoriedade da Medida de Abrigo e do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes.

#### QUADRO 6 – PUBLICAÇÕES SOBRE A REDE FAMÍLIA

##### REFERÊNCIA DA PUBLICAÇÃO

JULIANO, M. C. C.; MORAES, R. S. Rio Grande e sua experiência de atuação em redes de cooperação. *In.*: JULIANO, M. C. C.; AGUIAR, C. D.; MUNHOZ, D. P;

RAMOS, C. R.. (Orgs.). **Multiplicando Saberes**: trabalhando em rede para garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Rio Grande: PLUSCOM Editora, 2011. P. 14-44.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; CRUZ, RAQUEL CUNHA . EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Uma proposta aos passos da comunidade. *In.*: JULIANO, M. C. C.; AGUIAR, C. B. D.; MUNHOZ, D.P.; RAMOS, C. R.. (Org.). **MULTIPLICANDO SABERES**: trabalhando em rede para garantia dos direitos de crianças e adolescentes. 1 ed. RIO GRANDE: PLUSCOM EDITORA, 2011, v. 01, p. 168-175.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho . Rede Família: crianças e adolescentes integrados à família e à comunidade em Rio Grande. *In.*: Isa Maria Rosa Guará. (Org.). **Redes de Proteção Social**. 1ª ed. São Paulo: Associação Fazendo Histórias NECA Associação dos pesquisadores de núcleos de Estudos e pesquisas, 2010, v. 1, p. 85-92.

YUNES, Maria Ângela Mattar; Biazzi, S. ; JULIANO, Maria Cristina Carvalho ; PIETRO, A. T. ; Garcia, N. M. . Intervenções Psicoeducacionais Positivas em contextos de risco Psicossocial.. *In.*: Espaços Psicoeducacionais em Diferentes Cenários, 2011, Porto Alegre. **Espaços Psicoeducacionais em Diferentes Cenários**. Porto Alegre : PUC/RS, 2011.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Ângela Mattar . Programa Rede Família e sua influencia na garantia do direito de crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária. *In.*: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2009, CURITIBA. **I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2009**.

JULIANO, M. C., YUNES, M. A. M. . Family Network Program: a proposal of a social technology which promotes community resilience. *In.*: IV International Conference of Community Psychology, 2012, Barcelona. **Community & Politics in a world in crisis: rethinking community action in the new century**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012. v. 1. p. 95-96.

Fonte: A autora (2012).

Os produtores de Tecnologias Sociais costumam utilizar procedimentos científicos na organização dos conhecimentos produzidos, na documentação, na sistematização da tecnologia, além de produzir artigos técnicos, devido a natureza complexa desta, que possui um grande número de características e necessita de um conjunto vasto de fatores a serem visualizados. Segundo o ITS (2007) esta ação organizada é um pressuposto da tecnologia social, como vemos na transcrição abaixo:

A TS leva em conta um amplo conjunto de fatores, compreendidos de maneira sistêmica, o que implica uma concepção sofisticada de tecnologia. A elaboração de planos de desenvolvimento estruturados torna-se imprescindível para que todos estes fatores sejam contemplados e possam interagir organicamente. A clareza e a precisão nos métodos utilizados oferece grandes vantagens quando é necessário enxergar a múltiplas relações implicadas no desenvolvimento socioambiental e econômico. (ITS, p. 34)

Para o ITS (2004, 2007) uma tecnologia se qualifica como social quando possui como característica a **sistematização, a organização**, a reunião de diferentes saberes num processo multidisciplinar. Importante salientar que muitos conhecimentos que foram ou estão sendo produzidos, embora tenham grandes potencialidades em se constituir em uma tecnologia social, só o serão se desencadearem apropriação da tecnologia pela população, com a reaplicação e geração de aprendizagens que sirvam de referências para novas experiências. Esta sistematização do saber, segundo o ITS (2004, 2007) é necessária para obter rigor no acompanhamento e na avaliação dos projetos.

Ao descrever os métodos, técnicas, produtos e processos de uma Tecnologia Social, esta se torna acessível a um maior número de pessoas, aumentando sua capacidade de solucionar problemas sociais e de ser reaplicada.

A metodologia estudada nesta tese se nutriu de saberes produzidos em práticas anteriores a Rede Família de trabalho em rede, de mapeamento do capital social, de constituição de espaços de diálogo horizontais e construção conjunta, para atender de forma cooperativa e sistêmica a necessidades complexas. Como se observa no projeto e nos relatórios apresentados para a Petrobrás, além de basear-se quando de sua concepção em experiências não sistematizadas anteriores e concomitantes a esta, estabeleceu-se um diálogo desta prática com conhecimentos produzidos na academia.

A base do projeto é estabelecida através do diálogo entre saberes acadêmicos e populares. Participaram da construção do projeto duas mestras em Educação Ambiental, estudiosas da educação ambiental, dos processos de resiliência, do trabalho em rede, da abordagem ecológica do desenvolvimento humano e da influência dos diferentes sistemas na garantia do direito da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos,

de resiliência, de uma mestra na área de saúde e de um estudioso com publicações na área de rede de cooperação e metodologia de planejamento e gestão sistêmicos. O projeto foi escrito por estas pessoas por escolha da rede de cooperação. Estas pessoas também compõem a rede de cooperação: uma representa o movimento de defesa dos direitos de crianças e adolescentes e as organizações não governamentais, outro é Promotor de Justiça, outra é representante da universidade e do grupo de pesquisa CEP-Rua e finalmente a última é servidora pública e na época representava o gestor da assistência social.

Um dos objetivos do projeto foi reunir e construir dados científicos que subsidiassem as políticas públicas municipais, incentivando a criação de ações e estratégias que garantam o direito da criança e do adolescente à convivência familiar.

Os dados permitem ainda afirmar que a metodologia desenvolvida pela Rede Família se caracteriza como **uma inovação social**. Autores, como os portugueses, André; Abreu (2006, p. 125), defendem que “perspectivas mais recentes, afastam definitivamente a inovação social da tecnológica, atribuindo-lhe uma natureza não mercantil, um carácter colectivo e uma intenção que não só gera, mas também visa, transformações das relações sociais”. Ocorre que estes autores não levam em conta, provavelmente por desconhecerem, a existência das tecnologias sociais, um *constructo* brasileiro, bastante novo e que tem como algumas de suas características: não responder as demandas do mercado e sim as necessidades da sociedade; possuir um carácter participativo; e, gerar transformação social o que a aproxima de maneira indiscutível da inovação social.

Segundo o ITS (2007, p. 8), para a Tecnologia Social

a mediação do mercado para a utilização dos seus produtos ou inovações não é critério definidor de sua existência, mas o fato de que a solução chegue a quem dela necessita, isto é valoriza-se a acessibilidade da tecnologia, seja ou não mediante o mercado.

Por estes motivos, é importante caracterizar a metodologia estudada como uma inovação social, pois este conceito agrega contribuições teóricas importantes ao estudo deste fenômeno.

Neste sentido, a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no seu Livro Azul (BRASIL, 2010b), elegeu a inovação como principal motor do desenvolvimento sustentável do país, repudiando a ideia de que o mercado é o único motor da inovação, afirmando que várias inovações que transformaram o mundo surgiram de instituições públicas ou de setores sem fins lucrativos, conforme texto colacionado a seguir:

As inovações sociais – soluções novas para problemas sociais que são mais efetivas, sustentáveis e justas, e cujos resultados beneficiam mais a sociedade como um todo do que indivíduos particulares – são geradas e aplicadas em resposta a demandas diversificadas da sociedade. Em particular, as tecnologias sociais atendem demandas de setores mais necessitados, especialmente em temas como segurança alimentar e nutricional, energia, habitação, saúde, saneamento, meio ambiente, agricultura familiar, geração de emprego e renda. (BRASIL, 2011, p. 30)

Neste mesmo sentido Baumgarten (2005) afirma que “é possível relacionar os conceitos de tecnologia e de inovação com a ideia de necessidade (carências humanas), buscando suas possibilidades para a inclusão social” (p. 5). Esta autora preconiza ainda que os pesquisadores e demais atores produtores de conhecimento, podem colaborar na aproximação entre cientistas e sociedade em nosso país, tornando possível o desenvolvimento de tecnologias sociais e de inovação social (BAUMGARTEN, 2005).

Como afirmado acima, a metodologia estudada **se constitui uma inovação social**, pois gerou e está gerando mudanças sociais na cidade do Rio Grande. A formação de uma rede de cooperação intersetorial, com um núcleo de planejamento e gestão e o uso de metodologia de planejamento e gestão sistêmicos, a partir de um foco prioritário e de uma missão comum, com uma abordagem transdisciplinar e ecológica, possibilitou a conscientização da importância do trabalho em rede de cooperação para atingir com efetividade a missão comum e a consequente ampliação de percepção da realidade por parte dos seus integrantes, partindo da experiencição, de uma visão e consequente atuação no mundo fragmentada e disciplinar, para uma visão complexa. De acordo com o pensador Mauro Guimarães (2006), a experiencição nos permite uma outra compreensão e ação sobre o meio ambiente, mais reflexiva e contributiva no processo de transformação das relações entre seres humanos em sociedade e com a natureza.

Portanto, pode-se dizer que a cidade do Rio Grande está se apropriando de uma nova cultura, que é a cultura do trabalho em redes de cooperação para a solução de problemas que envolvem crianças e adolescentes. A inserção ecológica e as posições dos entrevistados demonstraram que os reflexos já se fazem sentir por quase toda a rede de atendimento do município devido a intersetorialidade característica desta política. Neste sentido, colacionamos dois trechos da entrevista de um dos participantes da pesquisa:

[...] quando tu tens uma missão comum, geração de efeitos públicos, com esse foco prioritário o que é que acontece? Tu favoreces as redes de cooperação, porque o Estado pode dar casa, comida e etc e tal, mas o afeto de pai e mãe, precisa dos pais, então os pais se empoderam, “sabe eu sou necessário pra isso, eu sou importante pra aquilo, eu sou útil pra isso”. Precisa da participação dos três setores, setor público, privado, sociedade civil organizada e mais os indivíduos da comunidade. Então tem essa missão e todos eles devem convergir pra atingir essa missão. Por que tu vais

atender, por exemplo, a necessidade fisiológica, tu vai ver, se não tiver no público, tu vais ver no privado, o próprio Rede Família tem a Petrobrás que trabalha, entendeu, tu vais buscar em todos os componentes. Só que para que isso aconteça tu tens que estar integrado. Mapeia e integra e consegue desenvolver de forma harmônica e sustentável, daí tu descondiciona, tu tira de uma visão cartesiana e passa a ter uma visão do sistema. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

[...] para que serviu o Rede Família? Ele serviu para nos unir, para nos conhecermos e para nós vermos que é importante trabalhar em Rede, esse é o ponto. [...] é um aprendizado e tu sabes disso, aprendizado para o despertar da consciência, conduzir para fora um potencial, a gente conduziu esse potencial para fora, esse é o aprendizado, então não tem como tu dizeres, não sei mais. Acabou o Rede Família, aí vem um problema, pode ser um alagamento, a tal onda, o que é que vai acontecer? Tu não vais dizer assim, não, não sei o que fazer. Tu sabes, tu vais correndo pedir ajuda para o pessoal, vão se reunir. [...] É uma cultura, na verdade é uma consciência mais que uma cultura. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

Para Paulo Freire (2011), o homem é um ser da “práxis”: da ação e da reflexão, e conforme esta se estabelece, estabelecem-se as relações sociais e produzem-se as interações humanas em um processo de autoconstrução do ser social em uma busca permanente de desvelamento e aperfeiçoamento da realidade social, cultural e política.

É inquestionável, ainda pelos dados coletados, o impacto positivo desta metodologia na garantia da provisoriedade da medida de acolhimento, da inclusão social e do direito a convivência familiar e comunitária a crianças e adolescentes em medida de proteção. O fortalecimento da consciência de todos os setores do sistema social da necessidade de se trabalhar de forma cooperativa em rede foi reiterado pela maioria dos entrevistados nos diferentes contextos sociais, conforme ficou explícito na seção 1 deste capítulo. Para alcançar este objetivo, foram incluídos como protagonistas, as famílias cujos filhos foram afastados de suas casas e suas comunidades. Presentes, portanto os atributos da inovação social, conforme os autores apresentados na citação abaixo:

Assim, entendemos inovação social como uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas pela via do mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação de agentes ou actores sujeitos, potencial ou efectivamente, a processos de exclusão / marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder. Admitir que a inovação social visa e gera mudança social, contribuindo para a alteração das relações de poder, exclui do campo os efeitos sociais que quase todos os processos de inovação tecnológica ou organizacional inevitavelmente acabam por gerar por via do emprego, do consumo ou por outros meios menos directos. (ANDRÉ; ABREU, 2006, p. 124).

Importante salientar que esta inovação teve maior impacto no campo da ampliação da percepção e na mudança dos modos de fazer a partir desta nova forma de ver e não propriamente no aumento de investimentos e criação de novos serviços, embora isso também

tenha ocorrido. A principal inovação trazida no bojo desta metodologia é a mudança na maneira de ver, de entender as necessidades sociais de forma ecológica e de agir ecologicamente para debelá-las através de uma atuação em rede, transdisciplinar, de forma cooperativa.

De acordo com Moulaert (2000), só será possível debelar as formas mais agudas de exclusão ao encontrarem-se formas inovadoras de revelar necessidades, de cooperar e de democratizar a gestão pública. Este autor ressalta a importância de mudanças estruturais que promovam a capacitação individual e coletiva para encontrar soluções para os problemas.

No momento que se percebe o sujeito, a família - com quem se trabalha - como integrantes de uma sociedade, partindo de uma noção desta enquanto sistema do qual eles fazem parte, afetam e são afetados em uma relação de interdependência, torna-se possível abandonar a percepção reducionista que os coloca como vítimas ou incapazes que necessitam ser “salvos”. Estes passam a ser percebidos e tratados como parte de um todo maior com a compreensão de que aquelas pessoas não tem em si um problema, uma incapacidade ou é um foco de problemas. A pessoa faz parte de um sistema e sofre as consequências das crises que abalam este sistema. Daí a importância de pensarmos as necessidades das pessoas e as necessidades do sistema, pois são inseparáveis.

A inovação desta metodologia é que as famílias, seus problemas, suas necessidades são vistas em contexto, pois as necessidades que apresentam, originam-se em problemas que não são de simples solução, são complexos. Complexidade quer dizer que as variáveis se cruzam, entrelaçam-se, não tem respostas simples, tem que se desafiar para encontrar respostas complexas para problemas complexos. Estas respostas quase sempre envolvem um trabalho de diferentes disciplinas e setores sociais. Portanto em nenhum momento da atuação da Rede Família foi observado o entendimento dos trabalhadores de que o problema é de uma pessoa específica, pois se está falando de um problema que está acontecendo com muitas pessoas, com um todo mais amplo. Isso ocorre na contramão de outros resultados de pesquisa realizadas neste mesmo município em serviços com famílias de baixa renda, nos quais os profissionais sociais culpabilizavam as famílias e não reconheciam suas reais necessidades e dificuldades. Assim, aquela pessoa ou família para quem se está construindo o plano de atendimento, não carrega em si uma incapacidade ou uma patologia específica ou algo que a torna diferente do outro, ela carrega em si uma dificuldade maior, neste momento, de lidar com este contexto todo. A rede de cooperação visualiza as necessidades, atividades e possibilidades, atuando nos diferentes contextos (micro, meso, exo e macrosistema) numa perspectiva longitudinal que contempla o processo de desenvolvimento da pessoa no tempo.

Conforme referido na sistematização da metodologia, não são apenas as necessidades do sujeito que são mapeadas, mas sua individualidade que é constituída por suas potencialidades, seus saberes, sua história, seus modos de sobrevivência, sua rede de apoio social e afetiva, dentre outros. Quando do planejamento e da gestão da ação da rede de cooperação são vistas, portanto, as possibilidades e atividades dos diferentes sistemas ecológicos envolvidos (micro, meso, exo e macrosistema) seguindo o modelo de Bronfenbrenner (1996). E o mais importante a pessoa e a comunidade são convidados a fazerem parte da rede de cooperação que tem como objetivo a garantia da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos.

Como esta metodologia não busca apenas mapear as necessidades fisiológicas, mas também as psicológicas de autoestima, autorrealização e pertencimento, não existe a possibilidade de reduzir as pessoas a objetos de cuidado (crianças adolescentes acolhidos e suas famílias), pois também possuem uma dimensão de sujeitos de cura dos contextos mais amplos, do qual fazem parte. As relações não são unilaterais, o profissional trabalha as necessidades da família vulnerabilizada cujos filhos encontram-se acolhidos e também preenche as suas necessidades, tais como autoestima, autorrealização pela efetividade de sua intervenção, dentre outras. Toda a ação afeta o sistema, toda a relação é bilateral, multilateral, pela lei da interdependência. Para efetividade da intervenção, para ambos, é necessário um profissional que olhe no olho, que exerça uma oitiva atenta, que se vincule, que se disponha a se vincular, que tenha saúde pessoal e emocional para se colocar naquela relação integralmente.

A presente tese foi desenvolvida em um Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, pois esta dimensão da educação surge da necessidade do ser humano resgatar a consciência de interdependência com todos os seres sencientes e não sencientes com o planeta Terra e diante da insustentabilidade dos modos de sociabilidade e produção vigentes. Vivenciamos o perigo iminente de um colapso civilizatório e planetário, ou ainda pior estamos protagonizando-o, com reflexos que já se fazem sentir na vida de cada um dos seres que compartilham conosco o planeta. Por certo isso ocorre, de forma mais acirrada nos segmentos historicamente vulnerabilizados. Para resolver “os” problemas sociais, para responder “as” necessidades daquele sujeito é necessário enfrentar as causas que lhe deram origem, que são complexas e estão interligadas ao sistema que o sujeito faz parte. Não são poucos os problemas que desequilibram o sistema planetário, o esgotamento dos recursos naturais, a má distribuição de renda, o consumo desenfreado, a exclusão social, o desemprego, a violência, a fragilização dos vínculos afetivos, dentre outros.

Neste sentido, Costa (2012, p. 33):

Assim, a vulnerabilidade social contemporânea, relacionada à violação dos Direitos Humanos e Fundamentais de significativa parcela da população, tem origens econômicas, mas se caracteriza, também, por falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima. Essa situação de fragilidade repercute na saúde das pessoas, em especial na saúde mental, relaciona-se com o mundo do tráfico e uso abusivo de drogas, estabelece padrões e perspectivas de emancipação social muito restritas.

Segundo os participantes da pesquisa, a metodologia desenvolvida pela rede de cooperação trouxe inovações tais quais:

[...] o segundo grande resultado do Rede Família e está provocando isso com muita intensidade é uma **revisão das políticas públicas**, eu como secretário, estou promovendo uma revisão, [...] e estamos repensando as políticas públicas no sentido de trabalharmos mais a causa e menos o efeito, é o trabalho que o Rede faz, o que eu me refiro? Qual causa de uma criança ir para um abrigo? É a desestruturação familiar, é o alcoolismo, então essas redes, essas políticas para a área da saúde, para a área da assistência social, para a área da educação, essas políticas obrigatoriamente tem que ter um olhar específico para esses números e esses resultados que o Rede Família está apresentando e eu acho que o **Rede está provocando uma alteração conceitual do trabalho social**, são os três maiores resultados do Rede. (Gestor. Grifo meu)

Essa metodologia representou um avanço na promoção, proteção e defesa no direito a convivência familiar, assim como na diminuição do tempo de permanência de crianças e adolescentes nas entidades de acolhimento comprovada pelos dados coletados nesta pesquisa (vide categoria 3, item 3.5) e representa uma alternativa metodológica para a implantação do PNCFC nos municípios brasileiros. Ela inovou quando na utilização da metodologia de planejamento e gestão sistêmicos, propôs o compartilhamento do atendimento da população foco entre todos os setores sociais, dando uma grande ênfase na participação da família e da comunidade em geral, criando um núcleo de planejamento e gestão com a finalidade exclusiva de manter a adesão e a participação na rede de cooperação e coordenar o atendimento ao público alvo.

O trabalho em rede é uma proposta bastante difundida em todas as políticas públicas e por todos os lugares, o que diferencia esta metodologia é que as famílias e suas comunidades são mapeadas como possibilidades de cuidado, pois são sopesadas necessidades como autoestima, autorealização e pertencimento e quando se fala nestas necessidades psicológicas não tem como a atuação ser unilateral, pressupõem o envolvimento de todos, pois ninguém salva ninguém todos se salvam no processo. Direito a convivência familiar e comunitária não pode ser fornecida pelo Estado, pelos dispositivos das políticas sociais básicas e setoriais e sim pela sociedade, pela comunidade, pela família.

A rede de cooperação Rede Família sem partir de soluções prontas e enfrentando os problemas sopesando as singularidades e seus ecos em diferentes contextos promove inovação social, pois com efetividade tem promovido a inclusão de crianças e adolescentes através da garantia do direito a convivência familiar e comunitária, melhorando a qualidade de vida de suas famílias e promovendo a participação cidadã e democrática de segmentos vulnerabilizados.

### **3.2 A metodologia da Rede Família implica participação, cidadania e democracia.**

Segundo o ITS (2007), a tecnologia social deve possuir a dimensão da **participação, cidadania e democracia**. Ter como características promover democracia e cidadania significa valer-se de metodologias participativas e buscar a inclusão e acessibilidade. A Rede Família evidenciou nos resultados obtidos, possuir estas características, como veremos no decorrer desta seção.

Como descrito na metodologia da Rede Família, a sua operacionalização se dá pela participação de amplos setores sociais de forma horizontal e democrática a partir de um foco prioritário e de uma missão comum. Caracteriza-se por criar espaços de diálogo e construção conjunta para o encontro do capital social e humano e busca estratégias e pactuação de ações conjuntas de atenção.

O foco principal da experiência estudada e sua metodologia é o fortalecimento das famílias como estratégia para a inclusão social e superação da situação que levou o afastamento do convívio familiar de seus filhos. Está presente ainda o caráter emancipatório e promotor da cidadania dos segmentos atendidos, pelas evidências da melhoria da qualidade de vida e de todas as relações que compõem o sistema, conforme as categorias expostas nas entrevistas analisadas.

A sistematização da metodologia desenvolvida demonstra a assertiva de que todos os participantes compõem o sistema onde irão atuar. Existe um olhar de potência e reciprocidade quando se atua para melhorar a qualidade de vida no sistema e a escolha do foco prioritário é apenas para não se perder na multiplicidade de demandas mapeadas. Mas, no momento que se atua em uma situação, em uma parte do sistema são produzidas mudanças no sistema como um todo. Quando se altera a lógica das relações da competição, do individualismo, para a corresponsabilização, provoca-se a sinergia, altera-se a coesão e o ritmo de todo o sistema. A promoção de cidadania, protagonismo e emancipação são tônicas do desenvolvimento. Como foi relatado acima, todo capital social e humano é chamado de forma conjunta a atender a

missão comum, garantir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, inclusive a família, foco principal da ação, para construção de estratégias singulares, a partir do mapeamento de suas necessidades.

Uma característica desta metodologia compatível com as TSs é a democratização da informação e dos espaços de diálogo para a construção do compartilhamento da atenção. Pode-se citar como espaços construídos os grupos de famílias, o Programa Família de Apoio, o Apadrinhamento Afetivo, o Fluxo de Saúde Mental, o grupo de apoio aos pais adotivos, o Curso de Preparação para a Adoção, os encontros da rede comunitária, os grupos de educação nos bairros, o Rio Grande: fazendo frente ao crack e as reuniões de vários setores para construção de um plano de atendimento individual de uma criança, um adolescente e/ou uma família, além das formações continuadas, dentre outros.

[...] hoje até eu estou um pouco afastada, como eu já não estou mais na coordenação e nem presidente do conselho, **eu recebo os e-mails da rede, eu consigo ler, eu consigo perceber que existe o trabalho**, que existe reunião com o judiciário, que existe um trabalho com essas famílias, eu consigo perceber. (Conselheiro do COMDICA. Grifo meu)

Quando o NPG busca a rede ampliada, a rede comunitária, a rede de apoio afetiva e a própria família para construir com eles a saída desta criança e deste adolescente da entidade de acolhimento, e a sua reintegração ao convívio familiar o faz em espaços horizontais. Há uma diversidade de profissionais de diferentes setores que “atuam em rede”, solidariamente, para construir soluções para as necessidades sociais mapeadas. Estes espaços se dão fora das fronteiras da instituição, são espaços oxigenados.

Muitas vezes, ocorrem encontros da rede de cooperação Rede Família, que reúnem em torno de uma mesa o Ministério Público, o gestor da saúde e da assistência social, o membro do conselho tutelar, da equipe técnica da Rede Família e de dispositivos da rede de atendimento, a família, dentre outros. São encontros para pensar, construir juntos de forma democrática sem hierarquias em um processo dialógico, as possibilidades para o retorno da criança e do adolescente ao convívio familiar e comunitário. Estes movimentos, não se pretendem definitivos, mas fazem parte de um pacto de atenção longitudinal e são passíveis de avaliações e reavaliações das estratégias, ações e cronogramas até que o resultado se mostre efetivo.

Desta forma, foi observado que cada um dos integrantes pode analisar as consequências das decisões a serem tomadas, expor suas opiniões e anseios sobre as propostas em discussão aumentando a possibilidade de sucesso, pois são vários olhares e percepções sobre a mesma questão. Avança-se no que há de consenso, no que possibilita o movimento.

Os dissensos não são esquecidos, mas guardados na memória do grupo para serem sopesados em estratégia futuras. Nesse sentido a fala colacionada abaixo é demonstrativa:

[...] a questão principal é desencadear um processo de diálogo e de combinações coletivas seja em relação aos abrigos e as crianças, as famílias as diferentes redes de apoio, [...] elas partem desse movimento de se encontrar, se escutar e a partir daí fazer combinações do que é possível, do que é consenso entre esses coletivos e poder ir avançando, passo a passo. (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

Essa forma de ação faz com os integrantes se sintam parte do que foi decidido, parte do que foi construído, participante do resultado obtido, trabalhando com motivação para obtenção de sucesso da missão comum.

Autonomia é o contrário de desigualdade. Atores sociais são autônomos quando estão em condições igualitárias de decidir sobre seus próprios destinos e de participar na construção do destino coletivo. A adoção de formas democráticas de tomada de decisão, a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação popular, é um caminho que traz grandes vantagens, mas não é fácil. Pois o processo democrático é construído a cada momento, por um aprendizado continuado. (ITS, 2007, p. 38)

A participação nas etapas de planejamento, acompanhamento e avaliação da tecnologia denotou gerar nos participantes um senso de responsabilidade e maior empenho para o êxito de seus objetivos, pois estes se percebem contemplados e implicados conforme os entrevistados:

[...] se verem não como depositários, vamos dizer assim não como um objeto de intervenção, mas como intervencionistas também... Eles nos ajudando também... E se ajudando e construindo junto [...] - “Eu não sou objeto”, eles participam e constroem [...] eles nos ressignificam, por que isso ai é uma forma de dar uma certa independência e uma certa valorização, eu sou útil, puxa vida eu também sou útil para ajudar o Promotor, eu sou útil para ajudar o Juiz é outra perspectiva. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

[...] surge naturalmente, quando a pessoa se sente útil quando a pessoa, chega e te diz, por exemplo, eu acho que tem que ser assim na comunidade, tem que ser aquilo, porque tu já está no processo, ela está colaborando. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

A participação democrática fortalece a cidadania, pois as entidades criadoras da tecnologia dividem com a população as decisões e os procedimentos técnicos. Assim, a população participa do planejamento, monitoramento, avaliação, juntamente com os profissionais, especialistas ou acadêmicos (ITS, 2007, p. 11)

A participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas referentes a C&T mostra-se, por isso mesmo, essencial. A interação virtuosa das implicações apresentadas acima tende a fomentar o espírito democrático, que muitas vezes se difunde “por contágio”. A experiência do ITS é a de que, na medida em que as

peças se envolvem, participam, se sentem respeitadas e respeitando uns aos outros e, finalmente, começam a colher os frutos do seu esforço, o espírito de cidadania se fortalece. Na elaboração e implementação de projetos que nascem de necessidades e demandas sociais, planejados, geridos e avaliados de maneira participativa e democrática, ambientalmente sustentável e com diálogo entre diferentes atores da sociedade, encontramos reunidos os fatores necessários à construção de um desenvolvimento socioeconômico sustentável, participativo e democrático. (ITS, 2007, p. 40)

O desafio da tecnologia social da Rede Família é o de, por meio de um novo modelo de atuação em rede de cooperação, participativo, democrático e cidadão propiciar melhores condições de vida às famílias das crianças e adolescentes acolhidas.

Rodrigues; Barbieri (2008) colocam que o processo de produção da tecnologia é central para o conceito de tecnologia social, pois embora esta também se preocupe com os aspectos gerenciais, a ênfase maior é com a emancipação dos atores envolvidos, tendo no centro os próprios produtores e usuários destas tecnologias, “A tecnologia social implica na construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar destas soluções e que atuam com autonomia, ou seja, não são apenas usuários de soluções importadas, ou produzidas por equipes especialistas” (RODRIGUES; BARBIERI; IWATA, 2007).

A definição de Tecnologia Social do ITS aponta os elementos fundamentais para a caracterização dessa concepção de tecnologia: desenvolvida e praticada na interação com a população e apropriada por ela. Importante ressaltar que todos os setores da sociedade são mapeados e convidados a integrar esta rede de cooperação, o setor público, o setor privado, as organizações não governamentais, os órgãos de controle social, a comunidade em geral, para participarem de forma democrática conforme suas possibilidades em um esforço coletivo, para procurarem solucionar as necessidades de determinado segmento populacional a fim de garantir a desinstitucionalização de crianças e adolescentes, buscando assim a melhoria das condições de vida do sistema como um todo.

Importante ressaltar que embora o foco e missão comum da Rede Família sejam crianças, adolescentes e suas famílias, o âmbito de seu impacto se dá sobre todos os participantes. A aprendizagem gerada pela metodologia da Rede Família pode ser utilizada pelos participantes em outros âmbitos de suas vidas, pois ao ser apropriado por estes, geram mudanças de comportamentos, atitudes, e práticas que proporcionam transformações sociais.

[...] então eu chego junto contigo, **enxergo pela tua perspectiva**, [...] mas principalmente na questão da intervenção, é uma intervenção de chegar e olhar contigo e te dizer tem essas probabilidades, então é diferente de coitadinho vou carregar nas costas, então dizer, tem peixe ali, tem peixe ali, tem peixe aqui, então é esse o ponto e ai é diferente, a compaixão é essa a compaixão, tu tem compaixão pela pessoa tu chega e está ao lado, compreendendo o processo dela. Compreende o

processo dela, mas não vitimiza, [...]. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

Este processo não é linear, pois existem famílias que não se integram na rede de cooperação.

Alguns participam quando são procurados, tanto que freqüentam os grupos, mas eu observo que eles tem mais uma posição passiva, eles necessitam ser justamente provocados, trabalhados pelo Rede Família, para que eles passem a ser sentir parte e responsáveis pela modificação dessa dinâmica familiar que determinou o abrigo, mas aí vai depender do caso, uns respondem e se tornam partícipes do processo e outros não, que são aqueles que acabam sofrendo a ação de destituição do poder familiar. Certamente, são convidados através do rede. (Promotor de Justiça atual)

A tecnologia social desenvolvida pela Rede Família tem como característica a **acessibilidade, impulsiona sua disseminação e reaplicação**. As TSs devem ser acessíveis a quem delas necessita, embora não necessitem ser baratas para serem consideradas tecnologias sociais, mas o baixo custo e a facilidade de acesso devem serem buscados, pois podem ser essenciais para o seu sucesso. Importante ressaltar que as TSs são feitas para inclusão de todos os cidadãos, não apenas os de baixa renda, auxilia inclusive na inclusão de pessoas que tem sua acessibilidade limitada por algum déficit físico ou psíquico (ITS, 2007, p. 17).

Um dos critérios para classificar uma tecnologia como social é a possibilidade de reaplicação, inclusive este parâmetro encontra-se expresso em sua definição mais aceita formulada pela RTS, “...compreende produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis,...”. A TS surge para solucionar problemas concretos da sociedade, para superar desigualdades, exclusão social e garantir direitos podendo ser utilizada em outras realidades que tenham uma demanda<sup>i</sup> similar, feitas as alterações necessárias de acordo com as características próprias do novo contexto de aplicação.

Reafirmamos que as tecnologias sociais se constroem na esteira contra-hegemônica constituindo-se em alternativas ao modelo econômico social vigente, rompendo por este motivo, como bem destacado em um dos itens do documento produzido pela mesa 1 - Diferentes Olhares – abordagens conceituais da TS, no painel Tecnologias Sociais na América Sul em reunião da Cúpula Social do Mercosul “com os sistemas que fortalecem o desenvolvimento de patentes, o que implica a difusão de tecnologias livres” (MERCOSUL, [201-]).

Segundo os dados coletados nesta pesquisa a metodologia desenvolvida pela Rede Família: garantindo o direito de crianças e adolescentes a convivência familiar pode ser reaplicada em diferentes contextos e com diferentes segmentos populacionais. Houve uma unanimidade dos entrevistados em afirmar a possibilidade de reaplicação desta metodologia,

tendo sido apontados como públicos passíveis de reaplicação: usuários de drogas, idosos, portadores de sofrimento psíquico, educandos em situação de risco e/ou vulnerabilidade, pessoas fora do mercado de trabalho. Deve-se ressaltar que esta metodologia já foi reaplicada no município do Rio Grande com a eleição de outros focos prioritários, crianças e adolescentes usuárias de drogas com vivência de rua e suas famílias. Estas já eram atendidas pelo Rede Família citado acima que teve ampliado seu foco original e também através de dois novos projetos. Um deles, intitula-se Pirlampo, e prevê uma abordagem comunitária, com foco em crianças e adolescentes usuárias de drogas de um Bairro de baixa renda. Outro foi denominado Convivência, que tem como foco prioritário o atendimento de pessoas com sofrimento psíquico moradoras em residenciais terapêuticos privados e suas famílias sempre com o objetivo de reinserção social e do fortalecimento dos vínculos.

Segundo os participantes da pesquisa há possibilidade de utilizar a metodologia da Rede Família, sempre que houver vulnerabilidade social, institucionalização de seres humanos. Enfim, uma metodologia adequada às necessidades de fazer garantir direitos, de convivência familiar e comunitária, tendo em vista a sua atuação sistêmica e norteadas pelos princípios que constituem a sua base.

[...] se nós estamos tratando de uma criança que está em um abrigo como produto de um desajuste familiar, estou falando de todo universo que interessa o Rede Família, a criança, a família, a instituição enfim, eu acho que o mesmo princípio, guardada as devidas proporções tu vai verificar, por exemplo, na área da educação, porque uma criança abandona escola? porque uma criança vai para a rua? O princípio do rede é identificar o problema, vai na origem do problema, trata a origem para eliminar o problema, nós não tratamos a consequência do problema, o **Rede Família trata da origem do problema.** (Gestor. Grifo meu)

Olha na verdade eu acho assim, é um tipo de atuação que deveria servir de modelo sem sombra de dúvida, para outras comunidades, outras cidades, outros municípios enfim, porque teve resultado efetivamente lá em Rio Grande e especialmente na minha área de atuação, não duvido e até aposto que teria sucesso em outras áreas de atuação, com idosos, com usuários de drogas, sem dúvida, acho que é um tipo de atuação que respeita a complexidade da vida, o ser humano ele é multidisciplinar assim, então não pode ser tratado só a saúde ou só a educação ou só a questão financeira, ele tem que ser tratado como um todo né, e agente viu isso lá em Rio Grande a complexidade dessas crianças e a gente as vezes atuava muito focado num problema, mas o problema mesmo estava bem longe daquilo que a gente tava atuando, e só outros profissionais que podem trazer assim isso pra nós. (Juiz)

Um dos entrevistados foi mais longe, quando afirmou que esta metodologia pode ser utilizada em qualquer lugar do mundo, exemplificando a África, o Nordeste e com diferentes focos inclusive para proteção dos recursos naturais como florestas, água e em caso de calamidades, sempre que houver uma situação de risco de um ou em um sistema haverá a possibilidade de atuar de forma sistêmica e intersetorial.

E assim é a mesma coisa, no Nordeste vai ser da mesma forma e é reaplicável, porque ele é uma tecnologia de planejamento e gestão do sistema, conjunta, então ele replica, independentemente do foco que ele tiver, seja interno ou externo, ele é reaplicável. Mas não só no contexto das crianças abrigadas para outro estado ele também pode ser, ele é tão replicável, que ele pode ser a metodologia, a tecnologia pode ser usada, inclusive para o crack. Pode ser usada inclusive para a água, pode ser usada para o desmatamento, porque ela é um processo de planejamento e gestão do sistema, que dá uma abertura para as modificações dos sistemas entendeu, ele não diz qual é especificamente, diz o que, que tu tens necessidades. (...) É óbvio que ele é replicável, ele pode ser utilizado em outros contextos e segundo, ele é replicável porque ele mexe com potenciais que todos nós temos. (...) não é um projeto de construção de casas que tu não vai poder colocar na África porque os caras não tem dinheiro, não, nós não vamos dizer para eles o que eles vão fazer, se eles vão construir de madeira, ou não, não interessa, o que importa é que eles se reúnam a partir desse foco e vejam, quais os potenciais que possuem, tu estás vendo o poder de reaplicabilidade dele. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

Conforme os entrevistados, a reaplicabilidade desta metodologia é possível não só quando a vulnerabilidade for de populações, mas também de qualquer nicho ecológico, biomas ameaçados, etc, porque é uma metodologia de gestão de sistemas feita em rede de forma conjunta, intersetorial – que tem como método mobilização por uma demanda. Na fala de uma das entrevistadas “a estratégia é sempre pegar o que está inquietando o maior número de atores e através desse chamamento poder atender necessidades de diferentes setores”, elegendo um foco prioritário, mapeando possibilidades, necessidades e atividades, integrando, construindo espaços horizontais de diálogo e construção conjunta (cooperação) com participação intersetorial, compartilhando ações, estratégias, responsabilidades, pois com certeza os seres não humanos fazem parte do sistema e são variáveis importantes para manter a sustentabilidade e a qualidade da vida da sociedade, do planeta.

Essa tecnologia pode ser utilizada com comunidade de pescadores, povos indígenas, quilombolas, das florestas e porque não dizer com a comunidade planetária. A sustentabilidade do habitat também vai ser uma variável a ser sopesada no tocante as estratégias de superação de vulnerabilidades. Não há dúvida que a eleição do foco prioritário tem como escopo a manutenção da visão de complexidade do sistema. Quando atuamos com foco, não deixamos de trabalhar com o sistema todo e a reaplicabilidade é natural tanto interna como externamente.

Um dado importante trazido pelos participantes da pesquisa é que a metodologia da Rede Família em seu surgimento já previa sua reaplicabilidade e tinha este objetivo de ser utilizada com diferentes públicos em diferentes contextos, atender famílias vulnerabilizadas por diferentes situações de risco. Mas era necessário escolher um foco de trabalho prioritário

e o primeiro escolhido foi o de famílias de crianças e adolescentes institucionalizados, porque já se tinha um mapeamento das necessidades, possibilidades e atividades deste sistema e a integração de alguns setores. Havia ainda a necessidade de implantarmos o Plano de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária na cidade do Rio Grande. A Rede Família: garantindo o direito de crianças e adolescentes a convivência familiar que foi criado também com o objetivo de sistematizar a metodologia que já era utilizada na cidade, constituindo um *case* a ser reaplicado, assim como verificar a sua efetividade e impacto.

Por óbvio que a execução do projeto com financiamento e a criação de uma estrutura física e de recursos humanos possibilitou a sistematização desta metodologia, que já pode ser nomeada TS e possibilitou seu aperfeiçoamento e inovação, bem como a verificação de sua efetividade e potência para reaplicação.

### **3.3 A metodologia desenvolvida pela rede de cooperação Rede Família gera aprendizagens, abrangendo uma dimensão educativa em diálogo com a Educação Ambiental**

Segundo o ITS (2007) a dimensão educativa é essencial às tecnologias sociais. A Rede Família se caracteriza por possuir um **sentido pedagógico** que gera diversos **aprendizados nos seus cooperados, promovendo diálogo entre saberes populares e acadêmicos** e propiciando o empoderamento e a apropriação da tecnologia desenvolvida para a população, como se verá no decorrer desta seção. Esta dimensão é explícita na metodologia estudada.

A rede de cooperação Rede Família desde sua concepção teve como um dos seus pilares, a criação de espaços não formais de educação com o objetivo de fomentar nos participantes dos diversos grupos uma reflexão sobre a complexidade das demandas, práticas e estratégias de atuação em rede que implicam na garantia da convivência familiar e comunitária. O que pode ser verificado pela grande quantidade de espaços de encontros criados e formações desenvolvidas no decorrer do período de análise desta pesquisa, elencados acima quando da descrição desta tecnologia.

Durante o período de análise - janeiro de 2010 a março de 2011- ocorreram 13 formações para os cooperados da Rede Família, a saber: Seminário sobre Drogas: por uma ação integrada no território; Curso “Transformando Violência em Cuidados: Capacitando Profissionais para Prevenir e Identificar a Violência contra Crianças e Adolescentes”; 6ª Edição do Programa Apadrinhamento Afetivo – Oficina para as Crianças e Adolescentes e para Padrinhos e Madrinhas Afetivas; 1ª e 2ª Edição do Curso de Capacitação para a Adoção

em parceria com o Ministério Público e o Judiciário; VII Jornada do CEP-Rua e I Seminário do Projeto Rede Família; I Colóquio Estadual sobre o Programa Apadrinhamento Afetivo; 1ª Edição do Programa Famílias de Apoio, capacitação das famílias de apoio; I Semana Municipal sobre o Uso Indevido de Drogas; Projeto Proteger da UFRGS - Educação não violenta!; Capacitação dos Grupos Vulneráveis; e, Oficina de Capacitação para o Uso do Site <www.rederg.com.br>.

A missão da Rede Família que é fomentar a conscientização da importância do trabalho em rede de cooperação para a garantia do direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, tornou manifesta nestas ocasiões, a sua proposta educativa e seu sentido pedagógico.

A parceria para execução do projeto com a Universidade Federal do Rio Grande, através do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua da FURG contribuiu nas formações realizadas, com a infraestrutura e corpo docente (vide Quadro abaixo). Portanto, este constitui outro elemento que demonstra a vocação educativa desta tecnologia.

QUADRO 7 – NOSSOS PARCEIROS

<b>NOME DO PARCEIRO</b>	<b>TIPO DE CONTRIBUIÇÃO (FINANCEIRA, TÉCNICA, RECURSOS HUMANOS OU OUTRA)</b>
Universidade Federal do Rio Grande	Infraestrutura e corpo docente para todas as capacitações.
Prefeitura Municipal do Rio Grande	Área Física e recursos humanos.
Casa do Menor	Financeira para o Mapeamento da Rede e Criação do site com suporte técnico e recursos humanos

Inclusive faz parte de sua metodologia a formação continuada, como pode ser verificado pelo trecho do projeto apresentado para a Petrobrás, transcrito abaixo, que pela primeira vez ensaiou a sistematização desta tecnologia.

### *3.3.1 A metodologia*

O Programa Rede Família utiliza metodologias que variam de acordo com as ações propostas. As ações propostas contam com estratégias de formação continuada dos participantes através de encontros dialógicos, oficinas de sensibilização e grupos de discussão

sobre temáticas delimitadas. Além disso, pretende-se realizar pesquisas que envolvem a coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos.

Importante, pontuar que participaram da construção do Projeto “Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar”, duas Pós-graduandas em Educação Ambiental, o que teve reflexo nas suas diretrizes educacionais. Este fato teve reflexos no delineamento da metodologia.

As diretrizes educacionais que deram base ao projeto foram da Educação Ambiental Crítica, que segundo Loureiro (2006, p. 23) apresenta,

um elemento de transformação social, inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade

e da Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, que tem como idealizador o psicólogo e pesquisador Urie Bronfenbrenner, que além de propor uma visão ecológico-sistêmica do desenvolvimento humano, chama atenção para a influência dos contextos e das interações entre os contextos na saúde e bem estar das pessoas e discorre também sobre o papel da ciência na produção de políticas públicas. Bronfenbrenner afirmava com assertividade: “(...) a ciência necessita das políticas sociais” (BRONFENBRENNER, 1974, p. 1), o que reitera a importância de estudarmos as políticas para produzirmos conhecimento e transformações sociais.

A Educação Ambiental influenciou a construção da metodologia implementada e dialoga perfeitamente com as características das Tecnologias Sociais, pois ambas buscam a emancipação do sujeito através de um processo dialógico, participativo e democrático, no qual seja oportunizado o desvelamento da realidade, a apropriação do conhecimento, um modo de vida sustentável e que garanta a inclusão social.

O ponto chave do processo educativo desencadeado pela Rede Família e identificado os seus objetivos, é propiciar aos participantes um desvelamento conjunto da realidade para conhecer as origens complexas dos problemas sociais que levam as famílias dos acolhidos institucionalmente ao estado de vulnerabilidade e por reflexo entender melhor a sociedade, o resultado de relações sociais constituídas por um modelo de sociabilidade e produção, geradores de desigualdade social.

A Rede Família propõe com sua metodologia uma mudança paradigmática, de uma visão e ação linear e reducionista, para uma visão e atuação em contexto (BRONFENBRENNER, 1996) que englobe a complexidade das questões sociais que

envolvem a institucionalização de crianças e adolescentes, desencadeando uma ampliação de consciência. Os problemas que envolvem as famílias atendidas são complexos e envolvem questões sociais, que não são frutos de uma incapacidade individual ou familiar, tem origem em muitas variáveis que se entrelaçam e por este motivo não têm respostas simples, pois são ecossistêmicas (BRONFENBRENNER, 1996).

Os participantes ao experienciar uma atuação em rede de cooperação, na qual as famílias também cooperam e tem uma atitude pró-ativa, adquirem consciência da interdependência que coexiste e de que os problemas não são de uma família em particular, mas de toda a sociedade. Portanto, é um processo reflexivo, de compreensão e gerador de empatia. Percebem que aquela pessoa que está sendo atendida não carrega em si uma incapacidade ou uma patologia específica ou algo que a torna diferente do outro, mas sim uma dificuldade maior, que talvez naquele momento seja de lidar sozinha com o seu contexto. Nestes casos, uma ação solidária e cooperativa é mais eficaz para dar conta das muitas variáveis envolvidas. Neste sentido, transcrevemos um trecho da entrevista de um dos participantes da pesquisa.

[...] é consciência e essa consciência, tu sabes que dá certo, pode ser que não consigas fazer mais, mas tu sabes que dá certo. E aí fica uma coisa incômoda se tu não fizeres. [...] Uma coisa é eu trabalhar sempre no meu quadradinho, ficar ali no meu processo, mas no momento que eu aprendo a ir lá falar com o Juiz e pedir a cooperação dele e isso dá resultado positivo, eu até posso ficar no meu quadradinho, mas não vai ser mais da mesma forma. Quando tu descobres alguma coisa assim, tu **amplias a tua percepção**. [...] o despertar da consciência de unidade não tem mais como tu voltar atrás, (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família. Grifo meu)

Segundo Freire (1987) os homens são seres da práxis, da ação e da reflexão, do que fazer. Os homens emergem do mundo e ao focá-lo, o desvelam e podem transformá-lo com seu trabalho.

Mas, se os homens são seres do quefazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o quefazer é práxis, todo fazer do quefazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine. O quefazer tem de ter uma teoria e prática. É reflexão e ação. Não pode reduzir-se, a palavra, nem ao verbalismo, nem ao ativismo. (FREIRE, 1987, p. 70)

Paulo Freire (1987) traz o conceito de conscientização como um ponto crucial para desencadear a compreensão de educação. Este elemento para ele não pode ser dissociado do processo de aprendizagem. Segundo este autor, o homem é o único ser com capacidade de agir conscientemente sobre a realidade, “Inicialmente, ocupando uma posição ingênua diante da realidade observada, e, então, ao adotar uma posição crítica, chega à conscientização” (FREIRE, 1979, p 82). Um dos preceitos básicos para que de fato a conscientização ocorra é

a existência de uma relação dialética entre a ação e a reflexão. É a partir das conexões entre a prática e o pensamento que o homem adquire a capacidade de transformar com sua ação a realidade social. Segundo Freire (1987), o ato de conscientizar-se ocorre na busca por estabelecer um diálogo da consciência com a realidade. Para Andrade *et al.* (2009) em Freire a conscientização está ligada à utopia, que não considera como algo impossível, mas, como relação dialética e permanente entre o ato de denunciar e o de anunciar, a partir do desenvolvimento de um pensamento crítico e do comprometimento com a realidade. Segundo estes autores a conscientização “objetiva desmistificar a visão de mundo para se chegar à plena contemplação do trabalho do homem – que deve se colocar como instrumento de transformação contínua, buscando que a libertação dos homens seja de fato alcançada” (ANDRADE *et al.*, 2009, p. 02).

Nos diversos espaços de encontros instaurados na rede de cooperação (grupos de educação familiar, comunitário, das famílias com filhos em acolhimento familiar, dos padrinhos afetivos, das famílias adotivas, das famílias de apoio) e nas formações realizadas pela Rede Família para a rede ampliada, agregaram-se pessoas de diferentes formações. Reúniram-se saberes populares, acadêmicos e multidisciplinares, pois a rede em sua diversidade era convidada a participar destes momentos, dividiam o mesmo espaço: famílias, gestores, médicos, professores, advogados, administradores, agentes comunitários, conselheiros tutelares, lideranças comunitárias e indivíduos em geral.

Estes encontros tinham um cunho educativo, e eram fomentados por um problema, por uma necessidade, que buscava no encontro, no diálogo, no espaço de formação democrático, horizontal e participativo a construção de estratégias e soluções utilizando a metodologia da Rede Família. Partindo de um foco (criança, adolescente em acolhimento institucional e suas famílias), com uma missão comum (garantir a convivência familiar e comunitária), realizava-se o mapeamento das necessidades (problemas) e após o mapeamento das possibilidades e atividades que auxiliem na construção de estratégias para a superação dos problemas (em seus diferentes contextos) pela satisfação das necessidades mapeadas pelos membros da rede de cooperação. Todas estas etapas foram realizadas de forma coletiva, agregando a contribuição e a participação de cada um, onde todos atuaram cooperativamente, exercendo seu papel e a sua atribuição nos diferentes contextos.

Esses encontros permitiram a construção do conhecimento a partir de trocas constantes de saberes. Os técnicos e cooperados da Rede Família, ao levar conhecimento (seus saberes, sua metodologia) à família, à comunidade, a outros serviços, receberam deles, como retroalimentação, informações indicando suas reais necessidades, anseios, estratégias,

possibilidades e saberes que foram sistematizados e devolvidos às famílias e comunidades como planos de atendimento, programas, projetos, eventos, entre outros, abrindo novos processos coletivos. Nessa troca os associados desta rede de cooperação aprenderam com o saber das comunidades sobre os valores e a cultura existentes que devem ser respeitados e sopesados quando da construção das ações, que envolvem a participação ativa destas. As falas ilustram:

[...] o aprendizado é propriamente cumulativo, vão te abrindo percepções para outras realidades, tu aprende uma tecnologia de como enxergar de uma forma distinta, não só do meu ponto de vista mas dos outros, eu enxergo também que eu não preciso saber tudo, mas que também a gente pode construir conjuntamente que tu acaba, tendo um conhecimento que serve para tudo, é cumulativo que vai servir para varias coisas. Em vez de eu ter preconceitos eu vou aprender junto com os outros,  
 [...] educere, é conduzir para fora os potenciais  
 [...] ele não só gera informação, ele não só gera conhecimento, por que dá significado, ele também trabalha cultura

[...] através da experiência, gera a questão dos neurônios espelhos, que é junto ao outro, ele desperta algo muito maior que é o verdadeiro sentido do educere de conduzir para fora um potencial através dos neurônio espelhos, (...) (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

Muito boa, uma técnica muito boa, como é que tu diz assim, conforme as reuniões tu vai colhendo, tu vai pesquisando. Eles tem um técnica de fazer tu pesquisar em ti mesmo teus próprios erros, não digo teus erros contigo mesmo, é uma técnica contigo mesmo, eles não te culpam, eles não te condenam, eles não fazem nada, simplesmente tu estás ali ouvindo outras pessoas, ouvindo outros problemas, outras situações e tu acaba dali, daquelas matérias ali, tu tira um pouquinho de cada, uma convivência para ti mesmo, como ser humano, como pessoa, aonde tu poderias ter acertado. - É de fato, eu errei ali, eu pequei naquela pequena coisinha, eu podia ter consertado e tentar consertar, é uma coisa assim.

Sim, eu acho, eles um tem como trabalhar contigo, como tu deve abordar as crianças, eles fazem um trabalho assim, que eles ensinam como tu agir sem que eles precisem te dizer, eles usam métodos ali de reflexão, tu extrai, tu colhe o tempo inteiro, tu mesmo te faz um processo (Família com filhos reintegrados).

Enrique Leff (2002), quando trata do diálogo entre o saber popular e acadêmico, salienta que “num regime democrático, implica a participação das pessoas no processo de produção de suas condições de existência. Por isso é o encontro entre a vida e o conhecimento, a confluência de identidades e saberes”. O diálogo entre saberes, proporciona que a população aproprie-se das tecnologias sociais, diminuindo a dependência tecnológica e garantindo a continuidade dos processos pela comunidade.

Neste mesmo sentido, o ITS (2004) coloca como uma das características das tecnologias sociais a valorização dos conhecimentos populares:

Elas não enfatizam a distância, o rompimento ou a contradição entre o saber popular e o saber técnico, tão comum nos meios acadêmicos ou tecnológicos. Antes pelo contrário, as TSs destacam a pertinência, a continuidade, a harmonia e a reciprocidade de ambos os conhecimentos. Por esse motivo, muitas das tecnologias sociais trabalham na interação entre esses dois saberes e em muitos casos se

desenvolvem diversas parcerias entre as instituições de ensino e as entidades que desenvolvem tecnologias sociais (ITS, 2007, p. 11).

As análises demonstraram que a tecnologia social desenvolvida pela Rede Família foi apropriada pelas famílias, comunidades e pelos técnicos dos diferentes dispositivos que fazem parte da rede de cooperação.

Importante ressaltar que embora o foco e missão comum da Rede Família sejam crianças, adolescentes e suas famílias, o âmbito de seu impacto se deu sobre todos os participantes. A aprendizagem gerada pela tecnologia pode ser utilizada pelos participantes em outros âmbitos de suas vidas, pois necessariamente será apropriado por estes, gerando mudanças de comportamentos, atitudes, e práticas que proporcionem transformações sociais.

Eu também estou aprendendo muito, não só com a família que eu apoio, mas também com as técnicas que trabalham. Para mim também é um aprendizado porque eu trabalho em outro espaço com um grupo de pais, de orientação, mas que não deixa de ser educação porque, como eu já falei anteriormente, todas as pessoas, todas as classes, os níveis sociais estão com dificuldade na educação e nos limites com os filhos, então pra mim também é um aprendizado que eu posso usar também nesse grupo. (Família de Apoio)

Neste sentido, a rede de cooperação Rede Família, possui a dimensão educativa que caracteriza as tecnologias sociais, pois promove por meio de suas ações e aprendizados, diálogo entre saberes populares e acadêmicos através da constituição de parcerias entre as instituições de ensino e as entidades e grupos que a compõem, fomentando a apropriação de sua metodologia pela população (profissionais, grupos, indivíduos da comunidade), garantindo a sua permanência e continuidade.

### **3.5 A Tecnologia Rede Família possui Relevância Social**

A quarta e última dimensão que caracteriza a Tecnologia Social, segundo o ITS (2007), é a dimensão da relevância social. A Rede Família se caracteriza por ser eficaz na solução do problema social que lhe deu origem, pois assegura o caráter provisório da medida de acolhimento institucional e a convivência familiar e comunitária de forma sustentável e gerando uma transformação social nas famílias, nas comunidades e nas entidades e profissionais de interface com esta problemática.

A tecnologia estudada teve reconhecida a sua relevância social por todos os participantes da pesquisa que ocupam diferentes espaços da cidade. O resultado trazido de forma unânime pelos participantes é a diminuição do número de crianças e adolescentes

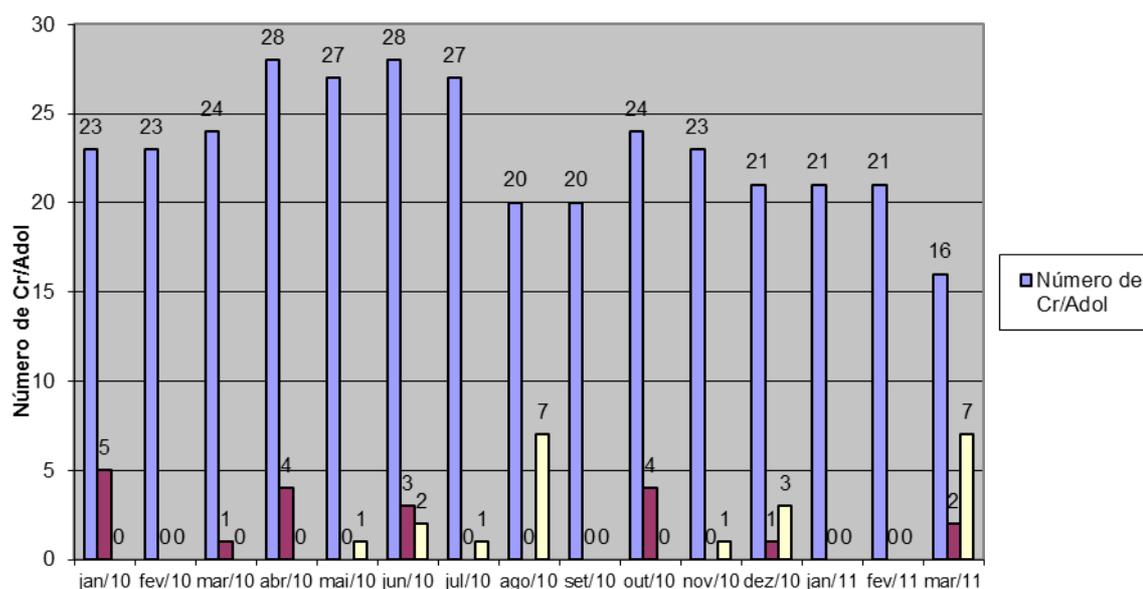
acolhidos. Como demonstram as falas de dois entrevistados, “o primeiro grande e palpável resultado foi a redução da população das casas de abrigo” (Gestor) e da fala colacionada abaixo.

Então assim, eu não tenho números, mas a própria redução do número de crianças institucionalizadas, antes até pegando a situação da Casa do Menor que ano passado eram 40 na primeira visita que eu fiz e hoje tem 16 e todas as instituições tão com essa realidade. Pela primeira vez, a gente está pensando em fechar uma instituição, eu acho que isso aí já diz tudo. (Promotor de Justiça atual)

Este resultado também encontra amparo nos dados quantitativos sobre a população acolhida no período de análise e demonstram uma diminuição na ordem de 25% na população dos abrigos, conforme gráficos apresentados a seguir, que demonstram a cada mês do projeto a população das entidades de acolhimento. Ressalta-se que embora seja significativo a diminuição das crianças e adolescentes acolhidas nas entidades de acolhimento, mais significativo é o dado sobre a garantia da provisoriedade da medida de acolhimento. O que demonstra um esforço da Rede Família em criar estratégias para garantir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes de forma protegida.

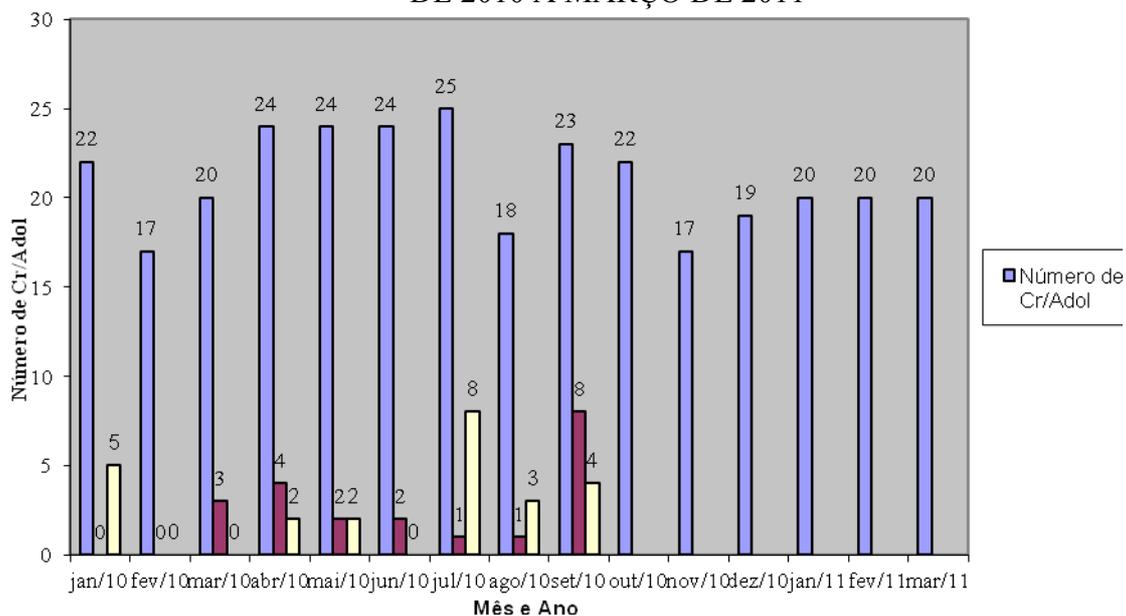
Os gráficos abaixo demonstram a cada mês do projeto a população das entidades de acolhimento:

GRÁFICO 2 – LAR DA CRIANÇA RAIOS DE LUZ – MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DE JANEIRO DE 2010 A MARÇO DE 2011



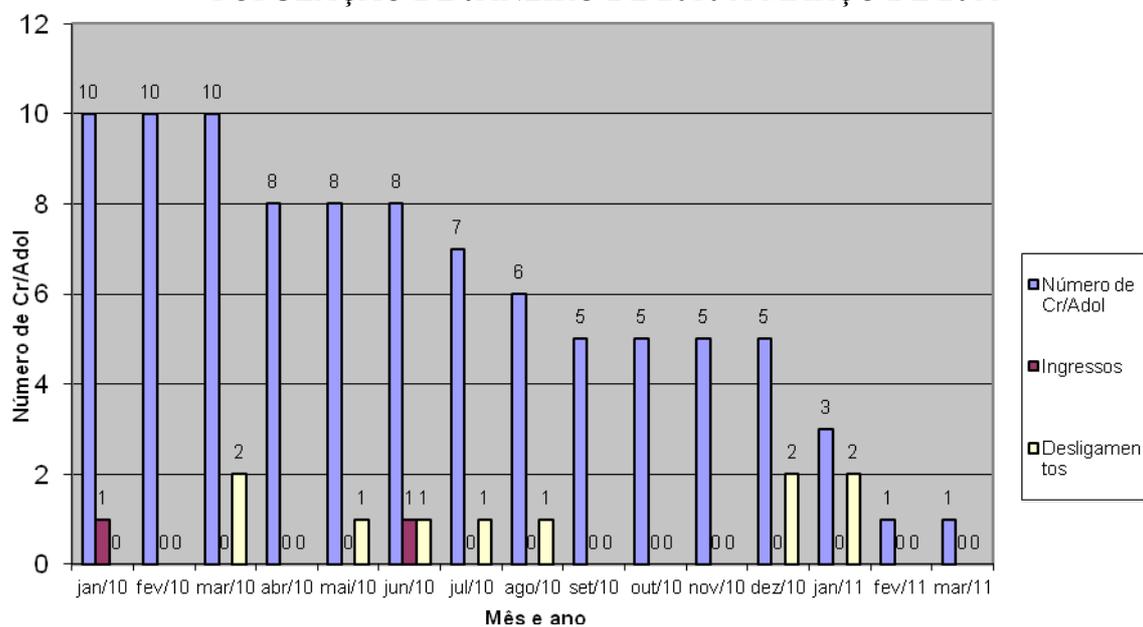
Fonte: A autora (2012).

GRÁFICO 3 – LAR MARIA CARMEM – MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DE JANEIRO DE 2010 A MARÇO DE 2011



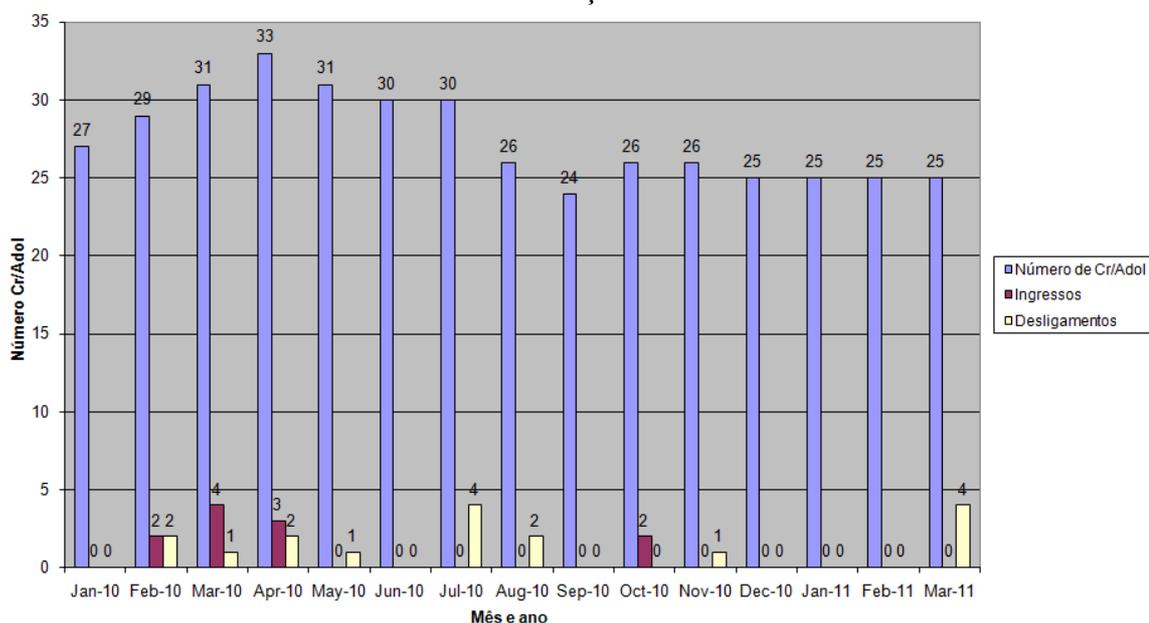
Fonte: A autora (2012).

GRÁFICO 4 – ABRIGO RESIDENCIAL REINTEGRAÇÃO – MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DE JANEIRO DE 2010 A MARÇO DE 2011



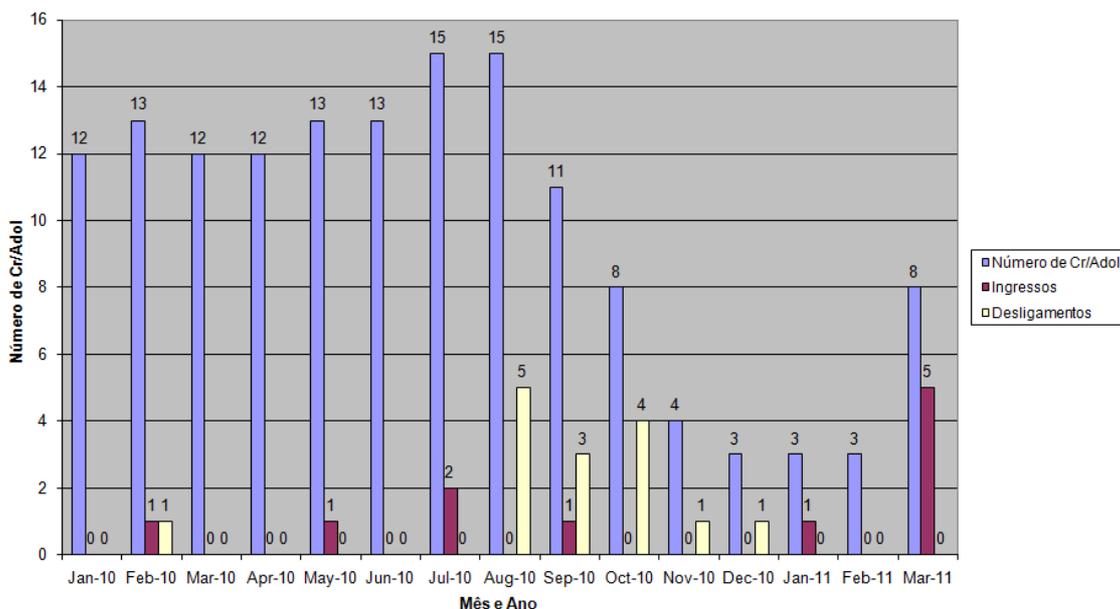
Fonte: A autora (2012).

GRÁFICO 5 – CASA DO MENOR – MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DE JANEIRO DE 2010 A MARÇO DE 2011



Fonte: A autora (2012).

GRÁFICO 6 – ABRIGO RESIDENCIAL LAÇO DE AMOR – MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DE JANEIRO DE 2010 A MARÇO DE 2011



Fonte: A autora (2012).

Outro resultado importantíssimo desta experiência, trazido com ênfase pelos entrevistados foi a diminuição do tempo de acolhimento institucional e por conseguinte a

garantia do caráter provisório desta medida de proteção. Neste sentido a fala do participante selecionada abaixo:

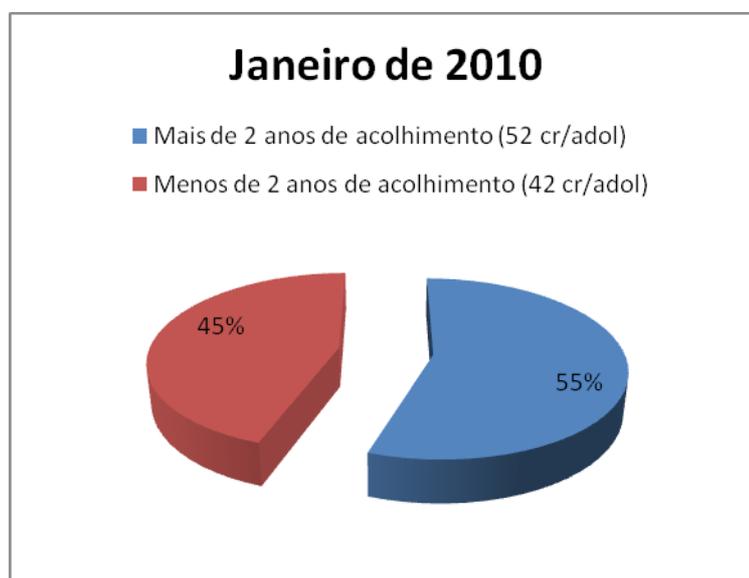
Um dos objetivos que o Poder Judiciário traçou em Rio Grande, foi de diminuir o número de crianças abrigadas, esse objetivo foi construído junto com o Rede Família e teve um período que eu estava lá em Rio Grande, acho que não faz mais de dois anos, a gente contava, com mais de cem crianças abrigadas e por definição o abrigo é provisório. tem que ser rápido, não poderia durar muito tempo e em Rio Grande tava durando muito tempo. Então um resultado claro é com as ações do Rede Família a gente conseguiu diminuir muito o número desses abrigamentos, e fiquei sabendo agora que a gente ta com um total de 60 crianças abrigadas lá em Rio Grande. (Juiz)

[...] outra coisa reintegração de algumas famílias em situações que eram inicialmente impossíveis vamos chamar assim, considerados impossíveis, por exemplo as mães que utilizam o CRACK, se tu falar por ai já entram com destituição familiar, por que não tem solução, essa era uma linguagem que tinha, mostrou que não que se conseguiu, não se sabe quanto tempo, mas se conseguiu, [...] (Juiz)

Este resultado encontra respaldo também em pesquisas e dados quantitativos coletados nos relatórios e planos individuais de atendimento do Projeto Rede Família. Um estudo feito por Juliano (2005), apontava que na cidade do Rio Grande em média no ano de 2004, tinha-se uma população de 98,44 crianças e adolescentes acolhidos, que este número, não era maior devido ao número de vagas nos abrigos que eram de 80 vagas e estavam sempre em superlotação.

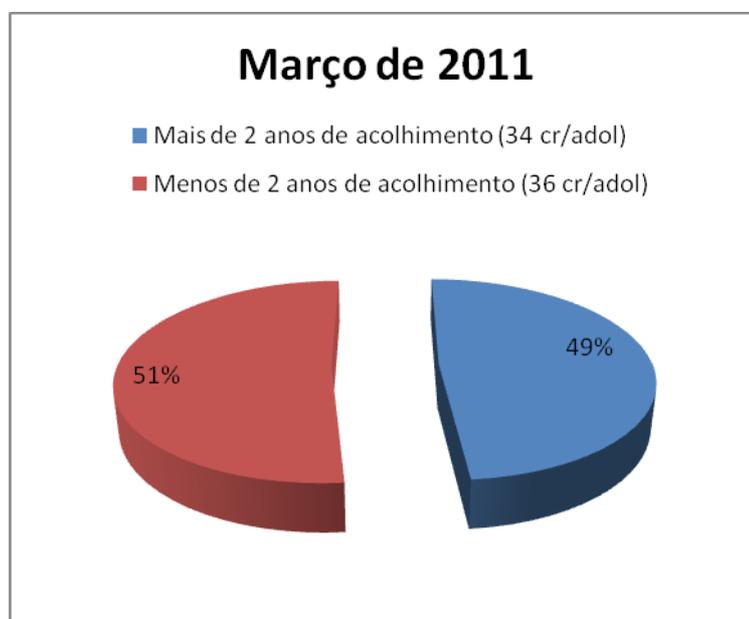
Em janeiro de 2010, data que iniciou o Projeto Rede Família, foi realizado o levantamento do público atendido e nesta data havia 94 crianças e adolescentes acolhidos, sendo que destas 52 com mais de dois anos de acolhimento institucional. Em março de 2011, foi feito novo levantamento do público atendido, e havia 70 crianças e adolescentes acolhidos, sendo que destas 34 com mais de dois anos de acolhimento. Em setembro de 2012, foi feito o último levantamento para a pesquisa, nesta data haviam 66 crianças e adolescentes acolhidos, sendo que destes 19 com mais de dois anos de acolhimento. Estes dados podem ser melhor visualizados nos gráficos abaixo.

GRÁFICO 7 – PROJETO REDE FAMÍLIA: LEVANTAMENTO DO PÚBLICO ATENDIDO – JANEIRO DE 2010



Fonte: A autora (2012).

GRÁFICO 8 – PROJETO REDE FAMÍLIA: LEVANTAMENTO DO PÚBLICO ATENDIDO – MARÇO DE 2011



Fonte: A autora (2012).

GRÁFICO 9 – PROJETO REDE FAMÍLIA: LEVANTAMENTO DO PÚBLICO ATENDIDO – SETEMBRO DE 2012



Fonte: A autora (2012).

Estes dados comprovam que a experiência estudada é eficaz para resolver o problema social decorrente da fragilização dos vínculos familiares e comunitários, tendo como resultado uma diminuição na população acolhida e no tempo de acolhimento institucional e consequentemente na garantia do direito a convivência familiar e comunitária.

Durante o período de análise foram acompanhadas 68 famílias (algumas destas famílias já tinham seus filhos reintegrados antes do período de análise), foram desinstitucionalizados 85 crianças e adolescentes. Sendo que ocorreram 68 reintegrações de crianças e adolescentes para famílias de origem e 17 colocações em famílias substitutas. Das crianças e adolescentes que voltaram ao convívio familiar até setembro de 2012 (data da última coleta de dados) apenas 04 foram novamente institucionalizadas.

Outro resultado trazido pelos participantes da pesquisa foi que a Rede Família é agente de transformação das práticas institucionais, promove reordenamento nas instituições, através de um mapeamento do público atendido, reagrupamento de irmãos que estavam em diferentes entidades, construção de diferentes estratégias para garantir o direito à convivência familiar e agilização processual. Estes resultados podem ser visualizados a partir das falas transcritas abaixo.

Eu vou dizer como é que funcionava antes do trabalho do Rede: - A criança chegava no abrigo através do conselho tutelar, aliás era muito mal abrigada, porque diziam assim: por medida de proteção. Não sabíamos que medida de proteção era esta. Mas assim que eles chegavam, tínhamos tantas horas, eu não lembro bem quantas, para informar ao judiciário que aquela criança estava abrigada. Às vezes não tínhamos sequer o endereço da família. E lá ficávamos até que o Judiciário agilizasse o processo e um dia mandasse perguntar. Aconteceu mais de uma vez ali conosco, de ver que não havia necessidade daquele abrigo, fazíamos um ofício para o Judiciário dizendo que não encontrávamos razões para aquela criança estar abrigada, mas isso não era uma prática cotidiana. Ficava só na dependência do Judiciário, esporadicamente fazíamos isso, quando saltava aos nossos olhos que aquilo tinha sido uma medida extrema. Mas caso contrário, ficava por conta do Judiciário, com certeza. (Conselheiro de Direitos)

[...] um trabalho praticamente todo do Rede, se identificar quais irmãos grupos de irmãos estavam separados, muitos deles se conseguiu unir, que é um objetivo da lei, [...](Juiz)

[...] o impacto é totalmente positivo, porque a gente consegue grande parte de retorno à família natural, uma grande agilização na colocação em família substituta. Chegando ao caso, por exemplo, de termos conseguido em cinco meses que foi o recorde (a lei determina que seja de 120 dias a duração de um processo de destituição do poder familiar) e nós conseguimos atingir cinco meses de prazo de duração do processo e isso graças a atuação do Rede que fez o trabalho junto a família natural, família extensa e não havendo resultado satisfatório, encaminhou o relatório e o Ministério Público ajuizou a ação. E até eu digo assim, garantia de vida porque nós temos casos de crianças internadas em UTI que se tivessem continuado institucionalizadas certamente não estariam vivas. Então representa até vida, se for considerar assim, a agilização que a atuação do Rede Família importa muitas vezes na garantia da vida da criança. (Promotora de Justiça atual)

Olha um resultado claro que a gente vê é que houve vários projetos pequenos. Pequenos em tamanho, mas grandes em termos de resultados. Que se fez com o Rede Família e o Poder Judiciário, tais como, o Apadrinhamento Afetivo, o curso de preparação para adoção, que proporcionou a muitas crianças e adolescentes uma referência fora dos abrigos. (Juiz)

As reintegrações familiares e o acompanhamento das famílias após o retorno das crianças e adolescentes ao convívio familiar também foram apontados como resultados positivos da Rede Família.

Um dos grandes resultados positivos é o grande número de crianças e adolescentes que retornaram para sua família e não mais voltaram para o abrigo. Porque o que acontecia muitas vezes, a criança voltava para a família, mas a família não superava suas dificuldades, não conseguia vencer suas limitações e a criança e o adolescente acabava voltando para o abrigo, hoje a criança se mantém na família. (Conselheiro Tutelar)

Dois participantes apontaram a necessidade de aperfeiçoar este acompanhamento, “eu só acho que o acompanhamento ainda está falho, porque tem poucos técnicos, tem que ter mais gente acompanhando”. (Coordenador de Entidade de Acolhimento)

Outro resultado apontado pelos participantes da pesquisa foi a mudança instaurada na rede de atendimento pela metodologia estudada, que provocou revisão na execução de políticas públicas na cidade do Rio Grande.

O segundo grande resultado do Rede Família e está provocando isso com muita intensidade é uma revisão das políticas públicas. [...] estamos repensando as políticas públicas no sentido de trabalharmos mais a causa e menos o efeito, é o trabalho que o Rede faz. A que eu me refiro? Qual é a causa de uma criança ir para um abrigo? É a desestruturação familiar, é o alcoolismo, então essas redes, essas políticas para a área da saúde, para a área da assistência social, para a área da educação, essas políticas obrigatoriamente tem que ter um olhar específico para esses números e esses resultados que o Rede Família está apresentando e eu acho que o Rede está provocando uma alteração conceitual do trabalho social. (Gestor)

Ainda é apontado pelos participantes como resultado da Rede Família o fomento do trabalho em rede de cooperação, a constituição e a manutenção de espaços de construção coletiva, a partir de temas que emergem da rede de atendimento e a aproximação das outras políticas públicas com o sistema de garantia de direitos, conforme demonstram as falas abaixo.

Falando no caso da Aline, eu acho que se não tivesse ido atrás da tia, da mãe, do pai, da avó, dos familiares, ela continuaria na rua. Então, claro, se mexeu numa ferida, foi lá, mexeu com a mãe, com o pai, eles contaram coisas bem difíceis da vida deles, foi lá, falou com avó, falou com o tio, mas eu acho que é importante, tem que ir atrás mesmo. (membro da rede comunitária)

[...] eu acho que outros resultados, a própria rotina dentro da saúde mental de poder pensar, com outro ator que é o Rede Família a questão dos casos. É um grande resultado, é um movimento da rede se abrindo e mostrando seus limites também, e podendo negociar as questões de cuidado, eu acredito que quem inaugura isso é o Rede. (...) E a gente também ganha força para instaurar essa rotina, também nesse lugar que o Rede insistentemente, continuamente não deixa fechar. [...] Que é pensar junto as situações das famílias, das crianças em diferentes movimentos de cuidados, seja para mãe, seja para criança, seja para o cuidador. (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

[...] Acho que outro resultado é esse movimento de conversar com a promotoria, de conversar com os setores do controle social de uma maneira mais horizontal. Eu acredito que é isso, quando a gente tem um afastamento do Rede, desses espaços, penso que ninguém enxerga esses espaços. Creio que dá liga na questão do que é horizontal, que daí não é só governamental, não é só do controle social, que tira um pouco do tensionamento político, desses espaços. Porque consegue instalar esse debate da garantia de direitos e da vulnerabilidade da criança, como algo que chama todo mundo. (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

[...] e a própria questão de ver no Ministério Público esse parceiro, também para construir políticas públicas, também para apoiar determinados diálogos que tem que permanecer sendo realizados, independente de gestão política. Então eu penso que é através do Rede. (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

[...] a própria questão do CGS em si, da continuidade do trabalho do GT da prevenção, é algo assim de investimento do Rede Família de poder dar lugar para questões que precisam continuar, sendo debatidas, diferentes atores, a partir do movimento desses atores é um resultado. (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

O fluxo de saúde mental em si, quem está liderando essa questão de pactos de fluxo é o Rede Família e isso é um resultado. (Técnico de Dispositivo da rede de atendimento)

[...] a própria possibilidade de integração dos abrigos utilizamos do rede, para que se trocasse informações entre os abrigados, [...](Juiz)

Segundo alguns participantes da pesquisa um resultado relevante da Rede Família é a transformação social que ocorre ao se promover uma cultura de trabalho em redes de cooperação, sistematizando os resultados desta atuação demonstrando a sua eficácia.

[...] mas o maior resultado, ainda digo, que é a cultura de trabalhar em redes de cooperação que com a organização nós tornamos claro isso que nós já sabíamos, isso é fundamental. Se não tivesse o Rede Família, certamente teria esse movimento nós sentiríamos essa mudança. O próprio programa Aliança fez muita coisa, então lá tem alguns resultados, mas não teria de forma sistematizada e organizada, isso é fundamental isso é um dos maiores resultados de poder mostrar que funciona. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

Por último comprova-se a relevância social da experiência estudada, por ter sido selecionada e recebido destaque como uma Boa Prática na Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes, em ação promovida pela Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (AMENCAR), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e o Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA). A apresentação das experiências se deu através de Chamada Pública e as selecionadas foram sistematizadas na publicação de “Boas Práticas – Garantindo o Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes no RS”. Este livro encontra-se disponível para acesso e download no site do Observatório de Boas Práticas de Convivência Familiar <<http://www.boaspraticasconvfamiliar.org.br/cms/downloads.html>>. Vejamos um trecho do livro que comprova a relevância desta experiência.

Entre as boas práticas selecionadas, o **Projeto Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar**, da cidade de Rio Grande, destaca-se pela continuidade e pelo amadurecimento do Sistema de Garantias de Direitos local, otimizando recursos por meio de parcerias bem-sucedidas entre Organizações Não Governamentais, poder público municipal, ministério público, poder judiciário e redes estaduais, desde 2002.

Com foco na adoção, o projeto não tem descuidado da discussão da melhoria do acolhimento institucional, de processos de reintegração e redução de acolhimentos de forma qualificada, envolvendo a família.

A busca do estabelecimento de intercâmbios via utilização de instrumentos digitais, aliada ao estabelecimento de processos formativos a partir do local, em diálogo com

o Estado e a Federação, passando pela produção e estímulo à escrita, é outra marca importante dessa experiência, cujas ações estão absolutamente centradas na garantia da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

Trata-se de uma experiência-modelo de construção não tutelada, realizada a várias mãos, e que mostra a pujança do princípio da incompletude institucional na prática, locus onde a parceria é condição de qualidade por ser redutora de maus tratos institucionais e, nesse caso, da desinstitucionalização de crianças e adolescentes de forma qualificada. (MORAES; SANTOS; PAULY, 2012, p. 33)

Como se confirma pelos resultados acima a experiência Rede Família possui a dimensão de relevância social, pois os resultados obtidos pela sua implementação responderam ao problema social que lhe deu origem. Segundo o ITS (2007), a dimensão da relevância social é aferida a partir dos seus resultados se a sua maior característica é sua eficácia para solucionar problemas sociais. No caso da Rede Família fica comprovada sua eficácia pelos resultados acima expostos.

A tecnologia em estudo é **sustentável ambiental, social e economicamente**, pois está sendo implementada com a participação da rede de apoio ampliada do município e as redes comunitárias descentralizadas nos bairros e a comunidade em geral. Promove a emancipação do público atendido, a corresponsabilização da atenção e do cuidado pela família, pela comunidade, pela rede de atendimento, fomentando o fortalecimento do tecido social.

A sustentabilidade econômica advém da pequena estrutura necessária para manter o núcleo de planejamento e gestão da rede de cooperação.

O projeto Rede Família é uma estrutura enxuta, ela tem uma excelente funcionalidade, porque utiliza os potenciais já existentes, não pretende criar coisas maiores, ter que fazer tudo. Então ele é muito funcional é muito organizado nesse sentido. A funcionalidade dele é excelente porque não centraliza, seja nos mecanismos públicos de atendimento, equipamentos públicos como eles gostam de chamar a rede de atendimento, quanto na própria pessoa, porque não centraliza. Não é “vou te salvar”! Ouve-se a pessoa, para que ela veja o que fazer. Então o Rede mapeia e integra os potenciais, fazendo isso possibilita a conexão (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família).

Ainda quanto à sustentabilidade desta tecnologia desenvolvida por esta rede de cooperação, um dos entrevistados afirma que ela decorre das várias ações de diferentes organismos do sistema, que dão sustentação a metodologia, que ele denomina de portfólio de ações, usando uma analogia com a questão da bolsa de valores. Esta variedade de ações e cooperados que integram a rede permite manter a eficácia da metodologia, pois quando uma das partes está fragilizada as outras a apoiam, dando sustentabilidade a missão comum.

[...] eu vou te dizer uma melhoria, o rede é o resumo da agenda habitat, é o resumo do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial, por isso que a Petrobrás está interessada nisso, porque se tu parar para pensar, tu tens um portfólio de ações. Porque o índice de sustentabilidade empresarial serve para as bolsas de valores. Quais os recursos que eles captam? O que eles querem normalmente são os fundos

de pensão. Porque os fundos de pensão, eles não querem em curto prazo, sempre querem a curto, médio e longo prazo. Porque precisam ter um fundo que não seja só imediato. Então não é uma coisa que nem o mercado Chinês que só sobe e não tem sustentabilidade, porque na verdade, tem muitas vezes impacto ambiental e o social prejudicial. Ele é sustentável por ser um portfólio de ações, por exemplo, alguém que entre nesse ambiente ele tem apoio não só no privado, ele tem apoio não só no público, ele tem apoio em todo o sistema que está inserido. É como se fosse uma mesa com várias pernas, no momento em que alguém fraquejar o outro segura, então nós nos seguramos. Então ele dá sustentabilidade para metodologia para tecnologia, porque ela é um portfólio de ações, por isso que ela agrega valor. Ela agrega valor, o que é que significa isso? - Não significa dinheiro. O que significa o valor que estamos falando? - Valores, forma de perceber e agir a partir disso. São ligados aos modos de sobrevivência. Então as pessoas que estão dentro desse sistema, elas sobrevivem melhor. Por quê? Porque elas não estão sozinhas, elas estão no portfólio de ações. Um cai, o outro segura, então esse é o ponto, por isso que agrega valor e por isso que os fundos de pensão e o índice de sustentabilidade empresarial, investem nesse tipo de ambiente, é um ambiente que agrega valor sustentável. A gente está investindo em um portfólio de ações, tem várias pessoas, é aquela coisa, entra um Juiz sai o outro, então saiu um Juiz, tu segura no outro e assim vai, porque representa uma agregação de valor. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

A potência deste portfólio de ações e parceiros mostrou-se responsável pela sustentabilidade da metodologia ao possibilitar, por exemplo, a manutenção do Núcleo de Planejamento e Gestão e as ações da rede de cooperação, no período que terminou o financiamento do projeto pela Petrobrás até a liberação dos recursos da renovação (abril de 2010 a março de 2012). Tanto o NPG como a rede de cooperação mantiveram suas atividades com subsídios de outros parceiros, tais como entidades de acolhimento, recursos advindos de condenações do Poder Judiciário com destinação pelo MP ao Projeto para manter a estrutura funcionando, com repasse pelo Fundo Municipal de Apoio a Criança e ao Adolescente (FMACA).

A sustentabilidade social da rede de cooperação, encontra-se ainda na otimização dos recursos existentes, através do seu mapeamento e integração com foco e missão comum, que melhor atendem as necessidades fisiológicas, psicológicas e de autorrealização das crianças, adolescentes acolhidos e suas famílias, agregando valor sustentável para as ações desenvolvidas.

Desse modo e levando-se em consideração o mapeamento não apenas das necessidades, mas também das possibilidades e atividades existentes, permite-se uma melhor comunicação e conexão dos benefícios mútuos, favorecendo o aperfeiçoamento das redes de cooperação, com uma maior integração dos três setores e da comunidade local. Tais fatores permitem a criação de um modelo de desenvolvimento, planejado pela base da sociedade, que é a família, com a geração de indicadores que evidenciam o cumprimento da missão de

diversas instituições envolvidas. Assim, favorece a replicação e alavanca a captação de novos recursos, gerando um ciclo de sustentabilidade da metodologia.

A sustentabilidade ambiental desta metodologia encontra-se no fortalecimento do tecido social, aumento do sentimento de pertencimento das populações envolvidas com todas as partes que compõem o sistema, tanto seres humanos como não humanos, tendo em vista a conscientização da complexidade das causas que envolvem a situação de vulnerabilidade e a interdependência.

As Tecnologias Sociais têm uma grande preocupação com a sustentabilidade, seja ambiental, social ou econômica, o que as diferem das tecnologias convencionais, que embora resolvam problemas, muitas vezes provocam ou criam outros problemas (BECK, 1998, 2002). Estas, segundo o ITS (2007), não podem restringirem-se a atuar com o problema social detectado, pois estes originam-se em um problema maior de tipo econômico social e político, que está na origem causadora da necessidade social. Por esse motivo, elas estimulam e promovem a participação cidadã, seja no âmbito sindical ou político, ou em rede.

Sim porque é o pertencimento, que é o principal problema hoje de toda a humanidade, independente de classe social e país de origem, é o pertencimento e pertencimento é conexão com relações, é eu pertencer a mim, pertencer a minha família, pertencer a sociedade, é isso que ta gerando vazios um dos maiores vazios, que é aquela coisa eu pertencia a minha mãe, uma coisa me separei e agora a que eu pertenço e ai eu busco no vazio coisas externas e fico mais perdido a mais isso não ta suprindo o meu vazio (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

[...]. então nós conseguimos, essa é a qualidade que eu te falei esse é o ponto, porque que nós conseguimos dar esse efeito porque nós conseguimos achar onde ta o furo da bala que não é material, não é da casa comida, até da casa e comida mas tem que ter essa qualidade por trás disso, essa conexão é que é o que é hoje, o que mais se perdeu hoje, nós falamos do craqueiro, mas nós somos viciados em rivotril, nós estamos viciados em bingo, nós estamos viciados em internet, por que é isso é essa a questão, é essa a qualidade é isso ai exatamente isso, esse é o ponto nevrálgico desta questão. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

Políticas públicas e serviços ineficazes tendem a ser descartados e encerrados por essa metodologia. Promove transparência do serviço, desmascaram-se os serviços de faz de conta.

[...] a rede de cooperação deveria ser prioridade, devido a efetividade. Porque não é só botar na cadeia, dar o remédio. Só ação, ação, ação, não adianta só isso, vai aumentar, está aumentando todos os problemas. Se aumentar os problemas, eu aumentar o número de cadeias, eu só aumentar o número de leitos, eu não trabalhar as causas que deram origem a isto, não vai ter da onde tirar, não vai resolver, porque as causas são sistêmicas e se eu não trabalhar de forma sistêmica não vai dar nunca resultado, tem que atuar de forma sistêmica e uma das formas de atuar de forma sistêmica é tu fomentando o planejamento e gestão sistêmicos, que nada mais é que isso planejar a partir de um foco prioritário, que pode ser uma reivindicação do movimento social, quando é legítima ela sempre vai vir em uma linha de participação de todos.

[...] os problemas estão aumentando muito, não adianta sou promotor e tenho uma carteirinha, ... e aí, a sou secretário de saúde, tenho uma carteirinha, sou secretário de educação e tenho uma carteira de secretário de educação, tá mas a educação está uma droga, está uma droga, vamos dizer assim, os alunos não estão indo, ... ah mas não interessa, claro que é problema teu, e se para isso tu tens que trabalhar para a cidadania, tens que trabalhar com a segurança, porque esse adolescente não está indo para a escola porque não adianta ele estar lá estudando, estudando uma coisa monótona, um monte de papéis dentro do teu computador e mais apanhando dentro de casa ou então envolvido em tráfico de drogas, coisa parecida, não tem ah mas isso não é problema meu. Claro que é problema teu, tu tens o dever de inducere, conduzir para fora os potenciais da criatura e aí se para este dever tu tens que trabalhar com o Secretário de saúde, tu vais ter que trabalhar com o Secretário de saúde, me desculpe mas vai ter que trabalhar, e aí vai ter que sentar do lado e falar para o cara, não interessa, independente de partido, goste ou não goste da cara dele, porque ali tu não estás como uma pessoa, tu estás, na verdade como um agente transformador da realidade, para gerar efeitos públicos, esse é o ponto. Ah, mas eu acho que eu sou um promotor que tem que ficar dentro do gabinete, não interessa, mas isso não está dando efetividade, a sociedade quer, é por isso que ela te botou nessa, constitucionalmente nisso. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

### **3.6 A Tecnologia Social estudada promove resiliência comunitária**

Quando se fala em tecnologia social, se fala da mesma matriz da resiliência comunitária, da educação ambiental, conhecimentos que se complementam, que possibilitam a construção de novos modos de vida sustentáveis. Pois estes partem de um novo paradigma, que se opõem ao dominante, fala-se de solidariedade, cooperação, vínculos de confiança, redes de apoio social e afetivo, transformação social, participação, protagonismo, empoderamento, democracia e inclusão social.

As TSs têm como vocação possibilitar a emergência de fatores/processos de proteção que culminam em resultados de resiliência individual, familiar e comunitária em situações de vulnerabilidade social e ambiental, por provocarem modificação das respostas destes segmentos aos processos de risco. Portanto, sob esta ótica, a busca de soluções para problemas sociais tem um resultado ecológico-sistêmico de fortalecimento dos segmentos populacionais vulnerabilizados, pois gera aprendizagens de todos os envolvidos e respostas protetoras na comunidade, que se apropria deste conhecimento em favor da transformação da condição original de risco.

A tecnologia sob análise ao partir do mapeamento das necessidades singulares de crianças e adolescentes institucionalizados e de suas famílias, visando a ampliação e o fortalecimento de suas redes de apoio social e afetiva com a integração do capital social e humano atuando em rede para suprir estas necessidades e auxiliar a superação das causas que levaram a fragilização dos vínculos familiares, desencadeia processos de proteção e provoca

modificações da resposta do indivíduo, de sua família, da comunidade e dos cooperados aos processos de risco. Dando fim a processos de isolamento social, promovendo a inclusão.

[...] mesmo que ele morresse o Projeto Rede Família, o despertar do consciência de unidade, não tem mais como voltar atrás. Eu preciso levar isso aqui sozinho, essa cadeira sozinho, mas eu aprendi que eu posso levar essa cadeira contigo que é muito mais cômodo, então pode ser que depois que acabe o processo eu não precise mais de ti para levar essa cadeira, mas no momento que precisar, tiver necessidade, tu sabes que tu tem aquilo ali, tu estás desperto. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

Tanto as crianças, como os adolescentes acolhidos e suas famílias tem reduzido pela rede de cooperação Rede Família o impacto dos riscos a que estão expostos e como partícipes desta rede e da missão comum, tem aumentada a sua autoestima e o sentimento de autoeficácia gerada pela efetividade da metodologia utilizada, pois todos comungam dos resultados, funções inerentes aos fatores de proteção.

A metodologia da Rede Família tem como característica essencial provocar modificações na resposta dos indivíduos, das famílias, da comunidade e dos seus cooperados, e transformar os processos de riscos mapeados desencadeando processos de proteção. Dependendo do contexto trabalhado pela rede de cooperação esta desencadeia fatores de proteção que promovem resiliência individual, familiar e comunitária.

Quanto se aborda os elementos de proteção para garantia de respostas resilientes individuais a situações de risco, quatro funções são enumeradas por Rutter (1987), como veremos a seguir, e ficam evidentes no decorrer das análises desta experiência que estas são fomentadas pela metodologia desenvolvida pela Rede Família.

(1) reduzir o impacto dos riscos, fato que altera a exposição da pessoa à situação adversa: uma das ações da metodologia Rede Família é o mapeamento das necessidades de crianças e adolescentes acolhidos e de suas famílias, para que em um consórcio de ações de seus cooperados poder supri-las para a superação da situação de risco que a levou à institucionalização.

(2) reduzir as reações negativas em cadeia que seguem a exposição do indivíduo à situação de risco: a experiência Rede Família proporcionou um acompanhamento durante todo o processo, com apoio, auxílio e orientação aos indivíduos e famílias, criando espaços de aprendizagem;

(3) estabelecer e manter a auto-estima e auto-eficácia, através de estabelecimento de relações de apego seguras e o cumprimento de tarefas com sucesso: a família, a criança e o adolescente são tratados e passam a perceber-se como participantes da rede de cooperação e diante disso, têm uma atitude proativa na elaboração e execução das ações que visam garantir a sua convivência familiar e comunitária;

(4) criar oportunidades para reverter os efeitos do estresse: esta função foi observada quando é buscada uma melhoria da qualidade de vida através do suprimento de todas as necessidades inclusive psicológicas e de autorealização por todos os participantes do processo da experiência ora pesquisada.

A tecnologia social sob análise também concorre como fator de proteção que promove resiliência as famílias afetadas por crises, auxiliando-a no enfrentamento dos problemas, proporcionando recursos sociais e econômicos, espaços de diálogo, construção de saberes e alternativas, alguns dos processos-chave elencados por Froma Walsh.

Neste sentido a fala colacionada abaixo:

Naquilo que eu percebo, o projeto tem um objetivo muito específico que é desenvolver ações para empoderar as famílias que estão em situação de vulnerabilidade das crianças partindo no caso, das crianças que estão institucionalizadas. Quando a gente fala que a criança foi institucionalizada através da minha prática, a gente percebe que houve uma situação de conflito em um dado momento onde a família não conseguiu dar conta dos cuidados daquelas crianças, então acontece um rompimento, uma ruptura naquela dinâmica que vinha de alguma forma acontecendo, dando conta na sua maneira dos cuidados da sua vida. Então quando a gente fala em empoderamento ou fortalecimento é justamente ajudar essa família a se fortalecer nesse problema que é muito variado, são situações de dependência química, são situações de doença mental, Na verdade o empoderamento e o fortalecimento das pessoas, das famílias ela esta justamente no aparecimento ou no nascimento da cidadania, porque na maioria das vezes as pessoas estão vivendo seus problemas de drogadição, ou seja lá qual for o problema, elas estão imersas nesse problema e elas não conseguem nem perceber nem romper porque elas também não sabem por onde ir. (Técnico do Projeto Rede Família)

Sim, eu concordo que seja em grupo, porque todo mundo, porque é uma lição que alguém vai tirar de mim ali, alguém vai estar precisando ouvir aquilo ali de mim para aproveitar alguma coisa desse meu problema, ou dessa minha, até digo assim, de repente, não digo do meu problema, mas da onde eu pude buscar. Como eu estou agindo, se está dando resultado, se não está. (Família com filhos reintegrados)

Presentes, ainda nas tecnologias sociais e na metodologia da Rede Família ferramentas de promoção de resiliência comunitária. Como se verifica no capítulo 1 a resiliência comunitária assenta-se nos pilares da solidariedade, da autoestima coletiva, da identidade cultural, do humor social e da honestidade estatal (OJEDA; LA JARA; MARQUES, 2007),

todos estes pilares dialogam com as características das TSs. Esses pilares possibilitam as comunidades vencerem adversidades e situações traumáticas, com consequente fortalecimento, transformação social e superação das adversidades, pois promovem processos de proteção.

Essa mudança está no bojo das TSs, pois obedecem a uma lógica diferenciada da atualmente dominante, no momento que visam construir conhecimento, com a população para solução de seus problemas, gerando inclusão social, novas aprendizagens e empoderamento. Criam elipses, pois após a solução do problema social que motivou a construção da tecnologia, esta pode ser difundida para outros contextos e utilizada pela população que se apropriou deste conhecimento.

[...] nós nos estruturamos de uma forma que nós nos sentíssemos mais seguros num todo, então eu acho que esse é o Rede Família, ele nos deixou mais sólidos para enfrentar o que nós enfrentamos depois, que foi a questão do CRACK que aumentou, e que hoje se enfrenta de uma forma menos problemática, porque imagina se hoje não tivesse tido tudo isso, seria muito mais complicado hoje de enfrentar. (Promotor de Justiça na época da concepção do Projeto Rede Família)

Uma das características das TSs é promover participação coletiva, a construção conjunta, com a finalidade de resolver uma necessidade social, esta tecnologia fomenta a solidariedade. Este pilar é verificado na metodologia estudada, pois esta parte da adesão dos cooperados a uma missão comum, que torna a rede de cooperação uma unidade sólida, capaz de superar adversidades e como disposto anteriormente possibilita aos cooperados a migração do paradigma cartesiano para o complexo, pela vivência da interdependência e complexidade do sistema em seus diferentes contextos.

Quanto à autoestima coletiva, esta é promovida pelo empoderamento da população através da participação, da construção conjunta, do diálogo de saberes e da apropriação do conhecimento construído conjuntamente por todos os segmentos, no caso em voga, pelos cooperados. A autoestima coletiva surge do sentimento de pertencimento da satisfação por integrar a própria comunidade implica reconhecer que a pessoa é parte de uma sociedade e compartilha os valores que a inspiram (OJEDA, LA JARA, MARQUES, 2007).

A TS fortalece a identidade cultural, pois é um processo que proporciona a sensação de pertencimento à comunidade, ao grupo social, ao convocar a população a participar da solução dos problemas sociais. A tecnologia social Rede Família além de envolver a sociedade riograndina para a inclusão social de crianças e adolescentes, promoveu uma mudança cultural ao fomentar uma atuação em rede de cooperação, onde os setores excluídos participam como protagonistas e são essenciais para o sucesso da missão comum.

A Tecnologia Social estudada por responder com um amplo capital social e humano, utilizar ferramentas de planejamento e gestão sistêmicas, promove um sentimento de capacidade para resolver os problemas sociais de forma efetiva.

E, por fim, a experiência estudada proporciona transparência, a atuação em rede promove feedback, desmascaram-se os serviços sem eficácias, proporciona uma avaliação e tomada de rumos das políticas de atendimento, fomenta honestidade estatal.

Além destes pilares as tecnologias sociais pelas ferramentas de participação que utiliza e pelos processos participativos e democráticos que eclode gera novas lideranças, promovendo inclusão social.

A metodologia desenvolvida pela experiência Rede Família fomenta a coesão social, a formação de redes de apoio social e afetivo, fortalece os vínculos existentes nos territórios de vida das pessoas, sua família e comunidade, auxilia na superação das crises comuns aos ciclos da vida e encontra-se na esteira contra-hegemônica ao individualismo do mundo contemporâneo, quando propõem a formação de redes de cooperação para solucionar problemas sociais a partir de um foco e de uma missão comum, gerando aprendizagens e mudanças culturais que facilitarão a superação de adversidades.

Bauman (2004) refere em sua obra Amor Líquido, a existência de uma zona de resistência ao modo de vida atual, “uma área cinzenta”, que pode ser para seus habitantes “uma comunidade, um bairro, um círculo de amigos, parceiros na vida e para a vida”. Segundo este autor esta área não tem utilidade para o mercado e que este ficaria feliz de eliminar e banir do mundo que governa, pois segundo o autor supracitado constitui um lugar de solidariedade, de compaixão, de troca, de simpatia mútuas. Embora as inúmeras agressões do mercado a solidariedade nesta área cinzenta tem sobrevivido pela necessidade de pertencimento e afeto de todo o ser humano. Estes nichos são por onde transitam a rede de cooperação Rede Família fomentando fatores de proteção e promovendo resiliência em indivíduos, famílias e comunidades. Nestas ilhas onde se constituem os vínculos humanos é possível criar novos modos de sociabilidade mais justos, fraternos e sustentáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Luz, quero ser luz, sei que além das cortinas, são palcos azuis e infinitas cortinas. Com palcos atrás. Arranca, vida. Estufa, veia e pulsa, pulsa, pulsa. Pulsa, pulsa mais. Mais, quero mais Nem que todos os barcos, recolham o cais, que os faróis da costeira me lancem sinais. Arranca, vida. Estufa, vida. Me leva, leva longe. Longe, leva mais.*

(Chico Buarque)

Com esta tese de doutoramento busquei consolidar e sistematizar conhecimentos construídos fora da academia, para que estes não se transformassem em práticas transitórias, que embora bem sucedidas, desaparecessem pela falta de registro e pela mobilidade dos

profissionais. Tais fatores levam os atores sociais a constantemente reinventarem as mesmas respostas ao invés de aperfeiçoá-las, por isso a compreensão, sistematização e sua divulgação são de extrema importância para desvelar a realidade, construir e solidificar conhecimentos, tornando possível a sua reaplicação em diferentes contextos, com diferentes segmentos, respeitando singularidades.

Para concluir as discussões sobre a temática, cabe retornar às questões iniciais de pesquisa que foram estudar profundamente a experiência da Rede Família para investigar a eficácia da metodologia desenvolvida e se a mesma se constitui em uma tecnologia social, em conformidade com os critérios das definições do conceito de TS para autores contemporâneos.

Começamos nossa pesquisa identificando a natureza da experiência Rede Família e os seus objetivos. Embora a inserção ecológica da pesquisadora, esta primeira etapa constituiu-se em um desafio devido à Rede Família ter origem em experiências anteriores (Rede de Abrigagem e Programa Aliança), à existência de um projeto a ela interligado e com o mesmo nome (Projeto Rede Família: Garantindo o Direito à Convivência Familiar) e a sua natureza singular e plural (partir de contextos micro e concomitantemente de contextos macros). Mas, através da pesquisa, foi possível identificar que a Rede Família é uma rede de cooperação intersetorial, que se constitui a partir de uma missão comum e da eleição de um foco prioritário.

A agregação do capital social e humano que compõem a rede de cooperação se dá em diferentes momentos. Inicialmente pela unificação de duas experiências já existentes na cidade, de um amplo pacto social que reuniu diferentes setores da sociedade (privado, público, terceiro setor, controle social, comunidade, indivíduos) e posteriormente, pelo mapeamento das necessidades singulares de crianças e adolescentes acolhidos e de suas famílias quando da elaboração dos planos individuais de atendimento e construção de estratégias, onde verifica-se quem pode, por seus atributos, cooperar para a superação das dificuldades que levaram a separação do grupo familiar.

Quanto aos objetivos da experiência estudada, dividem-se em implícitos e explícitos e são percebidos pelos cooperados dependendo do contexto que estes participam, embora sua ação tenha como foco determinado segmento social. Como objetivo explícito da Rede Família, a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos, a provisoriedade da medida de acolhimento institucional e a execução das ações do PNCFC na cidade do Rio Grande. Como objetivo implícito temos o fomento do trabalho em rede de cooperação e a melhoria das relações em todos os níveis do sistema (na família, na comunidade, entre os profissionais, entre as instituições), conseqüentemente provocar a

alteração da lógica vigente na sociedade que é a do individualismo, da especialidade, da fragmentação. Como último objetivo elencado, possibilitar aos cooperados através da experientiação migrar do paradigma cartesiano para o complexo.

Esta experiência tem como metodologia o fomento de redes de cooperação (que envolvam amplos setores sociais), a partir de uma missão comum e de um foco prioritário, que utiliza ferramentas de gestão e planejamento sistêmicos para o mapeamento das necessidades de segmentos em vulnerabilidade (fisiológicas, psicológicas e de autorrealização) e a integração dos cooperados para compartilharem a atenção e o cuidado longitudinal, a partir de sua expertise e atribuição, visando a superação dos motivos que levaram a exclusão social, no caso em voga, o afastamento dos filhos do convívio familiar. Um importante componente desta metodologia é a constituição de um Núcleo de Planejamento e Gestão, que embora enxuto, é quem oxigena, mapeia o fluxo e mantém coesa a rede de cooperação, pela sua mobilidade (participa diretamente de todos os contextos).

Uma das inovações desta experiência é que os cooperados possuem diversos focos de ações e atuam em diversas redes de forma orgânica na medida da necessidade, já o NPG atua exclusivamente com o foco prioritário e com a missão da rede de cooperação, mapeando, integrando, coordenando a atenção, planejando e fazendo a gestão desta, de forma que responda as necessidades das famílias atendidas. As necessidades são atendidas de forma concomitante, cria-se um espírito de rede, uma consciência de unidade, não há objeto. Não é um produto de eu fiz e sim de nós fizemos.

Quanto à descrição das ações e atividades desta experiência foram realizadas de maneira minuciosa nesta tese, com a finalidade de construir o mapa do caminho, exemplificar a quantidade de estratégias que são possíveis construir com uma atuação em rede que agrega diferentes contextos e percepções, possibilitando sua reaplicação para garantir o direito à convivência familiar e comunitária de segmentos vulnerabilizados.

Outro objetivo desta tese foi verificar se a metodologia desenvolvida pela Rede Família se constituía em uma tecnologia social. Verificou-se na pesquisa que esta experiência possui as quatro dimensões e as doze características essenciais às Tecnologias Sociais.

A experiência analisada aplicou conhecimentos inovadores para solucionar uma necessidade social, desenvolveu uma nova metodologia e se apresenta de forma organizada e sistematizada.

A construção deste conhecimento e a aplicação desta tecnologia foram realizadas com a participação de amplos setores da sociedade, inclusive das famílias das crianças e adolescentes acolhidos, utilizando metodologias participativas, trabalho em rede, abertura de

espaços de diálogo, construção coletiva e compartilhamento da atenção. Os espaços de construção coletiva tinham como característica a horizontalidade e a democracia.

No tocante à dimensão educativa, a Rede Família se caracteriza por possuir um sentido pedagógico que gera diversos aprendizados nos seus cooperados, pois promove por meio de suas ações e aprendizados, diálogo entre saberes populares e acadêmicos através da constituição de parcerias entre as instituições de ensino e as entidades e grupos que a compõem, fomentando a apropriação de sua metodologia pela população (profissionais, grupos, indivíduos da comunidade), garantindo a sua permanência e continuidade. Importante, ressaltar que a Educação Ambiental dialoga perfeitamente com a dimensão educativa das Tecnologias Sociais e não por acaso participaram da construção da metodologia em análise duas mestras em Educação Ambiental.

Por fim, foi verificada na pesquisa que a tecnologia analisada possui a dimensão da relevância social, os participantes foram unânimes em reconhecer o seu impacto positivo, com a diminuição do número de crianças e adolescentes acolhidos, a garantia da provisoriedade da medida, o reordenamento das instituições de acolhimento, a construção de planos individuais de atendimento para todas as crianças e os adolescentes, a não separação de grupos de irmãos, a mudança do perfil das crianças e adolescentes para adoção, o fortalecimento das famílias e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária em medida de proteção. Fato também comprovado pelos levantamentos estatísticos apresentados no capítulo anterior.

Esta tecnologia é promotora de inclusão social dos segmentos vulnerabilizados, os seus resultados vão além do problema social para qual foi criada, tendo em vista que ela movimenta todo o sistema, produzindo mudanças que atingem e produzem respostas a outros segmentos populacionais.

Importante enumerar ainda, como resultado desta tecnologia, embora não tenha sido seu objetivo, a melhoria das relações em todos os níveis e âmbitos da rede de atendimento. No momento em que se abriram espaços de diálogo, de construção conjunta, de compartilhamento de cuidado, de orientação, de apoio, de educação fez-se necessário trabalhar as relações quebrar, resistências, preconceitos, medos, relações de poder. A lógica desta metodologia propôs o fazer com, o acompanhar, criar consensos possíveis, repensar, ir ao encontro, dialogar.

Pela persistência em instauração de espaços de encontro horizontais em caráter permanente, esta tecnologia criou entre os componentes da rede vínculos, intimidade, contatos, referências, caminhos. Possibilitou que os estranhamentos, com o passar do tempo, virassem reconhecimentos. Por exemplo, tornou visíveis serviços que não ofertam ou que

ofertam de forma desqualificada, possibilitando a estes a reconstrução. O olhar não é mais pontual, é um olhar longitudinal, que dá conta de processos, a que todos estão sujeitos, como lei da vida.

Esta metodologia propõe um movimento contínuo que oxigena, descristaliza relações, entidades, famílias que durante muito tempo foram condenadas como se já estivessem prontas e acabadas e não pudessem promover mudanças. Os profissionais, a rede, as famílias são vistas nesta metodologia como VIVAS, capazes de vivenciar novos processos. Esta é uma tecnologia instituinte, que liberta pelo outro, pelo olhar do outro, as instituições e por conseguinte os seus profissionais. Há produção de alteridade, não são só os indivíduos que se constroem a partir do olhar do outro, mas os serviços.

Sem o olhar do outro é difícil produzir avaliação e promover a mudança. Quem nos dá o feedback é o outro, o trabalho em rede portanto provoca, produz, codifica o impacto, dá transparência ao processo. As necessidades irão perdurar se os cooperados não responderem a altura das suas atribuições, com sua expertise ou pelo menos com a expertise que eles se dizem ou o lugar que ocupam requer. Verificada a ineficácia do serviço, o vazio da rede é declarado e surge a necessidade de pensar em uma nova estratégia. Políticas públicas e serviços ineficazes tendem a ser descartados e encerrados por essa metodologia.

A metodologia da Rede Família é passível de ser reaplicada para solucionar diferentes problemas sociais e pode ser fomentada por diferentes órgãos. A atuação em rede tem sido um desafio posto por várias políticas públicas, mas muitas delas têm sido marcadas por ações pontuais de setores sobre determinada problemática ou público alvo, com pequeno impacto, devido à descontinuidade, falta de avaliação e suas inúmeras atribuições e focos de atuação. A existência de um núcleo de planejamento e gestão, com mobilidade para construir e fortalecer os elos da rede é um diferencial bastante importante. Sendo possível de ser reaplicada, quando da implantação de planos nacionais, estaduais e municipais, tais como o SINASE, o PNCFC, o de enfrentamento ao trabalho infantil e ao de abuso, violência e exploração infanto-juvenil. Pode ser utilizada também pelos Conselhos Municipais de Direitos e Setoriais.

Um dos dados que emergiu desta pesquisa foi o papel diferenciado do MP na rede de cooperação Rede Família advindos de sua competência, atribuições e instrumentos judiciais e extra-judiciais que a legislação lhe concede, o que possibilita sugerir que esta metodologia poderia ser incorporada pelas Promotorias Especializadas em defesa de direitos. Sendo uma das atribuições do Ministério Público o fomento de redes de cooperação, se as referidas promotorias contassem em seu quadro funcional com núcleos de planejamento e gestão, teríamos efetivado neste órgão, a quem se deu muitos poderes, mas poucas possibilidades

estruturais de exercê-los, condições de promover justiça e solucionar de forma eficaz problemas sociais. Constituir-se-ia um *Chef Net Work* de redes, com missões e focos diferenciados.

A experiência Rede Família surge para solucionar um problema de exclusão social de segmentos populacionais, que tem raízes em questões sociais, que não são exclusivas de um indivíduo, de uma família, mas de uma parcela da sociedade, que tem correspondência com os modos de vida vigentes. A proposta desta é um caminho inverso, o fortalecimento e a ampliação das redes de apoio social e afetiva. Isto promove resiliência comunitária, tendo em vista que a superação das adversidades dependem, além das características individuais e grupais, da existência de fatores de proteção. Esta metodologia, ao propor a formação de redes de cooperação cuja missão é o fortalecimento de núcleos familiares, produz o fortalecimento dos vínculos sociais, a proliferação das “áreas cinzentas” nomeadas por Bauman, os territórios de vida, onde as leis do mercado não conseguem suplantar a solidariedade.

Ficou constatada nesta tese que a experiência Rede Família é uma TS que tem como objetivo uma mudança da lógica hegemônica da sociedade contemporânea; em vez do indivíduo competir ou agir para ter um lugar na sociedade, a sociedade de forma cooperativa e solidária compartilha o cuidado do indivíduo a fim de obter o equilíbrio do sistema. Nesta nova lógica, a crise, que faz parte da vida de todo ser vivo, é fator compartilhado solidariamente por todos, o que dá um sentido de segurança e pertença.

Emir Sader nos desafia a criarmos modos de vida alternativos. A metodologia da Rede Família em sua simplicidade e eficácia se apresenta como possibilidade.

## REFERÊNCIAS:

- ABDALLA, M. M; CALVOSA, M. V. D.; BATISTA, L. G. Hélice tripla no Brasil: Um ensaio teórico acerca dos benefícios da entrada da Universidade nas parcerias estatais. [Cadernos da Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora, caderno 3], Macaé-RJ, 2006. Disponível em: <[http://fsma.edu.br/cadernos/Artigos/Cadernos\\_3\\_artigo\\_3.pdf](http://fsma.edu.br/cadernos/Artigos/Cadernos_3_artigo_3.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011.
- ANDRADE, B. X. *et al.* Educação e consciência em Freire . In.: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 15., 2009, Maceió, AL. **Anais...** Maceió, AL, 2009. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/503.%20educa%C7%C3o%20e%20consci%Cancia%20em%20freire.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/503.%20educa%C7%C3o%20e%20consci%Cancia%20em%20freire.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011.
- ANDRÉ, I.; ABREU, A. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, 81, 2006, p. 121-141. Disponível em: <[http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81\\_06.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In.: FELDEMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. 223 p.
- BARRIENTOS, G. R. **Existe resiliência comunitária?** Lima: Ceprodep, 1999. Disponível em: <<http://ceprodep.org.pe/articulo3.htm>>. Acesso em: 28 set. 2011.
- BARUDY, J.; DANTAGNAN, M. **Los Buenos tratos a la infância: parentalidad apego y resiliencia**. Barcelona: Gedisa, 2005.
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. Tradução de Plínio Dentzien.
- BAUMGARTEN, M. Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento: redes e inovação social. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, n. 26, Jun. 2008, p. 101-123.
- BAUMGARTEN, M. Conhecimentos e Inovação Social: Redes e Integração Regional, 2005. In.: BAUMGARTEN, M. (org). Conhecimentos e redes: Sociedade, política e inovação. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- BECK, U. **La sociedad del riesgo**. Hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.
- BECK, U. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

BIEGEL, D.; NAPARSTEK, A.; KHAN, M. Social support and mental health: an examination of interrelationships. *In.*: Annual Convention of the American Psychological Association, 88 th., [Paper]. Montreal, Quebec (Canada), 1980.

BOWLBY, J. **Uma base segura**: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988. p. 64.

BRANDÃO, F. C. **Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas-PTA**: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição 1988**: texto constitucional, de 05 de outubro de 1988. do artigo 226, parágrafo 7º, artigo 127.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Porto Alegre: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/RS, 2003.

BRASIL. **Lei complementar nº 75**, de 20 de maio de 1993. Brasília: Diário Oficial da União, 21 de maio de 1993a.

BRASIL. **Lei n. 9.795**, de 27 de abril de 1999: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1999.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ministério Público dos Estados[LOAS]**: Lei nº. 8.625. Brasília: Diário Oficial da União, 1993b.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 4., **Livro Azul**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010b. p. 30.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Dados do cadastro único**. Brasília, 2010a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária [PNCFC]**. Brasília, DF: CNAS, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ECO-92. **Carta da Terra**. [Brasília], 1992.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9795/99**. Brasília: Diário Oficial da União, 1999.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 111 de 2011**. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=99555](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=99555)>. Acesso em: 18 fev. 2012.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. *In.*: CARVALHO, A. M. (org.). **O mundo social da criança**: natureza e cultura em ação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 115.

BROMET, E. Cross-national epidemiology of DSM-IV major depressive episode, **Revista BMC Medicine**, v. 9, 2011. 90 p. Disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/1741-7015/9/90/>>. Acesso em: nov. 2012.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. [2. ed.]. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. p. 124.

BRONFENBRENNER, U. Developmental research, public policy, and the ecology of childhood. **Child Development**, [v.] 45, 1974, [p.] 1-5.

BRONFENBRENNER, U. Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. *In.*: FRIEDMANN, B. L.; WACHS, T. D. (orgs.), **Conceptualization and assessment of environment across the life span**. Washington, DC: American Psychological Association. 1999. p. 3-30.

BRONFENBRENNER, U. ; EVANS, G. Developmental science in the 21st century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. [s. l.: s. n. ], 2000. p. 115-125. (Social Development; 9).

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. The ecology of developmental processes. *In.*: DAMON, W. (org.), **Handbook of child psychology**. vol. 1. New York, NY: John Wiley & Sons, 1998. p. 993-1027.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

CARVALHO, L. A. A condição humana em tempos de globalização: a busca do sentido da vida. **Revista Visões**, v. 1, n. 4, 4. ed., jan.-jun. 2008. p. 7. Disponível em: <[http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed\\_A\\_Condicao\\_Humana\\_Em\\_Tempo\\_De\\_Globalizacao\\_Luzia\\_Alves.pdf](http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_A_Condicao_Humana_Em_Tempo_De_Globalizacao_Luzia_Alves.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. **Inserção ecológica na comunidade**: uma proposta para

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *In.*: KOLLER, S. H. (ed.). **Ecologia do desenvolvimento humano**: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 267-291.

o estudo de família em situação de risco. Porto Alegre: Reflexão e Crítica, 2003. p. 515-524.

CONSELHO DE EUROPA. **Uma estratégia nacional integrada**. Portugal, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ (BRASIL). **Mapa estratégico do Poder Judiciário**. Brasília, [201-]. Disponível em: <<http://www.trt14.jus.br/documents/10157/4919b16a-8580-4ba7-9203-180a73ec8467>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (BRASIL). **Mapa estratégico do Ministério Público 2011-2015**. Brasília, [2011]. Disponível em: <[http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/planejamento\\_estrategico/MAPA\\_ESTRATEGICO\\_PEN\\_FINAL.pdf](http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/planejamento_estrategico/MAPA_ESTRATEGICO_PEN_FINAL.pdf)>. Acesso em:

CORTES, S. M. V. **Técnicas de coleta e análise qualitativa dos dados**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9., 1998, p.14.

COSTA, A. **Um estudo sobre as (des)conexões entre o ambiente escolar e o ambiente institucional na vida de crianças e adolescentes abrigados**. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2005.

COSTA, A. P. M. **Os adolescentes e seus direitos fundamentais: da invisibilidade à indiferença**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012. p. 33

COSTA, M. C. O.; BIGRAS, M. Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência. **Ciênc. saúde coletiva** [online], v.12, n. 5, 2007, p. 1101-1109.

CRUZ, R. C. **Uma nova vida na mesma vida**: um estudo de caso de reinserção familiar. 2011. 94 p. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Rio Grande.

CYRULNIK, B. **Los patitos feos. La resiliencia**: una infancia infeliz no determina la vida. 5. ed. Madrid: Gedisa, 2001.

CYRULNIK, B. *et al.* **El realismo de la esperanza**. Testimonios de experiencias profesionales en torno a la resiliência. Barcelona: Gedisa, 2004. (Psicología/Resiliencia).

DAGNINO, R. **Tecnologia apropriada**: uma alternativa? Dissertação (mestrado em [Economia]) – UnB, Departamento de Economia, Brasília, 1976. p. 86.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, R. F.; NOVAES, H.T. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/Teconologiasocial.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

DALL'AGNOL, J.; AHMAD, N. K. O Ministério Público como indutor de Políticas Públicas: uma análise sobre o enfoque do poder local. In: HERMANY, R. (org). **Empoderamento social local**. Santa Cruz do Sul-RS: Editora IPR, 2010.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. A pesquisa ecológica sobre violência no microsistema familiar. In.: S. Koller (ed.). **Ecologia do desenvolvimento humano**: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2004. p. 311-336.

DE ANTONI, C. *et al.* Uma família em situação de risco: Resiliência e vulnerabilidade. **Interfaces: Revista de Psicologia**, v. 2, n. 1, p.81-85, 1999. Disponível em: <<http://www.msmedia.com/ceprua/artigos/clarissa4.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2010.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Tecnologia**. Disponível em : < <http://www.priberam.pt>>. Acesso em: 9 set. 2011

DOLTO, F. **Quando os pais se separam**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ENGLE, P. L.; CASTLE, S.; MENON, P.. Child development: vulnerability and resilience. **Social Science Medicine**, v. 43, n. 5, p. 621-635, 1996.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Triple Helix twins: innovation and sustainability. **Science and Public Policy**, v. 33, n. 1, 2006, p. 77–83.

FEENBERG, A. **A Teoria Crítica da Tecnologia**: a crítica da racionalidade tecnocientífica. 1991. Tradução de Carlos Alberto Jah. p. 5; 7; 14. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~andrewf/>>. Acesso em: ago. de 2010.

FEENBERG, A. **O que é filosofia da tecnologia?** 2003. Disponível em: <<http://www.rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/oquee.htm>>. Acesso em: ago. de 2010.

FEENBERG, A. **Questioning technology**. 3. ed. London : New York : Routledge-Taylor & Francis Group, 2001. 243 p.

FEENBERG, A. **Racionalização subversiva**: Tecnologia, Poder e democracia. 1995. Tradução de Anthony T. Gonçalves. 20 p. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~andrewf/>>. Acesso em: ago. de 2010.

FERNANDES, R. M. C.; MACIEL. **Tecnologias Sociais**: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável. Porto Alegre: Fundação irmão José Otão, 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Tecnologia**. *In.*: Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOLKMAN, S.; LAZARUS, R. S. If it changes it must be a process: A study of emotion and coping during three stages of a college examination. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 48, 1985, p. 150-170.

FONAGY, P. Persistencias transgeneracionales del apego: una nueva teoria. Aperturas Psicoanalíticas, **Revista de Psicoanálisis**, mar. 2003. Disponível em: <http://www.aperturas.org/3fonagy.html>. Acesso em: 20 set. 2010.

FRONTEIRAS do Pensamento. Entrevista com o sociólogo Zigmunt Bauman. Londres, 2011. 29:42 min. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=IWRkTiH52ts&feature=fvst>>. Acessado em: 1º set. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 6. ed. Paz e Terra, 1979. p. 82.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Paz e Terra, 1987. p. 70.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Paz e Terra, 2011.

FUNDACION PANIAMOR. **Resiliencia como processo y no como programa**. San Jose (Costa Rica): Ediciones Proniño, 2003. Disponível em:

<[www.paniamor.or.cr/novedades/aportes/resiliencia2.shtml](http://www.paniamor.or.cr/novedades/aportes/resiliencia2.shtml)>. Acesso em: 28 set. 2011.

GANDRA, M. I. S.; FARIAS, Maria Aznar de. **A importância do apego no processo de desenvolvimento**. Disponível em: <[www.brazilopednews.org.br/dec2000/bnp0026.html](http://www.brazilopednews.org.br/dec2000/bnp0026.html)>. Acesso em: 29 set. 2010.

GARCIA, N. M. **Educação parental: estratégias de intervenção protetiva e as interfaces com a Educação Ambiental**. 2012. p. 1986. Tese (doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental.

GARCIA, N. M.; YUNES, M. A. M. Resiliência familiar: baixa renda e monoparentalidade. *In.*: DELL'AGLIO, D.D.; KOLLER, S.H.; YUNES, M.A.M. (orgs.) **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. P. 117 -140.

GARMEZY, N. Reflections and commentary on risk, resilience, and development. Em HAGGERTY, R. J. *et al.* (orgs.) **Stress, risk, and resilience in children and adolescents: processes, mechanisms, and interventions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 1-18.

GARMEZY, N. Stressors of childhood. *In.*: GARMEZY, N.; RUTTER, M. (orgs.), **Stress, coping and development in children**. New York: Johns Hopkins University Press, 1988. p. 43-105.

GOLDEMBERG, J. Tecnologia apropriada. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 3, 1978.

GONÇALVES, A. S; GUARÁ, I. M. F. R. Redes de proteção social na comunidade. *In.*: GUARÁ, I. M. F. R. (coord.). **Redes de proteção social**. São Paulo: [s. n.], 2010. Coleção Abrigos em Movimento.

GUIMARÃES, M. **Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação**, Campinas, SP: Editora Papirus, 2006.

HAWLEY, D.; DEHANN, L. Toward a definition of family resilience: Integrating life-span and family perspectives. **Family Process**, v. 35, 1996, p. 283-298.

HOPPE, M. **Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco**. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Tecnologia**. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo**

2000. Brasília: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL – ITS. **Revista conhecimento e cidadania**: incubação de cooperativas populares e de empreendimentos econômicos solidários, n. 7, 2010.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL – ITS. **Revista conhecimento e cidadania**: uma metodologia de Análise das Tecnologias Sociais, São Paulo, n. 1, 2007. p. 17; 34; 39.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL – ITS. Tecnologia Social no Brasil? direito à ciência e ciência para a cidadania. **Caderno de Debate**, São Paulo, ITS, 2004. p. 20; 26; 131-132.

JULIANO, M. C. C. **A influência da ecologia dos ambientes de atendimento no desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados**. Dissertação (mestrado em Educação Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

JUNQUEIRA, M. F. P. S.; DELANDES, S. F. Resiliência e maus tratos à criança. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 1, 2003, p. 227-235.

KLINGE, G. D. **Tecnologia, utopia e cultura**. 2003.13 p. Disponível em: <<http://www.fides.org.br/artigo08.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. *In*: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. (orgs.). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69-98.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. Rio de Janeiro: Cortez, 2004. p. 90.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos de Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 23.

LUDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINHO, C. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL. CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL, 14. [201-].

MORAES, J. C. S.; SANTOS, K.; PAULY, L. U. **Boas práticas**: Garantindo o Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes no RS. São Leopoldo-RS: AMENCAR, 2012. Disponível em: <<http://www.boaspraticasconvfamiliar.org.br/cms/downloads.html>>. Acesso em: 2 jul. 2011. MAPS GOOGLE. [Rio Grande-RS. Brasil]. 2012.

MARZOL, R. M.; BONAFÉ, L.; YUNES, M. A. M. As Perspectivas de Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Sobre os Cuidadores Protetores. **Revista Psico**. Porto Alegre, v..43, n. 3, jul/ set. 2012, p.317-324.

MASTEN, A ; GARMEZY, N. Risk, vulnerability and protective in developmental psychopathology. *In.*: LAHEY, B.; KAZDIN, A. (eds.) **Advances in clinical child psychology**. New York: Plenum Press, 1985.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORAES, R. S. **A Atuação do Ministério Público no estímulo ao planejamento familiar**. Disponível em: <[http://www.fmp.com.br/2008/img/gestao\\_conteudo/](http://www.fmp.com.br/2008/img/gestao_conteudo/)>. Acesso em: 15 set. 2010.

MORAES, R. S. **Valores**: o seu surgimento nos ciclos dos extremos e do equilíbrio/harmonia e o seu desenvolvimento através da metodologia de Planejamento e de Gestão Sistêmicos. 2009. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/odmbrasil/arquivos/valores-o-seu-surgimento-nos-ciclos-dos-extremos-e-do-equilibrio-harmonia-e-o-seu-desenvolvimento-atraves-da-metodologia-de-planejamento-e-de-gestao-sistemicos/view>>. Acesso em: 15 set. 2010.

MORAES, R. S.; BRANCO, Z. P.; LONTRA, F. Planejamento e Gestão Sistêmicos com Foco na Saúde: Otimização da Rede de Fornecimento de Medicamentos: “case” do município do Rio Grande. **Revista da fundação escola superior do Ministério Público**, 2010.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2007. p. 32, 49.

MOULAERT, F. **Globalization and integrated area development in european cities**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

NETTO, C. **Una aproximación a la noción de redes sociales**. Disponível em: <[www.ceamecim.furg.br/mea](http://www.ceamecim.furg.br/mea)>. Acesso em: 14 abr. 2003.

NEVES, C. E. B.; CORRÊA, M. B. (orgs.). Apresentação. *In.*: NEVES, C. E. B.; CORRÊA, M. B. (orgs.). **Pesquisa social empírica**: métodos e técnicas. Porto Alegre, 1998. (Cadernos de Sociologia). p. 8.

NOGUEIRA, P. C. **A criança em situação de abrigo**: reparação ou re-abandono. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

OJEDA, E. N. S. Uma concepción latinoamericana: la resiliência comunitária. *In.*: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. (orgs.). **Resiliencia**: descubriendo las propias fortalezas. Buenos Aires: Paidós, 2001.

OJEDA, E. N. S.; LA JARA, A.; MARQUES, C. Resiliência Comunitária. *In.*: HOCH, C.; ROCCA, S. **Sofrimento, Resiliência e Fé**: implicações para as relações de cuidado. São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM**. 2009. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/odmbrasil/2009>>. Acesso em 14 mar. 2011.

PADILHA, A. F; PADILHA, R. B. Desenvolvimento tecnológico e social. **Revista Conhecimento** - Ponte para a Vida, ano 2, n. 7, São Paulo: ITS Brasil/MCT/Secis, mar. 2009, p.21

PALACIOS, J. La familia como contexto de desarrollo humano. *In.*: RODRIGO, M. J.; PALACIOS, J. (coords.). **Familia e desarrollo humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

PEREIRA, J. M. F. **A adoção tardia frente aos desafios na garantia do direito à convivência familiar**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PESCE, R. P. *et al.*. Adaptação Transcultural, Confiabilidade e Validade da escala de Resiliência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 2, 2005, p. 436-448.

PESCE, R. P. *et al.*. Risco e Proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência, **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, Brasília, Maio-Ago. 2004, p. 135-143. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-377220040002&script=sci\\_issuetoc](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-377220040002&script=sci_issuetoc)>. Acesso em: 2 out. 2010.

PORTO, P. R. F. **Direitos fundamentais sociais**: considerações acerca da legitimidade política e processual do Ministério Público e do sistema de Justiça para sua tutela. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

PRATI, L. E. *et al.* Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 1, 2008, p.160-169.

QUEIROZ, D. T. *et al.* Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr.-jun. 2007.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIO GRANDE. [Site da] **Prefeitura Municipal do Rio Grande**. Rio Grande, [200-].

ROCCA L., S. M. Resiliência: uma perspectiva de esperança na superação das adversidades. *In.*: HOCH, L. C.; ROCCA L. S. M. (orgs.). **Sofrimento, resiliência e fé**: implicações para as relações de cuidado. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2007. p. 25.

RODRIGO, M. J. *et al.* **Preservación Familiar**: un enfoque positivo para la intervención con familias. Madrid: Pirámide, 2008.

RODRIGO, M. J.; PALÁCIOS, J. **Família y desarrollo humano**. Madri: Alianza Editorial, 1998.

RODRIGO, M. J.; RODRÍGUEZ, A.; MARRERO, J. (orgs.). **Las teorías implícitas: la aproximación al conocimiento cotidiano**. Madrid: Visor, 1993.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Rev. Adm. Pública** [online], v. 42, n. 6, 2008, p. 1069-1094.

RUTTER, M. Psychosocial resilience and protective mechanisms. **American Journal of Orthopsychiatry**, [n.] 57., 1987, p. 316-331.

RUTTER, M. Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. **British Journal of Psychiatry**, [n.] 147, p. 598-611, 1985.

RUTTER, M. Stress, coping and development: Some issues and some questions. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 22, n. 4, 1981, p. 323-356.

RUTTER, M. Stress research: accomplishments and tasks ahead. *In.*: HAGGERTY, R. J. *et al.* (eds.). **Stress, risk and resilience in children and adolescents: processes, mechanisms and interventions**. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 354-385.

SADER, E. **A Conjuntura social hoje: parte 01**. [palestra proferida no Fórum Social Mundial 2010 - Porto Alegre]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Gq4coapOap8>> . Acesso em: 23 abr. 2010.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as Ciências**. Porto (Portugal): Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as Ciências**. 10. ed. Porto (Portugal): Edições Afrontamento, 1998.

SATO, M. **Educação ambiental**. Santos, SP: RiMa, 2002.

SEIFER, R. *et al.* Child an family factors that ameliorate risk between 4 and 13 years of age. **Journal of the Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, 1992, p. 893-903. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/258/149>>. Acesso em 12 de setembro de 2009.

SENHORAS, E. M. As redes do desenvolvimento econômico e social no sistema de ensino superior brasileiro. **LIINC em Revista**, Rio de Janeiro, v.4. n. 1., 2008, p.138-153.

SILVA, C. A. F; LOPES, J. P. S. R.; NETTO, J. A. Educação física, desenvolvimento e inovação: o argumento da hélice tríplice. **Revista de Educação Física -Motriz**. Rio Claro, SP., v. 14, n. 4, Out./dez. 2010, p. 995-1005.

SILVA, G. C. **A tecnologia como um problema para a teoria da educação**. Campinas, SP: [s. n.], 2005.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2006, p. 71-80.

SONN, C. C.; FISHER, A. T. Sense of community: community resilient responses to oppression and change. **Journal of Community Psychology**, v. 26, n. 5, p. 457-472, 1998.

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

STEWART, F. **Technology and Underdevelopment**. London: MacMillan Press, 1978.

SZYMANSKI, H. Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. **Revista Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 21, n. 2, p. 5-16, maio/ago. 2004.

SZYMANSKI, H. Trabalhando com famílias. **Cadernos de ação**, n. 1, São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, PUC/SP, mar. 1992.

VASCONCELOS, Q.; GARCIA, N. M.; YUNES, M. A. M. Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. **Paideia**, v. 19., n. 43, maio-ago. 2009.

VASCONCELOS, Q.; YUNES, M. A. M., GARCIA, N. M.. Crianças e adolescentes institucionalizados: um estudo ecológico sobre as interações entre a família e a instituição de abrigo. **Paidéia**. 2009.

VERGARA, S. C. **A resiliência de profissionais angolanos**. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2008, vol.42, n.4, pp. 701-718. ISSN 0034-7612.

WALLER, M. A. Resilience in ecosystemic context: evolution of the concept. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 71, n. 3, 2001. p. 290-297.

WALSH, F. Family resilience: framework for clinical practice. **Family Process**, v. 42, n.1, 2003, p.1-18.

WALSH, F. **Fortalecendo a resiliência familiar**. São Paulo: Roca, 2005.

WALSH, F. **Strengthening family resilience**. New York: London: The Guilford Press. 1998.

WALSH, F. The concept of family resilience: Crisis and challenge. **Family Process**, v. 35, 1996, p. 261-281.

WERNER, E. E. High-risk Children in young adulthood: A longitudinal study from birth to 32 years. **American Journal of Orthopsychiatry**, [n.] 59, 1989, p. 72-81.

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

YUNES, M. A. M. A aplicação da "grounded-theory" como método de análise qualitativa no estudo da resiliência em famílias de baixa renda, **Revista do Departamento de Psicologia-UFF**, Niterói – RJ, v. 2, n.13, p.123-139, 2001.

YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda**. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

YUNES, M. A. M. Panorama conceitual dos discursos sobre resiliência: implicações para a educação. *In.*: SANTOS, B. S.; CARRENO, A. B. (orgs.). **A motivação em diferentes cenários**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 173-183.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em estudo**, v. 8, p. 75-84, 2003.

YUNES, M. A. M.; MIRANDA, A. T.; CUELLO, S. E. S. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades para o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados *In.*: KOLLER, S. (Ed.) **Ecologia e desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo : Casa do Psicólogo, 2004. p. 193-214.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKY, H. **Resiliência**: Noção. Conceitos afins e considerações críticas. *In.*: TAVARES, J. (org.). **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

YUNES, M. A. M. *et al.* Intervenções psicoeducacionais positivas em contextos de risco Psicossocial. *In.*: SIPASE: ESPAÇOS PSICOPEDAGÓGICOS EM DIFERENTES CENÁRIOS, 3. , 2011, Porto Alegre : PUC/RS, 2011.

## APÊNDICE 1 – Instrumento de pesquisa



**Universidade Federal do Rio Grande**

### **I - DADOS PESSOAIS DO PARTICIPANTE DA PESQUISA:**

**1.1.** Nome: \_\_\_\_\_

**1.3** Data de nascimento: \_\_\_\_\_

**1.4** Sexo: Feminino (...) Masculino (...)

**1.5** Idade: \_\_\_\_\_

**1.6** Naturalidade: \_\_\_\_\_

**1.7** Nacionalidade: \_\_\_\_\_

**1.8** Formação: \_\_\_\_\_

**1.9** Profissão: \_\_\_\_\_

**1.10** Posição e local que ocupa na Rede de Atendimento (cargo, função, entidade/órgão):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### **II – QUESTÕES RELATIVAS AO MOVIMENTO REDE FAMÍLIA**

- 1 Você já ouviu falar do Rede Família?
- 2 Poderia me relatar o que sabe de sua história?
- 3 Qual seu objetivo?
- 4 Qual o público alvo a que se dirige suas ações?
- 5 Qual a participação do segmento a qual é dirigida a ação?
- 6 Qual sua natureza? É um movimento, um grupo, uma rede ...
- 7 Quem compõe o Rede Família?
- 8 Onde ele funciona?
- 9 Este grupo ainda existe? Em caso negativo, por que terminou?
- 10 Como ele atua?
- 11 Ele pertence a que esfera, pública, privada, terceiro setor, comunitária, empresarial?
- 12 Quem o criou?

- 13 Qual a sua percepção sobre ele?
- 14 O que apontaria como positivo?
- 15 O que apontaria como dificuldade?
- 16 O que apontaria como desafio?
- 17 Ele pode ser replicado com outro público alvo, em outro lugar?
- 18 Esta ação visa à sustentabilidade (melhoria da qualidade de vida) econômica, social e / ou ambiental? Em caso positivo, aponte qual melhoria?
- 19 Esta ação gera aprendizagens que servem de referência para novas experiências?
- 20 Qual a diferença entre o Rede Família e o Projeto Rede Família: garantindo o direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar?

## **II – QUESTÕES RELATIVAS AO PROJETO REDE FAMÍLIA: GARANTINDO O DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR**

1. Poderia me relatar o que sabe deste Projeto? Inclusive o histórico se tem conhecimento.
2. Qual a sua natureza?
3. Quem criou este projeto?
4. De quem é este projeto?
5. Você faz parte deste projeto? Qual a sua relação com este projeto?
6. Quem desenvolve este projeto?
7. Quem participa deste projeto?
8. Este projeto tem ligação com alguma outra ação existente no município?
9. Quais são seus objetivos?
10. Qual o público alvo a que se dirigem suas ações?
11. Você conhece a metodologia utilizada pelo projeto? Descreva-a e apresente uma avaliação.
12. Quais as ações desenvolvidas pelo Projeto? Descreva as ações que tem interface ou que conhece? E apresente uma avaliação sobre estas?
13. Quais os resultados do Projeto?
14. Quais os desafios?
15. Quais os limites?
16. Qual a sua avaliação deste projeto?
17. Como você avalia a atuação do projeto junto a família e a comunidade de crianças e adolescentes em acolhimento institucional?
18. Na sua opinião, este projeto está sendo relevante para a reintegração familiar de crianças e adolescentes sob medida de acolhimento institucional? Por quê?
19. Na sua opinião, este projeto está sendo relevante no que se refere a superação dos riscos que levaram ao acolhimento? Por quê?

20. Qual o impacto deste projeto na garantia dos direito a convivência familiar de crianças e adolescentes sob medida de acolhimento institucional e na provisoriedade desta medida?
21. A base deste Projeto é que formação ou recomposição da rede de apoio social e afetiva da família é um dos principais fatores protetivos. Você concorda com isto?
22. Na sua opinião, quais são as ações deste projeto que visam agregar e fortalecer a rede de apoio social e afetivo destas famílias?
23. Como avalia a estrutura e a funcionalidade do Projeto?
24. O que você pensa sobre o potencial das redes comunitárias como fator de promoção das famílias trabalhadas pelo projeto?
25. Qual é o espaço onde ocorre a sua interlocução com este projeto? E como ela ocorre?
26. Gostaria de colocar mais alguma coisa sobre o Projeto Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar.

Descrição do contato:

A - Receptividade ao realizarmos o levantamento:

---

---

---

---

---

B - Observações:

---

---

---

---

---

Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

## APÊNDICE 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido, para utilizar com as famílias

Termo de Consentimento para utilizar com as Famílias de Origem, Padrinhos Afetivos, Famílias de Apoio e pessoa habilitada a adoção (total 06 participantes)



**Universidade Federal do Rio Grande**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada “Um olhar sobre o movimento comunitário de construção de tecnologias sociais e a implantação do Projeto Rede Família”. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela advogada e Mestre em Educação Ambiental Maria Cristina Carvalho Juliano (OAB nº 26.225), sob a orientação da Professora Dra. Maria Angela Mattar Yunes. Ela é requisito de conclusão do Doutorado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

Os objetivos desta pesquisa são: realizar um estudo sobre o movimento social intitulado Rede Família, para identificar se este constitui uma tecnologia social, passível de ser replicada na superação de situações de risco de populações; e, investigar o impacto do Projeto Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, na garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente e na provisoriedade desta medida. Para isso será importante conhecer alguns aspectos de seu relacionamento com a rede de atendimento e ou familiar.

A pesquisa se realizará por meio da aplicação de uma entrevista (gravada em áudio) sendo que em nenhuma dessas formas existem respostas certas ou erradas. A entrevista será feita pela pesquisadora e nela buscaremos conhecer o que você pensa sobre os assuntos que serão abordados.

A sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento durante a realização da entrevista. Você também tem a liberdade de não responder qualquer pergunta que não desejar, sem que isto interfira no serviço de assistência que você está recebendo da instituição onde foi contatado. Você não será penalizado de forma alguma.

Os dados colhidos serão utilizados unicamente no âmbito desta pesquisa. A sua identidade será mantida em sigilo. Sua participação é muito importante na realização da pesquisa para que possam ser avaliadas as características que contribuem para a construção de

metodologias capazes de auxiliar na melhoria da qualidade de vida de populações em situação de risco, contudo você não receberá nenhum incentivo direto para aceitar participar do estudo e, como não prevemos nenhum risco pela sua participação, também não há previsão de nenhuma forma ressarcimento.

Contudo, caso haja qualquer problema em função desta pesquisa, providenciaremos para que você seja atendido (a).

Os dados desta pesquisa poderão ser publicados em revistas científicas e congressos, preservando a identidade dos participantes.

Caso existam dúvidas ou você queira se informar de mais detalhes sobre a pesquisa, a pesquisadora está à disposição a qualquer momento para responder seus questionamentos. O telefone para contato da pesquisadora (inclusive ligações a cobrar) é (53) 8411-1756/99640230. Para aceitar fazer parte do estudo, você deve assinar o final deste documento que está em duas vias, uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável.

\_\_\_\_\_  
 Pesquisadora: Maria Cristina Carvalho Juliano  
 Telefone: (53) 8411-1756/ 99640230

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, \_\_\_\_\_, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo \_\_\_\_\_, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisador(a) Maria Cristina Carvalho Juliano sobre a pesquisa com o tema “Um olhar sobre o movimento comunitário de construção de tecnologias sociais e a implantação do Projeto Rede Família”, seus objetivos, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Rio Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e assinatura do participante: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 3 – Termo de consentimento livre e esclarecido, para utilizar com os representantes de serviços

**Termo de Consentimento para utilizar com o** Juiz da Infância e da Juventude, Promotor de Justiça com atuação na Infância e da Juventude, um coordenador de entidade de acolhimento, um conselheiro tutelar, um componente da equipe técnica do Projeto Rede Família, um responsável pela política pública na área de acolhimento institucional do município, um representante dos dispositivos de saúde mental e um representante da rede ampliada (08 participantes).



**Universidade Federal do Rio Grande**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada “Um olhar sobre o movimento comunitário de construção de tecnologias sociais e a implantação do Projeto Rede Família”. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela advogada e Mestre em Educação Ambiental Maria Cristina Carvalho Juliano (OAB nº 26.225), sob a orientação da Professora Dra. Maria Angela Mattar Yunes. Ela é requisito de conclusão do Doutorado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

Os objetivos desta pesquisa são: realizar um estudo sobre o movimento social intitulado Rede Família, para identificar se este constitui uma tecnologia social, passível de ser replicada na superação de situações de risco de populações; e, investigar o impacto do Projeto Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, na garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente e na provisoriedade desta medida. Para isso será importante conhecer alguns aspectos de seu relacionamento profissional.

A pesquisa se realizará por meio da aplicação de uma entrevista (gravada em áudio) sendo que em nenhuma dessas formas existem respostas certas ou erradas. A entrevista será feita pela pesquisadora e nela buscaremos conhecer o que você pensa sobre os assuntos que serão abordados.

A sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento durante a realização da entrevista. Você também tem a liberdade de não responder qualquer pergunta que não desejar, sem que isto interfira no serviço de assistência que você está recebendo da instituição onde foi contatado. Você não será penalizado de forma alguma.

Os dados colhidos serão utilizados unicamente no âmbito desta pesquisa. A sua identidade será mantida em sigilo. Sua participação é muito importante na realização da

pesquisa para que possam ser avaliadas as características que contribuem para a construção de metodologias capazes de auxiliar na melhoria da qualidade de vida de populações em situação de risco, contudo você não receberá nenhum incentivo direto para aceitar participar do estudo e, como não prevemos nenhum risco pela sua participação, também não há previsão de nenhuma forma ressarcimento.

Contudo, caso haja qualquer problema em função desta pesquisa, providenciaremos para que você seja atendido (a).

Os dados desta pesquisa poderão ser publicados em revistas científicas e congressos, preservando a identidade dos participantes.

Caso existam dúvidas ou você queira se informar de mais detalhes sobre a pesquisa, a pesquisadora está à disposição a qualquer momento para responder seus questionamentos. O telefone para contato da pesquisadora (inclusive ligações a cobrar) é (53) 8411-1756/99640230. Para aceitar fazer parte do estudo, você deve assinar o final deste documento que está em duas vias, uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável.

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora: Maria Cristina Carvalho Juliano  
Telefone: (53) 8411-1756/ 99640230

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, \_\_\_\_\_, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo \_\_\_\_\_, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisador(a) Maria Cristina Carvalho Juliano sobre a pesquisa com o tema “Um olhar sobre o movimento comunitário de construção de tecnologias sociais e a implantação do Projeto Rede Família”, seus objetivos, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Rio Grande, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome e assinatura do participante: \_\_\_\_\_

---

## APÊNDICE 4 – Termo de consentimento livre e esclarecido, para utilizar com a representante da rede comunitária

Termo de Consentimento para utilizar com a representante da rede comunitária (01 participante)



**Universidade Federal do Rio Grande**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada “Um olhar sobre o movimento comunitário de construção de tecnologias sociais e a implantação do Projeto Rede Família”. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela advogada e Mestre em Educação Ambiental Maria Cristina Carvalho Juliano (OAB nº 26.225), sob a orientação da Professora Dra. Maria Angela Mattar Yunes. Ela é requisito de conclusão do Doutorado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

Os objetivos desta pesquisa são: realizar um estudo sobre o movimento social intitulado Rede Família, para identificar se este constitui uma tecnologia social, passível de ser replicada na superação de situações de risco de populações; e, investigar o impacto do Projeto Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, na garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente e na provisoriedade desta medida. Para isso será importante conhecer alguns aspectos de seu relacionamento com a rede de atendimento e a rede comunitária de seu bairro.

A pesquisa se realizará por meio da aplicação de uma entrevista (gravada em áudio) sendo que em nenhuma dessas formas existem respostas certas ou erradas. A entrevista será feita pela pesquisadora e nela buscaremos conhecer o que você pensa sobre os assuntos que serão abordados.

A sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento durante a realização da entrevista. Você também tem a liberdade de não responder qualquer pergunta que não desejar, sem que isto interfira no serviço de assistência que você está recebendo da instituição onde foi contatado. Você não será penalizado de forma alguma.

Os dados colhidos serão utilizados unicamente no âmbito desta pesquisa. A sua identidade será mantida em sigilo. Sua participação é muito importante na realização da pesquisa para que possam ser avaliadas as características que contribuem para a construção de

metodologias capazes de auxiliar na melhoria da qualidade de vida de populações em situação de risco, contudo você não receberá nenhum incentivo direto para aceitar participar do estudo e, como não prevemos nenhum risco pela sua participação, também não há previsão de nenhuma forma ressarcimento.

Contudo, caso haja qualquer problema em função desta pesquisa, providenciaremos para que você seja atendido (a).

Os dados desta pesquisa poderão ser publicados em revistas científicas e congressos, preservando a identidade dos participantes.

Caso existam dúvidas ou você queira se informar de mais detalhes sobre a pesquisa, a pesquisadora está à disposição a qualquer momento para responder seus questionamentos. O telefone para contato da pesquisadora (inclusive ligações a cobrar) é (53) 8411-1756/99640230. Para aceitar fazer parte do estudo, você deve assinar o final deste documento que está em duas vias, uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável.

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora: Maria Cristina Carvalho Juliano  
Telefone: (53) 8411-1756/ 99640230

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, \_\_\_\_\_, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo \_\_\_\_\_, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisador(a) Maria Cristina Carvalho Juliano sobre a pesquisa com o tema “Um olhar sobre o movimento comunitário de construção de tecnologias sociais e a implantação do Projeto Rede Família”, seus objetivos, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Rio Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante: \_\_\_\_\_

## ANEXO 1 – Parecer do CEPAS

**CEPAS**

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DA SAÚDE  
Universidade Federal do Rio Grande / FURG  
[www.cepas.furg.br](http://www.cepas.furg.br)

**PARECER Nº 81 / 2011**

PROCESSO Nº 23116.001721/2011-04

**CEPAS 06/2011**

TÍTULO DO PROJETO: “Um olhar sobre o movimento comunitário de construção de tecnologias sociais e a implantação do Projeto Rede Família”.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Maria Cristina Carvalho Juliano.

**PARECER DO CEPAS:**

O Comitê, considerando tratar-se de um trabalho relevante, o que justifica seu desenvolvimento, bem como o atendimento às pendências informadas no Parecer 34/2011, emitiu o parecer de **APROVADO** para o projeto “Um olhar sobre o movimento comunitário de construção de tecnologias sociais e a implantação do Projeto Rede Família”.

Está em vigor, desde 15 de novembro de 2010, a Deliberação da CONEP que compromete o pesquisador responsável, após a aprovação do projeto, a obter a autorização da instituição co-participante e anexá-la ao protocolo do projeto no CEPAS. Pelo exposto, o pesquisador responsável deverá verificar se seu projeto esta obedecendo a referida deliberação da CONEP.

Segundo normas da CONEP, deve ser enviado relatório de acompanhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme modelo disponível na página <http://www.cepas.furg.br>.

Data de envio do relatório: **01/04/2012**

Rio Grande, RS, 06/06/2011.

*Eli Sinnott Silva*  
Profª. MSc. Eli Sinnott Silva

Coordenadora do CEPAS/FURG

## ANEXO 2 – Parecer da AMENCAR



## PARECER TÉCNICO

CHAMADA PÚBLICA 01/2011  
de 25 de abril a 25 de julho de 2011

**Observatório de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Direitos à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes**

**Instituição/Órgão: Prefeitura Municipal do Rio Grande, Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Poder Judiciário e Ministério Público Estadual (comarca de Rio Grande/RS).**

**Município(s)/RS: Rio Grande**

**Título da Boa Prática: Projeto Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar**

Responsável(is) técnicos diretos pelo desenvolvimento da experiência:

( ) Coordenadora: Maria Cristina Carvalho Juliano

Órgão responsável pela execução:

(X) Governamental - municipal (X) Instituição de Ensino (X) Organização não governamental (Casa do Menor em parceria com a Prefeitura Municipal do Rio Grande e a Universidade Federal do Rio Grande/FURG)

Houve parceiros na execução do Projeto? (X) Sim

- Prefeitura Municipal do Rio Grande – coordenadora técnica, estrutura física (sala, telefone).
- Universidade Federal do Rio Grande/FURG (professores para capacitação)
- Poder Judiciário e Ministério Público Estadual (Curso de Preparação para a Adoção, Campanha de Adoção e apoio técnico e institucional).

Temática na qual a Boa Prática está inserida:

- (X) Enfrentamento da violência doméstica a crianças e adolescentes;
- ( ) Ações na proteção a crianças e adolescentes em áreas de alta vulnerabilidade;
- (X) Fortalecimento de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente;
- (X) Formação e capacitação de atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD);

(X) Sistemas de informação, produção de dados e indicadores relacionados à garantia, promoção e defesa do direito à Convivência Familiar e Comunitária da Criança e do Adolescente.

#### Parecer:

Entre os projetos apresentados, de longe, Rio Grande destaca-se pela continuidade e amadurecimento do Sistema de Garantias de Direitos local, otimizando recursos através de parcerias bem sucedidas entre organizações não governamentais, poder público municipal, ministério público, poder judiciário e redes estaduais. O I Colóquio Estadual que participamos, em abril do corrente, é prova disso e uma das muitas manifestações de interlocução do projeto, cujo foco na Adoção, não tem descuidado da discussão da melhoria do acolhimento institucional e de processos de reintegração e redução de abrigagem de forma qualificada, envolvendo a família. A busca do estabelecimento de intercâmbios via a utilização de instrumentos digitais, aliada ao estabelecimento de processos formativos a partir do local, em diálogo com o estado e o país, passando pela produção e estímulo à escrita é outra marca importante dessa experiência que, longe da metrópole também constitui conhecimento importante para o aprimoramento do SGD, e com foco absolutamente centrado na garantia da convivência familiar e comunitária. Situação que veio a ser reforçada em 2010 com a parceria positiva com a PETROBRAS.

É, certamente, uma experiência que deve constar do livro e do Observatório como modelo importante de construção não tutelada, realizada a várias mãos, e que mostra a pujança do princípio da incompletude institucional na prática, locus onde a parceria é condição de qualidade porque redutora de maus-tratos institucionais, otimizando recursos financeiros e potencializando a qualificação de recursos humanos.

São Leopoldo, 05 de agosto de 2011.

  
Lodi Uptmhor Pauly – Coordenadora do Projeto  
/ Equipe de Avaliadores

## ANEXO 3 – Cartaz do 1º Seminário do Rede Família

**VIII JORNADA DE ESTUDOS DO CEP-RUA/FURG  
&  
I SEMINÁRIO DO PROJETO REDE FAMÍLIA (RIO GRANDE-RS)**

De 10 a 12 de novembro de 2010  
Local: Plenário da Câmara dos Vereadores  
Rio Grande-RS



*Construindo uma cultura de  
ação em rede*

**Inscrições:**  
Sala do Rede Família, Rua Barroso, 05 – 2º andar.  
Horário: 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30  
De segunda a sexta-feira  
Valor: R\$ 10,00  
A inscrição dará direito ao kit do evento (camiseta+material)  
Contato: (53) 3231-1859  
[redefamilia@hotmil.com](mailto:redefamilia@hotmil.com)

**Patrocínio:**

**Organização:**



Centro de Estudos e  
Pesquisas sobre Memória e  
Métodos de Rua/FURG



Projeto Rede Família (Rio  
Grande-RS)




**PETROBRAS**



## ANEXO 4 – Folder Programa Apadrinhamento Afetivo

### Parte externa

Você pode fazer alguma coisa por uma criança. Não um só dia, mas o ano todo, a vida toda. Principalmente para a vida daquelas que crescem sem o direito de serem chamadas de filho.

O Projeto Apadrinhamento Afetivo vai permitir que crianças e adolescentes que hoje são filhos do Estado e crescem em abrigos, tenham referências de vida, além dos profissionais que com eles convivem. Queremos que as crianças e adolescentes cresçam tendo vínculo afetivo também com alguém em especial construindo a sua autoestima, mais seguras em seus relacionamentos sociais e afetivos, conscientes de sua cidadania, exercendo sua crítica e participação nas decisões de mudança da sociedade. Crianças e adolescentes com referências concretas se tornam adultos mais felizes. Adultos que reconhecem a importância desta troca afetiva com seus filhos e filhas dão uma nova dimensão às contribuições solidárias.

**PROGRAMA DE APADRINHAMENTO AFETIVO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ABRIGOS NO RS DE CARINHO, DE FUTURO.**

**PROGRAMA DE APADRINHAMENTO AFETIVO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ABRIGOS NO RS DE CARINHO, DE FUTURO.**

**PROGRAMA DE APADRINHAMENTO AFETIVO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ABRIGOS NO RS DE CARINHO, DE FUTURO.**

**DÊ CARINHO DE FUTURO SEJA MADRINHA PADRINHO AFETIVO**

Patrocínio:

PETROBRAS DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA

BR

PETROBRAS

COLÉGIO FEDERAL

SEJA MADRINHA OU PADRINHO AFETIVO

### Parte interna

**QUEM PODE SER PADRINHO OU MADRINHA**

Essencialmente alguém que queira dar carinho e afeto. Pode ser homem ou mulher, solteiro ou casado, jovem ou velho, não importa. O que interessa é que tenha disponibilidade para ir na escola em datas especiais, dia das mães, dia dos pais, que olhe os cadernos, que consulte para o almoço de Domingo, que leve ao cinema, que viaje nas férias, que passe um fim de semana diferente, que ajude a encaminhar para uma profissão quando chegar a adolescência, enfim, quem apóie nas horas desta adolescente que completar 18 anos a deixar a instituição e começar a caminhar com as próprias pernas. O padrinho ou a madrinha vão prestar assistência moral, afetiva, física e educacional ao afilhado ou afilhada, integrando-o em seu caminho, gradativamente, completando o trabalho da instituição. Deverão esclarecer ao afilhado ou a afilhada, constantemente, qual o objetivo do apadrinhamento para evitar a ilusão, sempre presente, de adoção. Deverão, também, cumprir com os combinados estabelecidos com o abrigo e o afilhado ou afilhada como visitas, horários e compromissos. E, em caso de desligamento do afilhado ou da afilhada da instituição, devendo acompanhá-lo e apoiá-lo em sua vida fora do abrigo.

**A PREPARAÇÃO PARA OS PADRINHOS E MADRINHAS**

Os padrinhos e madrinhas serão preparados em oficinas de sensibilização. Estas oficinas serão organizadas e executadas pela Comissão de Acompanhamento. Serão vários encontros que tratarão assuntos como violência física e psicológica, negligência e maus tratos, limites, vínculo e apego, a realidade da vida em abrigos, aspectos jurídicos e as responsabilidades do de Acompanhamento, selecionarão os candidatos a padrinhos e madrinhas dentro dos critérios de afetividade, maturidade, disponibilidade, compromisso e responsabilidade.

**QUAIS SÃO OS CRITÉRIOS PARA SER PADRINHO OU MADRINHA**

Os candidatos a afilhados e afilhadas precisarão:

- Estar em situação jurídica definida com Destituição do Pátrio Poder;
- Ter possibilidades remotas ou inexistentes de adoção;
- Idade mínima pre-definida pela comissão juntamente com os abrigos.

**QUEM SERÃO OS AFLHADOS E AFLHADAS**

Os afilhados e afilhadas também participarão das oficinas organizadoras. Serão oficinas organizadas e executadas pela Comissão de Acompanhamento para as Crianças e Adolescentes indicadas pelo abrigo como passíveis de apadrinhamento. Eles debaterão assuntos como: limites, responsabilidades, vínculo e apego, respeito às diferenças, pertencimento, diferença entre apadrinhamento e adoção, entre outros.

**A PREPARAÇÃO PARA AFLHADOS E AFLHADAS**

Realização:

**Seja um padrinho voluntário.**

## ANEXO 5 – Folder do Programa Famílias de Apoio

### Parte externa

# PROGRAMA FAMÍLIAS DE APOIO

**Proponente:**  
Projeto Rede Família: Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, desenvolvido pela Casa do Menor



**Patrocínio:**





Rio Grande-RS

**Informações:**

**APOIE ESTA IDÉIA, SEJA VOCÊ TAMBÉM UMA FAMÍLIA DE APOIO!**

Entre em contato com o  
Projeto Rede Família: Rua Marechal Floriano, 05 - 2º andar - Telefone: 32311859. Cx Postal: 164

### Parte interna

## PROGRAMA FAMÍLIAS DE APOIO

O Projeto Rede Família prevê ações de valorização e potencialização da família de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, a paternidade responsável e o planejamento familiar, através da criação de estratégias e políticas que tenham como princípio o trabalho cooperativo da rede de atenção e cuidado existente no município.

O Projeto desenvolve várias estratégias para o empoderamento das famílias de origem que envolvem a escuta, o acolhimento, a visualização de sua rede de apoio social e afetiva através do mapa de cinco campos, o atendimento individual e em grupo, o encaminhamento a rede de atendimento e a construção de novos vínculos comunitários - com as famílias de apoio - visando o seu fortalecimento para superação das vulnerabilidades que levaram a institucionalização de seus filhos e que possibilite o seu retorno de forma protegida.

Uma das ações a serem implantadas pelo Projeto Rede Família, portanto, é a implementação do Programa Famílias de Apoio, que pretende o acompanhamento individual e cotidiano de cada família de crianças e adolescentes institucionalizados por uma família ou um grupo de famílias, selecionados e capacitados pelo programa.

**ETAPAS DO CURSO DE FORMAÇÃO:**

1. Oficina de preparação para as famílias apoiadas;
2. Família e diferentes arranjos familiares;
3. Perfil das famílias a serem apoiadas e construção do papel das famílias de apoio - Equipe da Rede Família;
4. Encontro entre famílias de apoio e famílias a serem apoiadas.

**ENCONTROS MENSAIS** - a ser combinado com o grupo de famílias de apoio.

Este programa foi criado a partir da concepção de que as famílias de crianças e adolescentes acolhidos em sua maioria são famílias que sozinhas ou com suas redes de apoio natural não conseguiram vencer a crise e proteger suas crianças, necessitando para isso reforçar os seus vínculos comunitários e familiares.

A ação educacional do grupo familiar deverá se constituir como uma prática favorável ao desenvolvimento de seus membros, vulnerabilizados por diversos fatores que interferem no convívio e na dinâmica familiar.

Sabendo que a maioria das crianças e adolescentes acolhidos está fora da faixa etária procurada para adoção e que mais da metade das reintegrações se dá por retorno à família biológica (JULIANO, 2005), mostra-se relevante e prioritário o trabalho de fortalecimento da rede de apoio social das famílias que possuem atualmente uma ou mais crianças ou adolescentes em instituições de acolhimento no município do Rio Grande.

As "redes sociais de apoio" são uma frente importante para o trabalho com inclusão social da família e com a proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.



